

JANINE GOMES DA SILVA

Tempo de lembrar, tempo de esquecer...

As vibrações do Centenário e o período da Nacionalização:
histórias e memórias sobre a cidade de Joinville.

Florianópolis
2004

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Tempo de lembrar, tempo de esquecer...

As vibrações do Centenário e o período da Nacionalização:
histórias e memórias sobre a cidade de Joinville.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial e último para obtenção do grau de Doutora em História Cultural, sob a orientação da professora Doutora Joana Maria Pedro.

Janine Gomes da Silva

Florianópolis
2004

TERMO DE APROVAÇÃO

Janine Gomes da Silva

Tempo de lembrar, tempo de esquecer...

As vibrações do Centenário e o período da Nacionalização:

histórias e memórias sobre a cidade de Joinville.

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em História, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, na área de concentração em História Cultural, pela Comissão Examinadora formada pelos seguintes professores:

Profa. Dra. Joana Maria Pedro – Orientadora (UFSC)

Profa. Dra. Suely Gomes Costa (UFF)

Profa. Dra. Marlene de Fáveri (UDESC)

Prof. Dr. Luiz Felipe Falcão (UFSC – UDESC)

Profa. Dra. Cristina Scheibe Wolff (UFSC)

Prof. Dr. João Batista Bitencourt – Suplente (UNESC)

Prof. Dr. Rogério Luiz de Souza – Suplente (UFSC)

Florianópolis, 17 de fevereiro de 2004.

Para Antônio Piva, pelo companheirismo e
pela presença marcante na minha história.

AGRADECIMENTOS

Afetos e apoio, sugestões de leituras e fontes (e sempre mais leituras! e mais fontes!), discussões teóricas (e algumas nem tanto!) fizeram parte desta trajetória.

Agradeço profundamente à professora Dra. Joana Maria Pedro. Ter a oportunidade de contar com a sua orientação é um privilégio! Suas leituras atentas, suas críticas e sugestões, a segurança de suas orientações permitem-me falar de sua qualidade como historiadora. Por tudo isso e pela amizade.... Obrigada!

Agradeço também à professora Dra. Françoise Thébaud, pela atenção que a mim dedicou durante o estágio que realizei em Paris e Avignon, na França. Seu cuidado para que eu aproveitasse da melhor forma todos os momentos, indicando-me os “melhores lugares”, os mais diversos “contatos” e seminários, foi fundamental.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC e à secretária Maria Nazaré Wagner. A todos vocês, agradeço.

Aos professores Dra. Yara Maria Aun Khoury e Dr. Luiz Felipe Falcão que participaram do Exame de Qualificação desta tese, agradeço pelas importantes sugestões que procurei incorporar ao trabalho.

Aos professores que aceitaram participar da Banca Examinadora: Dra. Suely Gomes Costa, Dra. Marlene de Fáveri, Dr. Luiz Felipe Falcão, Dra. Cristina Scheibe Wolff, Dr. João Batista Bitencourt e Dr. Rogério Luiz de Souza, meus sinceros agradecimentos.

Aos colegas, funcionários e estagiários do Arquivo Histórico de Joinville, especialmente: Helena Remina Richlin e Dilney Fermino Cunha, pelas informações sobre os imigrantes e documentos em alemão; e, Maria Judite Pavesi e Elisia Beatriz Baptista, do Núcleo de História Oral, pelas entrevistas.

Ao Laboratório de História Oral da UNIVILLE; ao Museu Casa Fritz Alt; ao Arquivo Público do Estado de Santa Catarina; à Biblioteca Central da UFSC; à Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina; à Biblioteca Universitária –UNIVILLE; e, ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Aos funcionários e estagiários do Museu Nacional de Imigração e Colonização, especialmente, a museóloga Dolores Carolina Tomaselli.

Aos colegas que me disponibilizaram fontes preciosas: Priscila Ferreira Perazzo, Méri Frostcher, Marlene de Fáveri, Ilanil Coelho e Maria Thereza Böbel. A esta última, bem como a Méri Frotscher e Lourival Rech, agradeço as traduções de alguns documentos em alemão.

A Fabiane Fiamoncini, que me auxiliou com a língua francesa sempre de uma maneira muito carinhosa. Obrigada Fabi! Ainda, em relação ao francês, também agradeço à professora Denise Monique Dubet da Silva Mouga pelo auxílio.

A Cláudio Lúcio Augusto – “meu fotógrafo preferido” e Joice Lilian Voltolini, pelas transcrições de entrevistas.

A Jeisa Rech, pelas transcrições, pelos fichamentos, mas, principalmente pelo carinho com que me ajudava procurar mais detalhes sobre o Centenário.

Às professoras Ivone Jacy Moreira e Regina Back Cavassin por fazerem a revisão de português dos meus escritos.

A Ariane Gomes da Silva e Luis Ari Krachinski, pelo carinho, pelas transcrições de entrevistas e por me ajudarem “pacientemente” a resolver “às panes” do computador.

Às pessoas que comigo dividiram histórias, confienciaram coisas, me indicaram caminhos: Adolfo Bernardo Schneider (*in memorian*), Andrelina Gomes da Silva, Anneliese Ilse Mokross, Annemarie Brosig Rossi, Baltasar Buschle, Edgard Schatzmann, Elvira Hildegard Wolter, Gerda Pruner (*in memorian*), Helena Richlin, Hildegard Schultze, Irma Richter, Jutta Hagemann da Cunha, Leonora Busch Machado, Lilian Rachel Colin Gomes, Maria da Luz Maia Bley (*in memorian*), Maria Lepper Fanghaenel, Maria Thereza Böbel e Walta Piazero. Além

destes, muitos preferiram ficar no anonimato e não gravar entrevista mas, da mesma forma, meus agradecimentos.

Aos meus pais, Amirton e Lourdes, incentivadores de todos os momentos e à “Vó Nena”, que comigo partilhou muitas histórias sobre a Joinville “daquele tempo”.

Aos colegas que dividiram comigo algumas experiências (e ouviram muito sobre a história de Joinville!), no decorrer do estágio que realizei morando em Paris, especialmente Renata Menasche, uma nova amiga que este estágio me proporcionou.

Aos amigos Dra. Méri Frotscher e Dr. João Batista Bitencourt que se dispuseram a ler e discutir os meus escritos, mas principalmente pela amizade sempre presente. E à Jaqueline, que juntamente com o João me proporcionou um abrigo carinhoso durante esta trajetória. A vocês meus agradecimentos sinceros.

À minha amiga Arselle de Andrade da Fontoura, que fez torcida por este trabalho desde o início, leu as diversas versões da tese, carinhosamente me ajudou com as informações, compartilhou angústias... A você, minha amiga, meu muito obrigado!

A Antônio Piva, pelas leituras, pelas sugestões, pelos afetos e apoio... Pela torcida por todos os meus projetos! Pelo grande estímulo em todos os momentos! Obrigada, por tudo!

Ao CNPQ, pelo período de bolsa que me concedeu, e à CAPES que, através do Programa de Estágio no Exterior, possibilitou-me uma experiência acadêmica riquíssima junto à *Université d'Avignon*.

E, finalmente, a todos - alunos, ex-alunos, colegas do Programa de Pós-Graduação em História,... - que, de uma maneira ou de outra, estiveram presentes ouvindo, discutindo, indicando informações...

SUMÁRIO

Lista de ilustrações	viii
Lista de siglas	ix
Resumo	x
Résumé	xi
Introdução	
Sobre os tempos da cidade.	01
Capítulo I	
“Tempo de lembrar”:	
o Centenário da cidade forjando o novo e ratificando o antigo.	16
“Tempo de esquecer”: a cidade de Joinville e a Campanha de Nacionalização.	24
(Re)Significando antigos discursos: as Comemorações do Centenário de Joinville.	60
Capítulo II	
Materializando memórias: renunciando o evento...	75
A Sociedade Amigos de Joinville e a tessitura do evento.	81
Capítulo III	
O Centenário: uma “apoteose do esquecimento”.	121
Um espetáculo memorável: o desfile, o filme, a imprensa, os <i>souvenirs</i>	123
Uma revista anunciando: “Vida Nova”!	176
Capítulo IV	
Memórias de dores e de festas...	
Tempo de esquecer... Tempo de lembrar!	194
A partir das lembranças... Memória e gênero das histórias de Joinville.	210
Práticas do silêncio inscrevendo-se cotidianamente: o tempo da Nacionalização.	221
Memórias femininas e outras histórias sobre o Centenário... ..	244
Epílogo	
As comemorações e a “alma” de Joinville.	255
Acervos e Fontes	262
Bibliografia	271
Anexos	282

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fig. 1 – Homenagem de gratidão aos “pioneiros”. Programa da “Noite de Arte”.	59
Fig. 2 – Cartaz – Propaganda alusiva ao 1º Centenário de Joinville.	67
Fig. 3 – Comemoração do fim da Segunda Guerra Mundial em Joinville, 08/05/1945.	73
Fig. 4 – Comemoração do fim da Segunda Guerra Mundial em Joinville, 08/05/1945.	74
Fig. 5 – Cartão Postal comemorativo ao Centenário de Joinville, 1951.	85
Fig. 6 – Pavilhão de Exposição Industrial do Centenário.	111
Fig. 7 – Monumento ao Imigrante.	114
Fig. 8 – Monumento ao Imigrante.	114
Fig. 9 – Monumento ao Imigrante – Detalhe: Os Pioneiros.	116
Fig. 10 – Monumento ao Imigrante – Detalhe: Barca.	117
Fig. 11 – Monumento ao Imigrante – Detalhe: Mulher e Crianças.	118
Fig. 12 – Homenagem ao Centenário de Joinville da Cia Fiat-Lux de Fósforos de Segurança. ...	126
Fig. 13 – Desfile Alegórico do Centenário – Carro n. 1 – “Casamento dos Príncipes”.	139
Fig. 14 – Desfile Alegórico do Centenário – Carro n. 2 – “O primeiro agrimensor”.	142
Fig. 15 – Desfile Alegórico do Centenário – Carro n. 11 – “A primeira farmácia”.	143
Fig. 16 – Desfile Alegórico do Centenário – Carro n. 11 – “A primeira farmácia”.	143
Fig. 17 – Desfile Alegórico do Centenário – Carro n. 5 – “O esporte do Tiro ao Alvo”.	144
Fig. 18 – Desfile Alegórico do Centenário – Carro n. 4 – “A primeira fábrica”.	146
Fig. 19 – Desfile Alegórico do Centenário – Carro n. 6 – “A primeira tecelagem”.	147
Fig. 20 – Desfile Alegórico do Centenário – Carro n. 3 – “Navio Colon”.	150
Fig. 21 – Desfile Alegórico do Centenário – Integrantes da barca Colon.	151
Fig. 22 – A barca Colon desfilando pela rua do Príncipe à noite.	153
Fig. 23 – O público no Desfile do Centenário de Joinville.	154
Fig. 24 – Coroa – Decoração de rua para os desfiles do Centenário de Joinville.	154
Fig. 25 – Desfile de Bicicletas do Centenário de Joinville – Mulheres ciclistas.	158
Fig. 26 – Fogos de artifício comemorativos ao Centenário de Joinville.	160
Fig. 27 – “Bonde Centenário” – Carro n. 16 do Desfile Alegórico do Centenário.	170
Fig. 28 – Passagem para passeio no “Bon de Centenário”.	170
Fig. 29 – O público no Centenário de Joinville.	173
Fig. 30 – Capa do primeiro exemplar da revista <i>Vida Nova</i> , setembro/1948.	179
Fig. 31 – “Dígrafo”(quadro) bordado em alemão.	239
Fig. 32 – “Dígrafo”(quadro) bordado em alemão.	241
Fig. 33 – Monumento ao Imigrante, 09/03/2001.	260
Fig. 34 – Monumento ao Imigrante, 09/03/2001.	260

LISTA DE SIGLAS

13° BC – 13° Batalhão de Caçadores.
ACIJ – Associação Comercial e Industrial de Joinville.
AHJ – Arquivo Histórico de Joinville.
AIB – Ação Integralista Brasileira.
APESC – Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.
BPESC – Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.
BU – Biblioteca Universitária/UNIVILLE.
CCMNIC – Coleção Comissão do Museu Nacional de Imigração e Colonização.
CELESC – Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A.
DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda.
EMPRESUL – Empresa Sul Brasileira de Eletricidade S/A.
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IPUJ – Fundação Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Joinville.
LBA – Legião Brasileira de Assistência.
LHO – Laboratório de História Oral/UNIVILLE.
MNIC - Museu Nacional de Imigração e Colonização.
NSDAP – Partido Nacional Socialista Alemão.
PSD – Partido Social Democrático.
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro.
SAJ – Sociedade Amigos de Joinville.
UDN – União Democrática Nacional.
UNIVILLE – Universidade da Região de Joinville.

RESUMO

SILVA, Janine Gomes da. **Tempo de lembrar, tempo de esquecer...** As vibrações do Centenário e o período da Nacionalização: histórias e memórias sobre a cidade de Joinville. Florianópolis, 2004. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Cultural, Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Joana Maria Pedro

Defesa: 17/02/2004

Estudo sobre a história da cidade de Joinville enfatizando dois momentos significativos da história local: os preparativos do primeiro Centenário da cidade que foi comemorado em 1951 e o período da Campanha de Nacionalização (1938-1945). Os anos posteriores ao fim da Segunda Guerra Mundial são importantes na ressignificação da imigração para a história da cidade. O “tempo” do Centenário é um tempo lembrado e muito festejado, pois, no pós -guerra, boa parte da sociedade local preparou (desde 1946) os festejos do seu primeiro centenário, marcando uma profunda relação entre as imagens da cidade e a preservação de uma memória a ser (re)construída e (re)significada. O Centenário, amplamente comemorado em 1951, fortaleceu os laços com uma história pretérita, do tempo da colonização e dos imigrantes “pioneiros”. As histórias sobre o tempo da Nacionalização são inúmeras, especialmente, as relacionadas à proibição do uso do idioma alemão. As conseqüências deste fato tiveram vários desdobramentos, porque a cidade, até então, costumava ter seus referenciais pautados na sua “origem étnica”, fruto da importância da imigração alemã no decorrer do século XIX. Todavia, se a princípio, em Joinville, o período da década de 1930 e meados da década de 1940 (quando a questão da valorização/desvalorização da “cultura germânica” foi utilizada politicamente) se apresenta como um “tempo de esquecer”, marcado por experiências impregnadas de tensões étnicas, ao mesmo tempo, sinaliza para outras questões, que compreendemos serem valiosas para entendermos o legado do significado da imigração para a história local. Uma história da imigração que foi amplamente rememorada durante as comemorações do primeiro Centenário da cidade. As histórias sobre aqueles “tempos” foram perscrutadas a partir de dois tipos de memórias: uma publicizada através da imprensa e das realizações da Sociedade Amigos de Joinville – SAJ, portanto uma memória “mais masculina”; e, através das narrativas orais, especialmente de mulheres, na perspectiva de evidenciar algumas memórias “femininas”.

Palavras-chave: Joinville, Sociedade Amigos de Joinville, Centenário, Nacionalização, memória, memória feminina.

RÉSUMÉ

SILVA, Janine Gomes da. **Temps de se Souvenir, temps d'oublier...** Les vibrations du Centenaire et la période de la Nationalisation: des histoires et des mémoires sur la ville de Joinville. Florianópolis, 2004. Thèse (Doctorat en Histoire) – Programme de Post-Graduation en Histoire Culturelle, Université Fédérale de Santa Catarina.

Directrice de recherche: Joana Maria Pedro

Défense: 17/02/2004

Une étude sur l'histoire de la ville de Joinville qui pontifie deux moments significatifs de l'histoire locale: les préparatifs du premier Centenaire de la ville qui a été commémoré en 1951 et la période de la Campagne de Nationalisation (1938-1945). Les années postérieures à la fin de la Seconde Guerre Mondiale sont importantes à la ressignification de l'immigration pour l'histoire de la ville. Le "temps" du Centenaire est un temps dont on se souvient et qu'on fête beaucoup, car, à l'après-guerre, la société locale a préparé depuis 1946 les commémorations de son premier centenaire, qui a marqué une profonde relation entre les images de la ville et la préservation d'une mémoire à être (re) construite et (re) signifiée. Le Centenaire, amplement commémoré en 1951 a fortifié les liens avec une histoire prétérite, du temps de la colonisation et des immigrants "pionniers". Les histoires sur le temps de la Nationalisation sont inombrables, notamment, celles qui ont des relations avec les prohibitions de l'usage de l'idiome allemand. Les conséquences de ce fait ont eu plusieurs dédoublements, car la ville jusqu'alors avait ses rapports rayés à son "origine ethnique", fruit de l'importance de l'immigration au XIX^{ème} siècle. Toutefois, si en principe, à Joinville, la période de la décade de 1930 et à mi-décade de 1940 (moment où la question de la valorisation/ dévalorisation de la "culture germanique" a été utilisée politiquement), se présentent comme un "temps d'oublier", marquées par des expériences imprégnées de tensions ethniques, à la fois signalent pour d'autres questions qui sont valables pour comprendre le légat de la signification de l'immigration pour l'histoire locale. Une histoire de l'immigration qui a été amplement remémorée pendant les commémorations du premier Centenaire de la ville. Les histoires sur ces "temps" -là ont été scrutées à partir de deux types de mémoires: l'une vulgarisée à travers la presse et les réalisations de la Société Amis de Joinville – SAJ, donc une mémoire "plutôt masculine", et, à travers les narratives orales, notamment de femmes, à la perspective de mettre en évidence quelques mémoires "féminines".

Mots-clef: Joinville, Société Amis de Joinville, Centenaire, Nationalisation, mémoire, mémoire féminine.

Introdução

SOBRE OS TEMPOS DA CIDADE

A noção de “tempo” remete a alguns aspectos do fluxo contínuo de acontecimentos em meio aos quais os homens vivem, e dos quais eles mesmos fazem parte.

Norbert Elias¹

Eu nasci em 1908. Estou com 91 anos. Não sei se esta idade é bonita ou feia. Já era pra mim tá bem “caduca”, porque com 91 anos tem gente que já está pior do que eu, não lembra das coisas. E eu me lembro de muitas coisas...

Maria da Luz Maia Bley²

Datas. Mas o que são datas?

Datas são pontas de *icebergs*.

O navegador que singra a imensidão do mar bendiz a presença dessas pontas emersas, sólidos geométricos, cubos e cilindros de gelo visíveis a olho nu e a grandes distâncias. Sem essas balizas naturais que cintilam até sob a luz noturna das estrelas, como evitar que a nau se espedace de encontro às massas submersas que não se vêem? [...]

Mas de onde vem a força e a resistência dessas combinações de algarismos? [...] Vêm daquelas massas ocultas de que as datas são índices. Vêm da relação inextricável entre o acontecimento, que elas fixam com sua simplicidade aritmética, e a polifonia do tempo social, do tempo cultural, do tempo corporal, que pulsa sob a linha de superfície dos eventos. [...]

As datas, como os símbolos, dão o que pensar.

Alfredo Bosi³

No decorrer desta pesquisa, palavras como “tempo”, “lembrança”, “esquecimento” e “datas” estiveram sempre presentes. Eu as tematizava, elas ecoavam. Corriqueiramente ouvia das pessoas com quem conversava frases como: “Naquele tempo era assim...”, “Ah! Tenho saudades daquele tempo...”; “Já esqueci, pois faz muito tempo...”; “Eu me lembro de muitas coisas...”; “Ah! Aquela data foi muito comemorada...”; “Aquele tempo foi duro, foi difícil”. Evidentemente não se trata de um tempo “solto” ou de lembranças e esquecimentos desconectados de fatos que

¹ ELIAS, Norbert. *Sobre o tempo*. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 59.

² BLEY, Maria da Luz Maia. *Entrevista concedida à autora*. Joinville, 04 abr. 2000.

³ BOSI, Alfredo. O tempo e os tempos. In: NOVAES, Adauto (Org.) *Tempo e história*. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal da Cultura, 1992. p. 19- 32. Destaca-se que as datas que o autor faz referência nesse artigo são: 1492, 1792, 1822, 1922.

marcaram a história da cidade de Joinville. Estas palavras e frases enredavam-se a acontecimentos dos quais as pessoas “faziam parte”. Somaram -se a estas palavras outras tantas, como “Centenário”, “Nacionalização” e “memória” .

Entendendo, assim como Jacques Le Goff, que o estudo da memória social “é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, relativamente aos quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento”⁴, procurei trilhar caminhos para conhecer as histórias sobre dois momentos significativos vivenciados em Joinville. Primeiro, um “tempo de lembrar”, marcando as festividades referentes ao Centenário de Joinville, que ocorreu em 1951, mas preparado pela Sociedade Amigos de Joinville – SAJ desde 1946, quando houve um investimento no imaginário da cidade em positivar aquele momento, imprimindo novas feições aos discursos locais, “apaziguando -se” com o período traumático que foi vivenciado anos antes, durante a Campanha de Nacionalização (1938-1945), levada a efeito pelo governo autoritário do Presidente Getúlio Vargas. É este então o segundo momento que se analisa neste trabalho, ou seja, um “tempo de esquecer”.⁵ Sobre estes “tempos da cidade”, ressalta -se que o período da Nacionalização costuma ser mais tematizado pela historiografia local.⁶ Já, as

⁴ LE GOFF, Jacques. Memória. In: ____ *História e memória*. Tradução Bernardo Leitão et al. 3. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 1994. p. 426.

⁵ De acordo com Norbert Elias a experiência do tempo não existe em si, e a concepção que atualmente “concebemos e experimentamos como sendo o tempo” é fruto da capacidade de “aprender com experiências transmitidas de uma geração para outra”. Assim, ao falar dos “tempos da cidade”, destaco as observações do mencionado autor: “A percepção dos eventos que se produzem ‘sucendo-se no tempo’ pressupõe, com efeito, existirem no mundo seres que sejam capazes, como os homens, de identificar em sua memória acontecimentos passados, e de construir mentalmente uma imagem que os associe a outros acontecimentos mais recentes, ou que estejam em curso”. ELIAS, N. Op. cit. p. 33.

⁶ Como por exemplo, os seguintes trabalhos: BRUHNS, Katianne. *Espaços de sociabilidade e o idioma*. (A Campanha de Nacionalização em Joinville). Florianópolis, 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina; COELHO, Ilanil. É proibido ser alemão: é tempo de abasileirar-se. In: GUEDES, Sandra P. L. de Camargo (Org.) *Histórias de (I)Migrantes: o cotidiano de uma cidade*. Joinville: Univille, 2000. cap. 5, p. 162-195; *Joinville e a Campanha de Nacionalização*. São Carlos, 1993. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos; CRISTOFOLINI, Nilton José. *Nacionalização do ensino: estratégia para a construção da nacionalidade e sua contextualização em Joinville*. Florianópolis, 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina; e, DEVEGILLI, Maria Terezinha Niedziewski. *A nacionalização da “loura” Joinville – 1937/1942*. Joinville, 1989. Monografia (Especialização em História da América) – Fundação Educacional da Região de Joinville/Universidade Federal do Paraná.

comemorações do Centenário em 1951, constituem-se ainda em tema pouco explorado pela mesma historiografia.⁷

Mas se datas são “pontas de *icebergs*” e “dão o que pensar”, como diz Alfredo Bos i, 1938 (início da Campanha de Nacionalização), 1945 (fim da campanha e da Segunda Guerra Mundial), 1946 (ano da criação da SAJ) e 1951 (ano do Centenário) não são apenas alguns anos significativos na história da cidade de Joinville. São, principalmente, “pedaços de tempo” que expressam em sua simbologia “à linha de superfície dos eventos”. Os anos mencionados, como as “pontas dos *icebergs*” emersas, sinalizam para algo que está submerso, os acontecimentos de um tempo pretérito. Acontecimentos do passado, mas que podem ser perscrutados no presente, insinuando-se por compreender algumas experiências sobre os tempos da cidade, pois a cidade é, como observa Maria Stella Brescianni, “um lugar saturado de significações acumuladas através do tempo”.⁸

No caso das histórias que me proponho narrar, elas têm como cenário a cidade de Joinville, localizada na região nordeste do Estado de Santa Catarina. Embora já existissem alguns moradores na região, antes da sua “fundação oficial”, a história desta cidade costuma ser contada a partir da chegada dos primeiros imigrantes europeus em 09 de março de 1851, vindos principalmente da região da atual Alemanha. Daquela data em diante, a cidade foi recebendo imigrantes de várias origens, mas, no “tempo da colonização”, apesar da presença de suíços e noruegueses, por exemplo, o perfil da cidade foi tornando-se “germânico”. Como em tantas outras cidades de colonização alemã, especialmente, no sul do Brasil, falava-se em alemão. E,

⁷ Com exceção do trabalho de Clóvis Gruner, publicado em 2003. Em sua obra, o autor discute, principalmente a partir da imprensa, os discursos sobre a modernização urbana de Joinville, bem como, “no interior desses mesmos discursos, os indícios de rupturas e dissonâncias ao projeto de modernização em andamento” nas décadas de 1960-1980. Mas, apesar da questão da obra ser a mencionada modernização, o autor principia a análise com o Centenário da cidade, discutindo o evento e aquilo que o mesmo “faz lembrar” (entre elas a presença dos imigrantes pioneiros), entendendo que é uma data significativa, pois, “essa evocação do passado será recorrente nas décadas seguintes”. GRUNER, Clóvis. *Leituras matutinas: utopias e heterotopias da modernidade na imprensa joinvilense (1951-1980)*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2003. p. 7-10.

⁸ BRESCIANNI, Maria Stella M. História e historiografia das cidades, um percurso. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998. p. 237.

este “falar alemão” espalhava-se por todos os lugares: nas casas, nas ruas, nas escolas, nas igrejas, nos estabelecimentos comerciais, nos órgãos públicos, na imprensa...

Aos poucos, Joinville foi se construindo com uma “cidade germânica”, onde as práticas culturais dos antepassados eram “preservadas” ou, quem sabe, muitas vezes “tradicionalmente inventadas”.⁹ Mesmo com a presença de uma elite luso-brasileira que se firmou na cidade, já no final do século XIX, especialmente com a atividade ervateira¹⁰, ao que tudo indica, as práticas culturais tidas como “dos alemães” se sobressaíam. De maneira geral, até o início da década de 1930, a cidade não tinha enfrentado muitos problemas decorrentes de sua origem étnica ou do fato de, por exemplo, falar principalmente a língua alemã. Mas, nessa década, entre outras questões, o falar alemão tornou-se efetivamente um problema que estava sendo encarado durante o governo nacionalista de Getúlio Vargas.

Os problemas intensificaram-se a partir de 1938 e ainda mais a partir de 1942 quando o Brasil declarou guerra ao Eixo. Assim, o “tempo da Nacionalização” ia redefinindo algumas práticas. Importantes espaços de sociabilidades dos imigrantes e descendentes alemães, bem como escolas que ensinavam em alemão, foram fechados. A imprensa deixou de contar com o antigo *Kolonie Zeitung* (Jornal da Colônia) e ouvir as notícias de rádio ficou cada vez mais difícil. Histórias de prisões, delações e humilhações passaram a fazer parte do cotidiano da cidade: para alguns porque sofreram diretamente, para outros porque “buviram contar”, outros porque delataram e para muitos porque tudo aquilo não fazia sentido. Até hoje, para muitos descendentes de imigrantes que viveram “aquele tempo”, tudo aquilo ainda não faz sentido. Os moradores eram, na verdade, apenas descendentes de imigrantes; poucos eram de fato de nacionalidade alemã mas, apesar disso, muitos também eram vistos como nazistas “quinta-coluna”. Desta forma, a chamada “origem germânica”, a mesma dos “fundadores” da cidade, tão

⁹ Refiro-me à expressão utilizada por Eric Hobsbawm. HOBBSAWM, Eric. Introdução: a invenção das tradições. In: _____; RANGER, Terence (Orgs.). *A invenção das tradições*. Tradução Celina Cardim Cavalcante. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 9-23.

¹⁰ Sobre a presença de uma elite luso-brasileira, ver: THIAGO, Raquel S. *Coronelismo urbano em Joinville: o caso de Abdon Batista*. Florianópolis: Governo do Estado de Santa Catarina, 1988.

tematizada e esquadrihada naqueles anos, por conta da perspectiva do “perigo alemão”¹¹, desencadeou outras práticas: muitos se fecharam ou silenciaram-se, outros transgrediram e outros, quem sabe, calaram-se por algum tempo, para posteriormente trazer destes acontecimentos “submersos” elementos para “emergir”, prenunciando outras histórias.

Os anos posteriores ao fim da Segunda Guerra Mundial são importantes na ressignificação da imigração para a história da cidade. O “tempo” do Centenário é um tempo lembrado e muito festejado, pois, no pós-guerra, boa parte da sociedade local preparou desde 1946 os festejos do seu primeiro Centenário, marcando uma profunda relação entre as imagens da cidade e a preservação de uma memória a ser (re)construída e (re)significada. O Centenário, amplamente comemorado em 1951, fortaleceu os laços com uma história pretérita, do “tempo da colonização” e dos imigrantes “pioneiros”. As histórias sobre o “tempo da Nacionalização” são inúmeras, especialmente, as relacionadas à proibição do uso do idioma alemão. As conseqüências deste fato tiveram vários desdobramentos, porque a cidade, até então, costumava ter seus referenciais pautados na sua “origem étnica”, fruto da importância da imigração alemã no decorrer do século XIX. Todavia, se a princípio, em Joinville, a década de 1930 e meados da década de 1940 (quando a questão da valorização/desvalorização da “cultura germânica” foi utilizada politicamente) se apresentaram como um “tempo de esquecer”, marcado por experiências impregnadas de tensões étnicas, ao mesmo tempo, sinaliza para outras questões, que compreendemos serem valiosas para entendermos o significado do legado da imigração para a história local. Uma história da imigração que foi amplamente rememorada durante as comemorações do primeiro Centenário da cidade.

Por meio da SAJ e do poder público municipal, desde 1946, preparava-se minuciosamente o Centenário. Uma elite local organizava com esmero toda uma narrativa que

¹¹ Sobre os diferentes momentos em que a questão do “perigo alemão” foi problematizada, ver: FROTSCHER, Méri. A cultura alemã como “ameaça” à cultura brasileira: nacionalização e conflitos culturais em Santa Catarina. In: RAMOS, Maria Bernardete; SERPA, Élio; PAULO, Heloisa (Orgs.) *O beijo através do Atlântico: o lugar do Brasil no Panlusitanismo*. Chapecó: Argos, 2001. p. 423-479.

reordenasse a importância do “tempo da imigração” para a história da cidade. Nesse “tempo do Centenário” emergiam discursos como a “saudação” que a 5ª Região Militar fez à cidade no dia 09 de março de 1951:

Joinville, comemoras o primeiro centenário de tua fundação. Tens exatamente um século. [...]

O início de tua vida foi de trabalho e de sofrimento, de luta e de compreensão. [...]

E assim, depois de tantas conquistas, entraste no século XX, que escondendo em uma de suas mãos as mais terríveis guerras do mundo, parecia nela trazer paz e tranquilidade. Sofreste. Sofreu o Brasil. Sofreu a humanidade. E, apesar dessas terríveis catástrofes, cresceste mais e chegaste ao que hoje és. Venceste com a tua pátria.

Joinville, se em meio de festas lembramos sofrimentos, é para que teus futuros filhos conheçam esta face da tua história, proclamada também por nós, soldados, da 5ª Região Militar [...] ¹²

No período da Nacionalização foi a 5ª Região Militar, sediada na cidade de Curitiba, no Estado do Paraná, auxiliada pelo 13º Batalhão de Caçadores, de Joinville, responsável por efetivar a Campanha na cidade. Mas, passados poucos anos, ela mesma se encarrega de “lembrar de sofrimentos” para que “seus futuros filhos conhecessem esta face de sua história”. Novos tempos, novas datas e antigos e novos personagens (re)significando a história da cidade. O discurso mencionado acima se constitui em um exemplo das formações discursivas que permearam o “tempo do Centenário de Joinville”, mas ele traz um componente interessante: menciona a importância de se fazer lembrar o “tempo da Nacionalização”. Chamo a atenção para esse fato, pois, de maneira geral, o “fazer lembrar” do Centenário era construído em relação a um certo “fazer esquecer” a Nacionalização. Evidentemente, não um “esquecer por completo”, mas insinuando-o “quando necessário” e, assim, na maioria das vezes, voltava -se a um passado ainda mais remoto – do “tempo da colonização”.

Nesta constante operação de lembrar/esquecer, a SAJ, uma sociedade formada por uma certa “elite” ¹³ política e econômica local, preparava uma comemoração “memorável”, trazendo

¹² Salve, cidade de Joinville. *Jornal de Joinville*, 09 mar. 1951, p. 01.

¹³ Convém destacar que precisar o uso da palavra “elite” é algo bastante complexo, mas, como as palavras são carregadas de significados, cabe registrar que não entendo este termo nem como próximo e nem como crítico ao

para o cenário da cidade uma memória específica: a memória dos “pioneiros”. Esta sociedade congregava empresários, políticos, profissionais liberais, entre outros, mas principalmente, descendentes dos imigrantes.

A data do Centenário, 1951, emergia como um marco significativo para a história da cidade e aos poucos revelava também os interesses políticos locais, que de certa maneira, escondiam-se, como que submersos, tal qual as massas de gelo por baixo dos *icebergs*. A princípio, à SAJ era “vedado qualquer atividade com fins políticos”¹⁴, todavia, sua estreita relação com o poder público local ia delineando outros desdobramentos para a política da cidade. Alguns membros da SAJ eram ligados à União Democrática Nacional - UDN, concorrendo inclusive posteriormente a cargos públicos por este partido. Além disso, durante todo o período em que se preparava a data de 1951, à frente da esfera pública municipal estiveram prefeitos da UDN.¹⁵ Convém lembrar que este partido era antigetulista e foi durante o governo de Getúlio Vargas que a cidade vivenciou a Campanha de Nacionalização, quando os descendentes de imigrantes sofreram diretamente os efeitos das leis nacionalizadoras. Em Joinville, como indicam algumas memórias, este partido era o preferido dos descendentes de imigrantes, justamente o grupo que majoritariamente preparou as comemorações da data de 1951.

E se as datas vêm da “relação entre o acontecimento, que elas fixam com sua simplicidade aritmética, e a polifonia do tempo social”¹⁶, cabe lembrar que estes acontecimentos são enredados em discursos e estes se dão no interior de relações que articulam as mais variadas

conceito marxista de classe social. Sobre as “teorias das elites”, ver: BOTTOMORE, Tom. (Ed.) *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988. p. 122-123. Utilizo para esta narrativa o termo “elite” como uma forma de designar um grupo local formado por homens, principalmente, descendentes de imigrantes alemães que, no período estudado, apesar das retaliações sofridas durante a Campanha de Nacionalização e, portanto, “aparentemente” sem um poder político efetivo, têm um poder econômico local e, principalmente, são referência para a cultura local, pois, são as histórias e os hábitos, expressos na música, dança, etc., desses imigrantes que são recolocados durante os festejos do Centenário. Assim, entendo esta “elite” como representante de uma “cultura germânica” que vai aos poucos (re)negociando com os brasileiros de outras origens étnicas, sua predominância na vida política, econômica e cultural da cidade, no final da década de 1940 e na década de 1950.

¹⁴ SOCIEDADE AMIGOS DE JOINVILLE. *Estatutos*. Joinville: Eberhardt, 1946.

¹⁵ Primeiramente com João Colin (23/12/1947 a 29/03/1950) que renuncia para concorrer à Assembléia Legislativa, e, posteriormente, por Rolf João Max Colin (31/01/1951 a 31/06/1956). Cf. *Relação dos Prefeitos de Joinville*. Núcleo de Arquivística – AHJ.

¹⁶ BOSI, A. Op. cit.

representações sobre o que se quer “fazer lembrar”. No caso do Centenário queria se fazer lembrar a história de “luta” e “pioneirismo” de um tempo pretérito: o “tempo da colonização”. Ao mobilizar esta história a SAJ, de certa forma, estabelecia “lutas de representações” e, tal como observa Roger Chartier, estas são importantes “para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio”.¹⁷

Enquanto historiadora, ao “deflagrar” uma análise tomando o Centenário como um momento que “se faz” em oposição/relação ao período da Nacionalização, procurei tornar estes “tempos” em “objetos pensáveis” a partir, principal mente, da memória. Todavia, várias são as perspectivas para trabalhar com a memória. Além da obra já citada de Jacques Le Goff, que tematiza a “história e a memória”¹⁸, somam-se outras referências epistemológicas, como a importância dos “lugares da memória”, problematizados por Pierre Nora¹⁹. E, se são várias as possibilidades de tematizarmos a memória, para este estudo, mobilizam-se também outras noções: a de “memória/esquecimento/silêncio” para compreender os traumatismos do passado e a de “memória e identidade” poderem ser “negociadas”, como lembra Michael Pollak²⁰; as reflexões sobre a “condição de vítima” sustentar reclamações e protestos, discutidas por Tzvetan Todorov²¹; e a memória como sendo “elaborada” no tempo histórico e com sua porosidade e dinâmica sendo um “processo ativo de criações e significações”, como menciona AlessandroPortelli²². Além das reflexões desse autor, especialmente em relação à memória e às

¹⁷ CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: DIFEL, 1990. p. 17

¹⁸ LE GOFF, J. Op. cit.

¹⁹ NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. Tradução Yara Aun Khoury. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

²⁰ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989; e, _____. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

²¹ TODOROV, Tzvetan. *Les abus de la mémoire*. Paris : Arléa, 1998.

²² PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. Tradução Maria Therezinha Janine Ribeiro. *Projeto História*, São Paulo, n. 14, fev. 1997. p. 33. E, deste mesmo autor destacam-se: _____. História oral como gênero. Tradução Maria Therezinha Janine Ribeiro. *Projeto História*, São Paulo, n. 22, p. 9-36, jun. 2001; _____. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 2. ed. Rio de Janeiro:

discussões sobre a história oral, destacam-se também as contribuições de Alistair Thomson, lembrando-nos que as memórias escolhidas para “relembrar mudam com o passar do tempo”²³; e, de Raphael Samuel, apontando que a memória “porta a marca da experiência”.²⁴

Tais leituras foram imensamente importantes, ajudando-me a perceber uma “polifonia do tempo social”²⁵, ao mesmo em que me sensibilizavam para frases como a de Maria que, ao “lembrar de muitas coisas”²⁶, contribuía para que esta escrita “emergisse”. E, como as memórias que entrecruzam este estudo têm como “suporte físico” a cidade de Joinville, as reflexões de Antonio Arantes, sobre cidade, memória e “transformações do espaço público”, foram inspiradoras.²⁷

As histórias sobre aqueles “tempos” foram perscrutadas a partir de dois tipos de memórias: uma publicizada por meio da imprensa e das inúmeras realizações da SAJ, portanto uma memória “mais masculina”, discutida nos três primeiros capítulos deste estudo; e, por intermédio das narrativas orais, especialmente de mulheres, na perspectiva de evidenciar algumas memórias “femininas”, presentes no último capítulo. Esta “escolha” justifica-se na perspectiva de que as histórias do Centenário relacionadas à Nacionalização não podem ser contadas apenas pelas fontes do setor público²⁸, dadas a ver na imprensa e nos mais diversos suportes documentais. Tais fontes, em consonância especialmente com os interesses da SAJ,

Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 103-130; _____ A filosofia e os fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. Tempo, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 59-72, 1996.

²³ THOMSON, Alistair. Reconstituindo a memória: questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias. *Projeto História*, São Paulo, n. 15, p. 51-84, abr. 1997.

²⁴ SAMUEL, Raphael. Teatros de memória. Tradução Maria Therezinha Janine Ribeiro; Vera Helena Prada Maluf. *Projeto História*, São Paulo, n. 14, p. 41-81, fev. 1997.

²⁵ BOSI, A. Op. Cit.

²⁶ BLEY, Maria da Luz Maia. Entrevista citada.

²⁷ ARANTES, Antonio A. *Paisagens paulistanas: transformações do espaço público*. Campinas, SP: UNICAMP; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.

²⁸ Utilizamos a perspectiva de esfera pública e privada a partir das reflexões de Jürgen Habermas, para compreender a historicidade destes termos e de como estão ligados a um modelo “liberal da esfera pública burguesa”. Ver: HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Tradução Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. Todavia, atenta às imprecisões da compreensão destas esferas, pois, seus limites são muito tênues, parece-me importante as observações de Joana Maria Pedro, quando menciona que os referidos termos (esfera pública e esfera privada), “até hoje, mantêm um largo poder normativo, apesar de contradizer-se constantemente na concretude do cotidiano”. PEDRO, Joana Maria. *Nas tramas entre o público e o privado: a imprensa de Desterro no século XIX*. Florianópolis: UFSC, 1995. p. 9-10.

reverberam um tipo de memória, mas não o único. Neste sentido, as narrativas das fontes orais, permitem ver descontinuidades em face às memórias que afloram dos mais variados discursos presentes em outras fontes. Descontinuidades que são dadas a ver, e não apenas aparecem de forma espontânea, mesmo porque foram tematizadas no momento das entrevistas. Salienta-se que não se trata de entender as fontes orais como meramente complementares, mas sim de perceber como as mais diversas narrativas constroem histórias.

Entretanto, convém mencionar que a opção de utilizar a fonte oral sobretudo com entrevistas de mulheres²⁹ sustenta-se no fato de já serem majoritariamente masculinas as vozes que ecoam das narrativas de outros suportes documentais, abrigados em espaços públicos, notadamente no Arquivo Histórico de Joinville. Assim, ao trabalhar com a metodologia da história oral ouvi, especialmente, narrativas construídas por diferentes mulheres, descendentes ou não de imigrantes alemães que, assim como Maria, “lembram de muitas coisas”.³⁰ Priorizar a memória destas mulheres, como principais interlocutoras de diferentes experiências desenroladas em Joinville nas décadas de 1930 a 1950, reside na perspectiva de que é possível, ao nos “(re)encontrarmos” com histórias de um tempo pretérito, perceber a partir das minúcias e de uma série de outras questões, uma perspectiva de “memória feminina”.³¹ Não falo de uma memória a

²⁹ Todavia isso não significa dizer que homens só lembram do espaço público e que mulheres só lembram do espaço privado. Maria Bernadete Ramos Flores, por exemplo, ao tematizar a memória feminina das festas açorianas no sul do Brasil, lembra-nos a importância de acrescentar ao “caráter sexuado”, questões como classe, cultura e as experiências, assim como as “trajetórias individuais de vida”, pois, a rememoração feminina não se reduz ao tempo circular e tampouco se restringe ao privado. FLORES, Maria Bernadete Ramos. Entre a casa e a rua... memória feminina das festas açorianas no sul do Brasil. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 4, 1995, p. 135.

³⁰ No decorrer desta pesquisa realizei entrevistas com 16 mulheres e 3 homens. Ainda analisei mais 31 entrevistas, com homens e mulheres, dos acervos do Laboratório de História Oral da Universidade da Região de Joinville - UNIVILLE (LHO) e do Arquivo Histórico de Joinville (AHJ). O AHJ foi fundado em 1972 e desde 1997 conta com um Núcleo de História Oral que objetiva coletar e preservar as memórias das pessoas mais antigas da cidade. O LHO está ligado ao Curso de História/UNIVILLE e desde a década de 1980 vem desenvolvendo projetos associados à metodologia da história oral. As entrevistas destes dois acervos, na maioria das vezes, foram realizadas na perspectiva de “história de vida” e, portanto, os temas da Nacionalização e do Centenário são apenas um dos fatos mencionados, haja vista que não era objetivo dos entrevistadores destas instituições estas questões específicas. Ainda, em várias destas entrevistas, os depoentes nem eram questionados sobre o Centenário, mas apenas sobre a Nacionalização.

³¹ Sobre a importância da história oral como uma “revanche das mulheres”, ver: PERROT, Michelle. Práticas da Memória Feminina. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 9, n. 18, ago./set. 1989. p. 16. Ainda dessa mesma autora, destacam-se: _____ *Les femmes ou les silences de l'histoire*. Paris : Flammarion, 1998 ; e, _____ (Org.) *Une histoire des femmes est-elle possible ?* Paris : Rivages, 1984. E, compreendendo que a construção de significados está também relacionada à questão de gênero, além dos trabalhos de Michelle Perrot, igualmente

priore marcada pelo sexo, isto seria, no mínimo, fruto de uma visão essencialista, pois, há algum tempo, a categoria gênero vem nos mostrando o quanto as “diferenças” são construídas historicamente.³² Mas também, é bom lembrar, que esta categoria, que migrou para a história a partir da antropologia, introduz a importância da análise relacional, mostrando que é fundamental percebermos as mediações e as relações de poder que estão presentes nas construções sociais do masculino e do feminino. Desta forma, ao analisar a história de Joinville, utilizando também a categoria gênero, estou entendendo, assim como Joan Scott e as historiadoras feministas da terceira geração³³ que, as experiências são relacionais e, conforme esta perspectiva “as mulheres e os homens eram definidos em termos recíprocos e nenhuma compreensão de um deles podia ser alcançada por um estudo separado”.³⁴ Ou seja, são histórias relacionais, mas percebendo que se diferentes experiências são entremeadas por papéis considerados “masculinos” ou “femininos”, no ato de rememorar, as diferenças destas experiências podem se fazer presentes.

Ressaltar a importância da memória feminina significa também relativizar as múltiplas experiências vivenciadas por mulheres e que por não estarem, na maioria das vezes, inscritas na documentação em geral, apontam as suas especificidades. A partir da intertextualidade entre memória e gênero, entrecruzados pelas narrativas orais, pode-se investir numa abordagem que indaga e percebe uma “memória feminina”. Trabalhar com as narrativas de mulheres, para dar visibilidade ao cotidiano vivenciado durante o Centenário e Nacionalização e, especialmente, para estabelecer outras leituras possíveis para práticas de um período que buscava “apaziguar-se”

destacam-se as reflexões de Françoise Thébaud e Denyse Baillargeon. THÉBAUD, Françoise. *Écrire l'histoire de femmes*. 2. ed. Fontenay-aux-Roses: ENS, 1998; BAILLARGEON, Denyse. *Ménagères au temps de la crise*. Montreal-Québec: Éditions du remue-ménage, 1993; e, _____. *Histoire orale et histoire des femmes: itinéraires et points de rencontre*. *Recherches féministes*, Québec, v. 6, n. 1, p. 53-68, 1993.

³² SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

³³ Sobre a utilização da categoria gênero pelas historiadoras, ver: PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero na pesquisa histórica. *Revista Catarinense de História*, Florianópolis, n. 2, p. 35-44, 1994.

³⁴ SCOTT, J. Op. cit. p. 5.

com o passado, parece-nos, portanto, um meio de “encadear experiências femininas, memória e gênero”.³⁵

Este trabalho apresenta-se dividido em quatro capítulos. No primeiro capítulo – **“Tempo de lembrar”**: o Centenário da cidade forjando o novo e ratificando o antigo – faz-se uma análise de alguns discursos sobre o Centenário da cidade, mas principalmente cotejando com o período vivenciado anteriormente, durante o “tempo da Campanha de Nacionalização”. Assim, algumas histórias sobre este momento foram narradas, evidenciando um pouco da história de processos impositivos vivenciados anteriormente ao “tempo do Centenário”. Também procurei mostrar como, logo em seguida ao fim da Campanha, um grupo de pessoas da sociedade local organizou-se na SAJ para preparar as comemorações do Centenário, (re)significando antigos discursos sobre a história da cidade. O segundo capítulo – **Materializando memórias: prenunciando o evento...** – trata especialmente da tessitura do evento, preparado com esmero pela comissão organizadora.

No terceiro capítulo – **O Centenário: uma “apoteose do esquecimento”** – utilizo-me de uma extensa documentação textual e iconográfica. Estas fontes são constituídas, por exemplo, por propagandas sobre a cidade e o Centenário, folhetos com textos ou poesias em homenagem aos fundadores da cidade, discursos que solicitam o auxílio de todos os joinvilenses para preparar os festejos, programação dos festejos, o “Álbum Histórico do Centenário”, o “Álbum de fotos do Centenário”, fotografias, um filme com imagens das festividades, etc. Salienta-se que, percorrer os caminhos desta documentação, que está abrigada no acervo do Arquivo Histórico de Joinville, foi um trabalho gratificante, pois, aos poucos, como que na montagem de um “quebra-cabeça”, pude ir “visualizando” os desfiles, os bailes, as peças de teatro, o vaivém daqueles dez dias – de 09 a 18 de março de 1951. Somam-se a esta documentação os jornais, principalmente, o *Jornal de Joinville* e uma revista mensal ilustrada, intitulada *Vida Nova*. As narrativas destes

³⁵ Em relação a esse possível “encadeamento”, ver: KOFES, Suely; PISCITELLI, Adriana. Memória de “histórias femininas, memórias e experiências”. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 8/9, p. 343-354, 1997.

dois tipos documentais são relevantes, pois, suas mensagens constituem-se numa importante forma de propaganda, na qual a SAJ e o poder público municipal recorrem à imprensa para se fazerem ouvir pelos joinvilenses. Das notícias afloravam uma narratividade que expressava o que uma “elite” política e econômica local queria dar a ver, ou seja, um “tempo de lembrar”.

E, finalmente, em **“Memórias de dores e de festas... Tempo de esquecer... Tempo de lembrar!** - as memórias das experiências, especialmente de mulheres que vivenciaram estas histórias de Joinville, são na construção deste enredo, deflagradoras de uma outra possibilidade de perspectivar o “tempo da Nacionalização” e o “tempo de lembrar do Centenário”. Trata -se de lembranças de mulheres brasileiras e teuto-brasileiras, pertencentes às camadas populares e médias, nascidas entre as décadas de 1910 a 1930, que moravam em Joinville, pelo menos entre os anos de 1938 a 1951. Ao cotejarmos a variada documentação produzida (folhetos, discursos, anúncios em jornais, revistas, fotografias, convites, propagandas, etc.) com as narrativas orais, percebemos num primeiro momento, uma memória forjada sobre o Centenário que se inscreve no espaço público, como uma reordenação de uma memória política local, masculina, constituída e estimulada pelo poder público, visando, perpetuar-se como um “documento/monumento”, num esforço de um grupo daquela sociedade em impor para as gerações futuras uma história a ser preservada.³⁶ Todavia, como já mencionei, as memórias femininas, não são as únicas que emergem sobre “aqueles tempos”. Uma memória que não exclui a “masculina”, que além de ser perspectivada também nesta narrativa está mais presente nos fundos públicos dos acervos. Trata-se então de trazer à tona uma outra memória sobre “aqueles tempos” da cidade, uma memória que resiste, subterrânea, mais “feminina”... Que passa por um outro registro, que lembra, por exemplo, do envolvimento na feitura das “bandeirinhas” para a decoração das ruas centrais, do trabalho cotidiano em embelezar a cidade, do artesanato confeccionado, dos detalhes dos bailes, dos desfiles... Mas também que fala da ausência, das que não participavam, das que não eram

³⁶ Sobre esta perspectiva, ver: LE GOFF, J. Op. cit. p. 535-553.

chamadas por não pertencerem à região central da cidade. Lembranças que emergem a partir das perguntas da entrevistadora e do momento em que vivemos e que também é ordenada na forma de narrativa. Lembranças que não são melhores, nem piores, são diferentes. Lembranças que merecem ter visibilidade, pois as memórias das histórias de Joinville também são permeadas pelas marcas de gênero e podem assim ser observadas, contribuindo com a (re)construção de histórias sobre experiências sociais do passado.

As entrevistadas, após os primeiros silêncios ou as primeiras lágrimas, foram revelando minúcias daqueles anos. Aos poucos, foi se estabelecendo uma relação de confiança entre elas e a pesquisadora e, na maioria das vezes, o roteiro pré-estabelecido³⁷ foi incorporando várias outras perguntas, pois, elas iam me indicando pistas, pessoas que poderiam me contar outras coisas, lugares que haviam sido mais significativos. E, embora suas falas quase não estejam presentes nas narrativas dos três primeiros capítulos deste trabalho, foram imprescindíveis para deixar-me “mais atenta” aos vários discursos sobre a Nacionalização e sobre o Centenário. Às diferentes narrativas, marcadas cada uma por uma história individual, relacionavam “lembranças, esquecimentos e silêncios”³⁸, apontando pistas para compreendermos a vontade de algumas pessoas ou grupos de esquecer alguns traumas do passado. Estas questões, que afloraram durante os depoimentos, principalmente quando tematizavam a Campanha de Nacionalização, insinuam negociações para conciliar algumas memórias da cidade. As narrativas orais iam aos poucos imprimindo à Campanha algo que extrapola a sua efetivação, através das leis autoritárias, fechamentos de escolas e espaços de sociabilidades, mas, adentrando por um “universo do vivido” que infere sobre as delações, prisões, brigas, medos, angústias, receios nas brincadeiras

³⁷ As perguntas versavam sobre: se elas haviam sentido diferenças na cidade com a Campanha; se lembravam daquele momento; se tiveram problemas com o fato de não poder falar o alemão; no caso das brasileiras, perguntava se conheciam pessoas que sofreram por não poder falar o alemão; se conheceram pessoas que foram presas ou sofreram castigos físicos durante aquele período; se culturalmente a cidade mudou muito após o fechamento dos clubes, escolas e os diferentes espaços de sociabilidades fundados desde o século XIX pelos imigrantes; como foram os preparativos para as comemorações do Centenário; se elas se envolveram; qual era a impressão dos/as moradores/as face aos discursos de uma festividade “grandiosa”; como foram os festejos; se “sentiam-se” pertencentes àquela “festa”; etc.

³⁸ Ver POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. Op. cit.

de infância, etc. “Detalhes” que dão contornos ao cotidiano autoritário daquele “t empo de esquecer”. Possivelmente, o desprendimento destas pessoas para falar desse “tempo” está relacionado outrossim ao fato de estarem mais velhas, pois, como aponta Alistair Thompson, na velhice um importante aspecto da lembrança “é a tentativa de dar sentido ao passar da vida quando ela se aproxima do fim”, como que num retrospecto “movido também pela necessidade emocional de estabelecer um contato com questões e experiências mal-resolvidas [...]”.³⁹

Leituras possíveis para histórias que marcaram o cotidiano de Joinville durante as décadas de 1930 a 1950. Leituras que se procurou construir a partir de discursos e de memórias que nos dão ou não efeitos de sentido. Histórias da cidade que pontuaram histórias de vida, pois, como menciona Ecléa Bosi, “Cada geração tem, de sua cidade, a memória de acontecimentos que permanecem como pontos de demarcação em sua história”.⁴⁰

No caso das histórias que me proponho narrar, problematizadas no “tempo presente”, os “pedaços” de tempo de outrora da cidade falam do Centenário e da Nacionalização, mas também inferem sobre o “tempo da colonização”. Tempos que também sinalizam datas carregadas de múltiplos significados, como por exemplo 1951. E mais uma vez, parafraseando Alfredo Bosi, “datas dão o que pensar”!

³⁹ THOMSON, Alistair. Quando a memória é um campo de batalha: envolvimento pessoal e político com o passado do Exército Nacional. Tradução Simoni Geraldes. *Projeto História*, São Paulo, n. 16, fev. 1998. p. 288-289.

⁴⁰ BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 4. ed. São Paulo: Companhia das letras, 1995. p. 418.

Capítulo I

“TEMPO DE LEMBRAR”:

o Centenário da cidade forjando o novo e ratificando o antigo

Salve! 9 de Março de 1951!
Histórica data deste belo rincão.
Cem anos são os que já decorreram,
Dessa boa e brilhante colonização.
Aos primeiros, que aqui chegaram.
Minha inteira e terna gratidão.¹

Joinville é, pois, uma magnífica cidade de grandes possibilidades que muito tem colaborado para o engrandecimento do Estado de Santa Catarina.

Ali, em seu pródigo e rico seio vive e trabalha os seus incansáveis habitantes, brasileiros dinâmicos de olhos azuis e cabelos louros e que de braços dados com seus irmãos de Tez Morena e olhos pretos, labutam pela felicidade de suas famílias e pela grandeza de sua pátria, legando aos seus pósteros a mais bela e sublime lição de trabalho e ardor progressista.[...]²

É e justamente e exclusivamente esta a finalidade das festividades do Centenário: QUE AQUILO QUE FOI CONQUISTADO PALMO A PALMO PELOS NOSSOS ANTEPASSADOS NUNCA SEJA ESQUECIDO, mas sim levado sempre para frente.³

Estes discursos, que aqui figuram como epígrafes, constituem-se em alguns exemplos de formações discursivas sobre o Primeiro Centenário da cidade de Joinville, amplamente comemorado em março de 1951.

Joinville, localizada na região nordeste do Estado de Santa Catarina, foi colonizada por imigrantes europeus, principalmente alemães, a partir de 1851, através da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, que encaminhou para Joinville e arredores, entre os anos

¹ ALVES, Pedro Leonardo. Homenagem a memória dos bravos colonizadores de Joinville. 1851- 9 de Março – 1951. *1º Centenário de Joinville*. Impresso, 1951. Caixa: Joinville – Centenário. AHJ. Destaca-se que, no decorrer de todo este trabalho, a ortografia da época será atualizada nas citações, excetuando-se esta atualização apenas em relação aos títulos dos documentos, aos títulos dos anúncios veiculados na imprensa local e dos títulos dos artigos da Revista *Vida Nova*.

² O Centenário de Joinville. *A Notícia*, Joinville, 04 mar. 1951, p. 3.

³ *Apêlo ao Joinvilense*. Folheto. Impresso. 1950. Caixa: Joinville – Centenário. AHJ.

de 1850 a 1888, 17.408 colonos⁴. Estas terras foram oferecidas para colonização por François Ferdinand Philippe Louis Marie d'Orléans, Príncipe de Joinville, e as negociações iniciaram em Hamburgo, entre o Senador Schroeder e o Sr. Léonce Aubé, procurador do Príncipe de Joinville no Rio de Janeiro. Tratava-se de terras que faziam parte do dote de casamento com a princesa Francisca Carolina, filha de Dom Pedro I. A Colônia foi chamada de Dona Francisca⁵, em homenagem à princesa e, posteriormente, o núcleo da colônia foi denominado Joinville.⁶ Foi em 09 de março de 1851, que os primeiros imigrantes, vindos com a barca “Colon”, até o Porto de São Francisco do Sul, chegaram a estas terras. Ressalta-se que a história da cidade costuma ser contada a partir dessa data, não levando em consideração os povos sambaquianos que aqui viveram, nem mesmo a presença dos índios, dos afrodescendentes e dos luso-brasileiros no momento da colonização.⁷

É então, a colonização da cidade a partir dos imigrantes, principalmente alemães⁸, e os feitos dos “pioneiros” que marcam os discursos sobre Joinville. Discursos que vêm à tona, com força total, nas comemorações do Centenário da cidade. O tom enaltecido ao imigrante, que permeou toda a festividade, poderia ser interpretado, simplesmente, como algo intrínseco a uma programação festiva, se não fosse o fato de, alguns anos antes, esta mesma valorização enaltecida haver passado por outros desdobramentos.

⁴ MAGALHÃES, Marionilde D. B. de. *Alemanha, mãe-pátria distante; utopia pangermanista no sul do Brasil*. Campinas, 1993. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas. p. 15.

⁵ A Colônia Dona Francisca compreendia, além de Joinville, parte das atuais cidades de Garuva, Guaramirim, Schroeder, Campo Alegre e São Bento do Sul.

⁶ FICKER, Carlos. *História de Joinville: subsídios para a crônica da Colônia Dona Francisca*. Joinville: Ipiranga, 1965.

⁷ Sobre os povos sambaquianos, o Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville vem desenvolvendo, há vários anos, um interessante trabalho, reconhecido nacionalmente. Sobre os índios e os afrodescendentes que viviam em Joinville no momento da colonização praticamente inexistem estudos e, mesmo a presença dos luso-brasileiros, somente há poucos anos, vem sendo evidenciada pela historiografia local. Assim, registraram-se os feitos da história da cidade a partir do imigrante europeu, principalmente, o alemão.

⁸ Destaca-se que, embora a Alemanha ainda não fosse um Estado Nacional unificado no momento da colonização, o que ocorreria somente em 1871, já são correntes as expressões “pátria alemã”, “Alemanha”, “alemães”, para referir-se àquele território e seus habitantes, como demonstra uma matéria do jornal *Illustrirte Zeitung*, de 1851, ao analisar a questão da emigração: “Há vários anos um assunto referente à nossa pátria alemã (...) Essa grande evasão anual de tesouro nacional está totalmente perdida para a Alemanha e serve apenas para enriquecer países estrangeiros e fazer concorrência aos produtos alemães”. In: A Colônia Dona Francisca na Província de Santa Catarina, Brasil. *Illustrirte Zeitung*. Leipzig, 1º sem./1851. *Apud*, BÖBEL, Maria Thereza; THIAGO, Raquel S. *Joinville – os pioneiros: documento e história: v. I – 1851 a 1866*. Joinville: UNIVILLE, 2001. p. 30-35. Grifos nossos.

Assim, uma parcela dos joinvilenses, “lusos” e “teuto -brasileiros”⁹, que, na época, perfaziam um total de 46.550 habitantes¹⁰, vivenciavam os festejos do Centenário. Nesse momento, vários símbolos do imaginário da cidade foram potencializados, como o “pioneirismo” do imigrante e a barca “Colon” que os trouxe em 1851. As fissuras em relação a essa comemoração, sobre a forma com que ocorreram os preparativos e até que ponto aquela população entendia ser importante tanto investimento, não foram dadas a ver. E, nem mesmo as diferenças entre os vários moradores, especialmente as relacionadas com a classe social a que pertenciam, foram pinçadas na construção da trama do Centenário. O que prevaleceu foi a narrativa a partir do imigrante – alemão, “pioneiro”, que sofreu mas venceu e “que de braços dados com seus irmãos de tez morena” deixava uma lição de muito trabalho. Tais símbolos, já presentes no imaginário da cidade foram importantes na mobilização das diferentes ações para a comemoração, não só no momento – março de 1951, mas, principalmente, para a mensagem que este evento inscreveria na história local, especialmente, se entendermos, assim como Bronislaw Baczko, que “o dispositivo imaginário suscita a adesão a um sistema de valores e intervém eficazmente nos processos da sua interiorização pelos indivíduos, modelando os comportamentos, capturando as energias e, em caso de necessidade, arrastando os indivíduos

⁹ Tratam-se dos brasileiros descendentes de imigrantes alemães. Embora quase todos os habitantes fossem brasileiros, era muito comum serem somente os descendentes de portugueses ou africanos chamados de brasileiros, sendo os descendentes de imigrantes, alemães ou suíços, habitualmente denominados de teuto-brasileiros ou simplesmente de “alemães”, mesmo quando nascidos no Brasil. Quanto aos descendentes de italianos, apareciam menos nas discussões étnicas, possivelmente, por representarem um percentual menor entre os moradores da cidade. Mas, salienta-se que ainda não foram realizados estudos que efetivamente dêem visibilidade aos descendentes dos imigrantes italianos que vieram para Joinville a partir do final do século XIX. Em relação aos suíços, data da década de 1990 um movimento de descendentes deste grupo étnico em procurar registrar suas especificidades em relação aos alemães, pois, na historiografia local, de maneira geral, ainda são tratados como “alemães”. Especialmente no período estudado, os teuto-brasileiros, embora também nascidos no Brasil e, portanto, brasileiros, diferenciavam-se dos outros por não terem a mesma origem lusitana. Ao se referirem aos “lusos”, ou ainda, de forma pejorativa, “caboclos”, os descendentes de imigrantes costumavam pontuar sua distintividade: eles, descendentes dos imigrantes que vieram, principalmente, da atual região da Alemanha; os outros, uma “mistura” de origem portuguesa, indígena e africana. Sobre a presença dos suíços na história da cidade, ver: CUNHA, Dilney. *Suíços em Joinville: o duplo desterro*. Joinville: Letradágua, 2003.

¹⁰ “[...] no recenseamento de 1950, foram recenseados no município de Joinville 46.550 habitantes, sendo que 21.102 pertencem à cidade. [...] estão distribuídos por 10.106 domicílios, sendo as propriedades rurais exploradas em número de 1.877”. Joinville e o recenseamento de 1950. In: CORDEIRO, Olivio B. (Org.) *Anuário de Joinville: 1ª Edição – 1951 – Ano do 1º Centenário de Joinville*. Joinville: Gráfica do Laboratório Catarinense, 1951. p. 92.

para uma ação comum”.¹¹ É a partir deste imaginário, acionado “ho e por meio do simbolismo”¹², que se “apela” para a participação maciça dos moradores da cidade nos preparativos do evento.

Desta forma, no Centenário da cidade, a presentificação/valorização de alguns mitos passa a ser evidenciado como “a” memória de toda a cidade, para então ser “tomado” como “a” história da cidade.¹³ Estes mitos já estavam lá e, possivelmente, já tinham sido utilizados em outros momentos, no entanto, talvez não com a intensidade que vão ser trazidos na urdidura das comemorações. Pierre Nora, ao problematizar os “lugares da memória”, aponta para o fato de história e memória não serem sinônimos¹⁴ e que a “passagem da memória para a história obrigou cada grupo a redefinir sua identidade pela revitalização de sua própria história”.¹⁵ A reflexão deste autor parece-me oportuna para olhar a história de Joinville no momento do seu Centenário e perceber como foram (re)construídas narrativas, valorizando uma memória da imigração para positivar a história do presente em consonância com os interesses dos diferentes grupos étnicos num momento de (re)definições de seus papéis na história local. Uma cidade sempre apresenta múltiplas facetas, mas, em Joinville, onde a presença dos teuto-brasileiros é grande e a história da imigração os privilegia, um discurso a construiu como uma cidade germânica, numa operação de encobrimento da diversidade. Foi no espaço da cidade, mesmo que reduzida à região central e não representando toda a sua cartografia, que se desenvolveram as ações, pois, a cidade, conforme Antonio A. Arantes, é o “*locus* e objeto de importantes disputas na incessante

¹¹ BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional e Casa da Moeda, 1984. Vol. 1 (Memória – História). p. 311.

¹² Idem, *ibidem*. p. 311.

¹³ Sobre a perspectiva da “memória tomada como história”, ver: NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. Tradução Yara Aun Khoury. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993. Em relação a esse período da história de Joinville, Clóvis Gruner denomina como um “reenquadramento da memória”, entendendo que já existia na cidade uma memória oficial construída, “enquadrada”, e o que ocorreu a partir da década de 1950 “é um processo de ressignificação daquela memória já enquadrada e tornada oficial”. GRUNER, Clóvis. *Leituras matutinas: utopias e heterotopias da modernidade na imprensa joinvilense (1951-1980)*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2003. p. 24.

¹⁴ Segundo Nora: “A memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais”. NORA, P. Op. cit. p. 9.

¹⁵ Idem, *ibidem*. p. 17.

estruturação prática e simbólica da cidadania”.¹⁶ Na cidade, neste espaço de profundas disputas, vários joinvilenses foram chamados, através de uma série de discursos, como os que iniciam este texto, a colaborar com as comemorações do Centenário.

Mas, vale lembrar, assim como já assinalou Michel Foucault, que “É preciso estar pronto para acolher cada momento do discurso em sua irrupção de acontecimentos, [...] Não é preciso remeter o discurso à longínqua presença da origem; é preciso tratá-lo no jogo de sua instância”.¹⁷ Este autor, ao propor olhar a história a partir das descontinuidades, problematizou o discurso, criticando as continuidades irrefletidas, buscando conhecer a emergência de diferentes discursos (e não a origem dos mesmos), pois, para ele, fazer uma genealogia do discurso é fazer a genealogia no seu próprio texto.¹⁸ As reflexões deste filósofo, entre outros teóricos, apontam para a multiplicidade das possibilidades em trabalhar com discurso, porque trabalhar com discurso pressupõe mobilizar enunciados e, mais uma vez, parafraseando o filósofo, “um enunciado é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente”.¹⁹

Assim, enveredar para uma possível análise dos discursos acerca das comemorações do Centenário de Joinville, ocorrido em 1951 é também buscar compreender como esse “evento” (carregado de inúmeros significados) foi positivado de tal forma a funcionar como uma

¹⁶ Antonio A. Arantes faz esta observação sobre as cidades no presente, especialmente, por estar referindo-se, nesse momento, ao tema da “cultura e cidadania em tempos de globalização” nas transformações do espaço público na cidade de São Paulo. (No capítulo intitulado “Desigualdade e diferença: cultura e cidadania em tempos de globalização”). Todavia, parece-me que esta questão é oportuna para observar a cidade de Joinville na década de 1950. Na obra como um todo, o autor trabalha a partir da passagem da década de 1940-1950, na cidade de São Paulo, abordando aspectos políticos e culturais da produção social do espaço público. ARANTES, Antonio A. *Paisagens paulistanas: transformações do espaço público*. Campinas, SP: UNICAMP; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000. p. 161.

¹⁷ FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 28. Convém lembrar que, embora recorra a Michel Foucault, especialmente, para falar da importância em tratar o discurso em “seu momento”, as reflexões deste autor não se configuram como uma baliza teórica central do estudo que desenvolvo. Optar por trazer as reflexões de Michel Foucault, de uma forma “periférica”, justifica-se no sentido de otimizar a abordagem sobre o discurso, sem estar presa a amarras, mas, abrindo espaço para o que pontua Jacques Revel, ao historicizar os paradigmas dos Annales, ou seja: “As práticas científicas já não tem que se alinhar umas com as outras mas sim que capitalizar um fundo comum onde cada um vai buscar provisoriamente o que lhe serve”. REVEL, Jacques. *História e Ciências Sociais: os paradigmas dos Annales*. In: _____ *A invenção da sociedade*. Tradução Vanda Anastácio. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. p. 37

¹⁸ FOUCAULT, M. Op. cit. p. 28.

¹⁹ Idem, ibidem. p. 32.

“ápoteose do esquecimento”. Um esquecimento parcial das dores e silêncios da Nacionalização (vivenciadas entre 1938 a 1942) e das diferenças étnicas que, no momento da Segunda Guerra Mundial, tornaram-se para alguns joinvilenses sinônimo de desprestígio social e cultural, chegando a afetar as relações políticas na cidade. Mas este investimento no esquecimento, ao mesmo tempo, aposta nas lembranças. Lembranças que valorizam as “origens” étnicas daqueles que colonizaram a cidade, ou seja, esquecem/amenizam as fissuras dos tempos sombrios, retirando desse tempo apenas o essencial para valorizar ainda mais as lembranças dos “pioneiros”. Os diferentes discursos acerca das comemorações do Centenário de Joinvil tornam-se interessantes na perspectiva de que esse aniversário ganhou, na cidade, uma dimensão que extrapolou aquele momento. Foi utilizado para forjar um “novo tempo”, apaziguando -se com os traumas ainda recentes engendrados pela Campanha de Nacionalização e, ao mesmo tempo, ratificando uma imagem antiga, presente na história da cidade – a importância da cultura dos imigrantes alemães – algo tão atacado durante a Nacionalização.

As histórias sobre a Nacionalização em Joinville são várias, mas, neste momento, procuro chamar a atenção para como, rapidamente, após o fim da Segunda Guerra (1945) e dos efeitos das leis nacionalizadoras²⁰, uma parte da sociedade local organizou-se já em 1946, aproveitando a data de aniversário da cidade para traçar os rumos do Centenário, fato que iria acontecer dali a cinco anos e que, ao que tudo indica, marcaria novas relações e um novo tempo para o município – um “tempo de lembrar”. A Sociedade Amigos de Joinville – SAJ, fundada em 09/03/1946, era composta por diretoria formada por “lusos” e “teuto -brasileiros” e tinha como finalidade

²⁰ Destacam-se entre os decretos nacionalistas os seguintes: Decreto-lei n. 341, de 17/03/1938, que regulava a apresentação de documentos, por estrangeiros, ao Registro de Comércio, para estes abrirem firma no país; Decreto-lei n. 383, de 18/04/1938, que vedava as atividades e organização política de estrangeiros; Decreto-lei n. 389, de 25/04/1938, que regulava a nacionalidade brasileira; Decreto-lei n. 392, de 27/04/1938, que regulava a expulsão de estrangeiros, quando estes comprometessem a segurança nacional; Decreto-lei n. 406, de 04/05/1938, que regulamentava a entrada de estrangeiros no território nacional; e, Decreto-lei n. 868, de 18/11/1938, que ao criar no Ministério da Educação e Saúde, a Comissão Nacional de Ensino Primário, buscava organizar uma ampla nacionalização do ensino primário, incluindo “todos os núcleos de população de origem estrangeira”, e com isso acabava reprimindo as práticas culturais destas populações. LEX. Coletânea de Legislação. Legislação Federal e Marginália. São Paulo: LEX, ano II, 1938. BU.

“...auxiliar e apoiar as iniciativas oficiais em tudo que vise o progresso intelectual e material da cidade”, destacadamente, os preparativos do Centenário.²¹

A partir de uma vasta documentação, como por exemplo, os textos sobre as comemorações do referido centenário, publicados na Revista *Vida Nova*, que circulou em Joinville, de 1948 a 1951, é possível observar alguns elementos que possibilitam uma análise discursiva sobre o citado evento. Refiro-me a uma vasta documentação, pois um aspecto que impressiona quem remexe os documentos referentes ao Centenário ou às notícias dos jornais da época é a riqueza dos discursos, como os citados no início deste texto. Textos que mesclam antigos elementos – “salve o imigrante, aquele que tudo conquistou palmo a palmo” – com novos ingredientes propiciados pela forte ação nacionalizadora do Estado Novo - um discurso que enaltece também o trabalho de mãos dadas com seus irmãos de “tez morena e olhos pretos”, ou seja, todos juntos construindo o progresso da nação. Evidentemente, os novos discursos engendrados no pós-guerra, mobilizaram muitos aspectos da vida econômica, política e social da cidade, num movimento constante de adequar-se aos novos tempos, sem abandonar antigos pressupostos, mas, através de uma reformulação discursiva trazem, à tona, elementos de significação para aquelas pessoas. Assim, é bom lembrar que a própria noção de discurso está impregnada por mudanças, por idéias em movimento, ou ainda, como salienta Eni Puccinelli Orlandi, “a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a idéia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem...”.²² E também tais discursos são forjados na vida na cidade, contribuindo na (re)criação de novas experiências e subjetividades.

São idéias em movimento, que se inscrevem cotidianamente na perspectiva de tornar o Centenário numa grande apoteose, abafando memórias de dores recentes e revigorando antigos personagens, é claro que, sem deixar de pontuar, de vez em quando, as injustiças de que muitos

²¹ *A Notícia*, Joinville, 04 maio 1946, p. 3.

²² ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 1999. p. 15.

foram alvo. Tal apoteose, ao mesmo tempo em que abafa algumas dores e positiva memórias específicas, insinua, de certa forma, como antigas práticas foram renegociadas. Ao que tudo indica, não remexer num passado recente e valorizar a saga da colonização, após o fim do Estado Novo, seria o melhor para todos os joinvilenses – lusos e teuto-brasileiros.

E, salienta-se que entendemos serem importantes as reflexões oriundas da área da lingüística sobre o discurso, especialmente, por contribuírem com as narrativas históricas. Assim, mais uma vez, valendo-me da perspectiva de Jacques Revel de “capitalizar um fundo comum”²³, visando à possibilidade de uma análise mais plural, optei também por “enveredar” para a compreensão do discurso como uma “prática simbólica”, tal como menciona Eni Puccinelli Orlandi. Todavia, esta “prática simbólica” deve ser cotejada frente a outras abordagens. Para Roger Chartier, por exemplo, mesmo a realidade passada sendo acessível ao historiador através do texto, devemos considerar a “irredutibilidade da experiência ao discurso”. Ainda, segundo este autor, a construção discursiva remete a outras questões, como às relacionadas ao que caracteriza “os diferentes grupos, comunidades ou classes que constituem o mundo social”.²⁴ Desta forma, é preciso estar atenta à diversidade dos discursos produzidos em Joinville a partir de 1946, que visavam forjar uma história a ser preservada. Essa história, revelada nos festejos do Centenário, é profícua no sentido de ratificar uma história do passado, apresentando-se nas mais variadas formas. E, não só os “discursos sobre”, mas, da mesma maneira, as “experiências desse momento” merecem ser problematizadas.

O “tem po” do Centenário é um tempo lembrado e muito festejado, pois, no pós-guerra, a sociedade local ou boa parte dela preparou, desde 1946, os festejos do seu primeiro Centenário, marcando uma profunda relação entre as imagens da cidade e a preservação de uma memória a ser (re)construída e (re)significada. Esta “preservação” pode ser percebida através de uma densa simbologia expressa nos mais variados documentos e monumentos, entendidos como sublinha

²³ REVEL, J. Op. cit.

²⁴ CHARTIER, Roger. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 97-113, 1994.

Jacques Le Goff, pois, “um monumento é em primeiro lugar uma roupagem, uma aparência enganadora, uma montagem” e precisam ser compreendidos desde as suas “condições de produção”.²⁵ Nesta passagem, o mencionado autor está se referindo aos documentos e aos monumentos, mas, penso que esta reflexão pode ser importante também para analisar algumas das condições que “produziram” o Centenário. Se entendermos este “tempo de lembrar” também como um “monumento” e, portanto, também como uma “montagem”, faz -se necessário, para compreendê-lo, realizar sua “desmontagem”.²⁶

Assim, uma possibilidade de iniciar esta “desmontagem” é cotejar o seu contraponto, ou seja, trazer, à tona, um pouco da história de processos impositivos vivenciados anteriormente.

“Tempo de esquecer”: a cidade de Joinville e a Campanha de Nacionalização

Durante o período do Estado Novo (1937-1945), o Brasil vivenciou um forte intervencionismo do Estado na sociedade, onde práticas repressivas eram implementadas através de leis “coercitivas e restritivas ao direito de livre circulação, de pensamento, de organização” e que foram, aos poucos, fazendo parte do funcionamento do Estado.²⁷ O país, de maneira geral, sofreu restrições nessa época, com as novas leis da Constituição de 1937 e com uma série de medidas tomadas a partir daí, expressas nos mais diversos Decretos e Decretos-lei. Esse período da história brasileira vem sendo estudado a partir das suas mais variadas facetas, mostrando que

²⁵ LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: _____ *História e memória*. Tradução Bernardo Leitão et al. 3. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 1994. p. 548.

²⁶ Idem, ibidem. p. 548.

²⁷ ALVES, Paulo. O poder judiciário no Estado Novo (1937-1945). *História*, São Paulo, v. 12, 1993. p. 270. Sobre o Estado Novo, ver: CARONE, Edgard. *O Estado Novo (1937-1945)*. Rio de Janeiro: Difel, 1976.

o mesmo representou a concretização de um projeto antiliberal que “melhor convinha em termos de planejamento, incentivo à produção e consolidação do controle efetivo dos trabalhadores”²⁸, que se utilizou de símbolos e imagens do discurso teológico²⁹ para resolver as dissonâncias políticas, que foi centralizador e intervencionista na economia, na imprensa e nos mais diversos setores da sociedade³⁰ e que, desde o primeiro momento, tentou dar um “sentido mítico ao Estado”³¹. Na perspectiva de Vargas, o Estado Novo marca um novo início na história do país, pois, segundo ele, “tem como programa reconstruir os quadros da vida nacional, e, para isso, faz-se necessário, imprescindível, imperioso mesmo, criar uma mentalidade renovadora...”³²

O período autoritário do Estado Novo investiu numa legislação que, entre outras coisas, buscava resolver os problemas sociais que vinham intensificando-se por toda a década de 1930, como, por exemplo, a questão do comunismo, do trabalho e do nacionalismo.³³ Em relação a este último, cabe lembrar que, para os nacionalistas, a tão almejada unidade nacional passava também pela solução do problema étnico³⁴. E a questão étnica, entremeada pelas discussões acerca da presença dos imigrantes, figurava também nas leis e decretos do governo varguista. Segundo Edgar Carone, alguns destes Decretos-lei são fundamentais para “completar ou reformar

²⁸ CAPELATO, Maria Helena R. *Os arautos do liberalismo: imprensa paulista 1920-1945*. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 239.

²⁹ LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. Campinas: Papyrus, 1986.

³⁰ Dos trabalhos sobre esse período destaque: CAPELATO, Maria Helena R. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas: Papyrus, 1998; GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994; _____ *História e historiadores: a política cultural do Estado Novo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999; e, GOULART, Silvana. *Sob a verdade oficial: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*. São Paulo: Marco Zero, 1990.

³¹ Segundo Carone, “O Estado Novo é o primeiro momento em que se tenta dar um sentido mítico ao Estado, personalizado não só no que se denomina Estado Nacional ou Nação, como também em seus expoentes e chefes”. CARONE, E. Op. cit. p. 166.

³² Discurso proferido a 27 de abril de 1940. In: VARGAS, Getúlio. *As diretrizes da nova política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943. p. 62.

³³ Sobre os vários temas, especialmente, comunismo, pátria e trabalho, que mobilizaram a sociedade e o Estado durante os anos 1935-1937, possibilitando a criação do Estado Novo, ver: DUTRA, Eliana. *O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30*. Rio de Janeiro: UFRJ/Belo Horizonte: UFMG, 1997.

³⁴ Conforme Capelato, em relação à resolução do problema étnico, durante a década de 1930 ocorreu no Brasil uma mudança nos discursos sobre as raças, pois, “As teses baseadas nas ciências biológicas e na sociologia evolucionista na sociedade até o final dos anos 20 foram sendo, paulatinamente, substituídas por outras perspectivas que acabaram por valorizar a miscigenação. A necessidade de aproveitamento do trabalhador nacional explica, em parte, essa mudança. Mas a justificativa dessa nova postura aparecia relacionada à preocupação com a unidade étnica do país, elemento importante na construção da consciência nacional”. CAPELATO, M H. R. *Multidões em cena...* Op. cit. p. 229.

conceitos e valores constitucionais”, destacando-se os que se referem à administração dos estados e municípios e os que inferem sobre os estrangeiros.³⁵

A partir de 1938, as leis nacionalizadoras³⁶ do governo autoritário do presidente Getúlio Vargas visavam homogeneizar as práticas culturais e políticas no país, construindo uma brasilidade nacional que deveria eliminar as diferenças regionais. Nas questões relacionadas aos estrangeiros, as regiões do país que tinham, de forma mais acentuada, a presença de imigrantes e descendentes, especialmente, as regiões onde estes, de maneira mais marcada, mostravam-se ainda ligados aos seus países de origem, tiveram, através de ações dos estados, um tratamento mais efetivo. No sul do Brasil, estas leis tiveram um impacto bastante grande, haja vista a grande presença de imigrantes estrangeiros. Criar nestas populações um vínculo maior com o país, estimulando o sentimento de brasilidade foi tônica das leis nacionalizadoras que iniciaram de uma forma mais efetiva com o Decreto-lei n. 383 de 18/04/1938 que, entre outras providências, “vedava aos estrangeiros atividades políticas no Brasil”.³⁷ Tal decreto, somado a outros, tanto no plano federal quanto no estadual, foi, aos poucos, estabelecendo uma nova postura a ser seguida entre as populações de diferentes regiões do país.

Para pôr em prática esta “Nacionalização”, que em algumas regiões foi levada a efeito como uma verdadeira “Campanha”³⁸, afirmando a nacionalidade brasileira, o governo federal proibiu atividades políticas de estrangeiros no Brasil e passou a interferir no funcionamento de instituições estrangeiras. Somadas à legislação federal, os estados³⁹ e os municípios também

³⁵ CARONE, E. Op. cit. p. 160.

³⁶ Referência aos vários Decretos e Decretos-lei de 1938.

³⁷ Decreto-lei n. 383, de 18/04/1938. *LEX*. Coletânea de Legislação. Legislação Federal e Marginália. São Paulo: LEX, ano II, 1938. p. 119-121. BU.

³⁸ Salienta-se que o próprio texto do decreto-lei n. 868 faz menção a uma “campanha nacional”, quando menciona em seu Artigo 2º que “Compete à Comissão Nacional de Ensino Primário: a) organizar o plano de uma campanha nacional de combate ao analfabetismo, mediante a cooperação de esforços do Governo Federal com os governos estaduais e municipais [...]; b) definir a ação a ser exercida pelo Governo Federal e pelos governos estaduais e municipais para o fim de nacionalizar integralmente o ensino primário de todos os núcleos de população de origem estrangeira; [...]” *LEX*. Coletânea de Legislação. Legislação Federal e Marginália. São Paulo: LEX, ano II, 1938. p. 522-523. BU.

³⁹ Em nível estadual salienta-se a efetiva atuação do interventor Nereu Ramos para garantir o “sucesso” da Campanha em Santa Catarina. Nereu Ramos assumiu o governo do estado em 01/05/1935, foi nomeado pelo Presidente Getúlio Vargas, Interventor Federal do Estado de Santa Catarina, tendo a nacionalização do ensino como

passaram a legislar sobre a nacionalização e o Exército deveria garantir o sucesso da obra nacionalizadora.⁴⁰

Uma das justificativas do Estado Novo ao buscar acabar com a diversidade existente, em especial, em Santa Catarina, era por este estado ter forte influência germânica e, portanto, estaria mais vulnerável a compactuar com o nazismo. Em nome de uma unidade nacional, falar alemão, por exemplo, passou a significar um “perigo” e, desta forma, esse problema passou a ser alvo de resolução.⁴¹

Em Joinville, o projeto nacionalista de Vargas foi também implementado, pois, assim como outras cidades do país, Joinville por ter sido colonizada por imigrantes europeus, principalmente alemães, ainda mantinha algumas características que os identificavam com o país de origem e que, portanto, para os olhos do Estado, poderiam significar um “perigo”.⁴²

uma das prioridades do seu governo. Aliás, conforme Silvana Goulart, “às interventórias eram elementos-chave na relação entre o governo central e as unidades da federação. Possuíam prerrogativas executivas e legislativas, transformando o interventor em coordenador político; constituíam esfera estratégica do Estado Novo, interligando as novas oligarquias estaduais, os ministérios e a presidência da República”. In: GOULART, S. Op. cit. p. 29.

⁴⁰ O período do Estado Novo e a Campanha de Nacionalização em Santa Catarina vêm sendo abordados por diferentes estudiosos, sob as mais variadas perspectivas de análise, ver: BITENCOURT, João Batista. *Estado Novo, cidade velha: o governo ditatorial de Vargas desde Laguna*. Porto Alegre, 2002. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul; CAMPOS, Cynthia Machado. *Controle e Normatização de condutas em Santa Catarina (1930-1945)*. São Paulo, 1992. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; _____ *A política da língua na era Vargas: proibição do falar alemão e resistências no sul do Brasil*. Campinas, 1998. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas; FÁVERI, Marlene de. *Memórias de uma (outra) guerra. Cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina*. Florianópolis, 2002. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina; FROTSCHER, Méri. *Da celebração da etnicidade teuto-brasileira à afirmação da brasilidade: ações e discursos das elites locais na esfera pública de Blumenau (1929-1950)*. Florianópolis, 2003. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina; e, NODARI, Eunice Sueli. *A renegociação da etnicidade no Oeste de Santa Catarina (1917-1954)*. Porto Alegre, 1999. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

⁴¹ Sobre o germanismo, nazismo e integralismo fornecerem uma justificativa para a ação estatal conhecida como Campanha de Nacionalização, ver: FALCÃO, Luiz Felipe. *Entre ontem e amanhã: diferença cultural, tensões sociais e separatismo em Santa Catarina no século XX*. Itajaí: UNIVALI: 2000; FROTSCHER, Méri. A cultura alemã como “ameaça” à cultura brasileira: nacionalização e conflitos culturais em Santa Catarina. In: RAMOS, Maria Bernardete; SERPA, Élio; PAULO, Heloisa (Orgs.) *O beijo através do Atlântico: o lugar do Brasil no Panlusionismo*. Chapecó: Argos, 2001; GERTZ, René. *O perigo alemão*. Porto Alegre: UFRGS, 1991; ____ *O fascismo no sul do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987; e, PERAZZO, Priscila Ferreira. *O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1999.

⁴² Em relação à Campanha de Nacionalização na cidade de Joinville, ver: BRUHNS, Katianne. *Espaços de sociabilidade e o idioma. (A Campanha de Nacionalização em Joinville)*. Florianópolis, 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina; COELHO, Ilanil. *Joinville e a Campanha de Nacionalização*. São Carlos, 1993. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos; _____ *É proibido ser alemão: é tempo de abraçar-se*. In: GUEDES, Sandra P. L. de Camargo (Org.) *Histórias de (I)Migrantes: o cotidiano de uma cidade*. Joinville: Univille, 2000. cap. 5, p. 162-195; CRISTOFOLINI, Nilton José. *Nacionalização do ensino: estratégia para a construção da nacionalidade e sua*

Joinville, no final da década de 1930, tinha uma população de 40.683 habitantes, incluindo os moradores das áreas urbana, rural e dos antigos distritos⁴³. E, como indica o recenseamento de 1940, a maioria da população não era de fato ‘estrangeira’, eram apenas descendentes dos imigrantes do século XIX, mas sentiram de perto os efeitos das leis nacionalizadoras.⁴⁴ Embora se saiba que os imigrantes e os seus descendentes (re)significaram antigas práticas, estes ainda eram vistos como portadores de uma identidade ligada à idéia de germanidade. Segundo Giralda Seyferth, era característica dos teuto-brasileiros preservarem, através de práticas culturais e do uso da língua alemã, a sua germanidade, o *Deuschtum*. Assim, o nacionalismo alemão era considerado característica fundamental da ideologia e modo de ser do teuto-brasileiro: “A questão da identidade étnica teuto-brasileira pode ser resumida pela

contextualização em Joinville. Florianópolis, 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina; e, DEVEGILLI, Maria Terezinha Niedziewski. *A nacionalização da “loura” Joinville – 1937/1942*. Joinville, 1989. Monografia (Especialização em História da América) – Fundação Educacional da Região de Joinville/Universidade Federal do Paraná.

⁴³ *Guia do Estado de Santa Catarina*. 3. ed. Florianópolis: Central, 1940. p. 321.

⁴⁴ Vários registros indicam que a maioria da população, naquela época, era de descendentes de imigrantes alemães e que a “cultura alemã” é que predominava na cidade. Os dados do recenseamento de 1940 referentes à Joinville são:

POPULAÇÃO DE FATO, POR SEXO E COR, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS.										
Branco		Pretos		Amarelos		Pardos		Cor não declarada		
Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	
22.407	21.473	769	809	1	-	71	60	-	-	
POPULAÇÃO DE FATO, POR SEXO E NACIONALIDADE, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS.										
Brasileiros Natos			Brasileiros Naturalizados			Estrangeiros			Pessoas de nacionalidade não declarada	
Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
44.117	22.407	21.710	337	196	141	1.132	641	491	4	-
ESTRANGEIROS, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS, COM DISCRIMINAÇÃO, POR SEXO, DAS PRINCIPAIS NACIONALIDADES.										
Totais de Estrangeiros		Estrangeiros da nacionalidade indicada.								
		Alemã		Espanhola		Italiana		Japoneses		Portugueses
Homens	Mulheres	Homens/Mulheres	Homens/Mulheres	Homens/Mulheres	Homens/Mulheres	Homens/Mulheres	Homens/Mulheres	Homens/Mulheres	Homens/Mulheres	
641	491	467	377	6	3	12	7	1	-	12
BRASILEIROS NATURALIZADOS, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS, COM DISCRIMINAÇÃO, POR SEXO, DOS PRINCIPAIS PAÍSES DE NATURALIDADE										
Totais de Brasileiros Naturalizados		Brasileiros naturalizados, naturais dos países indicados.								
		Alemanha		Espanha		Itália		Japão		Portugal
Homens	Mulheres	Homens/Mulheres	Homens/Mulheres	Homens/Mulheres	Homens/Mulheres	Homens/Mulheres	Homens/Mulheres	Homens/Mulheres	Homens/Mulheres	
196	141	125	110	2	-	7	6	-	-	15

In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Recenseamento de 1940*. Dados fornecidos pelo IBGE – Agência Florianópolis.

expressão *Deuschtum* (...) como o ponto crucial de uma ideologia nacionalista que coloca o direito de sangue como determinante da nacionalidade acima do Estado e da cidadania”.⁴⁵

Evidentemente, esta forma de compreender a questão da identidade étnica pode ser relativizada, haja vista que, possivelmente, passados tantos anos do início da colonização, muitos teuto-brasileiros já tinham ressignificado a própria “idéia de germanidade”. Mas, ao que tudo indica, era assim que eram tematizados, inclusive pelo Estado, como portadores de uma estranha forma de se identificarem, “ser brasileiro e permanecer alemão”. Desta forma, os teuto-brasileiros residentes em Joinville, em plena época de Nacionalização, a partir desta condição, foram “atacados” de uma maneira que para eles não fazia sentido, pois muitos entendiam que poderiam preservar sua identidade étnica sem que isso afetasse “suas relações patrióticas com o Brasil, e muito menos seus deveres como cidadão brasileiro”.⁴⁶

Assim, apesar de algumas intenções de abasileiramento, anterior à Nacionalização⁴⁷, de maneira geral, Joinville apresentava-se através de suas “feições germânicas”, pois, corriqueiramente falava-se alemão, idioma utilizado no ensino, no comércio, nos espaços de sociabilidades e, obviamente, nos lares dos imigrantes e de seus descendentes. Existiam poucas escolas que ensinavam em português e, na região urbana, o bilingüismo (alemão e português) era mais comum, especialmente, nos órgãos públicos e nas atividades comerciais. É, então, no final da década de 1930, que algumas práticas dos teuto-brasileiros, como o uso do idioma alemão, vai se tornar efetivamente um problema. Ainda, segundo Ilanil Coelho, é preciso observar que “à

⁴⁵ SEYFERTH, Giralda. *Nacionalismo e identidade étnica: a ideologia germanista e o grupo étnico teuto-brasileiro numa comunidade do Vale do Itajaí*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981. p. 49.

⁴⁶ Idem, *ibidem*. p. 73-74.

⁴⁷ A questão do ensino em português, por exemplo, é anterior ao Estado Novo. Segundo Cynthia Machado Campos, as “preocupações estatais iniciaram-se em Santa Catarina ainda em 1919, quando leis dificultaram o funcionamento das escolas controladas pelos descendentes de imigrantes. Essas leis estavam vinculadas à campanha pela nacionalização do ensino levada a termo em todo território nacional”. CAMPOS, C. M. *A política da língua na era Vargas...* Op. cit. p. 12. Ver também: FIORI, Neide Almeida. *Aspectos da evolução do ensino público: ensino público e política de assimilação cultural no Estado de Santa Catarina nos períodos imperial e republicano*. Florianópolis: Secretaria da Educação, 1975. Em relação à cidade de Joinville, conforme Ilanil Coelho, “em 1914, sob a orientação do inspetor geral Orestes Guimarães, foi regulamentado um programa de reforma do ensino que introduzia, de um lado, mudança nos currículos e programas e, de outro lado, um tímido controle sobre a ação educativa”. COELHO, I. É proibido ser alemão: é tempo de abasileirar-se... Op. cit. p. 180.

vida social e o ambiente cultural da cidade, expressavam a etnicidade de seus habitantes e é sob esta perspectiva que se analisa a proibição do idioma alemão, a nacionalização do ensino e das associações culturais e recreativas”.⁴⁸ Se, no cenário nacional, a ordem é ‘nacionalizar integralmente o ensino primário de todos os núcleos de população de origem estrangeira’, no cenário estadual, o Interventor Nereu Ramos, em consonância com o governo federal, vai emitir vários decretos ratificando a importância da nacionalização no Estado. Dos vários decretos, destaca-se o Decreto-lei n. 88, de 31/03/1938, no qual torna-se obrigatório o uso da língua nacional nas escolas, tanto nas públicas quanto nas subvencionadas, além de outras providências.⁴⁹

A proibição do uso do idioma alemão e as consequências deste fato tiveram em Joinville vários desdobramentos, pois, a cidade até então costumava ter seus referenciais pautados na sua ‘origem étnica’, fruto da importância da imigração alemã no decorrer do século XIX. As medidas para abrigar a cidade, são ainda hoje recordadas por aqueles que vivenciaram aqueles anos.⁵⁰ Foram anos de processos impositivos e as proibições, principalmente, as relacionadas à questão da língua marcaram as mais diversas esferas da sociedade. Essa relação autoritária que impôs a obrigatoriedade da língua portuguesa nos faz pensar no seu caráter de poder, pois, conforme Roland Barthes: “A linguagem é uma legislação, a língua é seu código. Não vemos o poder que reside na língua, porque esquecemos que toda língua é uma classificação, e que toda classificação é opressiva...”⁵¹

⁴⁸ Idem, *ibidem*. p. 180.

⁴⁹ Decreto-lei n. 88, de 31/03/1938. *Coleção de Decretos-leis de 1938*. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1938. APESC. Este decreto teve várias consequências, entre elas, o fechamento de escolas que ensinavam em alemão. Em Santa Catarina, nas áreas de maior presença germânica, as escolas diminuíram consideravelmente, pois, segundo Aquino, nestas áreas, das 661 escolas particulares em 1937, passaram para 113 em 1938 e apenas 69 em 1939. Cf. Ivo d’Aquino, *apud* SEYFERTH, G. Op. cit. p. 181-2. Especialmente sobre a nacionalização do ensino em Joinville, ver: CRISTOFOLINI, N. J. Op. cit.

⁵⁰ Nas memórias sobre Joinville, a principal questão que emerge em relação ao período é o fato de a língua alemã ter sido proibida, o que silenciou muitas pessoas e deixou tantas outras com medo de serem presas pelos agentes nacionalizadores. Salienta-se que as memórias referentes às histórias da Nacionalização em Joinville serão objetos de análise do Capítulo IV deste estudo.

⁵¹ BARTHES, Roland. *Aula*. Tradução Leyla Perrone-Moisés. 6. ed. São Paulo: Cultrix, s/d. p. 12

Naqueles anos, durante a Campanha, podemos inferir que a língua portuguesa tornou-se, numa relação de poder, extremamente opressiva. Não só por ser o seu uso incentivado a partir de leis autoritárias, mas, principalmente, porque a língua alemã, para os/as imigrantes e descendentes, era um elemento importante constitutivo da identidade daquele grupo étnico. Cynthia Machado Campos, em relação aos imigrantes alemães no sul do Brasil, menciona o uso da língua alemã nas “ligações afetivas e identificação de uns com os outros”. Neste sentido, é importante ressaltar a importância atribuída ao uso da língua para a população de origem alemã no sul do Brasil, pois, “a pátria dos alemães, (...) é todo e qualquer lugar onde fosse falada sua língua”.⁵²

Sendo a língua alemã um componente importante da identidade do teuto-brasileiro e a sua proibição estar no centro das ações da política nacionalizadora, a própria questão da identidade do teuto-brasileiro passou a ser um problema e foi através da proibição da língua que estes mais se sentiram ameaçados. Foi nesse momento que as diferenças constitutivas das identidades dos teuto-brasileiros e dos outros moradores da cidade tomaram lugar central no cenário político e cultural da cidade. Desde o século XIX, este grupo étnico inscrevia na história local a importância de suas origens (étnica e cultural) na formação e desenvolvimento econômico da cidade e mesmo a atuação política e econômica de luso-brasileiros não teria minimizado a extrema valorização dos “feitos dos pioneiros” na história local.⁵³ Essa posituação da origem étnica é recorrente na história da cidade e, ao que tudo indica, até o final da década de 1930, esses valores identitários, como a língua alemã e a valorização da cultura dos antepassados, bem como a noção de eficiência no trabalho como característica do “espírito laborioso do alemão” não tinham sido, pelo menos de uma forma mais efetiva, contrariados. E eram esses valores que cotidianamente eram reforçados/repetidos naquela sociedade. E, cabe lembrar que, se a questão

⁵² CAMPOS, C. M. *A política da língua na era Vargas...* Op. cit. p. 25.

⁵³ Destaca-se que, no final do século XIX, se fortalecia na cidade uma elite luso-brasileira vinculada a atividade ervateira, mudando também o aspecto político, econômico e social da antiga Colônia. Sobre as mudanças propiciadas pela atividade ervateira em Joinville, ver: THIAGO, Raquel S. *Coronelismo urbano em Joinville: o caso de Abdon Batista*. Florianópolis: Governo do Estado de Santa Catarina, 1988.

da diferença e da identidade estão relacionadas, como aponta Tomaz Tadeu da Silva, a repetição é importante, pois, “a eficácia produtiva dos enuncia dos performativos ligados à identidade depende de sua incessante repetição”.⁵⁴

Falar de identidade é algo sempre complicado, pois, muitas são as questões que atravessam o mencionado conceito⁵⁵, mas podemos compreender, ainda de acordo com Tomaz Tadeu da Silva, que identidade não é fixa nem homogênea e que “tem estreitas conexões com relações de poder”.⁵⁶ Assim, nesse momento da história local, o que estava em jogo também, em face das novas leis nacionalizadoras, eram as relações de poder entre os diferentes grupos étnicos, pois, de uma forma como até então ainda não se tinha visto na cidade, as diferenças culturais, constitutivas das identidades de brasileiros ou teuto-brasileiros estavam sendo problematizadas pelo poder do Estado.

É verdade que estas diferenças estavam lá e, em diferentes momentos, tinham sido focos de tensões, mas, de uma forma tão enfática e que se pretendia “definitiva”, com o Exército atuando de maneira ativa sinalizava para um outro tempo, um tempo ímpar na história da cidade.

⁵⁴ SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: _____ (Org.) *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 94.

⁵⁵ Várias são as abordagens teóricas sobre “identidade” e na perspectiva de compreender como se colocam (ou são dados a ler) os processos identitários em Joinville no período estudado, optei por privilegiar algumas destas abordagens. Assim, destaco, além das reflexões de Tomaz Tadeu da Silva, os estudos de Stuart Hall, pois, para este autor, as identidades são formadas/construídas culturalmente. Segundo ele, “devemos pensar as identidades sociais como construídas no interior da representação, através da cultura, não fora delas. Elas são o resultado de um processo de identificação que permite que nos posicionemos no interior das definições que os discursos culturais (exteriores) fornecem ou que nos subjetivemos (dentro deles)”. HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. *Educação e realidade*, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 15-46, jul./dez. 1997. E, do mesmo autor, ver: _____ *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva; Guacira Lopes Louro. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003; e, _____ Quem precisa da identidade? In: SILVA, T. T. Op. cit. p. 103-133. Ainda convém ressaltar a importância de um outro teórico que vem “inspirando” as análises sobre identidade: trata-se de Homi Bhabha. Embora não parta da sua perspectiva teórica para uma análise sobre a questão da identidade em Joinville, é importante ressaltar algumas questões apontadas por este autor e que servem de premissa para o que observo nos processos de diferença cultural na cidade, especialmente, no momento em que a chamada “cultura do imigrante” que anteriormente é tida como a maior expressão da “cultura local”, é questionada e tratada como uma “cultura de exceção”; como se representasse uma minoria, ou melhor dizendo, a identidade de um grupo minoritário. No momento da Campanha, a questão da diferença cultural é acionada de uma forma avessa as expectativas dos descendentes de imigrantes, colocando em xeque os significados que foram construídos sobre as diferenças, pois, conforme Bhabha: “A representação da diferença não deve ser lida apressadamente como o reflexo de traços culturais ou étnicos *preestabelecidos*, inscritos na lápide fixa da tradição. A articulação social da diferença, da perspectiva da minoria, é uma negociação complexa, em andamento, que procura conferir autoridade aos hibridismos culturais que emergem em momentos de transformação histórica”. BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Tradução Myriam Ávila; Eliana Lourenço de Lima Reis; Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: UFMG, 2001. p. 20-21.

⁵⁶ SILVA, T. T. Op. cit. p. 96-97.

Possivelmente estas relações de poder também se operavam entre o próprio grupo teuto-brasileiro, haja vista que, no momento da Nacionalização, foram criadas na cidade novas empresas por pessoas deste grupo as quais, para prosperarem, tiveram que, desde o início, se alinhar às perspectivas políticas daquele momento. A Fundação Tupy, por exemplo, foi fundada em março de 1938 por Albano Schmidt e tornou-se referência na área de fundição, aproveitando da “diminuição das importações de conexões alemãs e japonesas durante os anos de conflito, para expor sua produção ao mercado”⁵⁷. Uma outra empresa criada nesse período foi a Buschle & Lepper S/A, fundada por Baltazar Buschle em 1943, voltando-se desde o início para a representação comercial, importando cimento e “operando na substituição de importações, especialmente na área de produtos químicos, fertilizantes e adubos”⁵⁸. Baltazar Buschle, nascido em São Bento do Sul/SC, veio para Joinville na década de 1930 e, com a fundação da Buschle & Lepper S/A e, posteriormente, com uma ativa participação na Sociedade Amigos de Joinville, tornou-se um importante político da história local.⁵⁹ Assim, no período da Nacionalização, antigas empresas locais, algumas que foram criadas ainda nos primeiros anos da colonização, passaram a conviver com as novas empresas⁶⁰, não necessariamente, fundadas por antigos moradores da cidade, como o caso da Buschle & Lepper S/A. Mas salienta-se que faltam estudos na historiografia da cidade que tematizem as relações econômicas e políticas entre os empresários brasileiros e teuto-brasileiros, e o Estado nesse momento.

⁵⁷ ROCHA, Isa de Oliveira. *Industrialização de Joinville – SC: da gênese às exportações*. Florianópolis: Imprensa Universitária, 1997. p. 54. Sobre a Indústria de Fundação Tupy, ver: TERNES, Apolinário. *História econômica de Joinville*. Joinville: Meyer, 1986. p. 153-156.

⁵⁸ TERNES, A. *História econômica de Joinville*. Op. cit. p. 165-166.

⁵⁹ BUSCHLE, Baltazar. *Depoimento concedido à autora*. Joinville, 02 jun. 2003.

⁶⁰ Empresas fundadas em Joinville no período da Nacionalização: 1938 – Indústria de Fundação Tupy (conexões em ferro maleável, autopeças, etc.); 1941- Marcenaria Ravache (artefatos de madeira); e, Cia Hansen Industrial (tubos e conexões de PVC); 1943 – White Martins (oxigênio líquido); e, Buschle & Lepper S.A. Com. e Ind. (comércio, produção de fertilizantes, etc.); e, 1945 – Laboratório Catarinense (produtos farmacêuticos). *Apud* Tabela 3 – Empresas de Joinville fundadas entre 1920 e 1945. In: ROCHA, I. O. Op. cit. p. 49.

No período da Campanha, em Joinville, coube à 5ª Região Militar, sob supervisão do General Meira de Vasconcelos, auxiliado pelo então 13º Batalhão de Caçadores⁶¹, levar a efeito as ações nacionalizadoras⁶², que se expressaram das mais variadas formas.

A nacionalização do ensino, instituindo a obrigatoriedade do uso da língua portuguesa em todas as aulas, causou o fechamento de algumas escolas e a evasão escolar, levando inclusive à criação da “quitação escolar”.⁶³ Mas, além disso, propiciou também processos contra professores e diretores e retirou de cena antigos livros, escritos em alemão, e que ensinavam as crianças a ler na “língua materna”, mesmo que, nascidos no Brasil. Assim, se, no âmbito estadual, a nacionalização do ensino estava sob a coordenação de Ivo D’Aquino, Secretário da Justiça, Educação e Saúde, na esfera municipal, agindo de acordo como os “novos tempos” instaurado pelas leis nacionalizadoras, o poder público foi autorizado, através de um decreto municipal, a “criar em cada escola municipal uma pequena biblioteca”, de livros evidentemente escritos em português, pois, “o problema da nacionalização requer a leitura intensiva de livros escritos em língua portuguesa, cuja aquisição deve ser facilitada por todos os meios”.⁶⁴

Em relação aos processos de fechamento de escolas, um dos mais importantes no período da história local foi o da *Deutschle Schule* (Escola Alemã), criada em 1866 e, desde então, um importante espaço dedicado à preservação da identidade étnica. Quando fechada através de decreto do Interventor Federal Nereu Ramos, em 1938, teve suas instalações utilizadas pelo

⁶¹ Atualmente 62ª Batalhão de Infantaria.

⁶² COELHO, I. *Joinville e a Campanha de Nacionalização*. Op. cit. p. 99. Segundo Theobaldo Costa Jamundá, como ele mesmo diz, um “participante” da Campanha de Nacionalização em Blumenau/SC, “quem possibilitou a execução daquela Campanha com caráter regional foi o General José Meira de Vasconcelos, então comandante da 5ª Região Militar e 5ª Divisão de Infantaria”, sediadas em Curitiba/PR. Conforme Jamundá, o que mais “alarmou” o General Meira de Vasconcelos, naquele período foi o trabalho desenvolvido pelas escolas estrangeiras. JAMUNDÁ, Theobaldo Costa. *Nereu Ramos: o da hora da reconstrução nacional*. Florianópolis: Ed. do Autor, 1968. p. 12.

⁶³ Uma das maneiras encontradas pelos teuto-brasileiros de transgredirem as novas leis foi recorrer ao ensino nas chamadas escolas clandestinas, o que levou o governo a instituir através de decreto-lei, a “Quitação Escolar”, “um documento subscrito por diretores ou professores responsáveis por escolas, indicando o nome e a idade das crianças sob guarda do indivíduo, bem como o estabelecimento e classe em que estavam matriculadas. A ausência do documento implicava uma série de restrições e impedimentos de gozo dos direitos profissionais e políticos”. COELHO, I. *Joinville e a Campanha de Nacionalização*. Op. cit. p. 108.

⁶⁴ Decreto n. 15, de 27/04/1940. PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE. *Decretos-leis, decretos, resoluções e portarias do ano de 1940*. Joinville/SC, 1940. p. 10. AHJ.

Instituto Bom Jesus, criado em 1926 pela educadora Ana Maria Harger. Este Instituto também foi alvo da Campanha, sofrendo vários processos, pois alguns de seus professores foram acusados de fazer apologia ao nazismo e Ana Maria Harger de ser conivente com esta prática.⁶⁵ Passada a época da Campanha, o Bom Jesus continuaria as suas atividades, mas destaca-se que ainda hoje os processos sofridos pela escola são lembrados de forma enfática mesmo por pessoas que não estudavam lá no momento, ou seja, a chamada “perseguição” que sofreram, especialmente, a professora Ana Maria Harger, ainda ecoa nas memórias locais.

Mas não só a antiga “Escola Alemã”, uma escola localizada no centro da cidade, assistiu de perto a processos levados a efeito pela nova ordem nacionalizadora. Já no início da Campanha, algumas resoluções do poder público municipal denunciavam que alguns professores estavam sofrendo inquéritos administrativos, como o professor Gustavo Tanck, afastado e posteriormente demitido “à bem do serviço público”, das suas funções na Escola Municipal da Estrada Schroeder I.⁶⁶ O cerco a alguns professores de origem alemã ia fechando-se à medida que se acirrava a ação da Nacionalização, especialmente, a partir de 1942, quando definitivamente o Brasil rompe relações diplomáticas com o Eixo e entra efetivamente na guerra, alinhando-se aos Aliados. Ao que tudo indica, mesmo um pouco antes da entrada do país no conflito mundial, a situação ficou muito mais difícil para aqueles que insistiam em enfrentar e/ou dificultar a nacionalização do ensino. Um exemplo que mobilizou uma escola da região rural da cidade foi o caso do professor Gustavo Kunde. Conforme as resoluções de 1942, podemos acompanhar um pouco da situação vivenciada na escola “Rio Bonito”, no antigo distrito de Pedreira, atualmente distrito de Pirabeiraba. Segundo a documentação, o professor Gustavo Kunde, através de suas atitudes, “impedia e dificultava” a nacionalização do ensino na localidade em que exercia as suas atividades, e seus “procedimentos irregulares” motivaram a sua demissão

⁶⁵ Sobre as intervenções nesta escola, uma das mais importantes da cidade nesse período, ver: TERNES, Apolinário. *Colégio Bom Jesus: 60 anos de ensino*. Joinville: Meyer, 1986.

⁶⁶ Resolução n. 248, de 31/10/1939; e, Resolução n. 250, de 07/11/1939. PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE. *Decretos-leis, decretos, resoluções e portarias do ano de 1939*. Joinville/SC, 1939. p. 31. AHJ.

em 27/03/1942.⁶⁷ Quais foram os “procedimentos irregulares” não pudemos apurar, mas, possivelmente, devem ter sido relacionados com as dificuldades que vários professores tiveram em, de uma hora para outra, voltar todas as suas ações pedagógicas no ensino de uma noção de brasilidade que muitas vezes não compreendiam, e somado a isso, ensinar numa língua que eles mesmos estavam começando a compreender um pouco mais.

A história deste professor talvez não seja a mesma de algumas que inferem que, às vezes, os moradores locais, numa atitude de retaliação às perseguições aos “alemães” que, por vezes eram acusados de serem simpatizantes do nazismo, boicotavam as aulas dos novos professores que vinham substituir os professores afastados. Todavia, chama a atenção, ao lermos as resoluções seguintes à da demissão do professor Gustavo Kunde, o fato de a professora Alcenira Paul, ser nomeada interinamente para “reger” a mesma escola “Rio Bonito”, em 09/04/1942, um mês depois ter solicitado a sua exoneração.⁶⁸

As escolas que ensinavam em alemão foram alvo, não só porque muitas vezes seus professores resistiram às novas ordens nacionalizadoras. O próprio nome de muitas escolas incomodava por ter na sua escrita a marca de nomes significativos para os descendentes de imigrantes. A estrada Anaburgo era uma das localidades mais antigas na cidade, pois tinha moradores desde o início da colonização e a escola da região era conhecida pelo mesmo nome.⁶⁹ Em 1942, o jornal *A Notícia* critica o fato de ainda não ter sido mudado o nome da Escola, demonstrando que a imprensa cobrava do poder público o cumprimento das medidas nacionalizadoras:

⁶⁷ Resolução n. 375, de 27/03/1942. PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE. *Decretos-leis, decretos, resoluções e portarias*. Joinville/SC, 1942. AHJ.

⁶⁸ Resolução n. 376, de 09/04/1942; e, Resolução n. 378, de 08/05/1942. PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE. *Decretos-leis, decretos, resoluções e portarias*. Joinville/SC, 1942. AHJ.

⁶⁹ Sobre a Estrada Anaburgo, ver: CORRÊA, Roseana Maria; ROSA, Terezinha Fernandes da (Orgs.) *História dos bairros de Joinville*. Joinville: Arquivo Histórico de Joinville, 1992. p. 185-187.

Na parada de 7 de setembro não agradou aquele dístico – ‘Escola Anaburgo’. Por que ainda Anaburgo? Ao sr. Inspetor escolar cabe solicitar a mudança do nome daquela escola, como ao sr. Prefeito Municipal compete propor ao departamento das municipalidades a mudança do nome daquela localidade.⁷⁰

Ser acusado de dificultar a nacionalização como um “alemão traidor”, ou ainda ser chamado de “nazista” ou “quinta coluna”, foi uma dura realidade para alguns moradores da cidade. Giralda Seyferth, ao tematizar o mesmo período na região do Vale do Itajaí, chama a atenção para o fato de que os teuto-brasileiros não aceitavam ser chamados apenas de “alemães”, todavia, a Nacionalização colocou todos na mesma situação, estigmatizando-os como “estrangeiro, traidor, antibrasileiro, cidadão de segunda classe, que menospreza sua pátria”. Ainda, somado às categorias de “alemão de merda” e “alemão batata”, a categoria “alemão”, de uma forma pejorativa, passou a ser associada à de nazista e de integralista. Assim, os “executores” da Campanha de Nacionalização teriam como objetivo ‘romper a estrutura preparada pelo pangermanismo e utilizada pelo nazismo nas colônias alemãs do sul do país’.⁷¹ Mas, é bom lembrar que o problema do ‘perigo alemão’, em pauta durante o Estado Novo, não era novidade⁷².

Em Joinville, de maneira geral, as notícias mais enfáticas em relação ao nazismo também ocorreram, como apontou Giralda Seyferth, ou seja, falavam dos “alemães”. Contudo, algumas vezes, a retaliação era explícita aos teuto-brasileiros, como a notícia publicada na imprensa no mês em que o Brasil entrou na Segunda Guerra:

⁷⁰ A *Notícia*, Joinville, 09 set. 1942, p. 2.

⁷¹ SEYFERTH, Giralda. *Nacionalismo e identidade étnica...* Op. cit. p. 187-194. Sobre a perspectiva da Campanha a partir da ótica do Estado Novo, ver: VARGAS, G. Op. cit. E, especialmente sobre a ótica dos “executores” da campanha em Santa Catarina, ver: JAMUNDÁ, T. Op. cit.; e, RIBAS, Antonio de Lara. *O punhal nazista no coração do Brasil*. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1943.

⁷² Segundo a historiadora Méri Frotscher, esse problema deu-se, principalmente, em três momentos: “(1) no final do século XIX e início do XX, quando entra em cena a tese do branqueamento e a presença de imigrantes europeus e descendentes passa a ser problematizada por intelectuais preocupados com a constituição racial e a construção de uma identidade nacional; 2) durante a Primeira Guerra Mundial, com o alinhamento diplomático e militar do governo brasileiro com os Aliados, em que a idéia de ‘perigo alemão’ aparece associada à preocupação com a segurança nacional, e quando intelectuais brasileiros anseiam em estabelecer valores autóctones para definir o caráter nacional; 3) durante o estado Novo (1937-1945), quando o governo investiu fortemente numa política homogeneizadora e nacionalizadora nas colônias de imigrantes europeus no Sul do país, resultando em práticas de controle e repressão”. FROTSCHER, Méri. A cultura alemã como “ameaça” à cultura brasileira: nacionalização e conflitos culturais em Santa Catarina. In: RAMOS, M. B.; SERPA, É.; PAULO, H. (Org.) Op. cit. p. 427-428.

NAZISTA, canalha! O teu sangue correrá nas sarjetas para pagar tua traição! Olho por olho, dente por dente!
 O terrorismo não pode ser vencido senão por um terrorismo maior – vinguem os nossos irmãos – o Brasil é dos brasileiros – eliminemos a juventude teuto-brasileira, constituída de canalhas e patifes – o solene e ruidoso protesto de Joinville contra os atentados do eixo aos nossos navios – o que disseram os grandes oradores de ontem – o papel do 13º BC – a solidariedade do povo – suprema repulsa à quinta-coluna e aos traidores [...].⁷³

Desde o início do ano de 1942, começavam a aparecer, através da imprensa, mais notícias com acusações de nazismo, algumas informando sobre as prisões efetuadas⁷⁴ e outras orientando a população local que não deveriam temer “ameaças e nem a ação demolidora dos quinta-colunistas”⁷⁵. Mas, foi a partir do mês de agosto que se intensificaram as notícias referentes a prisões sob acusação de nazismo:

Perniciosos à segurança pública:
 O comando do 13º BC, em colaboração com a Delegacia de Ordem Política e Social, deteve ontem nesta cidade os seguintes indivíduos, acusados de quinta-colunistas: Adolf Schuls, Willy Schop, Joahner Josef Gythmeier e Kurt Storer.⁷⁶

Em Pedreira foram presos 8 homens que estavam em um salão cantando e comemorando, com canções patrióticas alemãs.⁷⁷

Além de noticiar sobre as prisões, a imprensa também veiculava discursos calorosos contra os “quinta-colunistas”, chamando a atenção dos moradores da cidade, especialmente dos teuto-brasileiros, de que era o momento de ser brasileiro acima de tudo, mesmo que fosse preciso negar a história de seus antepassados. Este tipo de discurso mobilizava palavras fortes, como “patifes”, “assassinos” e “miseráveis”, ao mesmo tempo em que elogiava as ações da Delegacia de Ordem Política e Social:

⁷³ *A Notícia*, Joinville, 19 ago. 1942, p. 1.

⁷⁴ Numerosos nazistas presos em Joinville. *A Notícia*, Joinville, 19 abr. 1942, p. 24.

⁷⁵ *A Notícia*, Joinville, 11 mar. 1942, p. 8. Este mesmo artigo faz referência a um protesto que estava sendo organizado contra a “prepotência dos amarelos e dos afundadores de navios indefesos”.

⁷⁶ Mais prisões em nossa cidade. *A Notícia*, Joinville, 20 ago. 1942, p. 1.

⁷⁷ Presos quando cantavam canções alemãs. *A Notícia*, Joinville, 20 ago. 1942, p. 1. A região da Pedreira corresponde ao atual Distrito de Pirabeiraba.

Descendente: contra o teu pai, contra o teu irmão, mas pelo Brasil!
 Joinville declara guerra à 5ª coluna.
 Estão devidamente registrados aqueles brasileiros ingratos que ontem, durante o comício, fugiram da cidade: uns a cavalo, outros de bicicleta e alguns de automóveis. São eixistas declarados. Para esses, a vigilância da Delegacia de Ordem Política e Social.
 Destruído mais um ninho de traidores no coração de Joinville!
 Livros impressos em alemão em uma escola em que aprendiam crianças brasileiras – Brilhante ação do inspetor escolar Sr. Casemiro Schociay.
 Patifes! Assassinos! Miseráveis!
 São esses os epítetos que nos ocorrem no momento com que devem ser conhecidos os traidores da pátria, os estrangeiros ingratos que hospedamos, os quinta-colunas desavergonhados, os nazi-fascistas sem brio e sem vergonha!⁷⁸

Discursos como estes rechaçando a presença das referências nazistas na cidade, intensificaram-se na semana de 20 de agosto, quando se comemorou a Semana do Duque de Caxias. Segundo a imprensa, no dia 20, os alunos “ginasianos” do Colégio Bom Jesus saíram em passeata dando vivas ao Brasil, ao presidente e ao exército. Além disso, a passeata passou diversas vezes na frente das casas de “conhecidos quinta-colunistas”.⁷⁹ E, no dia 21, ocorreram solenidades na Praça Nereu Ramos e na Catedral, e houve também “fogo simbólico” em homenagem à memória do Duque de Caxias.⁸⁰ Assim, aliou-se comemoração cívica com uma mensagem que deveria ser compreendida pelos “alemães” da cidade, como a impressa com letras grandes na página do jornal *A Notícia*: “Descendentes de alemães traidores, renitentes e teimosos, saibam que contra a força não há resistência”.⁸¹

As referências à presença de nazistas na cidade eram muitas, todavia, a maioria das acusações de nazismo, relacionadas aos imigrantes alemães e seus descendentes, eram infundadas, demonstrando o quanto num momento de tensão como foi o período da Nacionalização, mobilizaram-se acusações visando atingir aqueles considerados “perigosos” ao

⁷⁸ *A Notícia*, Joinville, 19 ago. 1942, p. 3.

⁷⁹ Um grito da juventude joinvilense contra o eixo. *A Notícia*, Joinville, 20 ago. 1942, p. 3.

⁸⁰ *A Notícia*, Joinville, 20 ago. 1942, p. 4.

⁸¹ *Idem*.

bom andamento da obra nacionalizadora.⁸² Possivelmente muitos joinvilenses simpatizassem com o regime nacional-socialista, mas, na maioria das vezes, não se caracterizava como filiação ao nazismo, pelo contrário, alguns documentos indicam que, desde 1933/1934, representantes do *Reich* em Joinville sinalizavam, em relatórios destinados à Alemanha, o pouco interesse dos joinvilenses pelas ações do grupo local do NSDAP (Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães) na cidade, atividade que só foi proibida no Brasil em 1938. Um exemplo é carta do então diretor da “Escola Alemã”, datada de janeiro de 1934. O Sr. W. Soechting seria substituído em breve e partiria em abril do mesmo ano; na correspondência, além de falar sobre a escola, tece várias observações sobre o grupo local do NSDAP. Apesar de extensa, parece-me importante transcrevê-la na íntegra:

Um outro capítulo muito grave exige uma explicação na Pátria. Ele chama-se: colocação do NSDAP (Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães) para a comunidade alemã em além-mar. Os grupos locais do NSDAP que, por exemplo, fundaram-se em Santa Catarina, são, com poucas exceções, rejeitados tanto pelos alemães como por seus descendentes, porque em parte negaram seus líderes, em parte os tem por desastrosos. O departamento do exterior do NSDAP deveria, na minha opinião, antes de reconhecer oficialmente os grupos locais, que se formaram espontaneamente, observar muito bem seus líderes assim como demais componentes. Hoje infelizmente, ocorre que, dos mais de 2000 imigrantes alemães no município de Joinville, apenas 22 são partidários do NSDAP, que se comportam de maneira totalmente neutra, para não dizer que rejeitam, o grupo econômico e socialmente dominante da cultura alemã. Isto precisa ter um motivo mais profundo. Na minha opinião, não se deveria formar uma idéia a partir somente dos relatórios dos líderes dos grupos locais. Eu sei de experiência própria, como são geralmente os relatórios enviados para órgãos oficiais. Nossa comunidade alemã em além-mar vê os acontecimentos na Pátria com outros olhos, ela precisa também com certeza analisar com outros olhos. Muito do entusiasmo na pátria precisa ser igualmente vivenciado para ser entendido. A comunidade alemã em além-mar sempre foi nacional e social e sente-se neste ponto estreitamente ligada com a nova Alemanha. Mas é imprescindível agora que o que é tido como bom e necessário na pátria para atrair as grandes massas seja também transferido para o comportamento na

⁸² Conforme René Gertz é significativo observar o número de pessoas que se filiaram ao Partido Nazista na década de 1930: ‘Se formos à década de 1930, com a ascensão do nazismo e a propalada solução da crise econômica e social, não vamos encontrar, porém, - ao contrário da expectativa - 80.000 pessoas (número mínimo de alemães imigrados entre 1919 e 1933) ingressando no Partido Nazista, cuja atividade no Brasil, até 1938 não era proibida nem reprimida, mas bem menos de 5.000 (algo em torno de 500 no Rio Grande do Sul). [...] Os outros 75.000 ‘fugitivos’ da década anterior, e portanto a grande maioria, sentiam-se aparentemente integrados no Brasil e não tinham necessidade psicológica de compensação ‘messiânica’ e até não se sentiam atraídos a fazer cálculos sobre os eventuais ganhos que poderiam obter com uma filiação partidária’. GERTZ, René E. A construção de uma nova cidadania. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira (Orgs.) *Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história*. Canoas, RS: ULBRA, 1994. p. 35.

América do Sul? Nós vivemos aqui entre brasileiros, que em parte são fortemente contra tudo que é alemão. É então inteligente promover propaganda em grandes e organizadas noites de publicidade com uniformes marrons e tudo o mais? O resultado dessas ações foi que um dia placas de firmas alemãs e cartazes alemães foram arrancados, destruídos e jogados na sarjeta, que as placas de uma instituição chamada “Juventude educada” que pediam ajuda para o inverno foram arrancadas ou retiradas a força dos bares. Desculpas atrasadas são baratas e não alteram de forma alguma o acontecido.[...]

Aqui os grupos locais não trouxeram unidade, mas sim divisão entre os “Reichsdeutschen”. Temo que nós, devido a essas discussões internas, sejamos apenas motivo de piada entre os brasileiros e de quebra, com nossa desunião, percamos o elemento alemão mais forte, os “Brasildeutschen”.[...]

Com saudações alemãs

Atenciosamente

W. Soechting.⁸³

O relato da carta acima, bem como um documento do ano anterior, do então Cônsul da Alemanha em Joinville advertem para o fato de que a Alemanha deveria ter mais cuidado com a forma da propaganda do NSDAP nas colônias além-mar, o que ao que tudo indica, não estava acontecendo, principalmente, a partir da tomada do poder pelos nazistas naquele país, em março de 1933. O Cônsul Otto Gerken, ao dar a cidade de Joinville como exemplo, também enfatiza o fato de que os cidadãos alemães eram minoria, 800 pessoas, em relação a uma população de 10.000 teuto-brasileiros com cidadania brasileira, e que por este motivo, dependiam também economicamente dos teuto-brasileiros. Assim, ele advertia que a propaganda nazista deveria considerar as condições locais de Joinville, dando como exemplo a questão do anti-semitismo e do comunismo, pois, para ele, os partidários não deveriam bater tanto nesta tecla, uma vez que o próprio governo brasileiro já vinha enfrentando esta luta contra os judeus e o comunismo.⁸⁴

Tais relatos são de períodos em que as atividades de simpatizantes ou ativistas nazistas ainda não tinham sido enfrentadas pelo governo brasileiro, mas, mesmo assim, inferem que, na prática, o nazismo não contava com um grande apoio em Joinville, pelo contrário, os líderes

⁸³ SOECHTING, W. *Carta do Diretor da Escola Alemã de Joinville para o Instituto Alemão para o Exterior*. Joinville, 22/01/1934. Arquivo Nacional de Koblenz – Alemanha. Pasta R 57/Neu 1193. Tradução: Lourival Rech Junior. N. do T.: Reichsdeutsch (en) – alemão(es) nascido(s) na Alemanha; Brasildeutsch (en) – alemão(es) nascido(s) no Brasil. Grifos nossos. Documento cedido por Méri Frotscher.

⁸⁴ GERKEN, Otto. *Documento intitulado “Propaganda do NSDAP nas colônias alemãs de Santa Catarina”, escrito pelo Cônsul da Alemanha em Joinville*. Joinville, 08/10/1933. Arquivo do Ministério das Relações Exteriores de Berlim – Alemanha. Pasta R 79001. Tradução: Méri Frotscher. Documento cedido por Méri Frotscher.

ressaltam que os partidários do NSDAP na cidade eram poucos, 22 em 1934, e ainda se comportavam de “maneira totalmente neutra”. Se, anterior à Campanha de Nacionalização, eles não eram muitos, possivelmente, este número ainda diminuiu após as represálias que sofreram. Em uma correspondência de março de 1939, portanto, em plena Nacionalização, o Dr. Albrecht Andriessen, um adepto ao *Reich*, ao falar dos alemães no Brasil, os divide em duas categorias: os descendentes dos emigrantes do século XIX e os que emigraram após a Primeira Guerra Mundial. E é sobre os primeiros que nos chamam a atenção as suas observações:

Temos aqui duas partes totalmente distintas de alemães no Brasil. A primeira parte, são os descendentes daqueles emigrantes alemães do início, metade e fim do século 19, que apesar de manterem-se alemães na língua e costumes, e também habitarem ainda grandes áreas no sul do Brasil, nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, mas que no coração se tornaram brasileiros e assim pretendem permanecer. Mantém língua e costumes somente até serem pressionados pelo país, e não resistem ao primeiro assalto dessa pressão, a chamada “hacionalização”, como já o demonstraram inúmeras vezes nos últimos anos; mantiveram parcialmente seus costumes até hoje, porque lhes é conveniente conservarem língua e costumes, ao invés de aceitarem novidades que ainda por cima nada tem a ver com sua raça. Assim, cerca de mil e quinhentas escolas alemãs puderam ser fechadas, porque esses alemães, que pelas leis do país são brasileiros, não tiveram a força para defender as tradições que herdaram. São brasileiros, quando é preciso e alemães, quando vêem nisso uma vantagem. [...] Essas pessoas de nacionalidade alemã não tomam o partido do *Reich*, também não compram produtos alemães, justamente por serem alemães, mas transformaram-se numa típica parte daquele caldeirão de bruxas, no qual ainda bóiam por certo tempo à parte, até o dia em que também elas submergirão no caos generalizado. – É preciso dizer que alguns desses alemães preservaram um forte e bom “Deutschtum”, às vezes até a quarta e quinta gerações, mas os poucos representam a famosa exceção que confirma a regra.⁸⁵

Até que ponto os descendentes de imigrantes alemães em Joinville viam com simpatia a ascensão nazista é difícil apurar; contudo, das diferentes versões, a mais recorrente é a de que admirava-se o nazismo, especialmente, pela reconstrução de um país que tinha sido rechaçado no pós-guerra e que era, afinal de contas, a terra de seus ancestrais, mas que isso não significava que os joinvilenses, evidentemente que com exceções, apoiavam qualquer interferência do mesmo em colônias alemãs no Brasil. De qualquer forma, durante a década de 1930, de acordo com Luiz

⁸⁵ *Correspondência do Dr. Albrecht Andriessen para o Sr. Marechal de Campo*. São Paulo, 05/03/1939. Arquivo Político do Ministério do Exterior em Bonn – Alemanha. Rolo de Microfilme n. 29(?). Tradução: Maria Thereza Böbel. AHJ.

Felipe Falcão, pode-se dizer, “sem nenhum receio”, que na imprensa catarinense “à exaltação da Alemanha hitlerista e da Itália de Mussolini era quase que unânime [...] independentemente de sua filiação partidária, da sua área de circulação ou mesmo da língua em que estava sendo redigida”.⁸⁶

Então, o que antes era uma prática comum, ou seja, a admiração e exaltação de Hitler, passaram a ser encaradas como um problema e a acusação de nazismo, um dos mais sérios problemas a ser enfrentado por algumas pessoas. Mas, vale lembrar, pelo menos dois aspectos que perpassam esta questão. Primeiro, que, no período da Nacionalização, a Ação Integralista Brasileira (AIB), movimento político conservador e ultranacionalista, inspirado nos fascismos europeus, já tinha sido tirado de cena pelo Estado Novo. E a cidade de Joinville, assim como outras onde este movimento teve uma grande receptividade, havia eleito um prefeito integralista em 1936, e mesmo este não estando mais no poder, a relação da cidade com o integralismo, e, portanto com o fascismo, ainda era lembrada⁸⁷. Segundo, que os alemães no Estado Novo, conforme Priscila Ferreira Perazzo, representavam duas formas de perigo, “ameaçavam a política interna desenvolvida por Vargas que tinha a questão da identidade nacional uma das vigas-mestras de seu governo autoritário” e, representavam um “perigo internacional”, por conta das “ambições expansionistas de Hitler, endossadas pelo forte sentimento nacionalista alemão”⁸⁸.

Foi, pois, neste cenário, que algumas pessoas foram presas, como por exemplo, Hans Peter Petry, acusado de ser filiado ao nazismo e fundador do núcleo de Joinville⁸⁹. Também, empresas locais sofreram intervenção federal, como a Empresa Sul Brasileira de Eletricidade

⁸⁶ FALCÃO, L. F. Op. cit. p. 132.

⁸⁷ Na cidade, o *Jornal de Joinville* destacava a importância do movimento integralista e, especialmente, seu idealizador: “Plínio Salgado é hoje o símbolo de um novo ciclo histórico, pelo seu pensamento, pela sua orientação filosófica, pela sua ética moral, pela sua concepção da vida, da razão de ser e dos destinos do homem sobre a terra”. *Jornal de Joinville*, 02 jan. 1937. Sobre a AIB em Santa Catarina e as relações do integralismo, nazismo e nacionalização, ver: FALCÃO, L.F. Op. cit. p. 123-182. Em Joinville, o prefeito eleito pela AIB foi Aristides Largura, que governou a cidade de 05/04/1936 a 05/01/1938, cf. *Relação dos Prefeitos de Joinville*. Núcleo de Arquivística – AHJ. Sobre a ação do integralismo em Joinville, ver: CAVALETTI, Laucí Aparecida. *O integralismo e o teuto-brasileiro (1930-1938)*. Florianópolis, 1998. Dissertação (Mestrado em História) –Universidade Federal de Santa Catarina.

⁸⁸ PERAZZO, Priscila Ferreira. *O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo*. Op. cit. p. 56.

⁸⁹ Idem, ibidem. p. 240.

S/A - EMPRESUL, ou ainda, solicitaram permissão ao Ministério do Trabalho para demitir funcionários, “alegando que eles eram súditos de países com os quais o Brasil estava em guerra”, como a firma Arp & Cia.⁹⁰ Em relação à EMPRESUL, esta empresa teve a concessão da energia elétrica em Joinville de 1929 até 1964, privada e até 1945 com capital alemão, sofreu intervenção e, por ter capital alemão na sua constituição, suas ações foram incorporadas ao Patrimônio Nacional, como indenização de guerra, através do Decreto Federal n. 8.206, de 22/11/1945.⁹¹ Comentários informais de um antigo funcionário da empresa, posteriormente incorporada pelas Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A – CELESC, que não quis gravar entrevista, apontam que muitos dos funcionários da antiga EMPRESUL foram presos sob a acusação de nazismo durante a Segunda Guerra. O fato de a EMPRESUL contar com capital alemão a tornou visada, mas, ao que tudo indica, foram as acusações de um de seus diretores pertencer a uma rede de espionagem nazista, que tornaram esta empresa ainda mais propensa aos olhares atentos da Delegacia de Ordem Política e Social. Em uma operação realizada por este órgão, em abril de 1942, várias pessoas foram presas, sendo a maioria ligadas à EMPRESUL:

São na sua maioria altos funcionários da Empresul – também os proprietários do “Bar Príncipe” – outros quinta-colunistas presos em vários pontos do Estado. [...]

Em Joinville, e em resultado das importantes diligências policiais realizadas naquela cidade, para onde se transferira, durante alguns dias, o Delegado de Ordem Política e Social, acompanhado de vários auxiliares, vem de ser preso, por determinação superior, um resultado do cuidadoso trabalho de investigação realizado, vários destacados elementos nazistas, residentes naquela cidade, sendo de notar que quase todos eles, são empregados na Empresa Sul Brasileira de Eletricidade (Empresul), empresa esta dirigida durante vários anos pelo já célebre e perigoso espião Albrecht Engels, envolvido na ampla rede de espionagem ultimamente descoberta pela polícia do Rio de Janeiro.

São os seguintes os indivíduos presos em Joinville: Dr. Friedrich Helmuth Krieger, diretor da Empresul, Ludwig Neeb, caixa da mesma empresa; Wilhelm Lesch; Carlos von Scholtz Hermendorff; Walter Hugo Erbert Hempel; Johannes Raffel; Franz Xaver Ried; Augusto Bade; Leonard Groegel; Afonso Steiner; Juergen Puls; Johannes Walter Frank; Herbert Hortzen, Julius Thiessen e Eduardo Schultz.⁹²

⁹⁰ Cf. FALCÃO, L. F. Op. cit. p. 176-177.

⁹¹ SILVA, Janine Gomes da. A CELESC e a energia elétrica em Joinville. *Esboços*, Florianópolis, n. 3, 1996. p. 40-41.

⁹² Numerosos nazistas presos em Joinville. *A Notícia*, Joinville, 19 abr. 1942, p. 24.

É significativo então observar que, em uma lista contendo 158 nomes de presos na Colônia Penal Cândido Mendes, em 1943, dos 8 que tem registro como última residência a cidade de Joinville, 5 aparecem como funcionários da EMPRESUL, e destes, três (Friedrich Helmuth Krieger, Wilhelm Lesch e Herbert Hortzen), são os que foram presos em abril de 1942:

- N. 5 – Blum, Albert
- N. 43 – Krueger, Friedrich Hellmuth
- N. 47 – Lesch, Wilhelm
- N. 92 – Zingler, Rudolf
- N. 130 – Hoertzsch, Herbert.⁹³

E, se os presos de Joinville eram enviados para outros presídios ou “campos de concentração”⁹⁴, como chama a historiadora Priscila Ferreira Perazzo, internados em Florianópolis na Seção Agrícola da Penitenciária de Trindade ou no Rio de Janeiro, presos de outras regiões eram recebidos no Presídio Oscar Schneider, em Joinville. Este espaço, antes de servir como prisão dos chamados “súditos do eixo”⁹⁵, era um hospital psiquiátrico, fundado em 1923, tendo seus internos transferidos em 1942, para o Hospital Colônia Santana, criado um ano antes, em São José/SC.⁹⁶ A aprovação, pelo menos na imprensa local, da criação de presídios políticos ou “campos de concentração”, pode ser verificada já no início do ano de 1942, quando ao tematizar a existência de “falsos brasileiros”, uma matéria do jornal *A Notícia* menciona que

⁹³ *Lista dos alemães presos na Colônia Penal “Cândido Mendes, na “Ilha Grande”*. Rio de Janeiro, 15/09/1943. Arquivo Político do Ministério do Exterior em Bonn – Alemanha. Rolo de Microfilme n. 29(?). Tradução: Maria Thereza Böbel. AHJ. Os outros três são: ‘N. 2 – Bach, Walter Alfred; N. 66 – Reid, Franz Xaver; e, N. 70 – Schulze, Eduard’. Observa-se que estes dois últimos também constavam no artigo que mencionava o nome de presos em Joinville em abril de 1942, ver: Numerosos nazistas presos em Joinville. *A Notícia*, Joinville, 19 abr. 1942, p. 24.

⁹⁴ Segundo Priscila Ferreira Perazzo, os alemães presos no Brasil “estavam implicados em atividades políticas como espionagem, sabotagem, propaganda nazista, filiação ao NSDAP ou, meramente, por se tratarem de ‘elementos suspeitos’ ou ‘indesejáveis’”. [...] Os locais de encarceramento variavam. Desde os porões das Delegacias de Ordem Política e Social até os presídios e casas de detenção, instalados em diferentes Estados, as colônias penais agrícolas (que se caracterizavam como campos de concentração) e até mesmo nas próprias localidades de moradia”. PERAZZO, Priscila Ferreira. *Prisioneiros de guerra: os cidadãos do Eixo nos campos de concentração brasileiros (1942-1945)*. São Paulo, 2002. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo. p. 61-62.

⁹⁵ Conforme Priscila Ferreira Perazzo, a expressão “súditos do eixo”, foi cunhada naquele momento e “utilizada, indistintamente, para designar os cidadãos alemães, japoneses e italianos que se encontravam no Brasil”. E, esta expressão, largamente utilizada para referir-se a estes estrangeiros como “forma de denominação e identificação [...] carregou em si uma representação social e política que endossou a necessidade de exclusão desses estrangeiros do meio social e justificou seu internamento no Brasil”. *Ibidem*, *idem*. p. 19-20.

⁹⁶ Sobre o Hospital Oscar Schneider, ver: FONTOURA, Arselle de Andrade da. Aqui ‘jaz’ um hospital... In: GUEDES, S. P. L. C. (Org.) *Op. cit.* cap. 3, p. 77-104.

para estes “falsos”, ou seja, todo aquele que advogue primeiro a pátria dos avós, “devemos criar campos de concentração”.⁹⁷ Sobre o Presídio Oscar Schneider, segundo um relatório referente à situação dos alemães no estado de Santa Catarina no ano de 1944, as condições deste eram melhores que de outros presídios onde estavam os “súditos do eixo” e ali os presos não eram “obrigados a nenhum tipo de trabalho” (provavelmente referência a trabalho forçado), e muitos se dedicavam a “diversos trabalhos manuais”.⁹⁸

Em uma lista anterior, dos presos alemães no Presídio Oscar Schneider, possivelmente do ano de 1943, a maioria dos 23 presos eram homens e de outras cidades de Santa Catarina, excetuando-se Ida Kautz, de Joinville, que tinha sido processada e condenada à extradição:

Relação dos presos alemães no “Oscar Schneider”, Joinville.

1. August Nixdorf, de Porto União, recebe ajuda do Consulado.
2. Karl Zehnder, de Hansa Humboldt (atual Corupá, N.T.), ele e sua família recebem ajuda do Consulado.
3. Hugo Moeller, de Hansa Humboldt.
4. Alfred Trichbach, de Porto União.
5. Fritz Appel, de Porto União, recebe ajuda do Consulado.
6. Werner Malycher de Porto União.
7. Pastor Hermann Weiner, de Jaraguá do Sul, ele e sua família recebem ajuda do Consulado.
8. Martin Schmoelz, de Hammonia (atual Ibirama, N.T.) tanto ele como sua família recebem ajuda.
9. Marcos Ziegler, recebe ajuda.
10. Karl Oehme, de Cruzeiro, ele e sua mulher recebem ajuda.
11. Otto Hohmann, de Porto União, recebe ajuda do Consulado.
12. Hermann Purnhagen, cumpre pena, à época da visita estava no hospital.
13. Ida Kautz, de Joinville, processada e condenada à extradição, fugiu pela 2ª vez do presídio.
14. Hubert Vossel, de Porto União.
15. Peter Becker, de Porto União.
16. Hermann Thomas, de Porto União, ele e sua família recebem ajuda.
17. Eugen Schwegler, de Porto União, recebe ajuda do Consulado.
18. Adolf Weingartner, de Porto União, recebe ajuda do Consulado.
19. Emmanuel Howard, de São Bento, recebe ajuda do Consulado.
20. Georg Ballbach, de Rio das Antas, tanto ele como sua mulher recebem ajuda do Consulado.
21. Robert Rotter, de Porto União, sem documentos, não tem meios.
22. Heinrich Hartmann.
23. Peter Josef Tillmann, de Chapecó, recebe ajuda do Consulado.⁹⁹

⁹⁷ Falsos brasileiros. *A Notícia*, Joinville, 08 mar. 1942, p. 24.

⁹⁸ *Situação dos alemães no estado de Santa Catarina*. Arquivo Político do Ministério do Exterior em Bonn – Alemanha. Rolo de Microfilme n. 29(?). Tradução: Maria Thereza Böbel. AHJ.

⁹⁹ *Relação dos presos alemães no “Oskar Schneider”, Joinville*. Arquivo Político do Ministério do Exterior em Bonn – Alemanha. Rolo de Microfilme n. 29(?). Tradução: Maria Thereza Böbel. AHJ.

Ida Kautz, conforme a relação, tinha fugido duas vezes do presídio. Talvez esta ação tivesse sido mais fácil para ela por ser moradora da cidade, e conhecer, quem sabe, pessoas próximas que a tivessem ajudado. Infelizmente, não conseguimos acompanhar os passos de Ida, nem encontrar indícios de se a extradição realmente aconteceu. Mas, se ser preso pelo exército brasileiro como um “nazista” era terrível, pior ainda era ser transferido para ser preso em outros presídios ou “campos de concentração”, em outras cidades do país. Tal fato pode ser observado no já mencionado relatório referente ao ano de 1944, quando aponta a “satisfação” dos presos que estavam no campo da “Trindade”, ao serem transferidos para o Presídio Oscar Schneider:

Em abril de 1944, havia apenas 48 alemães presos no campo “Trindade”, perto de Florianópolis. Alguns alemães, cujo número exato não é conhecido, encontravam-se na instituição “Oscar Schneider”. Em maio de 1944, os internados foram transferidos da Trindade, onde as condições de alojamento e alimentação davam motivo a justas queixas, para a instituição “Oscar Schneider”. As condições lá parecem ser melhores, mesmo que ainda não possam ser consideradas satisfatórias. A maioria dos presos ficou satisfeita com a transferência para a “Oscar Schneider”, visto suas famílias morarem em Joinville e Blumenau. Após mais algumas dispensas, o número atual de alemães na instituição é 30.¹⁰⁰

As histórias dos presos no Oscar Schneider, ou de “joinvilenses alemães” presos em outros espaços atravessam o período de 1942 a 1945 e somam-se a outros enredos. Como já mencionei, uma das principais questões que permeiam as diferentes histórias do período da Nacionalização na cidade, desde 1938, é a proibição do uso da língua alemã e, conseqüentemente, a necessária utilização da língua portuguesa. Assim, decretos como o Decreto-Lei n. 39 causaram um profundo impacto na história local:

Joaquim Wolff, Prefeito Municipal de Joinville, no uso de suas atribuições, e

Considerando que, um dos grandes objetivos do Estado Novo é o problema da nacionalização e que este abrange todas as formas de pensamento, cujo veiculo principal é a língua, falada ou escrita;

¹⁰⁰ *Situação dos alemães no estado de Santa Catarina*. Arquivo Político do Ministério do Exterior em Bonn – Alemanha. Rolo de Microfilme n. 29(?). Tradução: Maria Thereza Böbel. AHJ.

Considerando que todos os governos têm o dever de cooperação mutua neste sentido;

Decreta:

Art. 1º. Ficam terminantemente proibidos no Município as tabuletas, letreiros, cartazes, boletins, dísticos e anúncios de qualquer natureza, em língua estrangeira, nas ruas, praças, jardins, logradouros e edifícios públicos, fachadas de casas particulares e nos estabelecimentos comerciais e industriais em lugares destinados ao público, cinemas, teatros, cassinos e quaisquer casas de diversões públicas, sob a pena de multa de 50\$000 a 100\$000 além de outras penalidades prescritas em lei. [...] ¹⁰¹

A proibição do uso da língua estrangeira também afetou a imprensa local e foi com pesar para muitas pessoas, que o antigo *Kolonie-Zeitung* (Jornal da Colônia), fundado em 1862, encerrou definitivamente as suas atividades em maio de 1942. Este jornal, durante a Primeira Guerra Mundial, já tinha mudado de nome, circulando como “Actualidade”, entre novembro de 1917 e agosto de 1919. Durante a Segunda Guerra, a partir de setembro de 1941, passou a circular como “Correio de Dona Francisca”. Os jornalistas Carlos Willy e Max Boehm tinham conseguido algum prazo para a circulação do jornal em língua alemã, mas, a partir de maio de 1941, tiveram que acatar as novas leis e o “Correio de Dona Francisca” passou a ser inteiramente redigido em português. Segundo Elly Herkenhoff, os jornalistas, netos de imigrantes, já estavam enfrentando dificuldades para “conseguir o material necessário à impressão do jornal e a movimentação da Livraria Boehm, anexa à Tipografia”, pois a firma “Boehm & Cia” estava incluída na “lista negra” inglesa. ¹⁰² A mencionada lista devia ser semelhante à “lista negra” elaborada pelo governo norte-americano, a partir de informações dos consulados, como a que incluía diversas empresas e pessoas físicas de Blumenau analisadas por Méri Frostcher. ¹⁰³

As restrições à língua estrangeira afetaram as lidas diárias, no comércio, nas empresas, nas escolas, e nos mais diferentes espaços, onde, corriqueiramente, falava-se em alemão. As

¹⁰¹ Decreto-Lei n. 39, de 28/12/1938. PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE. *Decrétos-leis, decretos, resoluções e portarias do ano de 1938*. Joinville/SC, 1938. p. 67. AHJ.

¹⁰² HERKENHOFF, Elly. *Era uma vez um simples caminho...* Fragmentos da história de Joinville. Joinville: Fundação Cultural, 1987. p. 47-59. Destaca-se que, no acervo do AHJ, existe uma coleção completa do jornal *Kolonie-Zeitung*.

¹⁰³ “Nas ‘listas negras’, eram incluídas pessoas e empresas consideradas ‘persona non grata’ ao comércio estadunidense, acusadas de ter ligações com os países do Eixo”. FROTSCHER, M. *Da celebração da etnicidade teuto-brasileira à afirmação da brasilidade...* Op. cit. p. 177.

delações, as acusações infundadas, o medo e o silenciamento de muitas pessoas que não sabiam dizer uma palavra em português também foram constantes. Sobre este silenciamento, convém lembrar que a proibição de se expressar na língua alemã não se limitava a lugares públicos, mas adentrava as residências das pessoas e, como lembra Elly Herkenhoff “nem sempre o absolutamente indispensável dicionário alemão-português estava ali, à disposição... mas talvez estivesse um ouvido atento nas proximidades...”¹⁰⁴

E, a partir do Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP, o Estado Novo manipulava informações e “construiu um sistema de valores a serem incorporados pela sociedade”¹⁰⁵, atuando nos mais diferentes ramos da comunicação, da informação e da publicidade. As correspondências¹⁰⁶ e os programas de rádio poderiam passar pela censura, assim como muitos rádios foram apreendidos sob a acusação de seus donos estarem comunicando-se com os nazistas¹⁰⁷, mas outros bens dos teuto-brasileiros também foram apreendidos, como “utilitários” e “carros de passeio”.¹⁰⁸

Mas também houve um outro tipo de “apreensão”, que, às vezes, não esperava a chegada do policial para se efetivar. Tratava-se das pequenas coisas, dos livros escritos em alemão, dos panos bordados com frases singelas, religiosas..., dos quadros, das fotografias de famílias, das velhas bíblias e hinários, das recordações do batizado ou da primeira comunhão, das cartas de antepassados, das antigas revistas... Pequenas e significativas coisas, que costumam compor histórias individuais e que, por vezes, para evitar um confronto com a legalidade foram

¹⁰⁴ HERKENHOFF, Elly. *Joinville nosso teatro amador (1858-1938)*. Joinville: AHJ, 1989. p. 37.

¹⁰⁵ GOULART, S. Op. cit. p. 20.

¹⁰⁶ Especialmente sobre a censura postal em Joinville, ver: OLIVEIRA NETO, Wilson de; GUEDES, Sandra P. L. C. “Aberto pela censura!” A censura postal em Joinville entre 1938 e 1945. *Cadernos de iniciação à pesquisa*, Joinville, v. 3, p. 34-37, nov. 2001.

¹⁰⁷ Portaria n. 213, de 25/05/1940: Proíbe a recepção radiofônica de notícias de guerra. Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública/SC. *Apud* FÁVERI, M. Op. cit. p. 386.

¹⁰⁸ Cf. COELHO, I. *É proibido ser alemão...* Op. cit. p. 191. Alguns relatos apontam que, com o fim da guerra, os bens apreendidos, como carros e motocicletas, foram devolvidos. Estas ações de apreenderem os bens respaldava-se em uma série de “bases legais”, como por exemplo, o Decreto-Lei n. 4.166, que “Dispõe sobre as indenizações devidas por atos de agressão contra bens do Estado brasileiro contra a vida e bens de brasileiros ou de estrangeiros residentes no Brasil”. Decreto-lei n. 4.166, de 11/03/1942. *LEX*. Coletânea de Legislação. Legislação Federal e Marginália. São Paulo: LEX, ano VI, 1942. p. 114-116. BU.

enterrados, queimados, enfim, destruídos. Aliás, não só objetos sofreram este tipo de agressão, que se intensificou após a entrada do Brasil na Segunda Guerra, pois: ‘Foram incontáveis as agressões em lugares públicos, invasões de residências, arrazamentos e queimas de estabelecimentos industriais, comerciais, culturais e científicos, durante vários dias, naquele fatídico mês de agosto de 1942’.¹⁰⁹

Nessa época, a cidade foi mobilizada nas campanhas para arrecadação de metais, como por exemplo, uma realizada pelos alunos do Instituto Bom Jesus, que arrecadou folhas de papel de estanho.¹¹⁰ Estas campanhas visavam contribuir com os “esforços de guerra”.¹¹¹ Também o “salvo-conduto” deveria ser obtido pelos “alemães” (e na prática também por alguns teuto-brasileiros), mesmo quando para viagens próximas, atendendo às exigências da Secretaria de Segurança Pública e da Delegacia de Ordem Política e Social:

Secretaria de Segurança Pública – Edital

[...]3º – É vedado aos súditos dos países mencionados:

- a) mudar de residência sem documentação prévia ao Serviço de Registro de Estrangeiros, na Capital, e às Delegacias de Polícia, no interior do Estado;
- b) reunir-se, ainda que em casas particulares a título de comemorações de caráter privado (aniversários, bailes, banquetes, etc);
- c) viajar de uma para outra localidade sem licença da Polícia (Salvo-Conduto).¹¹²

Delegacia de Ordem Política e Social – Edital

O Capitão Antonio de Lara Ribas, delegado de Ordem Política e Social no Estado de Santa Catarina, (...) Faz saber a quem interessar possa, que, desta data em diante, por absoluta exigência do serviço, só serão reconhecidos como documentos hábeis para viajar, em todo território do Estado, inclusive estradas de ferro, o salvo-conduto ou carteira de identidade, devendo ser

¹⁰⁹ HERKENHOFF, Elly. *Joinville nosso teatro amador (1858-1938)*. Op. cit. p. 36.

¹¹⁰ Pró campanha de metais. *A Notícia*, Joinville, 06 set. 1942.

¹¹¹ “[...] as campanhas de arrecadação de metais visavam juntar uma quantidade razoável de tubos vazios de pasta de dente, lâminas de barbear usadas e outros artefatos de metal, para serem encaminhados para as Forças Armadas, de forma que fossem transformados em artefatos úteis ao esforço de guerra. [...] O pequeno gesto de doar um tubo vazio de pasta de dente, por exemplo, fornecendo o estanho do qual eram feitas, seria no final útil na construção de algum artefato de guerra, mas, principalmente, no sentido de engajar a população ao sentimento nacionalista”. In: OLIVEIRA NETO, Wilson de; GUEDES, Sandra P. L. C. Medo e desconfiança na “Alemanha brasileira” (1939 - 1945). *Cadernos de iniciação à pesquisa*, Joinville, v. 4, nov. 2002. p. 148.

¹¹² *Diário Oficial do Estado*, Florianópolis, 28 jan, 1942, p. 4. BPESC.

observados, porém, as concessões especiais, feitas às altas autoridades federais, estaduais e militares,[...].¹¹³

Se o “ír e vir” estava alterado naquele tempo, também o andar pela cidade passava por alterações: não se passeava mais pela praça maestro Carlos Gomes, mas sim pelo Jardim Nereu Ramos¹¹⁴, bem como próximo às comemorações do Dia da Bandeira, em 1940, criava-se uma praça em sua homenagem, demonstrando que a cidade também estava em consonância com o civismo propagado pelo Estado Novo:

Considerando que é dever de todos os brasileiros homenagear as datas mais caras aos fatos da história pátria;

Considerando que o culto à Bandeira, prestado em suas formas mais elevadas, é uma demonstração eloqüente da nossa educação cívica;

Considerando que o dia 19 de novembro, é consagrado ao culto da Bandeira nacional;

Decreta:

Art. 1º – É denominado Praça da Bandeira o logradouro público situado nesta cidade entre as ruas 15 de novembro dos Andradas, 9 de março e o rio Cachoeira.

Art. 2º – O Poder Executivo promoverá, oportunamente as medidas necessárias para a sua construção e adaptação. [...] ¹¹⁵

Uma onda de homenagens públicas substituía os antigos nomes de ruas que foram importantes no processo de urbanização da cidade, como por exemplo, a avenida Santa Catarina que passou a denominar-se Avenida Getúlio Vargas, já em meados de 1938, entendendo que era “um dever cívico da mais alta significação homenagear, por todas as formas, o eminente Chefe da Nação, cuja personalidade avulta dia a dia com extraordinário relevo dentro e fora das fronteiras do país”.¹¹⁶ Nessa época, além das alterações nos nomes de ruas e praças, para homenagear nomes do governo do Estado Novo, como a avenida Getúlio Vargas e a praça Nereu

¹¹³ *Diário Oficial do Estado*, Florianópolis, 28 jan, 1942, p. 4. BPESC. Observa-se, contudo, que, pelo menos desde março de 1940, já se fazia referência de que “pessoa alguma poderá viajar pelo Estado, sem estar munido de salvo-conduto, exarado pelo Delegado da Ordem Política e Social, em Florianópolis, e, no interior, pelas Delegacias Regionais ou Delegacias de Polícia”. Portaria n. 150, de 04/03/1940. *Coleção de Decretos, Decretos-lei, Resoluções e Portarias – Legislação Estadual*. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, jan./jun. 1940. APESC.

¹¹⁴ Decreto-Lei n. 48, de 04/02/1939. PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE. *Decretos-leis, decretos, resoluções e portarias do ano de 1939*. Joinville/SC, 1939. p. 6. AHJ.

¹¹⁵ Decreto n. 19, de 12/11/1940. PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE. *Decretos-leis, decretos, resoluções e portarias do ano de 1940*. Joinville/SC, 1940. p. 14. AHJ.

¹¹⁶ Decreto-Lei n. 8, de 23/06/1938. PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE. *Decretos-leis, decretos, resoluções e portarias do ano de 1938*. Joinville/SC, 1938. p. 42. AHJ.

Ramos, também outras ruas tiveram seus nomes modificados por conta de serem expressões em alemão, embora muitas já tivessem tido o seu nome “abrasileirado” durante a Primeira Guerra Mundial, como foi o caso da antiga *Deutsche Strasse* (Rua Alemã) que, em 1917, passou a chamar-se rua Comandante Saturnino de Mendonça e, posteriormente, rua Visconde de Taunay.¹¹⁷

As modificações, no tocante aos nomes e palavras escritas, em espaços que tinham profunda significação para os descendentes de imigrantes, alteraram também um dos lugares de memória mais carregado de simbologia: o Cemitério dos Imigrantes. Neste espaço, já não eram mais realizados sepultamentos desde 1913, excetuando-se poucos enterros em túmulos perpétuos, quando da abertura do Cemitério Municipal de Joinville. Todavia, o Cemitério abrigava o túmulo de muitos nomes dos “pioneiros” da história local, caracterizando -se como um dos espaços privilegiados de uma história “fundante”, como ressalta a historiadora local Elly Herkenhoff em um discurso proferido em uma cerimônia no Cemitério, em março de 1980:

Este Campo de Paz é um patrimônio de nossa Cidade. Ao caminharmos por entre os seus vetustos jazigos, encontraremos nomes perpetuados nas páginas de nossa História, que nos lembram homens e mulheres que tudo, tudo deram de si, trabalhando uma vida inteira na obra comum, para filhos e netos de todas as gerações futuras.

Pisamos este chão sagrado com muito respeito e carinho, sabendo que são inúmeros os jazigos não identificáveis debaixo deste gramado nivelador, jazigos hoje irreconhecíveis, de gente como nós, gente que sofreu, lutou, amou, gente que riu e chorou e aqui descansa para a Eternidade.¹¹⁸

¹¹⁷ HERKENHOFF, E. *Era uma vez um simples caminho...* Op. cit. p. 12. Sobre os antigos nomes das principais ruas de Joinville, ver: *Denominação das ruas da antiga Joinville e suas alterações*. Pesquisa: Hilda Ana Krisch; Margarida Schultz. s/d. Impresso. AHJ. Observa-se que para homenagear personagens do presente do Estado Novo, ou ainda, personagens de um passado ligado à história nacional, a cidade de Blumenau, por exemplo, teve o nome de 43 ruas alteradas, “à maioria das quais ruas com nomes que lembravam pessoas com sobrenome alemão”. FROTSCHER, Méri. Mãos que esculpem a memória no espaço urbano: investimentos em monumentos em Blumenau na primeira metade do século XX. In: RAMPINELLI, Waldir José (Org.) *História e poder: a reprodução das elites em Santa Catarina*. Florianópolis: Insular, 2003. p. 117.

¹¹⁸ “Em 1962, o Cemitério do Imigrante foi tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ficando a sua conservação aos cuidados da Prefeitura Municipal”. HERKENHOFF, E. *Era uma vez um simples caminho...* Op. cit. p. 107-108. Trata-se de um cemitério muito bonito, que impressiona pelos detalhes de seus túmulos e lápides, bem como, por ser num local arborizado. E, neste espaço, tradicionalmente na semana de aniversário da cidade, são realizadas homenagens aos “pioneiros”, estimulados pelo poder público. Além disso, várias pessoas durante o Finados, procuram o Cemitério para depositar flores em túmulos de antepassados. Cf. Novos imigrantes lembram Finados em antigo Cemitério. *A Notícia*, Joinville, 04 nov. 1997, p. E8.

Este “lugar sagrado” já estava repleto durante a Nacionalização, todavia, relatos inferem que este espaço também foi aviltado, pois, muitos epitáfios foram arrancados de seus túmulos. E, convém lembrar que os epitáfios funcionam, como destaca Alain Corbin, como um “apelo à permanência da lembrança”, pois dentro dos cemitérios, manifesta-se a “vontade de perpetuar -se, de imprimir sua marca”.¹¹⁹ Além disso, em conformidade com a legislação, a proibição do uso da língua alemã também afetava a materialidade dos rituais fúnebres:

Art. 1º - São expressamente proibidas nos Cemitérios, inscrições nos túmulos, carneiras, mausoléus, lousas, cruzeiros, nichos ou quadros, de cidadãos brasileiros, em línguas vivas estrangeiras.

Art. 2º - No ato de requerer a necessária licença, o interessado juntara à petição a minuta dos dizeres que pretende mandar inserir na respectiva sepultura, sem o que não será o requerimento encaminhado a despacho.¹²⁰

As mesmas leis que obrigavam o desencadeamento de outras formas de sensibilidade ao culto aos mortos, também mudavam a narrativa das rezas de católicos e protestantes e atingiam os mais diversificados espaços de sociabilidades, notadamente dos teuto-brasileiros. Em 1938, com o início da Campanha de Nacionalização, por determinação do General Meira de Vasconcellos, membros do Exército, do 13º Batalhão de Caçadores de Joinville, foram designados para ocupar a presidência de diversas sociedades:

Harmonia Lyra – capitão Numa de Oliveira;
 Club Germania – capitão Gualter Alvarenga;
 Liga de Sociedades – capitão Celso Lobo de Oliveira;
 Sociedade Gymnastica – 1º Tenente Domingos da Costa Lino Sobrinho;
 Sociedade de Cantores – 1º Tenente Aldebio de Lemos;
 Corpo de Bombeiros – capitão Francisco Faustino;

¹¹⁹ CORBIN, Alain. O segredo do indivíduo. In: PERROT, Michelle (Org.) *História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. Tradução Denise Bottmann; Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. v. 4. p. 427.

¹²⁰ Decreto-Lei n. 49, de 02/03/1939. PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE. *Decretos-leis, decretos, resoluções e portarias do ano de 1939*. Joinville/SC, 1939. p. 6. AHJ. Observa-se que o texto do mencionado decreto é o mesmo dos decretos referentes ao mesmo assunto, nas cidades de Blumenau e Florianópolis. Ver: Decreto-lei n. 12, de 08/12/1938. Prefeitura Municipal de Blumenau ; e, Decreto n. 119, de 24/02/1939. Prefeitura Municipal de Florianópolis. *Apud* FÁVERI, M. Op. Cit. p. 389.

Sociedade de Atiradores – capitão Alire Carneiro;
Sociedade Mitterweg – 1º tenente Fernando Caldeira.¹²¹

A intervenção nestas sociedades, através de novos presidentes e modificação de seus estatutos¹²², causou grandes dificuldades, pois, conforme Katianne Bruhns, “todas as atividades giravam em torno do cultivo ao *Deutschum*, através do uso do idioma, através das canções, peças teatrais, que, se não eram trazidas da Alemanha, possuíam um caráter típico deste povo, relembrando tradições, hábitos e crenças”.¹²³ Se num primeiro momento, em 1938, estas sociedades passaram a sofrer intervenção, a partir de 1942, veiculou-se a proposta de unir algumas sociedades da cidade. Em matéria publicada pelo jornal *A Notícia* em novembro de 1942, chama a atenção a justificativa do Capitão Numa de Oliveira, responsável pela Harmonia Lyra, ao propor a fusão de alguns clubes. Não fica claro no artigo se, além dos clubes Harmonia Lyra, Tênis e Seletto, estava incluído também o Clube Joinville. Mas tudo indica que sim, pois, especialmente, o Clube Joinville e a Harmonia Lyra eram espaços de sociabilidade significativos para os diferentes grupos étnicos da cidade. O primeiro, criado no início do século XX, era mais freqüentado pelos luso-brasileiros e o segundo, pelos teuto-brasileiros. E era justamente esta característica que propiciava a justificativa do capitão Numa de Oliveira, pois, segundo ele, “as duas sociedades, consciente ou inconscientemente, estavam separando por diques quase

¹²¹ *Jornal de Joinville*, 28 maio 1938. Sobre a história destes e outros importantes espaços de sociabilidade, criados na maioria ainda no século XIX, assim como, de suas modificações diante das novas medidas governamentais, ver: BRUHNS, K. Op. cit.

¹²² Os Estatutos da Sociedade Ginástica de Joinville, por exemplo, sofreram alterações em maio de 1938 e outubro de 1939 e, entre 1942 a 1947 foi registrado apenas a ata de uma reunião da Sociedade, em 05/02/1944, “devidamente convocada e autorizada pelo sr. Secretário da Segurança Pública”. *Sociedade Ginástica de Joinville – 1858/1958*. Joinville: Ipiranga, 1958. p. 51-52; e, SOCIEDADE GINÁSTICA DE JOINVILLE. *Estatutos*. Joinville, 1940. AHJ. Em relação à Sociedade Harmonia Lira, uma sociedade que, destacadamente, era freqüentada pelos teuto-brasileiros, onde a maioria falava em alemão, é interessante observar no seu novo estatuto, de dezembro de 1942, a referência às festas e às diversões, que deveriam “transcorrer na mais perfeita ordem”, cabendo aos diretores de festas e diversões “propor à Diretoria a criação de atrações na sede social, onde os sócios e suas famílias, em determinados dias da semana, possam passar momentos de verdadeira distração espiritual, educativa ou cultural, incentivando, assim, a freqüência à sede e proporcionando àqueles que, por sua origem se exprimam mal no idioma vernáculo, meios de se aperfeiçoarem convenientemente”. SOCIEDADE HARMONIA LIRA. *Estatutos*. Aprovados pela Assembléia Geral Extraordinária de 21 de dezembro de 1942. Joinville, 1943. p. 15. AHJ; e, SOCIEDADE HARMONIA LIRA. *Estatutos*. Joinville, 1938. AHJ.

¹²³ BRUHNS, K. Op. cit. p. 110.

intransponíveis a população desta terra”.¹²⁴ Para ele, um dos representantes da Campanha da Nacionalização na cidade, “estes diques precisam e devem ser quebrados. A fusão das sociedades é o grande passo para esta conquista”.¹²⁵ Sublinha-se que, naquele momento, a fusão não aconteceu; anos mais tarde, o Clube Joinville, por outros motivos, fundiu-se com o Tênis Clube de Joinville e a Harmonia Lyra, continua com as suas atividades. Todavia, cogitou-se esta união, o que significava mais uma interferência nos espaços de sociabilidade dos teuto-brasileiros e estas intervenções causaram entre este grupo étnico um profundo “sentimento de injustiça”¹²⁶ e são ainda hoje tidas como as responsáveis por uma “sensível estagnação” da vida cultural da cidade.¹²⁷

Evidentemente não dá para fazer uma relação direta com as modificações, e não necessariamente estagnação da vida cultural da cidade antes e depois da Nacionalização. São outros tempos, e outros atores entraram em cena, especialmente migrantes, sem nenhum vínculo com a denominada “cultura germânica”, todavia, nos relatos de descendentes de imigrantes alemães é comum ouvirmos esta observação que, às vezes, tem um tom de desabafo.

O “tempo da Nacionalização” foi um tempo de inúmeras restrições para várias pessoas, alguns presos, outros silenciados, sem mais poderem praticar cultos no idioma alemão, de recorrer ao dicionário para as tarefas mais corriqueiras, de minimizar as diferenças com vizinhos luso-brasileiros, pois as delações tornaram-se também um perigo eminente. Mas a repressão também trouxe em seu bojo o seu reverso, algumas práticas, mesmo que quantitativamente menores revelavam as transgressões. Alguns pais, pelo menos enquanto puderam, antes da criação da “quitação escolar”, insistiram em não matricular seus filhos nas escolas municipais.¹²⁸

¹²⁴ A Fusão dos Clubes de Joinville, Harmonia, Tênis e Seletto. *A Notícia*, Joinville, 29 nov. 1942, p. 1.

¹²⁵ Idem.

¹²⁶ Ilanil Coelho, ao mencionar este “sentimento de injustiça”, diz que segundo a ótica do mencionado grupo étnico “o associativismo e as festividades representavam apenas práticas cotidianas e não formas de negação do sentimento de nacionalidade brasileira”. COELHO, I. *Joinville e a Campanha de Nacionalização*. Op. cit. p. 115.

¹²⁷ HERKENHOFF, E. *Era uma vez um simples caminho...* Op. cit. p. 139.

¹²⁸ Sobre esta prática dos pais Theobaldo Costa Jamundá, chama de “resistência passiva”: “O decreto -lei n. 88 resolveu, formalmente, o problema da nacionalização do ensino, no expurgar as escolas suspeitas. Mas ainda restava uma dificuldade a solucionar: a resistência passiva dos pais em matricular os filhos nas escolas instaladas pelo

Outros, mesmo sob a vigilância acirrada do 13^o BC, procuraram manter na intimidade dos seus lares as conversas sussurradas em alemão, ou ainda tentaram fugir do Presídio Oscar Schneider, como Ida Kautz. Em relação às escolas, algumas conseguiram, pelo menos até 1942, manter práticas que estavam proibidas desde 1938, como por exemplo, o caso de uma escola localizada na Rua Lages, região central da cidade, que tinha autorização legal para funcionar. Esta escola, que segundo a imprensa era regida pela mulher de Gentil Stein, “nazista preso por crime cometido contra a nação”, ainda em 1942, quando foi inspecionada, tinha, contrariando a legislação nacional, estadual e municipal, “cinquenta e seis livros didáticos, destinados ao ensino da infância, impressos em língua alemã”.¹²⁹

Contudo, possivelmente, especificamente em relação à proibição ao uso da língua alemã, a maior transgressão era falar em *plattdeutsch*, um dialeto alemão que, segundo vários relatos, se parecia muito com o inglês e quem sabia falar podia recorrer a ele mesmo na frente dos policiais do 13^o BC, pois, os ingleses não eram inimigos, mas sim “aliados”.

Mas, embora os teuto-brasileiros fossem, na história local, os atores principais deste enredo, pois, era sobre e para eles que toda uma legislação se colocava e eram eles que deveriam rever suas formas de sociabilidade e práticas culturais, adequando-se “às diretrizes da nova política do Brasil”, parafraseando o título da obra de Getúlio Vargas, evidentemente, suas histórias estavam relacionadas às dos luso-brasileiros. Estes, não foram meramente coadjuvantes nesta história: não só fizeram delações, picharam casas com suásticas, riram de uma língua portuguesa com o sotaque carregado, chamaram o outro de “quinta coluna” ou de “nazista”, mas também ajudaram a apagar as humilhantes suásticas, auxiliaram conhecidos nas lidas com a língua portuguesa, ajudaram famílias com dificuldades financeiras... Enfim, eram todos, mesmo os indiferentes aos vários decretos municipais, estaduais e federais que se somavam, moradores

Estado. Observado este fato pelo Governo do Estado, foi baixado o decreto-lei n. 301, de 24 de fevereiro de 1939, que não só tornou obrigatória a frequência escolar, das crianças de 8 a 14 anos, residentes num raio de três quilômetros da escola, como institui a QUITAÇÃO ESCOLAR”. In: JAMUNDÁ, T.C. Op. cit. p. 48.

¹²⁹ A *Notícia*, Joinville, 19 ago. 1942, p. 3.

da mesma cidade, que tinha a guerra lá de longe, tão perto de suas histórias... Era mais uma cidade vivenciando a experiência do “*front* interno”.¹³⁰

Percebe-se, então, que as rupturas causadas na história da cidade nesse momento são muitas e trazê-las à tona não significa apontar para fatos dramáticos, mas evidenciar que estes fatos, dramáticos ou não, nos ajudam a compreender como vários aspectos, políticos e culturais, são (re)elaborados no espaço público, e como na constituição de uma trama histórica, rupturas e continuidades foram mobilizadas na construção de marcos simbólicos, notadamente, na realização dos festejos do Centenário. Não se trata, portanto, de um enredo dramático, de instaurar uma leitura binária para o período: foi bom para alguns e ruim para outros. Ao contrário, torna-se necessário perspectivar as histórias da Nacionalização, pois, o (re)contar a história, com “efeito dramático”, também foi utilizado para se fazer lembrar.

Assim, as vivências da Nacionalização inscreveram sentidos e significações na memória de homens e mulheres. Essa memória é, então, marcada por algumas problemáticas que merecem ser destacadas: se as histórias da Nacionalização alteraram o cotidiano da cidade com uma série de interdições, e isto foi algo que tomou um grande vulto, levando-se em consideração que, naquele momento, a cidade tinha um grande número de teuto-brasileiros, essas interdições tomaram a dimensão de uma grande injustiça. Tal injustiça, aliada à perspectiva do trauma como algo a se fazer lembrar enseja também o uso do trauma para mostrar a importância de quem o recebeu. Uma noção de importância aliada ao discurso do “pioneirismo” e do progresso que tomaram lugar principal no desenrolar do Centenário. Mas a esta questão uma outra pode ser somada: a noção de injustiça traz consigo a perspectiva de vítima. E então, por que, apesar de se mostrar como personagem principal do enredo das comemorações, em alguns momentos, parte

¹³⁰ “Durante a Segunda Guerra Mundial, o governo Getúlio Vargas definiu várias iniciativas de constituição de um *front* interno. Dirigidas para instituir a mobilização da população civil diante da guerra, estas iniciativas, no entanto, visavam essencialmente criar uma mobilização segundo os ideais do Estado Novo e não conectadas efetivamente à guerra na Europa. Em muitas destas iniciativas a guerra foi muito mais um alibi para as medidas estado-novistas [...]”. In: CYTRYNOWICZ, Roney. *Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Geração Editorial; EDUSP, 2000. p. 18-19.

da população dos teuto-brasileiros se apresentaram como vítimas, dizendo que sofreram vinganças e “fortes pedradas”?¹³¹

Neste constante fazer lembrar, mesmo que, às vezes, de forma tênue e quase parecendo que se trata de um querer esquecer, a memória deste grupo vêm carregada com uma dimensão importante, muito próxima do que observa Tzvetan Todorov, ao mencionar que ter sido vítima dá o direito de “se lastimar, de protestar e de reclamar”, e, e ntão, no lugar de uma “satisfação pontual”, passa a ter o privilégio de ter o reconhecimento permanente da sua condição de vítima.¹³² Este mesmo autor, em um artigo publicado no jornal *Folha de São Paulo*, tematizando as diferenças entre a memória americana e a japonesa em relação aos bombardeios em Hiroshima e Nagasaki, no final da Segunda Guerra, além de apontar estas questões, a do benefício da vítima em poder “queixar-se, protestar e exigir”, também assinala para o fato de que este privilégio demonstra que “nunca que a história sempre foi escrita pelos vitoriosos”.¹³³ No caso da cidade de Joinville, cotejar o “tempo da Nacionalização” e o “tempo do Centenário”, como já mencionei, não se trata de enveredar por uma busca de vitoriosos ou vencidos, pois a história é muito mais profunda que uma oposição entre bem ou mal, certo ou errado, e entremeada de múltiplas facetas. E a memória não é um campo árido, plano e sem oscilações, pelo contrário, é porosa, densa, carregada de inúmeros significados. Todavia, cabe apontar que categorias como “vencidos” e “vencedores” também se fazem presentes na constituição da trama histórica e, portanto, merecem ser mencionadas, pois, quando precisam, os personagens desta história sabem inseri-las na narrativa.

¹³¹ 9 de Março. *Vida Nova*, Joinville, n. 6, mar. 1949, p. 3.

¹³² Segundo Todorov, “Une dernière raison au nouveau culte de la mémoire serait que ses praticiens s’assurent ainsi certains privilèges au sein de la société. [...] Avoir été victime vous donne le droit de vous plaindre, de protester et de réclamer ; sauf à rompre tout lien avec vous, les autres sont bien obligés de répondre à vos demandes. Il est plus avantageux de rester dans le rôle de victime que de recevoir une réparation pour l’offense subie (à supposer que cette offense soit réelle) : au lieu d’une satisfaction ponctuelle, on garde un privilège permanent, l’attention et donc la reconnaissance des autres vous est assurée”. TODOROV, Tzvetan. *Les abus de la mémoire*. Paris : Arléa, 1998. p. 55-56.

¹³³ TODOROV, Tzvetan. A lancheira e o bombardeiro. *Folha de São Paulo*, 17 ago. 2003. Folha Mais.

Assim, conforme os discursos dos organizadores, inscritos nos mais diversos suportes materiais, “vitoriosos” foram os imigrantes. E, foi a partir de homenagens de gratidão a eles, que se iniciou o Centenário...

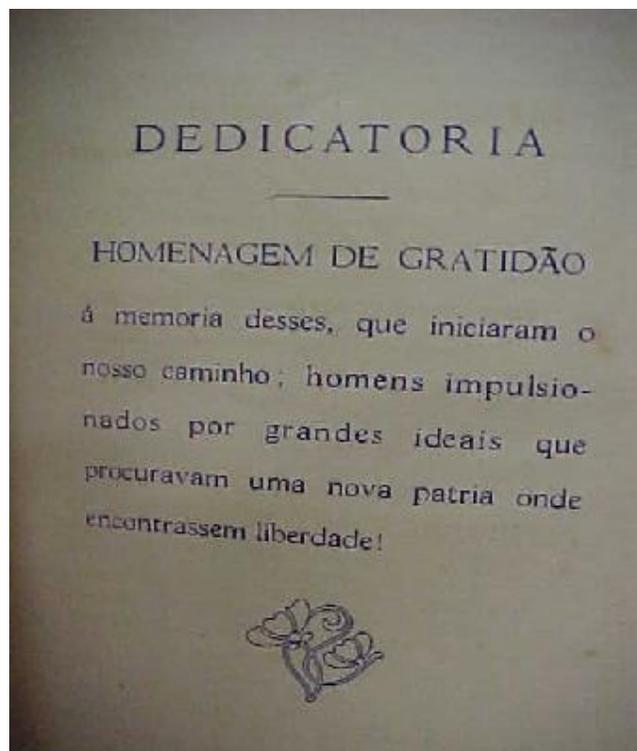


Fig. 1 – 1º Centenário de Joinville. Programa da ‘Noite de Arte ’. 1951. Impresso.
Fonte: Caixa n. 1a.54 – Reg. 737a – CCMNIC – Acervo: AHJ.

(Re)Significando antigos discursos: as Comemorações do Centenário de Joinville

É que, aqui, no círculo de uma pequena área, onde se reuniram as esperanças e a coragem de um pequeno núcleo de gente da velha Germânia, cujos olhares se estarreciam diante dum panorama esparramado de cores divinas, apesar de nada receber dos poderes governamentais dos Estado, mas tudo lhes dar, ainda a fé e o trabalho erguem monumentos de grandezas.

Isto quer dizer muito, diante dos retalhamentos do seu território, por vingança inconcebível; diante de inúmeras dificuldades, propositadamente postas em seu caminho para o seu aniquilamento; diante das pechas de desnacionalização, surgida com o propósito de amesquinha-lo e diminuí-lo no conceito do país inteiro.

Combalido com essas fortes pedradas, que tem ferido fundo a sua face, enrugada pelo trabalho dia-a-dia da sua longa jornada, a Joinville do presente ainda aí está de pé, ativa e mirando o futuro com as melhores perspectivas, através da nebulosa que escurece, por toda parte, o tempo atual.

E as ruas se movimentam numa orquestração de movimento, as chaminés fumegam dia e noite, construindo para o presente e para o futuro, velhos, moços e crianças comungam num mesmo altar de esperanças, e, sobretudo, espera-se, com alvissareiro alvoroço, esse centenário almejado da sua fundação, tão próxima dos corações festivos.¹³⁴

A ênfase ao legado do significado da imigração e do imigrante permanece na historiografia local, como se, de fato, a história da cidade fosse, como tradicionalmente infere a maior parte destes escritos, uma história harmoniosa. Tensões entre imigrantes e seus descendentes com os/as brasileiros/as, permearam as vivências e as sociabilidades em Joinville desde o século XIX.¹³⁵ Contudo, embora tensões existissem em todas as expressões de distintividade, é num momento explícito de tensões étnicas, como foi o momento da Campanha de Nacionalização, que este problema se coloca com ênfase no cenário local.

Todavia, se a princípio, em Joinville, o período da década de 1930 e meados da década de 1940 (momento em que a questão da valorização/desvalorização da cultura germânica foi

¹³⁴ 9 de Março. *Vida Nova*, Joinville, n. 6, mar. 1949, p. 3.

¹³⁵ Em minha dissertação de mestrado, especialmente no primeiro capítulo “Na tessitura de uma história: mulheres de Joinville e tensões entre brasileiros e imigrantes”, procurei demonstrar as tensões existentes entre brasileiros e imigrantes, na cidade de Joinville, durante todo o século XIX, tensões que “conviviam” com o discurso da harmonia, mas que permearam as diferentes experiências de homens e mulheres, ver: SILVA, Janine Gomes da. *Tensões, trabalho e sociabilidades: histórias de mulheres em Joinville no século XIX*. Florianópolis, 1997. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina.

utilizada politicamente), se apresentam como um “tempo de esquecer”, marcados por experiências impregnadas de tensões étnicas, ao mesmo tempo, sinalizam para outras questões, que compreendemos serem valiosas para entendermos o legado do significado da imigração para a história local. Nesse sentido, os anos posteriores ao fim da Segunda Guerra Mundial são importantes na ressignificação da imigração para a história da cidade.

Alguns estudos demonstram que, no pós-guerra, aos poucos, as origens germânicas foram sendo revalorizadas e que, se, anteriormente à Nacionalização, ser “teuto-brasileiro” era sinônimo de distinção, atualmente, ser “de origem” é também uma condição carregada de distintividade.¹³⁶

Em Joinville, já em 1946, formou-se uma sociedade, a Sociedade Amigos de Joinville - SAJ, que tinha como principal atribuição, preparar os festejos do Centenário. Segundo Albano Schulz¹³⁷, em texto sobre a SAJ no *Álbum Histórico do Centenário de Joinville*, o grupo reunia-se na Sociedade Harmonia Lyra e teve a sua sessão de fundação no aniversário da cidade, em 09 de março de 1946, data em que foram elaborados os estatutos e eleita a primeira diretoria, que teve como primeiro presidente o Sr. Rodolfo Colin. Nesse mesmo dia, “foram suscitados os primeiros planos para os festejos do centenário de Joinville”.¹³⁸ Todavia, alguns indícios nos remetem ao fato de que este grupo já havia começado a pensar no Centenário, no final do ano de 1945 e que, assim, possivelmente, esperaram uma data significativa, 09 de março de 1946, para

¹³⁶ Conforme Ilanil Coelho “a origem alemã passou a assumir um papel de destaque de distintividade. [...] o critério da origem será mais tarde valorizado, pressupondo qualidades e atributos positivos de identificação”. COELHO, I. *Joinville e a Campanha de Nacionalização*. Op. cit. p. 124.

¹³⁷ O Dr. Albano Schultz foi eleito presidente na segunda eleição para a diretoria da SAJ, em 09 de março de 1948. SCHULZ, Albano. Sociedade Amigos de Joinville. Fundação, finalidades e obras realizadas. In: SOCIEDADE AMIGOS DE JOINVILLE (Org.) *Álbum histórico do centenário de Joinville. 1851-1951*. Curitiba: Gráfica Mundial, 1951. Era o presidente da SAJ no momento das comemorações do Centenário, tendo sido o organizador dos festejos e do *Álbum Histórico do Centenário*. Albano Schultz, natural de Joinville, nasceu em 05/04/1913. Era médico e dirigiu por vários anos a Casa de Saúde Dona Helena. Foi, também, vereador por dois mandatos e participou de várias atividades em diferentes entidades, como o Rotary Club, o Clube de Radioamadores e a Sociedade Esportiva e Recreativa Cruzeiro do Sul. VALENTIN, Lairton. *Joinville, seus médicos e sua história*. Florianópolis: UFSC, 1997.

¹³⁸ SCHULZ, A. Sociedade Amigos de Joinville. Fundação, finalidades e obras realizadas. Op. cit.

oficializar esta entidade, que teve como primeiros idealizadores os Srs. Rolf Wetzel¹³⁹ e Fritz Gassenferth.¹⁴⁰ Ainda, conforme Albano Schultz, depois foram convidadas outras pessoas de “projeção na sociedade joinvilense”. Salienta -se que, entre os nomes de projeção, a que se faz referência, incluem-se homens de famílias de origem lusa (em menor número) e teuto-brasileira, notadamente pertencentes a uma “elite”¹⁴¹ política, cultural e econômica da cidade. Um grupo que pode ser visualizado, por exemplo, através dos nomes (e sobrenomes de origem germânica), que compunham a diretoria entre os anos de 1948 a 1952:

Diretoria biênio 1948-1950: Albano Schulz – Presidente, Jaroslau C. Pesch – Tesoureiro, Floriano Francisco da Silva – Secretário, Sizinando Assis – 2º Secretário, Amandus Ravache – 2º Tesoureiro, Raul Fagundes – Secretário Executivo, Jacob Weitz – Cobrador, Helmut Falgatter – Presidente da Comissão das Exposições, Adolfo Trinks – Presidente da Comissão dos Festejos, Arnaldo Wetzel e Hans Lange – Comissão de Construção.
Diretoria biênio 1950-1952: Albano Schulz – Presidente, Arnaldo Wetzel – 1º Vice Presidente, Plácido Olímpio de Oliveira – 2º Vice Presidente, Floriano Silva – 1º Secretário, Sizinando Assis – 2º Secretário, Jaroslau Pesch – 1º Tesoureiro, Amandus Ravache – 2º Tesoureiro, Marinho de Souza Lobo – Orador Oficial, Raul Oliveira Fagundes – Secretário Executivo.¹⁴²

Se havia interesses políticos e econômicos destes homens, pertencentes à elite local, em participar da SAJ, é uma pergunta que emerge no momento em que tentamos estabelecer suas relações no cenário local. Alguns deles, como por exemplo, Marinho de Souza Lobo¹⁴³, tiveram uma participação ativa na vida política da cidade antes da Nacionalização. Outros, além desta trajetória política antes do período da Campanha, tornaram-se lideranças importantes da União Democrática Nacional – UDN, como Plácido Olímpio de Oliveira, eleito por Santa Catarina à

¹³⁹ Descendente de imigrantes alemães, filho de Ernst Wetzel, sócio e um dos diretores da firma Germano Wetzel & Cia. Rolf Luiz Wetzel nasceu em Joinville em 30/01/1910, estudou química na Alemanha e, posteriormente, abriu uma fábrica de perfume e sabão na cidade. *Famílias brasileiras de origem germânica*. São Paulo: Instituto Hans Staden, 1975; e, RICHLIN, Helena R. E. G. *Depoimento concedido a autora*. Joinville, 08 set. 2003.

¹⁴⁰ Nasceu em Florianópolis em 15/06/1898 e foi Juiz de Órfãos e Desvalidos na cidade de Joinville. BÖBEL, Maria Thereza. *Depoimento concedido a autora*. Joinville, 10 set. 2003.

¹⁴¹ Conforme referência na Introdução deste trabalho.

¹⁴² SCHULZ, A. Op. cit. p. 271-281.

¹⁴³ Natural de Campo Alegre/SC, bacharelou-se em Direito e foi Promotor Público de São Bento do Sul/SC e Promotor Interino da Câmara Municipal de Joinville. Foi vereador e prefeito de Joinville e deputado estadual, com uma atividade política intensa até meados da década de 1930. Ver: PIAZZA, Walter F. (Org.) *Dicionário político catarinense*. Florianópolis: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1985. p. 304.

Câmara dos Deputados, exercendo sua segunda legislatura entre 1951 a 1954.¹⁴⁴ Ainda, em relação a estes homens da SAJ, que tiveram ativa participação na vida política, destaca-se, além de Albano Schultz, vereador por dois mandatos, o farmacêutico Helmut Fallgatter, que foi prefeito da cidade entre 31/01/1961 a 30/01/1966.¹⁴⁵ Já, em relação à participação dos membros da SAJ na economia local, salientam-se, principalmente, Arnaldo Wetzel e Adolfo Trinks, ambos descendentes de imigrantes, com importância no meio empresarial da cidade.¹⁴⁶ Adolfo também fazia parte da Sociedade Harmonia Lyra, sendo membro da orquestra desta sociedade.¹⁴⁷

Se disputas entre eles, ao encaminhar as atividades da SAJ, existiam, torna-se difícil de perceber, mas, conforme um dos participantes desta sociedade, o empresário Baltazar Buschle, independente das diferenças pessoais ou políticas, estas pessoas tinham como principal interesse o desenvolvimento econômico da cidade.¹⁴⁸ Assim, a SAJ congregava, especialmente, políticos, profissionais liberais e empresários, tanto de empresas tradicionais de descendentes dos imigrantes, quanto de novas empresas que haviam sido criadas, como a empresa de Baltazar Buschle, a Buschle & Lepper, fundada em 1943. No pós-guerra, antigos e novos empresários, aliados a tradicionais e emergentes políticos locais, iam delineando as ações da SAJ, e ao “trabalharem” para o desenvolvimento econômico da cidade, iam também preparando as comemorações do Centenário.

Em relação às “origens” da SAJ, cabe salientar, especialmente, dois aspectos: primeiro, uma “união” entre a elite da cidade, composta por lusos e teuto-brasileiros, para o

¹⁴⁴ Natural de Campo Alegre/SC, nascido em 05/10/1900, bacharelou-se em Direito, foi promotor público, prefeito de Joinville, secretário de estado e deputado estadual. Foi, também, diretor da EMPRESUL. PIAZZA, W. F. (Org.) Op. cit. p. 382.

¹⁴⁵ Cf. *Relação dos Prefeitos de Joinville*. Núcleo de Arquivística – AHJ. Nasceu em 1909 e ingressou na Farmácia e Drogaria Catarinense S/A em Joinville “e contribui, como diretor da empresa, muito para a expansão da firma”. *Famílias brasileiras de origem germânica*. São Paulo: Instituto Hans Staden, 1975.

¹⁴⁶ Arnaldo Wetzel foi um dos fundadores da Fundação Schmidt Wetzel e Adolfo Trinks era sócio da fundação Grossenbacher Trinks. RICHLIN, Helena R. E. G. Depoimento citado.

¹⁴⁷ RICHLIN, Helena R. E. G. Depoimento citado.

¹⁴⁸ BUSCHLE, Baltasar. Depoimento citado.

empreendimento das comemorações; segundo, um delineamento dos elementos que estariam presentes nas ações (expressas em seus discursos) referentes ao Centenário.

No que diz respeito a uma “união” da “elite” da cidade, independente de suas origens étnicas, pode-se dizer que agora, “pós -nacionalização”, mais do que anterior à década de 1930, é imperativo que desavenças (como as delações de brasileiros contra os teuto-brasileiros) passadas sejam “esquecidas” e que as diferenças étnicas sejam amenizadas, afinal, foi justamente a valorização da “germanidade” na cidade que, entre outros fatores¹⁴⁹, respaldou a campanha nacionalizadora. A SAJ deveria refletir uma “união entre amigos, que não tinham outro propósito senão fazer o bem”.¹⁵⁰ Aliás, é possível observar, em vários outros discursos, o esforço em frisar que a diferente origem étnica dos componentes da SAJ é demonstrativa de uma “união”. Um dos vários artigos veiculados no dia 09 de março de 1951 fez questão de destacar esta característica. O artigo, intitulado “Onde os primeiros pioneiros encontraram um banhado existe hoje uma cidade limpa, cheia de flores”, ao fazer um histórico sobre a cidade, insere em sua narrativa a presença de luso-brasileiros já no início da Colônia, fato que comumente não era, antes da década de 1930, visível nos discursos sobre a colonização da cidade. E, para finalizar a narrativa, ao mencionar que, apesar da industrialização, ainda existem muitos descendentes dos antigos imigrantes na região rural¹⁵¹ e que estes virão à cidade prestigiar o evento, o espírito fraterno dos integrantes da SAJ é destacado:

[...] No dia 09 de março de 1951 também esses colonos virão à cidade a fim de presenciar as festividades que já se acham em preparativo por iniciativa da SAJ (Sociedade Amigos de Joinville), uma sociedade fundada somente para este fim e que conta com cerca de mil sócios. Na diretoria vemos o Dr. Albano Schulz, seu incansável presidente, os Srs. Dr. Placido Olympio, Jaroslau Pesch, Amandus Ravache e muitos outros que nos mostram que

¹⁴⁹ Podemos dizer que a força da Campanha Nacionalizadora no Estado de Santa Catarina está associada à própria articulação política que se configura no Estado após a Revolução de 1930, que, ao ampliar espaços para a oligarquia Ramos, da região do Planalto, substituindo o poder que antes estava ligado às elites das regiões de colonização do Vale do Itajaí, acelera, através do Interventor Nereu Ramos, as ações nacionalistas.

¹⁵⁰ SCHULZ, A. Op. cit. p. 274.

¹⁵¹ Da antiga Colônia Dona Francisca como um todo, incluindo os moradores dos municípios de Guaramirim e São Bento do Sul.

entre os descendentes dos primeiros imigrantes e os luso-brasileiros nada existe que os separe, e num reflexo de fraternidade se ajudam mutuamente nos preparativos para as festas do Centenário de sua cidade comum, Joinville.¹⁵²

Não existir nada que separe os descendentes dos imigrantes com os demais moradores, parece ser uma forma de abafar as diferenças que traumatizaram algumas histórias. Esse fato não era observado somente em Joinville, pois, os efeitos das leis nacionalizadoras ainda eram muito recentes e, ao que tudo indica, como que numa estratégia, a população de origem germânica no Brasil preferiu, como registrou o Embaixador da República Alemã, em viagem aos estados do Paraná e Santa Catarina, em 1952, fazer um “esforço sincero em não falar do passado recente e fazê-lo esquecer”.¹⁵³ Um “esforço sincero” que não apaga os feitos dos imigrantes (pelo contrário), mas dá novos contornos à importância dos mesmos na colonização da cidade. O “pioneiro” continua a ser valorizado, mas os discursos carregados sobre a importância da cultura alemã são amenizados, pelo menos na esfera pública¹⁵⁴. Não é mais o discurso étnico que principia a narrativa, mas sim o trabalho dos descendentes dos imigrantes. Aliás, esta postura pode ser também observada nas classes empresariais e políticas de Blumenau, cidade de Santa Catarina colonizada também por imigrantes alemães a partir de 1850 e que sofreu, assim como Joinville, os efeitos da Campanha de Nacionalização. Lá, também “evitavam a valorização da

¹⁵² Onde os primeiros pioneiros encontraram um banhado existe hoje uma cidade limpa, cheia de flôres. *Jornal de Joinville*, 09 mar. 1951, p. 09.

¹⁵³ *Relatório de viagem do Embaixador da República Alemã aos estados do Paraná e Santa Catarina*. 1952. Arquivo Político do Ministério do Exterior em Bonn – Alemanha. Rolo de Microfilme n. 23. Tradução: Maria Thereza Böbel. AHJ.

¹⁵⁴ Em relação à perspectiva de compreensão das diferenças entre as esferas públicas e privadas convém lembrar que os limites entre o que é “público” e o que é “privado”, são muito tênues. Jürgen Habermas ao historicizar a construção social destas esferas aponta que as mesmas estão associadas, no século XIX, a um modelo liberal burguês, ver: HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Tradução Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. Assim, refiro-me à esfera pública, entendendo como um espaço mais marcado pelo político e pela presença masculina, mas não exclusivamente. Em relação às “esferas separadas”, Linda K. Kerber menciona que tal perspectiva ainda é pautada no fato de que tais fronteiras são marcadas pelo gênero e as reconstruções das relações de gênero e dos espaços que homens e mulheres reivindicam é uma das mais “convincentes tarefas sociais contemporâneas”. KERBER, Linda K. *Separate Spheres, female worlds, woman’s place: the rethoric of women’s history*. *The journal of American history*, v. 75, n. 1, jun. 1988.

Língua e de elementos da cultura alemã na esfera pública, da forma como se fazia nos anos 30 em periódicos em Blumenau”.¹⁵⁵

Não remexer no passado e minimizar o discurso étnico no pós-guerra, substituindo-o pelo mérito do trabalho, une a todos num único esforço - investir na importância do progresso da cidade. Isso delineia um segundo aspecto que me parece importante nos trabalhos empreendidos pela SAJ, definido assim por um de seus membros: “Sempre existiram homens que, despidos de personalismo egoísta e mesquinho, consagraram uma parte da sua vida ao bem estar coletivo, visando unicamente o engrandecimento e o progresso de uma comuna”.¹⁵⁶

O progresso de Joinville e a sua importância econômica para o Brasil, mesclaram todas as atividades do Centenário. A força do trabalho de Joinville¹⁵⁷, mais do que antes, recebe o investimento de muita propaganda, que deveria extrapolar as fronteiras do estado de Santa Catarina, mostrando para todo o país, que nesta terra, todos trabalham pelo Brasil, e não merecem ser menosprezados, como foram durante a Campanha de Nacionalização. Durante os festejos e antes mesmo do mês de março de 1951, circularam propagandas sobre as fábricas locais.

¹⁵⁵ FROTSCHER, Méri. *Da celebração da etnicidade teuto-brasileira à afirmação da brasilidade...* Op. cit. 237.

¹⁵⁶ SCHULZ, Op. cit. p. 271.

¹⁵⁷ Sobre alguns discursos locais que buscaram construir uma “cultura do trabalho” própria de Joinville, bem como, críticas a estes discursos que procuravam mostrar uma imagem da cidade como “da ordem” e do “trabalho” e, principalmente, sobre as lutas dos trabalhadores em face desta realidade, ver: COSTA, Iara Andrade. A cidade da ordem: Joinville 1917-1943. In: GUEDES, Sandra P. L. C. (Org.). Op. cit. cap. 4, p. 105-161.



Fig. 2 - Cartaz – Propaganda alusiva ao 1º Centenário de Joinville. Impresso.
Fonte: Caixa: Joinville – Centenário. Acervo: AHJ.

Joinville, a cidade onde “419 fábricas trabalham pelo Brasil”, toma um efeito de sentido muito mais amplo, quando percebemos que perpetuar a grandeza desta terra é, ao mesmo tempo, valorizar seus “pioneiros”, tão hostilizados durante o Estado Novo, através das leis nacionalizadoras. A importância das fábricas, exemplificada no cartaz acima, soma-se aos discursos de civismo e patriotismo, justificando a expressão “Manchester Catarinense”¹⁵⁸, que já era utilizada, como as palavras que prefaciam o *Álbum Histórico do Centenário*:

Cultuar a memória dos pioneiros da civilização de Joinville, enaltecer o trabalho ordeiro e pacífico dos seus filhos e glorificar as tradições de cultura de um povo, foi o objetivo primordial da presente publicação, que traduz, em suas páginas singelas e expressivas, toda a magnitude e a pujança do civismo e do patriotismo de uma comuna que pontifica entre os maiores centros culturais de Santa Catarina e do Brasil. [...]

Joinville, (...) com justificado acerto foi cognominada de CIDADE JARDIM ou MANCHESTER CATARINENSE. [...]

Ao rendermos o nosso tributo de homenagem aos fundadores de Joinville, cumpre-nos também o grato dever de enaltecer a obra grandiosa e patriótica dos que mourejam nas oficinas de trabalho, onde têm alicerçado os fundamentos do grande edifício do nosso progresso material e econômico, consagrando o seu esforço em forjar a grandeza da sua pátria. [...]¹⁵⁹

¹⁵⁸ Salienta-se que os discursos econômicos sobre Joinville costumam enfatizar sua “vocaçãõ natural” para o trabalho, aliado, obviamente, ao trabalhador imigrante. O título autodesignado “Manchester Catarinense”, foi cunhado para ratificar esta imagem.

¹⁵⁹ SCHULZ, Albano. Prefácio. In: SOCIEDADE AMIGOS DE JOINVILLE (Org.) Op. cit. p. 7.

Ser aceita como uma grande cidade industrial “é patriótica” era importante, especialmente, para uma elite econômica local que não desejava ter seus interesses econômicos prejudicados com um passado recente que, em vários casos, estava marcado por delações, prisões, humilhações. Aliás, parece ter sido esta uma perspectiva adotada também por empresários de outras cidades que tiveram experiências parecidas com as vivenciadas em Joinville. Em Blumenau, assim como Joinville, pode ser verificado algo semelhante, ou seja, em face aos novos tempos, torna-se imperativo demonstrar a brasilidade destas cidades.¹⁶⁰ Ainda em relação a esta brasilidade, cabe ressaltar elementos significativos observados por Balbino Simor Rocha e Roberto Marcelo Caresia na cidade de Blumenau e que também estão muito presentes em Joinville. Segundo estes autores, “A via de acesso para tal poder, ou melhor, o próprio poder, agora é o nacionalismo brasileiro”, pois, a partir do momento em que a elite teuto-brasileira de Blumenau substituiu o antigo discurso étnico, adotando o discurso do nacionalismo brasileiro, “é, em decorrência, toda a carga de discursos panamericanistas e estadunidenses contidos em sua esteira -, passaram novamente a deter o poder na região, [...]”¹⁶¹

Em relação a Joinville, ainda se faz necessário um estudo mais aprofundado sobre os efeitos das leis nacionalizadoras na economia da cidade. Todavia, na década de 1950, a economia da cidade já era marcadamente industrial¹⁶², em consonância com as novas perspectivas de industrialização que o país passava, relacionado com os próprios efeitos da Segunda Guerra Mundial. Neste sentido, Apolinário Ternes, por exemplo, menciona que a própria Nacionalização acabou consolidando Joinville e isso só foi possível, nas palavras do autor “em razão do excepcional momento econômico que a cidade desfrutava”.¹⁶³ Sabe-se que muitas empresas, principalmente as de descendentes de imigrantes, passaram por problemas neste período, mas, de

¹⁶⁰ Em relação a Blumenau, ver: FROTSCHER, M. *Da celebração da etnicidade teuto-brasileira à afirmação da brasilidade...* Op. cit.

¹⁶¹ ROCHA, Balbino Simor; CARESIA, Roberto Marcelo. Discurso e poder em Blumenau (1940-1950). *Dynamis*, Blumenau, v. 9, n° 35, abr./jun. 2001, p. 114.

¹⁶² Sobre dados econômicos relativos ao período e à história das maiores empresas da cidade, como por exemplo, Tupy, Hansen e Embraco, ver: TERNES, Apolinário. *História econômica de Joinville*. Op. cit.

¹⁶³ TERNES, Apolinário. *Joinville, a construção da cidade*. São Bernardo do Campo: Bartira, 1993. p. 156.

maneira geral, as empresas dos teuto-brasileiros continuaram funcionando. O que mudou talvez foi a maneira de essas empresas, muitas vezes, quase centenárias, se relacionarem com os luso-brasileiros e com o poder político nacional e estadual. Possivelmente, tiveram que passar a contratar mais “brasileiros”, independente de serem de “origem” ou não. Em relação à política, no período da Segunda Guerra, por exemplo, alguns donos de empresas colaboraram com o governo, indicando, inclusive, funcionárias para participarem dos treinamentos para “socorristas” e “alertadoras”. Refiro-me aqui, especialmente, à Companhia Lepper, que indicou o nome de várias trabalhadoras da tecelagem para participarem deste treinamento, haja vista que, se fosse necessário, o Brasil teria que mandar estas pessoas para os campos de batalha na Europa.¹⁶⁴ Mas, os cursos para as “alertadoras”, fruto de uma parceria entre a Legião Brasileira de Assistência – LBA e a Associação Comercial e Industrial de Joinville – ACIJ, mencionavam também a possibilidade de um ataque aéreo alemão em Joinville.¹⁶⁵

É, pois, neste cenário, que contava também com novas atitudes dos empresários locais, que a cidade vai aproximando-se do seu Centenário. Em Joinville, entre 1947 a 1956, o poder político municipal estava a cargo da UDN, primeiramente com Sr. João Colin (23/12/1947 – 29/03/1950) que renuncia para concorrer à Assembléia Legislativa, sendo o cargo de prefeito municipal assumido pelo Sr. Emílio Stock Júnior, e, posteriormente, pelo Sr. Rolf João Max Colin (31/01/1951 – 31/01/1956)¹⁶⁶. Ao que tudo indica, a maioria dos políticos locais, nesse período, eram ligados à UDN. Conforme artigo publicado no *Álbum do Centenário*, dos 13 vereadores da gestão de João Colin, a maioria foi eleita pela UDN¹⁶⁷. Possivelmente, a grande aceitação deste partido, na cidade, estava relacionada com o momento vivenciado anteriormente,

¹⁶⁴ PIAZERA, Walta. *Entrevista concedida à autora*. Joinville, 14 ago. e 12 set. 2000. Em relação às memórias de Walta sobre sua participação como “alertadora”, ver Capítulo IV.

¹⁶⁵ “Coube à Legião Brasileira de Assistência – LBA integrar a mulher joinvilense ao espírito do *front* interno. Dirigido pela então primeira-dama, a senhora Josefina Douat, o núcleo municipal, com o apoio da Associação Comercial e Industrial de Joinville – ACIJ, através de cursos e reuniões, procurou formar mulheres aptas e preparadas para atuarem em caso de um possível ataque aéreo em Joinville”. OLIVEIRA NETO, W.; GUEDES, S.P.L.C. *Medo e desconfiança na “Alemanha brasileira” (1939 -1945)*. Op. cit. p. 148.

¹⁶⁶ Cf. *Relação dos Prefeitos de Joinville*. Núcleo de Arquivística – AHJ.

¹⁶⁷ Administradores que findam e iniciam o Ano do Centenário de Joinville. In: SOCIEDADE AMIGOS DE JOINVILLE (Org.) Op. cit. p. 287-288.

ou seja, o Estado Novo. Alguns relatos indicam que a criação da UDN em Joinville teve desde o início a intenção de se contrapor à antiga política nacionalista, levada a efeito no estado de Santa Catarina, pelo interventor Nereu Ramos. Assim, logo após o fim da ditadura varguista, algumas lideranças locais se aglutinaram neste partido. Segundo Carlos Gomes de Oliveira, um político local que chegou a ser senador da República e que sempre esteve a favor da “causa nacionalista”, o PTB, por exemplo, nunca teve muita “ascendência nos setores germânicos”. Ainda, segundo ele, os teuto-brasileiros eram um pouco “tímidos” na participação política, mas “depois apareceu uma liderança realmente efetiva, que foi a do João Colin”¹⁶⁸. Com a redemocratização, a UDN, que era antigetulista, foi aos poucos se fortalecendo na cidade. Os “udenistas” locais torciam por Eduardo Gomes, que foi derrotado por Getúlio Vargas, nas eleições presidenciais em 1950. O presidente eleito foi Getúlio Vargas, pelo PTB, mas no âmbito municipal, o poder estava com a UDN. Segundo depoimento de Lilian Rachel Colin Gomes, filha de Rolf Colin, que era primo de João Colin, as afinidades dos dois não se limitavam ao parentesco e ao partido político, de certa maneira, suas eleições, representaram uma certa “revanche” dos teuto-brasileiros, pois: “foi um retorno às origens, um resgate, [...] eles tiveram a revanche, de poderem estar num cargo de poder, quando antes eles tinham sido tão visados e tão cortados”.¹⁶⁹

A cidade aproximava-se do seu Centenário com a presença, no cenário político, de nomes que estavam diretamente ligados ao grupo étnico que tinha sido visado durante o período anterior. O pai de Rolf Colin, Max Colin, já havia sido Prefeito da cidade anos antes da Nacionalização (30/06/1934 a 03/04/1936)¹⁷⁰, e na época da Campanha chegou a ser, mesmo que por um período muito curto, preso e levado a Florianópolis¹⁷¹. Assim, a “revanche”, mencionada por Lilian, pode ser entendida também como uma nova maneira de os teuto-brasileiros atuarem na história local. Agora, passada a Campanha, eles voltaram à cena, para assumir a liderança de

¹⁶⁸ OLIVEIRA, Carlos Gomes de. *Entrevista concedida a Eneida Raquel S. Thiago*. Barra Velha, 24 jul. 1978. AHJ.

¹⁶⁹ GOMES, Lilian Rachel Colin. *Entrevista concedida à autora*. Joinville, 16 maio 2003.

¹⁷⁰ Cf. *Relação dos Prefeitos de Joinville*. Núcleo de Arquivística – AHJ.

¹⁷¹ GOMES, Lilian Rachel Colin. *Entrevista citada*.

uma cidade que ia consolidando suas indústrias no mercado nacional, propiciada pela nova configuração do capitalismo no pós-guerra.

Na década de 1950, Joinville contava com mais de 46.000 habitantes, incluindo a área urbana e rural¹⁷², crescendo economicamente ao ir assumindo a posição de pólo industrial da região.¹⁷³ E pode-se observar que este crescimento estava sempre relacionado à idéia de progresso, conforme uma notícia da época: ‘Joinville, pois, tem motivos para os júbilos de hoje. Integrada na comunhão nacional, pedaço do Brasil também, constitui justo motivo de orgulho para os brasileiros. Congratulamo-nos com esta ordeira população pela passagem da grata efeméride de hoje’.¹⁷⁴ Assim, no momento do Centenário, os discursos acerca da brasilidade são relacionados ao progresso da cidade.

“Os júbilos de hoje” – 1951 – passam a figurar como um momento sublime para a história desta cidade que, embora, de certa forma, resolve “abafar” suas dores e “amenizar” os discursos pautados na idéia de germanidade; ao mesmo tempo, para justificar sua altivez perante o resto do país, mobiliza alguns discursos para pontuar um momento recente de indignação. Discursos que pontuam as dores ‘diante dos retalhamentos do seu território, por vingança inconcebível; [...] diante das pechas de desnacionalização, surgida com o propósito de amesquinhá-lo e diminuí-lo no conceito do país inteiro’¹⁷⁵, mesclavam-se a um clima festivo. Estas dores ou as perdas desse período, estavam relacionadas especialmente ao fechamento de importantes espaços de sociabilidades e à diminuição do uso do idioma alemão, pois, no pós-guerra, mesmo como o fim da Campanha de Nacionalização, não foi retomada, por exemplo, a criação de escolas que ensinassem em alemão ou a criação de um periódico diário redigido nesta língua. Possivelmente, toda esta discursividade produzida durante o Centenário ainda refletia uma certa elaboração que se processava, ou seja, uma série de práticas culturais, entendidas

¹⁷² Joinville e o recenseamento de 1950. In: CORDEIRO, O. B. (Org.) Op. cit. p. 92.

¹⁷³ Ver: TERNES, A. *História econômica de Joinville*. Op. cit.

¹⁷⁴ Jubilosamente, comemora Joinville cem anos de fecunda existencia. *Jornal de Joinville*, 09 mar. 1951, p. 01.

¹⁷⁵ 9 de Março. *Vida Nova*, Joinville, n. 6, mar. 1949, p. 3.

como “perdas” para uma parte dos teuto-brasileiros ainda passavam por uma elaboração, comparável, talvez, à “elaboração de um luto”. Como essas “perdas” ainda eram recentes e o ressentimento fazia-se presente, elaborava-se aos poucos, e, notadamente, a partir do Centenário, a forma como a cidade, entendida como uma parcela de sua elite, iria construir uma memória sobre esse período. Assim, podemos entender que tanto a memória daquela época, publicizada através dos vários discursos e que muitas vezes pontuava timidamente a Nacionalização, como as atuais¹⁷⁶, que passado mais de 50 anos ainda enfatizam que aquele período foi “muito triste”, para a cidade, foram aos poucos sendo “elaboradas”, pois, conforme observa Alessandro Portelli, “o luto, como a memória, não é um núcleo compacto e impenetrável para o pensamento e a linguagem, mas um processo moldado (‘elaborado’) no tempo histórico”.¹⁷⁷

É desta forma, percebendo a “elaboração” deste luto, que podemos compreender o texto transcrito no início desta reflexão, ou seja, apesar dos “retalhamentos por vinganças inconcebíveis [...], diante das pechas de nacionalização, [...] a Joinville do presente ainda está de pé, altiva e mirando o futuro com as melhores perspectivas(...)”.¹⁷⁸ Assim, abafar a Campanha de Nacionalização não significa esquecer por completo aquele período, mas pontuá-lo quando necessário para ressignificar a história da cidade.

O fim das restrições das leis nacionalizadoras deu, evidentemente, uma tranqüilidade aos moradores de Joinville, como há alguns anos não se via. O acirramento das referidas leis quando da entrada do Brasil na Segunda Guerra, foi acompanhado por uma parte dos joinvilenses com muito medo. Quando acabou a guerra, uma parcela da população comemorou efusivamente o “Dia da Vitória”, o que representava para os moradores de Joinville, a esperança do retorno da

¹⁷⁶ Sobre as narrativas atuais sobre o Centenário e a Nacionalização, que foram trabalhadas a partir da metodologia da história oral, ver Capítulo IV.

¹⁷⁷ Destaco que o texto de Portelli sobre um “massacre em Civitella”, Itália, ocorrido em 1944, e a análise que o autor faz sobre as várias dimensões desse fato e as diferentes formas como foram compreendidas suas versões contraditórias, foram “inspiradoras” para perceber como em Joinville, a partir de uma parcela da população, aos poucos a noção de “perda” foi (re)elaborada. PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 109

¹⁷⁸ 9 de Março. *Vida Nova*, Joinville, n. 6, mar. 1949, p. 3.

‘normalidade’. As pessoas foram para as ruas centrais da cidade como as ruas Do Príncipe e a 9 de Março, comemorar o fim da guerra.



Fig. 3 - Comemoração do Fim da Segunda Guerra Mundial em Joinville.
Fonte: *Joinville em Cartaz*, Joinville, Ano I, n. 2, dez. 1999, p. 15.

Aquele dia 8 de maio de 1945 foi amplamente comemorado – houve desfile com o 13º Batalhão de Caçadores, com direito a um estandarte com a fotografia do Presidente Getúlio Vargas. O fim da guerra não era apenas o fim de um conflito mundial, mas também a possibilidade do fim de restrições das mais diversas que se inscreviam cotidianamente. Tal fato levou, como atestam várias memórias, “muitos joinvilenses para as ruas centrais”.



Fig. 4 - Comemoração do Fim da 2ª Guerra Mundial – ‘Dia da vitória em Joinville’. 08/05/1945.
Fonte: Pacote 213 – Acervo: AHJ

Do fim da guerra, passou menos de um ano para uma elite local apresentar à sociedade uma entidade ‘dirigida por uma plêiade abnegada de servidores da sua terra’¹⁷⁹ – a SAJ. Tal sociedade figurou nos discursos locais como uma ‘obra patriótica’¹⁸⁰ que visava unicamente ‘o engrandecimento e o progresso de uma comuna’.¹⁸¹

É possível perceber, na documentação referente ao Centenário, que várias questões se faziam presentes, mas a idéia de movimento patriótico permeava as ações e os discursos que envolviam a SAJ e suas atividades. Neste sentido, podemos dizer que a Campanha de Nacionalização, em Joinville, atingiu seus objetivos no que tange, neste caso, à perspectiva do civismo e do patriotismo.¹⁸² Todavia, podemos perceber que a Nacionalização, embora tivesse a intenção de acabar com os vínculos estrangeiros e implementar um nacionalismo brasileiro, também acabou fortalecendo os laços com uma história pretérita.

¹⁷⁹ Cinco anos. *Jornal de Joinville*, 09 mar. 1951, p. 01.

¹⁸⁰ *Ibidem*.

¹⁸¹ SCHULZ, A. Sociedade Amigos de Joinville. Fundação, finalidades e obras realizadas. Op. cit.

¹⁸² Penso importante fazer esta referência, pois existe na historiografia local a perspectiva de que a Campanha de Nacionalização estava desde o início *‘fadada ao fracasso’*. A historiadora Ilanil Coelho, embora aponte para as redefinições da etnicidade, pós-nacionalização, não deu visibilidade às diferentes expressões de aceitação, por parte do grupo étnico teuto-brasileiro, de alguns elementos da almejada ‘homogeneização nacional’, como, por exemplo, o aspecto ‘cívico’ e ‘patriótico’. COELHO, I. Joinville e a Campanha de Nacionalização. Op. cit. p. 124.

Capítulo II

MATERIALIZANDO MEMÓRIAS: prenunciando o evento...

[...] o Centenário não visava valorizar apenas a história da imigração alemã, pois as etnias eram diversas. A história é escrita pelos vencedores e assim é registrada oficialmente. Como que em uma paisagem com montanhas, os picos representam a história dos vencedores, é o que fica. E o que está submerso nas montanhas, para ser conhecido, precisa do trabalho dos historiadores.

Baltasar Buschle¹

Foi com estas palavras que resumidamente Baltasar Buschle, antigo membro da Comissão Financeira da Sociedade Amigos de Joinville – SAJ² rememorou a importância do Centenário de Joinville. Como estávamos falando especialmente da SAJ e do Centenário, a explicação dele sobre as “montanhas” e os “picos” pode ser interpretada da seguinte maneira: apesar de reconhecer que as etnias eram diversas, oficialmente registrou-se a história da imigração alemã, leia-se, segundo ele, os vencedores. Mas vencedores do quê? Possivelmente, esta mencionada vitória esteja intimamente relacionada ao fato de ser a memória dos imigrantes a ser perenizada na história local. Esta perenidade da imigração alemã, apesar da presença de outras etnias, passou no pós-guerra por um importante processo de (re)elaboração e, aos poucos, com o apoio intenso da SAJ, materializava-se como “a” memória da cidade a ser evidenciada no seu primeiro Centenário. Mas, evidentemente, ao falar de uma “materialização” da memória, estou me referindo a uma “expectativa de”, explicitada no enredo da comemoração, pois, a memória é porosa e muito mais dinâmica em seu fazer-se, não sendo, como argumenta Alessandro Portelli, “um depositário passivo de fatos, mas também um processo ativo de criação

¹ BUSCHLE, Baltasar. *Depoimento concedido à autora*. Joinville, 04 jun. 2003.

² Conforme citado no Capítulo I, a SAJ foi criada em 09/03/1946 por uma diretoria formada por “lusos” e “teuto-brasileiros” pertencentes à elite local e tinha como principal objetivo preparar o Centenário da cidade que se realizaria em 1951.

de significações”.³ Ou ainda, conforme Raphael Samuel, a memória, assim como a história, é inerentemente revisionista, pois “a memória é historicamente condicionada, mudando de cor e forma de acordo com o que emerge no momento; de modo que, longe de ser transmitida pelo modo intemporal da ‘tradição’ ela é progressivamente alterada de geração em geração”, portando a marca da experiência e estampando “as paixões dominantes em seu tempo”.⁴

Assim, podemos perceber a narrativa de Baltasar como a expressão de diferentes facetas de uma memória sobre a cidade: primeiro, uma memória “materializada”, cuja importância da imigração é justificada – “A história é escrita pelos vencedores e assim é registrada oficialmente”; segundo, uma memória que pode ser revisitada, mostrando a sua porosidade, presente no que “está submerso nas montanhas” e que para vir à tona, “precisa do trabalho dos historiadores”.⁵ Então, se no momento do Centenário, entendendo este momento desde o seu preparativo, podemos verificar uma perspectiva de materialização/solidificação de uma memória, que deixasse para o futuro a marca da perenidade da imigração alemã na cidade, podemos no presente, acompanhar o rastro de criações de significações. Significações possibilitadas, talvez, pela passagem dos anos e o acúmulo de outras experiências, que permitem Baltasar falar desta forma sobre um tempo pretérito, pois, possivelmente, na época do Centenário a SAJ, e ele como um de seus membros, não mencionaria as seguintes afirmações: “A cidade de Joinville foi criada por imigrantes de muitas origens” e “embora existissem muitos descendentes de italianos em Joinville”, estes “não tinham expressão política, cultural e econômica naquele momento[...]”.⁶ Informações como esta, neste caso especialmente em relação ao Centenário, que admitem a presença da diversidade étnica, não são deixadas a ver na maior parte da documentação pesquisada, pois, as fontes publicizadas na época não encerram em si todas as informações sobre

³ PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. Tradução Maria Therezinha Janine Ribeiro. *Projeto História*, São Paulo, n. 14, fev. 1997. p. 33.

⁴ SAMUEL, Raphael. Teatros de memória. Tradução Maria Therezinha Janine Ribeiro; Vera Helena Prada Maluf. *Projeto História*, São Paulo, n. 14, fev. 1997. p. 44.

⁵ BUSCHLE, Baltasar. Depoimento citado.

⁶ Idem. Grifos nossos.

o período. Assim, entendo a importância também de conhecer as versões que emergem das fontes orais e que, no presente, atribuem outras significações para “aquele tempo”.⁷

Penso que naquele momento a SAJ não assumiria o tipo de afirmação, acima mencionada, pois, isto a levaria a inserir as “muitas origens” e os “muitos italianos” na programação das festividades, fato que não ocorreu ou, pelo menos, não teve maior ênfase. Na memória da cidade, foi a presença do imigrante alemão que permaneceu. Mas, atualmente, com a maior visibilidade que outros grupos étnicos vêm adquirindo, como os descendentes de suíços e italianos e o grande número de migrantes oriundos de outras regiões, torna-se possível, e porque não dizer necessário, admitir que há diversidade cultural. No ano de 2001, por exemplo, a própria Fundação Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Joinville – IPPUJ, destacou, ao observar o local de nascimento dos moradores da cidade, a partir de uma pesquisa domiciliar realizada em 1995, que a população de Joinville “tem 53% de pessoas nascidas na cidade, 29% de outros municípios de Santa Catarina e 17% de outros estados. Chama a atenção o fato de 46% da população não ter nascido na cidade”:

Tabela – Local de Nascimento⁸:

ESTADO	ÁREA	%
Joinville	Rural	2
	Urbana	51
Outros Mun. de S.C.	Rural	15
	Urbana	14
Exterior	Rural	0,1
	Urbana	0,1
Outros Estados	Rural	8
	Urbana	9
Subtotal	Rural	25
	Urbana	75
TOTAL		100

Além da chegada de migrantes na cidade, propiciada pela industrialização, nas últimas décadas do século XX, outras etnias começaram, de uma forma mais incisiva, a mostrar-se na

⁷ Salienta-se que as memórias sobre o Centenário, bem como, sobre a Nacionalização, a partir das fontes orais, serão abordadas no Capítulo IV.

⁸ Tabela 8 – Local de Nascimento. In: INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE JOINVILLE. *Joinville – Cidade em dados*. Joinville: Prefeitura Municipal, 2001. p. 37.

“paisagem” da cidade, ocupando suas “montanhas”. Dentre os migrantes, destacam -se os descendentes de italianos, vindos de várias regiões do estado. Somando-se aos descendentes de imigrantes italianos que já moravam na cidade, criaram em 1990 a *Associazione Veneta de Joinville* e, em 1995, o *Circolo Italiano di Joinville* “com a finalidade de abrigar todas as manifestações culturais de origem italiana”⁹.

Se na época da Nacionalização e do Centenário os descendentes de imigrantes italianos em Joinville não eram tão numerosos, como me disseram várias pessoas quando procurei conhecer se estes tinham sofrido também as ações nacionalizadoras, ou ainda, se eram muitos, pois conforme Baltasar Buschle, “estavam dispersos em regiões periféricas como Estrada do Meio, Estrada Blumenau e Vila Nova e, diferentemente dos descendentes de alemães, não tinham expressão política, econômica e cultural naquele momento, portanto não eram visados”¹⁰, atualmente, os descendentes de italianos são muitos e reivindicam seu espaço na paisagem da cidade. Segundo levantamento mencionado pelo *Circolo Italiano di Joinville*, a cidade possui aproximadamente 25% de sua população composta por descendentes de italianos, via de regra vindos de outras cidades do Estado”¹¹.

Também, no final da década de 1990, começou-se a comemorar oficialmente na cidade, em 1º de agosto, o “Dia da Suíça”, que segundo os organizadores, este evento anteriormente “era realizado por um restrito grupo de suíços radicados na cidade”¹². A presença dos suíços, também como “pioneiros” na história da cidade, vem sendo cada vez mais mencionada. Em 1997, a Fundação Cultural de Joinville – FCJ lançou o projeto “Memória Suíça”¹³ e, desde então, entre outras atividades, inaugurou-se um monumento em homenagem a estes imigrantes, o poder

⁹ *Histórico do Circolo Italiano*. Disponível em: <<http://www.circolo.com.br>>. Acesso em: 24 ago. 2003.

¹⁰ BUSCHLE, Baltasar. Depoimento citado.

¹¹ *Histórico do Circolo Italiano*. Disponível em: <<http://www.circolo.com.br>>. Acesso em: 24 ago. 2003. Todavia, como já mencionei no capítulo anterior, ainda não foram realizados estudos que dêem visibilidade aos descendentes dos imigrantes italianos que vieram para Joinville a partir do século XIX.

¹² FUNDAÇÃO CULTURAL DE JOINVILLE. *Dia da Suíça. Os suíços em Joinville*. Folder, 1997. Impresso. AHJ.

¹³ Suíços comemoram data. *A Notícia*, Joinville, 02 ago. 1997, p. D6.

público tem inserido a presença destes nas solenidades comemorativas e um livro sobre a imigração suíça foi publicado¹⁴.

Além destes dois grupos étnicos, aos poucos, na história da cidade, vão surgindo discursos que contemplam a diversidade étnica como, por exemplo, uma ampla reportagem que foi publicada no jornal *A Notícia* em março de 1999, intitulada “Joinville de todas as raças”¹⁵, falando de estrangeiros russos, japoneses e holandeses, entre outros, que escolheram Joinville para morar. Todavia, é significativo que a mesma reportagem que fala de “todas as raças” não menciona a presença dos afrodescendentes, que são muitos, no cenário local.¹⁶ Mas, mesmo mencionando e admitindo a diversidade cultural da cidade, tais discursos ainda pautam-se hegemonicamente na presença da cultura alemã. A mesma reportagem jornalística, ao citar os lugares de origem dos 20 imigrantes, personagens do enredo “Joinville de todas as raças”, menciona um dos maiores mitos fundantes da história local – a barca “Colon” que trouxe em 1851 os primeiros imigrantes europeus: “Seja por fuga da guerra, miséria, amor, enfim, dias melhores, milhares de pessoas dos quatro cantos do mundo escolheram para viver a cidade que hoje comemora 148 anos. A barca ‘Colon’, que trouxe os primeiros 118 imigrantes, parece que

¹⁴ CUNHA, Dilney. *Suíços em Joinville: o duplo desterro*. Joinville: Letradágua, 2003.

¹⁵ Joinville de todas as raças. *A Notícia*, Joinville, 09 mar. 1999. Caderno Especial.

¹⁶ Conforme o último censo demográfico, realizado em 2000, atualmente a cidade de Joinville conta com 429.604 habitantes e destes 9.413 se declararam negros, quando perguntados sobre “cor ou raça”. Salienta-se que na historiografia local, estes moradores pouco aparecem. Em relação à presença negra em Joinville durante o século XIX o Núcleo de Pesquisa do AHJ iniciou uma pesquisa para dar visibilidade a este grupo étnico na história da colonização da cidade. Mas, a história destes na contemporaneidade ainda se constitui em assunto a ser estudado.

Nome do Município	Joinville
Código do Município	420910
Variável	Valor/Unidade de Medida
Pessoas residentes – resultados da amostra	429.604 habitantes
Pessoas residentes – cor ou raça – branca	393.085 habitantes
Pessoas residentes – cor ou raça – preta	9.413 habitantes
Pessoas residentes – cor ou raça – amarela	711 habitantes
Pessoas residentes – cor ou raça – parda	22.025 habitantes
Pessoas residentes – cor ou raça – indígena	613 habitantes
Pessoas residentes – cor ou raça – sem declaração	3.758 habitantes

In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Resultados da amostra do Censo Demográfico 2000*. Dados fornecidos pelo IBGE – Agência Joinville.

nunca parou de cruzar os sete mares”¹⁷. Ou seja, mesmo no presente, para falar dos imigrantes, mobiliza-se um antigo símbolo da história da imigração.

Em 2000, foi inaugurada a Sociedade Cultural Alemã que, segundo a imprensa, a partir da cobertura do evento “tem o objetivo de divulgar a tradição do povo, além de reunir as diferentes etnias da cidade”¹⁸. No entanto, ao que tudo indica, foram poucas as referências às outras etnias, prevalecendo a importância de se lembrar a “cultura alemã”: quatro joinvilenses descendentes de alemães foram homenageados e “o público presente apreciou diversas músicas clássicas de autores alemães”¹⁹.

Estes eventos e discursos, inscritos no presente, indicam que se trata, então, de admitir a diversidade, afinal ela está colocada, mas não, necessariamente, deixar de frisar uma diferença cultural – “a dos alemães”. E isto se torna significativo, especialmente se entendermos que esta postura está diretamente relacionada com uma perspectiva de manutenção de uma identidade, ou melhor dizendo, da identidade dos teuto-brasileiros. Identidade e diferença podem ser compreendidas como “resultado de um processo de produção simbólica e discursiva” e assim está sujeita a relações de poder e, portanto, podem ser “disputadas”, pois, conforme Tomaz Tadeu da Silva: “A afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, [...] de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais. [...] O poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder”²⁰.

Neste processo de disputa e de marcar a diferença passa a fazer efeito de sentido que, agora, se admita que no momento do Centenário “as etnias eram diversas”. Na memória contemporânea é possível, mediante a visibilidade que outros grupos étnicos têm, admitir tal diversidade, mas isso não foi assim durante a elaboração do Centenário quando toda carga

¹⁷ Joinville de todas as raças. *A Notícia*, Joinville, 09 mar. 1999. Caderno Especial. p. 1.

¹⁸ Sociedade Cultural Alemã quer unir etnias. *A Notícia*, Joinville, 01 jul. 2000, p. D6.

¹⁹ Idem.

²⁰ SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: _____ (Org.) *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 81.

discursiva voltava-se para “materializar” uma memória que se desejava preservar. Ao celebrar a data – 1951, os teuto-brasileiros refaziam sua imagem – de germânico, de estrangeiro, de “pioneiro”, atacada durante a Nacionalização e, ao mesmo tempo, (re)significavam sua própria identidade, mostrando sua importância para a história da cidade, a ser gravada na memória. E a tessitura desta “materialização” foi aos poucos sendo realizada, principalmente, através da SAJ, que desde 1946 dedicava-se ao evento.

A Sociedade Amigos de Joinville e a tessitura do evento.

No presente não são muitas as informações sobre o que teria ocorrido com a Sociedade Amigos de Joinville – SAJ, criada oficialmente em 9 de março de 1946, após o fim das comemorações durante os dias 9 a 18 de março de 1951. Não são todas as pessoas que lembram da SAJ, mas são inúmeras as que lembram da sua maior realização: o Centenário. Algumas pessoas contam que recordam vagamente de alguns homens “de origem” que comandavam tudo. Esta lembrança pode ser destacada, especialmente, se considerarmos que, apesar de vários sócios e da participação de várias pessoas, as lideranças da SAJ eram empresários e políticos locais. Uma elite política, cultural e econômica da cidade.

Outras pessoas como, por exemplo, Baltasar Buschle, que na ocasião fazia parte da Comissão Financeira da SAJ, são enfáticas em falar da independência da Sociedade em relação ao poder público municipal: “a SAJ foi a principal responsável pelos festejos do Centenário e este não aconteceu às custas do poder público e sim, principalmente, através de contribuições espontâneas de empresas e da comunidade”.²¹ Porém, o poder público, através da Prefeitura

²¹ BUSCHLE, Baltasar. Depoimento citado.

Municipal, teve uma efetiva participação nas diferentes ações empreendidas para o Centenário e, em parceria com a SAJ, preparou a cidade para as comemorações, destinando verba para isso, se não desde a criação desta entidade, pelo menos no ano do evento:

Artigo 1º – Passa a ter a seguinte redação o artigo 1º da Lei n. 239, de 13 de Novembro de 1950.

Artigo 1º – Somente durante o ano de 1951, os impostos e taxas lançados e coletados para aquele ano: - Imposto Territorial Urbano, - Imposto Predial, - Imposto sobre Exploração Agrícola e Industrial, - Imposto de Licença sobre Veículos, (carros, automóveis, caminhões, motocicletas e bicicletas), - Taxa de Conservação de Ruas, - Taxa de Conservação de Estradas, - bem como Imposto Sobre Jogos e Diversões, serão acrescidos de 20%(vinte por cento) e o Imposto de Industria e Profissões, de 10% (dez por cento). Dez por cento do acréscimo supra, dos impostos e taxas acima enumeradas serão entregues a SOCIEDADE AMIGOS DE JOINVILLE, para a realização dos fins previstos em seus estatutos.

Parágrafo Único: Dos impostos e taxas gravados em 20%(vinte por cento) de acréscimo, 10% (dez por cento) reverterão à Prefeitura, que os empregará nos melhoramentos destinados as comemorações do Centenário. O acréscimo sobre o Imposto de Industria e Profissões, competirão exclusivamente à SOCIEDADE AMIGOS DE JOINVILLE.²²

Podemos perceber que percentuais de impostos importantes do município foram destinados a obras para preparar o cenário do Centenário. Mas, a relação da SAJ com a Prefeitura não foi novidade no ano em que esta Lei Municipal destinava recursos à entidade, pois, já em seu estatuto aparece a mencionada relação:

Art. 1º) – Sob a denominação de Sociedade Amigos de Joinville, constitui-se nesta cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, Brasil, uma associação civil com sede e foro na mesma, destinada a colaborar com os poderes públicos, especialmente municipais, nos melhoramentos locais e em tudo quanto relacionar com o progresso intelectual e material do município de Joinville.

Art. 2º) – Seu fim principal é promover sugestões e meios às autoridades municipais para a comemoração do dia da fundação da cidade, com a especialidade do Centenário da mesma em 1951, datas nacionais, bem como executar o seguinte programa:

a) Elaboração de um plano diretor geral urbanístico da cidade, do qual deverão constar:

1º – remodelação dos serviços de abastecimento de água e esgotos;

2º – pavimentação desta cidade;

3º – praças;

4º – estações rodoviárias e hotéis;

5º – designação de zonas industriais;

²² Lei n. 255, de 11/05/1951. PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE. Lei n. 294 – Orçamento para o Exercício de 1952 e Coleção de leis e decretos do ano de 1951. Joinville/SC, 1952. AHJ.

6º – serviço de saneamento urbano e rural;
7º – assistência infantil e social. [...] ²³

Em relação ao plano diretor urbanístico da cidade, é possível perceber que desde o final da década de 1950 já se discutia a necessidade da elaboração deste plano. Contudo, só na década de 1960 foi criada uma Comissão Municipal de Urbanismo para a elaboração de um Plano Diretor e, somente em 1973, a cidade teve seu plano votado e aprovado pela Câmara de Vereadores.²⁴ Mas, o artigo segundo do estatuto da SAJ já inferia sobre esta temática e, mais que isso, colocava-se como uma entidade que, apesar de oficialmente não ter conotação política, poderia auxiliar o poder público na elaboração de um Plano Diretor. Se a SAJ conseguiu aprovar junto ao poder público algum projeto relacionado ao mencionado plano urbanístico, não conseguimos apurar. Todavia, no estatuto é mencionado que na diretoria, além do Presidente efetivo, o cargo de Presidente de Honra seria ocupado pelo Prefeito Municipal.²⁵ O cargo de Presidente de Honra pouco aparece em toda a documentação pesquisada, apesar de fazer parte do estatuto da entidade. De qualquer forma, principalmente a partir de 1949, o nome do então Prefeito, João Colin, começava a ser cada vez mais associado aos trabalhos de embelezamento da cidade, notadamente pelo grande número de ruas calçadas:

Continuando sua admirável administração municipal, o Dr. João Colin vem realizando novas obras de calçamento das nossas ruas, atacando esse serviço de modo a que, na data comemorativa do primeiro Centenário de Joinville, quase toda a cidade esteja pavimentada.²⁶

Com a sua festa centenária às portas, a cidade já tem grande parte das suas ruas completamente pavimentadas e continua nesse trabalho, com grande operosidade.²⁷

Como podemos perceber, estas notícias estão sempre associadas à futura data do Centenário, momento em que tais atividades de embelezamento deveriam estar concluídas. As

²³ SOCIEDADE AMIGOS DE JOINVILLE. *Estatutos*. Joinville: Eberhardt, 1946. AHJ.

²⁴ GRUNER, Clóvis. *Leituras matutinas: utopias e heterotopias da modernidade na imprensa joinvilense (1951-1980)*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2003. 103-110.

²⁵ SOCIEDADE AMIGOS DE JOINVILLE. *Estatutos*. Joinville: Eberhardt, 1946. AHJ.

²⁶ João Colin e a sua cidade. *Vida Nova*, Joinville, n. 13, out. 1949, p. 10.

²⁷ E a vida da cidade continua. *Vida Nova*, Joinville, n. 13, out. 1950.

ruas calçadas foram as centrais. Na *Vida Nova*, algumas páginas foram dedicadas a demonstrar as “obras do prefeito e a sua cidade”, com fotos de ruas em obras e algumas já pavimentadas, mostrando que o centro havia se tornado um canteiro de obras para que tudo estivesse belo para as comemorações. Qual foi o grau da parceria entre a prefeitura e a SAJ é difícil de afirmar, mas, conforme a documentação, especialmente as veiculadas nos jornais e na revista *Vida Nova*, a SAJ é que propunha e chamava a população a participar do embelezamento da cidade. E à prefeitura cabia operacionalizar algumas obras, como por exemplo, a pavimentação das ruas centrais. Também, alguns indícios levam a crer que a SAJ dava pareceres a alguns requerimentos recebidos pela prefeitura, como aponta um dos “despachos” municipais que foi publicado em janeiro de 1951: “[...] n. 24 – Salomão Furer – Licença para armar um Parque Teatro a Rua 9 de Março – Indeferido a vista do parecer da Sociedade Amigos de Joinville”.²⁸ Ao que tudo indica, esta parceria durou todo o período que precedeu o Centenário e, em fevereiro de 1951, logo após ter assumido a Prefeitura de Joinville, o prefeito Rolf Colin, dava continuidade aos trabalhos iniciados por João Colin e inspecionava as obras da região central, declarando à imprensa que “tudo estaria a postos para o Centenário”.²⁹ E o embelezamento das ruas centrais de Joinville foi durante o Centenário, literalmente, um dos principais cartões postais da cidade.

²⁸ Requerimentos despachados pelo Sr. Prefeito Municipal. *Jornal de Joinville*, 13 mar. 1951, p. 4.

²⁹ Em véspera de conclusão as obras na Praça da Bandeira. *Jornal de Joinville*, 09 fev. 1951, p. 1.

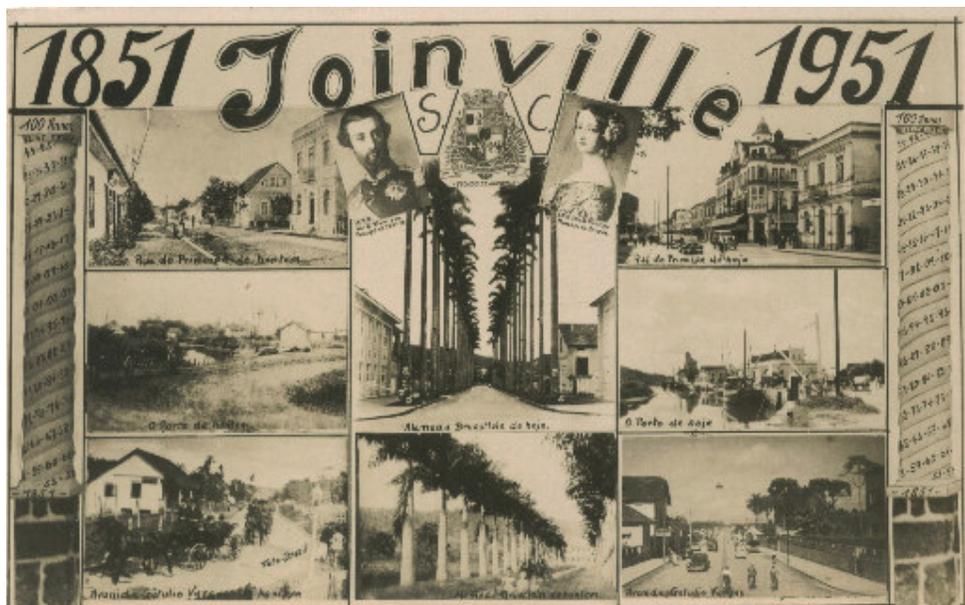


Fig. 5 – Cartão Postal comemorativo ao Centenário de Joinville. 1951
Fonte: Acervo: AHJ

Se toda fotografia destina-se a ser olhada e se a compreendemos como objeto, podemos, como observa Anne Marie Granet-Abisset, perceber nela a “elaboração de um discurso”, que é também “vestígio do real”.³⁰ Ainda, se a fotografia pertence a uma outra categoria específica, ou seja, a de cartão postal, podemos entendê-la como tendo uma função social e representando uma imagem a ser inscrita no domínio do simbólico.³¹ O cartão postal acima apreende em um único suporte alguns dos elementos mais significativos que foram potencializados na trama do Centenário: a data, fazendo referência ao Centenário da cidade; o Príncipe e a Princesa de Joinville que, apesar de nunca terem visitado a cidade, têm seus nomes associados por conta do dote de terras onde foi levada a efeito a colonização; a Alameda Bruestlein, “de hoje” (no centro e acima) e de “ontem” (no centro e abaixo), um dos cenários mais propagados da cidade; e três outros espaços, apresentados em dois momentos, no século XIX e na década de 1950. Estes espaços são: a Rua do Príncipe, uma das mais antigas ruas da cidade (no alto em ambos os

³⁰ GRANET-ABISSET, Anne Marie. O historiador e a fotografia. Tradução Yara Aun Khoury. *Projeto História*, São Paulo, n. 24, p. 9-26, jun. 2002.

³¹ Idem, *ibidem*.

lados); o porto, nas proximidades onde desembarcaram os primeiros imigrantes (no centro em ambos os lados); e a Avenida Getúlio Vargas, uma rua também muito antiga e que na década de 1950 já era uma importante rua do comércio local. Assim, o discurso elaborado, representado na imagem, desvelava de um lado o passado, de outro o presente, com suas ruas pavimentadas, com prédios construídos, com automóveis; enfim, uma cidade que já tinha alcançado o progresso. De maneira geral, o embelezamento e progresso da cidade foram bastante propagados durante aquele período. Através de inúmeras imagens, Joinville expressava seu momento atual e, retratada em cartões postais, servia como um *souvenir* para os visitantes e como um convite para que tantos outros viessem conhecê-la.³² Tais cartões exibiam o antes e o depois – 1851 Joinville 1951 – como uma narrativa visual do progresso da cidade.

As comemorações do Centenário de Joinville foram minuciosamente preparadas: um álbum comemorativo foi lançado, os festejos duraram dias, e um filme foi feito para registrar a alegria daquelas pessoas. Nos desfiles cívicos, a história da imigração foi apresentada em diversas alegorias e a importância e o progresso dos imigrantes davam a tônica aos diferentes eventos. Uma revista criada na cidade, sugestivamente chamada de *Vida Nova*³³, instaurava um novo tempo - “tempo de lembrar”. As notícias sobre as reaberturas de antigos clubes locais, que haviam sido fechados por conta da Nacionalização, eram anunciadas.

A reabertura dessas sociedades era cercada por uma grande animação na cidade, pelo menos, por uma parte da população. Durante a Campanha de Nacionalização ocorreu intervenção militar em diversas sociedades culturais e recreativas. Muitas foram efetivamente fechadas durante a Segunda Guerra e, aos poucos, a reabertura de tais sociedades é abraçada por muitos como “um alto acontecimento social para esta cidade”.³⁴ A reabertura da Sociedade Ginástica em 1949, por exemplo, contou com a presença do Governador do Estado em exercício, o Sr. José

³² Outros lugares foram “fixados” nos cartões postais comemorativos, como outras várias ruas centrais, a Praça Nereu Ramos, a Igreja Evangélica, a empresa Jorge Mayerle S/A e a empresa Carlos Hoepcke S/A Comércio e Indústria. Pacotes 35, 35a e 35b. AHJ.

³³ *Vida Nova*. Revista mensal ilustrada. Joinville. Circulou entre 1948 a 1951. AHJ.

³⁴ A reabertura da Sociedade Ginástica de Joinville. *Vida Nova*, Joinville, n. 9, jun. 1949, p. 9-12.

Boabaid e uma comitiva composta por autoridades federais, estaduais e municipais. Teve ata de reabertura, desfile escolar na chegada do governador, baile e atividades esportistas. Como não se tratava apenas de um ato cultural, mas principalmente de um ato político, os discursos foram inúmeros e a imprensa da cidade soube aproveitar este evento desta maneira. Ou seja, fazia-se questão de se falar destas reaberturas. Todo o discurso do governador em exercício foi gravado pela Rádio Difusora local, que se encarregou de divulgar a mensagem do Estado de Santa Catarina para esta Sociedade de Joinville, que “os propósitos governamentais de manter e, mesmo, prestigiar tão útil quão desejado estabelecimento de ensino de cultura física, porque dele haveria de resultar o fortalecimento de novos brasileiros, pugnando, quando for necessário, pela defesa e engrandecimento do Brasil”.³⁵

Era este o momento de, meticulosamente, resolverem-se as divergências, tanto entre os diferentes moradores de Joinville, como da cidade com o poder público estadual e nacional. Aos poucos, os moradores do município, principalmente, os descendentes de imigrantes de uma camada média e alta, da área urbana, organizados pela SAJ, começaram a tecer a solidificação de uma memória pretérita no tempo presente.³⁶ O espaço de comemorações, como sublinha Silvio Luiz Lofego, costuma ser bastante amplo, “abarcando posições heterogêneas”, com disputas “nas instituições encarregadas de promover e propagar os festejos. Tais disputas acabam, no entanto, revelando o poder de canalização do evento, pois é também em seu terreno que se ergue o templo da memória”.³⁷

³⁵ Idem.

³⁶ Esta ação de buscar solidificar uma memória pretérita no presente, acionava o tempo todo a história dos colonizadores. Este fato é entendido por Clóvis Gruner, em trabalho já mencionado, como um ‘rito fúnebre’: “[...] num certo sentido, a festa trazia em seu interior, uma estranha dialética. Para comemorar o tempo presente, era preciso refazer o passado. A celebração da vida e dos vivos, era também a celebração da morte e dos mortos. Sua redenção póstuma. O 9 de março de 1951 foi uma festa. Mas foi também um rito fúnebre”. GRUNER, C. Op. cit. p. 18.

³⁷ LOFEGO, Silvio Luiz. 1954 – A cidade aniversariante e a memória coletiva: o IV Centenário da cidade de São Paulo. *Projeto História*, São Paulo, n. 20, abr. 2000. p. 301.

Nesse “templo da memória”, o evento foi canalizado para a exaltação do imigrante “pioneiro”, não simplesmente por ser germânico, mas, principalmente, por ser um trabalhador “que luta pelo progresso de Joinville e do Brasil”. Como já mencionamos, o Centenário tomou uma dimensão que extrapolou aquele momento, sendo utilizado para forjar um “novo momento”, um “tempo de lembrar”.

Era um tempo especialmente enredado num discurso fundador que remete à imigração e que exalta o trabalho dos “pioneiros”, instituindo, na discursividade, possibilidade para prescrever uma prática a ser seguida - um povo trabalhador - e pontua na linguagem, efeitos de sentido: “E o novo Joinville sucede o antigo, renova-se, veste-se com novas roupagens, mas sempre enobrecido pelo trabalho dos seus filhos.”³⁸ E, o trabalho de seus filhos pode ser evidenciado pelo trabalho incansável nos preparativos do Centenário. Especialmente através do *Jornal de Joinville*, podemos verificar as inúmeras ações empreendidas para que o Centenário fosse um evento magnífico. Num primeiro olhar, acompanhando os preparativos do Centenário, temos a impressão de que, comemorar a referida data era uma prática comum em Joinville, haja vista os discursos que inferem sobre a importância de sempre comemorar o aniversário da cidade. Esta primeira impressão se altera quando fazemos um acompanhamento dos aniversários anteriores. Ao que tudo indica, somente em 1926, nos 75 anos houve uma programação mais festiva. Foram onze dias de extensa programação, que incluiu a inauguração de um monumento comemorativo à fundação da cidade: o busto da Princesa Dona Francisca, inaugurado no antigo Jardim Lauro Muller.³⁹

³⁸ Joinville antigo. *Vida Nova*, Joinville, n. 1, set. 1948, p. 33.

³⁹ Em 1926, o 75º Aniversário da cidade foi comemorado entre 21 e 31 de maio, com uma extensa programação que incluía recepção ao governador do estado, apresentação da Banda do 13º BC, campeonatos esportivos, concerto na Sociedade Harmonia Lira, inauguração do monumento, bailes públicos, parada militar, concurso de Tiro ao Alvo, Chá Dançante e bailes em diferentes sociedades. *Programma das Festas Comemorativas ao 75 aniversário da fundação de Joinville*. Caixa n. 21.12 – Reg. 97b – CCMNIC. AHJ.

Durante os anos de 1930 a 1938, portanto, antes das leis nacionalizadoras, a data era pouco comentada, ou nem mesmo “lembrada”, pelo menos, pela imprensa local.⁴⁰ Em 1937, por exemplo, no *Jornal de Joinville* de 09 de março não há nenhuma referência ao aniversário da cidade, fato inclusive pontuado com estranhamento pelo próprio jornal, na sua edição de 11 de março: “9 de Março. Passou despercebida de quase toda a gente, a data de 9 de Março, caríssima que é para S. Catarina, [...] Nem nos Grupos Escolares tal data foi lembrada [...]”⁴¹

Já no período da Campanha de Nacionalização, a data do aniversário da cidade é tematizada, mas, geralmente revestida de outros contornos. O “pioneiro” é lembrado pelo seu trabalho, ao mesmo tempo que o patriotismo é ressaltado – através do trabalho da cidade que colabora com o progresso do Brasil:

[...] Enfrentando toda a sorte de perigos, com a alma cheia de saudades da pátria, ei-los, verdadeiros estóicos, iluminados pelos esplendores de um grande ideal, em busca de uma nova terra, onde haviam de erguer uma grande cidade [...] se o culto dos grandes homens do passado é uma lição aos homens do presente e se no trabalho dos antepassados está a experiência aberta ao aprendizado dos pósteros, devemos honrar a memória daqueles que, no passado, foram grandes, foram dignos, foram fortes e dentre eles, não sabemos por que, foram esquecidos os estóicos colonos, por cujo esforço temos hoje o vertiginoso progresso desta grande colméia de trabalho!⁴²

[...] E Joinville, completando hoje seus 90 anos de idade, pode se orgulhar de ter sabido viver sua vida, realizado tudo o que já realizou, construindo um progresso que lhe marca lugar de destaque entre as comunidades brasileiras [...] modelo de trabalho e de organização dentro de Santa Catarina e na comunhão do Brasil.⁴³

O grande progresso da cidade, fruto do trabalho incansável de sua gente, é o que mais ecoa das notícias daqueles anos. O trabalho dos antepassados e dos seus descendentes, visando o progresso, costuma aparecer nesses anos com mais força do que a própria história da fundação da

⁴⁰ Através do *Jornal de Joinville*, podemos perceber que em 1930 e 1933 não houve referência ao aniversário; e, em 1931, 1932, 1934 e 1935, apenas uma notícia, com um breve histórico da cidade, refere-se à data. *Jornal de Joinville*. 1930-1935. Em 1938, a passagem do aniversário foi um pouco antes do *Decreto-lei n. 383*, de 18/04/1938, que vedava aos estrangeiros a atividade política no Brasil, entre outras providências. Possivelmente, já atento às mudanças que estavam para acontecer, um artigo comemorativo a *9 de Março*, é mais efusivo aos “*pioneiros do nosso progresso*”. 9 de Março. *Jornal de Joinville*, 08 mar. 1938.

⁴¹ *Jornal de Joinville*, 11 mar. 1937, p. 02.

⁴² 9 de Março. *Jornal de Joinville*, 09 mar. 1939, p. 1.

⁴³ Joinville, sua história e seu progresso. *A Notícia*, Joinville, 09 mar. 1941, p. 1.

cidade. O interessante nesse momento, é que o progresso não é relacionado apenas ao trabalho, mas também a outras esferas das vivências cotidianas. Em 1942, por exemplo, ao mencionar o progresso em outros setores, o jornal *A Notícia* destaca o civismo e os sentimentos nacionalistas:

[...] Em outros setores, como, por exemplo, o dos deveres cívicos, temos ultimamente progredido bastante, inculcando, pelos exemplos dos bons brasileiros, os sentimentos nacionalistas aquela parte da população que ainda não se integrou, com a necessária sinceridade e a indispensável convicção, dentro dos princípios que é mister respeitar e prestigiar. [...] Joinville, nos seus 91 anos de existência tranqüila, ordeira e progressista que tem tido. Comemoremos a data de amanhã com o pensamento no Brasil e firmes na convicção de continuarmos nesse caminho de ordem, de realização e de progresso, pelo nosso futuro e pelo futuro da Pátria!⁴⁴

Importa observar como a própria imprensa local, adequada aos tempos do Estado Novo, veicula a necessidade dos sentimentos nacionalistas, característica dos bons brasileiros, atrelando a história da cidade, na passagem do seu aniversário, aos interesses do futuro da Pátria, ao mesmo tempo em que, como num aviso, lembra de que alguns ainda não se integraram com a necessária convicção. Mas foi em 1940 que as comemorações do aniversário da cidade mais se vincularam ao patriotismo nacional.

Em 1940, o então presidente, Getúlio Vargas, veio a Joinville. Podemos dizer, que pelo menos no espaço público, foi nesse ano que mais se comemorou o aniversário de Joinville, entre 1930 e 1950. A história da saga dos imigrantes deu lugar à visita do presidente e a todos os discursos cívicos e patrióticos ligados a esse fato. Este foi, segundo a imprensa local, “[...] um notável acontecimento, de alta significação[...]”.⁴⁵ Tal significação explicava-se, segundo o mesmo periódico, como uma forma de Joinville identificar-se ainda mais com o Estado Novo:

[...] A permanência do grande brasileiro, embora por alguns momentos, é sumamente grata para a população desta parcela administrativa de Sta Catarina, que se caracteriza pelo espírito de ordem, de trabalho, de acatamento e apoio às autoridades constituídas. [...] Visando o ressurgimento da nacionalidade, Joinville uniu-se para prestigiar o eminente chefe, que trouxe ao povo brasileiro o sentido da hierarquia e da disciplina.

⁴⁴ Joinville faz amanhã 91 anos. *A Notícia*, Joinville, 08 mar. 1942, p. 1.

⁴⁵ A visita do Presidente Getulio Vargas a Joinville. *Jornal de Joinville*, 09 mar. 1940, p. 1.

Recebendo o eminente brasileiro, Joinville aplaude e se identifica ainda mais com os postulados do Estado Novo, [...]”⁴⁶

Neste tom de pertencimento dos joinvilenses com os ideais do Estado Novo, que na prática, possivelmente, não se verificava, que a imprensa local apresentou a programação das atividades para o dia 10 de março, data em que Getúlio Vargas estaria em Joinville. A imprensa mencionava o fato de que pela primeira vez, em vinte anos, um presidente iria pisar em solo catarinense, fato importante para a cidade de Joinville, especialmente, por ser um dia após o seu 89º aniversário.⁴⁷ A imprensa destacava “[...] A vibração cívica que vai por todos os corações, o entusiasmo bem brasileiro que domina todos os espíritos, a expectativa emocionada de que se impregna o ambiente desta terra de heróicas tradições de bravura e patriotismo [...]”.⁴⁸ Nas páginas dos jornais, pode-se conhecer diferentes facetas do presidente Getúlio Vargas, através de artigos como “O Presidente e a Imprensa”⁴⁹, “O presidente e a família brasileira”⁵⁰, “O presidente, grande animador do esporte”⁵¹ e “O Presidente e as Forças Armadas”.⁵²

Nas notícias dos jornais de Joinville de 1940, entre os feitos do Presidente Getúlio Vargas, aparecem também as referências aos feitos dos imigrantes “pioneiros” de Joinville, realçados pelo progresso, mas já com um componente que seria muito mais evidenciado dez anos depois, ou seja, a união entre alemães e brasileiros:

[...] Defluindo hoje mais um ano da fundação de Joinville, cidade onde alemães e brasileiros construíram uma civilização nova e pujante, não é mal recordar a colaboração eficaz que, ao progresso do Brasil, prodigalizaram os filhos da culta Alemanha.[...]”⁵³

⁴⁶ Idem.

⁴⁷ Além do *Jornal de Joinville*, o jornal *A Notícia* também destacava a “feliz coincidência” da cidade festejar o seu aniversário justamente na véspera de receber a visita do presidente Getúlio Vargas. Joinville faz hoje 89 anos! *A Notícia*, Joinville, 09 mar. 1940, p. 1.

⁴⁸ Salve, Presidente Getulio Vargas! *A Notícia*, Joinville, 09 mar. 1940, p. 1.

⁴⁹ O Presidente e a Imprensa. *A Notícia*. Joinville, 09 mar. 1940, p. 4.

⁵⁰ O presidente e a família brasileira. *A Notícia*, Joinville, 09 mar. 1940, p. 5.

⁵¹ O presidente, grande animador do esporte. *A Notícia*, Joinville, 09 mar. 1940, p. 6.

⁵² O Presidente e as Forças Armadas. *A Notícia*, Joinville, 09 mar. 1940, p.7.

⁵³ A colaboração alemã no Brasil e em Joinville. *Jornal de Joinville*, 09 mar. 1940, p. 2.

A referida união entre brasileiros e alemães também é, segundo esses discursos, demonstrativa da brasilidade dos descendentes dos pioneiros imigrantes - “[...] os seus descendentes, brasileiros sinceros e amigos, irmanados numa cordialidade fraternal[...]”⁵⁴ Todos estes discursos são respaldados pela imprensa local como típicos da brasilidade do povo de Joinville e, na perspectiva de mostrar ao “chefe da nação” a brasilidade de todos os joinvilenses – lusos e teuto-brasileiros, os jornais investem em chamadas para prestigiarem a passagem do presidente Getúlio Vargas na cidade:

Convite. A diretoria do Clube Joinville convida os snrs. Sócios e Exmas. Famílias para assistirem a passagem do eminente Chefe do Governo, S. Excia. Dr. Getulio Vargas, das sacadas de sua sede social e pede para homenageá-lo entusiasticamente. [...] ⁵⁵

As pessoas foram chamadas a prestigiar a passagem do Presidente e, empregadores e empregados, após acordo com os Sindicatos Patronais, recepcionariam o Presidente em diferentes lugares⁵⁶. Além disso, foi solicitado à população que pendurasse bandeiras com as “cores nacionais” e enfeitasse a frente das casas, “[...] contribuindo [...] para que a cidade apresente [...] um ambiente patriótico e festivo”.⁵⁷

Lendo as notícias, daquele aniversário de 1940, parece que tudo correu como o esperado e a visita do Presidente foi um sucesso. Talvez tenha sido para muitos. Mas, outras fontes indicam outras interpretações, microssentimentos registrando outras sensações. Refiro-me aqui, especialmente, ao registro que o Sr. Alfons Lepper fez em seu diário, referente à passagem do Presidente em Joinville: “10.03.1940. Getúlio Vargas, das 8:30 às 9:30 em Joinville, em sua viagem ao Sul. Recepção fria, apesar da multidão; nenhuma organização; nem mesmo na passagem pelas ruas principais foi festejado. Triste!!!”⁵⁸ Segundo Alfons, mesmo com a multidão, a recepção foi fria, o que não é de se estranhar num momento em que a cidade

⁵⁴ L. Costa. O 89º aniversário de Joinville. *Jornal de Joinville*, 09 mar. 1940, p. 2.

⁵⁵ Club Joinville. *A Notícia*, Joinville, 09 mar. 1940, p.8.

⁵⁶ Alas de Povo para receber o presidente! *A Notícia*, Joinville, 09 mar. 1940, p. 3.

⁵⁷ Bandeiras para a recepção do Presidente. *A Notícia*, Joinville, 09 mar. 1940, p. 1.

⁵⁸ *Diário de Alfons Lepper*. Manuscrito, alemão. Tradução Maria Thereza Böbel. AHJ.

vivenciava as leis autoritárias do Estado Novo. O que chama a atenção, porém, é que na necessidade de parecer conivente com a tão almejada – pelo Estado – brasilidade, a população vai às ruas, estrategicamente, mostrando-se com as cores nacionais.

Em relação às comemorações dos aniversários da cidade anteriores a 1951, cabe ainda fazer referência aos anos posteriores ao fim da Segunda Guerra Mundial e que precediam o Centenário. De maneira geral, os aniversários são pouco festejados. Volta a valorização do colono, mas mesmo assim, atrelado a componentes da brasilidade, como num artigo de 1947 que associa o colono imigrante com nomes do patriotismo brasileiro, ou seja, os antepassados que “[...] souberam orgulhar a terra de Rui Barbosa e Olavo Bilac [...]”.⁵⁹ Ou ainda, associando o imigrante a uma outra figura extremamente nacional – o “bandeirante”. É com esta formação discursiva que o “Salve 9 de Março” vem a público em 1948:

1851 – Salve 9 de Março! – 1948

[...] O desembarque dos bravos pioneiros alemães deu-se em porto improvisado. [...] nada intimidou esses heróis que plantaram graças a sua ousadia e força de vontade [...] A gleba inculta que lhe fora ofertada metaforseou-se em jóia de fino valor, legado esplendido aos vindouros, resultado do trabalho incessante desses bravos bandeirantes, quais tenazes e hábeis lapidadores de diamantes.[...]⁶⁰

É desta forma, atribuindo ao “pioneiro” as qualidades do “bandeirante” (que eram positivadas pela historiografia oficial), que a imprensa de Joinville registrou o aniversário da cidade em 1948. Comemorações muito diferentes, com menos pompa do que prometiam os festejos do Centenário. Assim, as poucas notícias referentes ao aniversário de Joinville até 1950, privilegiam chamar a atenção para os preparativos do Centenário:

[...] Dentro de dois anos estaremos a comemorar o Centenário da fundação da cidade. Os joinvilenses precisam congregarmos, indistintamente, para levarmos a nossa colaboração, por mais modesta, embora, em prol da cidade.⁶¹

⁵⁹ Salve Joinville. *A Notícia*, Joinville, 09 mar. 1947, p. 8.

⁶⁰ Glória aos pioneiros da fundação e honra aos continuadores da obra de progresso e grandeza de Joinville! *A Notícia*, Joinville, 09 mar. 1948, p. 1.

⁶¹ Nove de Março. *A Notícia*, Joinville, 09 mar. 1949, p. 1.

[...] queremos, também, prestar a nossa homenagem a esse punhado anônimo de abnegados que avocaram os trabalhos de organização das comemorações que deverão realizar-se por ocasião do Centenário de Joinville. [...] Fortalecendo-a e apoiando-a, estaremos a trabalhar pró-Joinville e contribuiremos para que o centenário da nossa querida cidade seja, realmente, um acontecimento que há de marcar época nos fastos da nossa vida urbana.⁶²

Joinville comemora hoje seu 99º aniversário de fundação. Está, pois, a um ano apenas do seu primeiro centenário, que em 1951 se festejará com grande solenidade. Razões muitas existem para os grandes preparativos que se fazem no sentido de emprestar um caráter monumental aos festejos comemorativos.⁶³

Como podemos perceber, o aspecto monumental da solenidade foi preparado. A SAJ desde 1946 vinha investindo neste evento e ampliando o seu número de sócios; no final de 1948, contava com 348 sócios contribuintes efetivos.⁶⁴ A partir de 1950, a sociedade, como um todo, era chamada a colaborar. Vários são os avisos, a partir desse ano que pedem ajuda: “[...] Se alguém ainda não estiver concorrendo para tal, deve procurar a Sociedade Amigos de Joinville, nos lugares que serão indicados”.⁶⁵ Alguns avisos são gerais, outros específicos de espaços da cidade que estão sendo reformados para a festa do Centenário como, por exemplo, a Catedral da cidade: “Se és amigo de Joinville queres concorrer para o brilhantismo das festas do Centenário, auxilia a campanha destinada a reformar a Catedral”.⁶⁶

O Centenário de Joinville foi um evento de profundas significações, visando solidificar uma memória no intercurso da data de 1951. Os discursos sobre este aniversário carregaram marcas que, transferindo as histórias do pretérito para o campo do simbólico, possibilitam algumas interpretações. Fato observado também por outros estudiosos quando refletindo, especialmente, sobre festas centenárias. Neste sentido, parecem-me oportunas as palavras de Antonio Augusto Arantes quando menciona que “A todo momento – e sobretudo nas ocasiões

⁶² Sociedade Amigos de Joinville. *A Notícia*, Joinville, 09 mar. 1949, p. 1.

⁶³ Joinville Faz Anos. *A Notícia*, Joinville, 09 mar. 1950, p. 1.

⁶⁴ A Situação Financeira da Sociedade Amigos de Joinville. *A Notícia*, Joinville, 09 mar. 1949, p. 1.

⁶⁵ *A Notícia*, Joinville, 09 mar. 1950, p. 1.

⁶⁶ *A Notícia*, Joinville, 09 mar. 1950, p. 1.

rituais, como são as comemorações centenárias – a história é objeto de representações e interpretações”.⁶⁷

Os ritos, as representações e as interpretações sobre o Centenário de Joinville intrigam quem procura conhecer um pouco da história da cidade. Outras cidades fizeram algo semelhante em seus ritos de passagem, mas importa observar como em Joinville, uma carga muito grande permeou toda simbologia, que visa solidificar uma memória no tempo. Em outras cidades também podemos perceber os “Centenários” como momentos autorizados para festejar o passado da cidade. Em relação a Blumenau, por exemplo, a historiadora Méri Frotscher observa que “pessoas ligadas às classes industriais, assumem o governo municipal e nos festejos do centenário de Blumenau, em 1950, vão afirmar a brasilidade de seus habitantes”.⁶⁸ E a cidade de Blumenau também construiu seus símbolos e suas representações com as mais diferentes memórias, discursos e artefatos culturais.⁶⁹

Em Joinville, num cenário contrastante, os discursos permeados por inúmeros significados vão compondo um bloco que, com camadas de diferentes temporalidades, entrecruzam histórias, achatando, entre a temporalidade da colonização e o tempo de festejar, algo que pode ser menos lembrado, ou seja, o período ali recente da Nacionalização.

A formação destas camadas de temporalidades foi, aos poucos, sendo composta, amalgamada por pessoas que se sentiam pertencentes àquela história e, especialmente, coordenadas por um grupo que, numa perspectiva genealógica, apostava no sentido do passado

⁶⁷ ARANTES, Antonio Augusto. Paisagem de história: a Devoração dos 500 anos. *Projeto História*, São Paulo, n. 20, abr. 2000. p. 95.

⁶⁸ FROTSCHER, Méri. *Da celebração da etnicidade teuto-brasileira à afirmação da brasilidade: ações e discursos das elites locais na esfera pública de Blumenau (1929-1950)*. Florianópolis, 2003. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina. p. 12.

⁶⁹ Sobre o Centenário de Blumenau, ver: FERREIRA, Cristina. A festa do Centenário de Blumenau: símbolos e representações sociais. *Esboços*, Florianópolis, n. 3, p. 11-21, 1996. Em relação às comparações dos centenários das cidades de Blumenau e Joinville, convém destacar que a própria imprensa, muitas vezes, relacionava estas duas cidades pela proximidade das datas de suas fundações e das características semelhantes do processo de imigração ocorrido no século XIX. Em março de 1951, por exemplo, um artigo assinado por Marcos Konder, no *Jornal de Joinville*, mencionava aspectos da história das duas cidades e, ao evitar fazer confrontos entre a beleza dos dois eventos, afirmou que “blumenauenses e joinvilenses nada pouparam para dar às solenidades o maior brilho e aos visitantes a mais grata das recordações”. KONDER, Marcos. A propósito do primeiro centenário de Joinville. *Jornal de Joinville*, 23 mar. 1951, p. 1.

para dar uma continuidade à grandeza da história da cidade. Parece que os esforços dos membros da SAJ foram profícuos naquilo que podemos chamar, conforme Eric Hobsbawm, em “usos sociais do passado”.⁷⁰

Para garantir que o passado viesse à tona com a grandeza que a cidade merecia (na ótica dos organizadores) e precisava, pois, não era apenas um evento momentâneo, fora preparado para permanecer na memória por muito tempo pela comissão organizadora que se esmerou nos preparativos. Especialmente no *Jornal de Joinville*, travou-se um chamamento diário “aos trabalhos do Centenário”. Os anúncios foram vários, destinados à comunidade em geral, aos comerciantes, aos empresários, enfim, aos “filhos desta terra”. No final de 1950, foi distribuído um folheto, de duas páginas impressas, intitulado “Apelo ao Joinvilense” que, num texto bastante peculiar, preparado pela Comissão de Propaganda, apresentava em dezesseis itens como o cidadão joinvilense deveria participar de forma plena na comemoração do Centenário da cidade. Nestes itens é possível observar a minúcia de todos os preparativos, bem como, a preocupação de envolver toda a cidade nesse evento, lembrando sempre que a participação de todos era importante. E, no final do panfleto, destacadamente em negrito, lê-se o último lembrete: “Importante: Prega este apelo na parede de tua sala de jantar e inutiliza -o somente no dia 8 de Março de 1951”.⁷¹ A participação dos joinvilenses com todas as suas forças, vinculadas inclusive a um “*dever de honra*”, legitimava o tom imperativo do documento, que prescrevia atitudes das mais variadas, adentrando nas casas, nas fachadas, nos jardins e na economia doméstica de diferentes pessoas:

1.[...] Planta muitas flores agora em Dezembro, para que em Março possamos mostrar com orgulho os nossos jardins floridos.

2. Trata de fazer uma revisão, e uma eventual reforma e pintura na cerca do teu terreno. Trata de fazer também a calçada ainda antes do Centenário.

3. A pintura da casa deverá ser feita aos sábados de tarde e aos domingos de manhã. Colhe informações na Casa das Tintas, na Casa do Aço,

⁷⁰ HOBBSAWM, Eric. O sentido do passado. In: _____ *Sobre História*. Tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 22-35.

⁷¹ *Apelo ao Joinvilense*. Folheto. Impresso. 1950. Caixa: Joinville – Centenário. AHJ.

ou em outras casas do ramo, ou procura um pintor amigo que te revele o segredo da pintura, pois dificilmente encontrarás um pintor que ainda possa atender os teus serviços.⁷²

Chama a atenção o quanto a comissão organizadora dos festejos buscava interferir na estética da cidade, prescrevendo ações que deveriam ser seguidas, especialmente, pelos moradores da região central. As notícias, pelo menos as veiculadas na imprensa, são enfáticas ao mencionar a parceria da prefeitura e moradores em prol do referido embelezamento, trazendo desde o mês de janeiro de 1951 informações de que “grande número de residências já haviam recebido pintura”.⁷³ Tais notícias iam se tornando mais frequentes conforme se aproximava a data das comemorações:

Prepara-se Joinville para comemorar seu Centenário.

É grande, diremos melhor, é intensíssima a azafama que reina por toda a cidade, que se acentuou desde o amanhecer de ontem.

Turmas de trabalhadores da Prefeitura Municipal espalhadas pelos quatro cantos da “*urbs*” estão entregues nos afazeres de limpar a cidade, aparelhando-a, assim, para as festas que se aproximam. Esses trabalhos compreendem, além da limpeza das ruas, propriamente dita, o nivelamento do leito das ruas mais centrais, em muitas das quais estão sendo usados o betume e o asfalto.

A cidade apresenta agora um elegante aspecto, em virtude, também, de haverem sido pintados vários dos seus edifícios, estabelecimentos comerciais e industriais, ou residências. Nas vésperas do Centenário da cidade, Joinville se apresenta com uma “roupagem” nova e atraente.[...] ⁷⁴

Dotar a cidade de uma nova “roupagem” entre outras coisas, possibilita pensar o quanto a questão do embelezamento estava presente nos anseios dos organizadores do evento. O investimento que foi feito, pelo poder público e pelos empresários locais, através da SAJ, para que as comemorações do Centenário fossem grandiosas, embora tivessem como tema central a valorização da memória dos “pioneiros”, tornando -a a memória histórica da cidade, possivelmente era entremeada também por outras questões como, por exemplo, as relacionadas à implementação do turismo. Naquela época o turismo ainda não era enfaticamente defendido

⁷² Idem.

⁷³ Melhora-se o aspecto de Joinville para as comemorações de março. *Jornal de Joinville*, 19 jan. 1951, p. 1.

⁷⁴ Últimos retoques. *Jornal de Joinville*, 06 mar. 1951, p. 1.

como uma forma de trazer recursos para as cidades como ocorre atualmente, todavia, sua implementação já era pensada por alguns setores, visando, possivelmente, atrair visitantes não só para as comemorações, mas, incluindo Joinville na rota das cidades turísticas do estado.

No caso de Joinville, a SAJ trazia em seus estatutos o seu compromisso com a “animação do movimento turístico”.⁷⁵ Talvez, esse empenho com o desenvolvimento do turismo local estivesse ligado a um interesse dos empresários em promover a cidade frente a uma valorização que estava ocorrendo das origens lusitanas do litoral do estado, pois, a partir da Nacionalização, “às tradições açorianas que décadas atrás eram enquadradas no discurso de atraso e degeneração, ganharam uma valoração face a nova conjuntura que se apresentava”.⁷⁶ Cabe lembrar que o estado recentemente tinha vivenciado o “Primeiro Congresso de História Catarinense”, comemorativo ao Segundo Centenário da Colonização Açoriana, realizado em Florianópolis em 1948. Este evento, como demonstrou a historiadora Maria Bernardete Ramos, “apontava para mudanças históricas” que, ao rememorem o povoamento açoriano, criavam um “hovo homem - habitante” do litoral do estado: “Uma concepção que possibilitasse a esta região definir -se como portadora da história de Santa Catarina, papel que vinha perdendo para outros núcleos de povoamento do Estado”.⁷⁷

Assim, se Joinville pretendia demonstrar sua importância no cenário estadual, ratificando seu papel também como “portadora” desta história, a implementação do turismo colocava-se como uma perspectiva a ser considerada. Para isso, “melhorar o aspecto da cidade”, embelezando-a, tornou-se uma das principais metas da SAJ. Possivelmente, a expectativa neste turismo estava vinculada a duas questões: que a cidade poderia (e merecia) ser vista não só como aquela que ficou conhecida por ter a presença de nazistas e, também, que com suas várias indústrias “contribuindo com o Brasil” deveria ser amplamente visitada para ter melhor

⁷⁵ SOCIEDADE AMIGOS DE JOINVILLE. *Estatutos*. Joinville: Eberhardt, 1946. AHJ.

⁷⁶ BITENCOURT, João Batista. Cidades em movimento. In: BRANCHER, Ana (Org.) *História de Santa Catarina: estudos contemporâneos*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999. p. 36.

⁷⁷ Sobre este assunto, ver: FLORES, Maria Bernardete Ramos. *A Farra do boi: palavras, sentidos, ficções*. Florianópolis: UFSC, 1997. p. 124.

desenvolvimento de seus negócios. E, independente de qual perspectiva fosse mais importante, para ambos os diferentes casos, a cidade precisava e apostava no envolvimento da população. Assim, principalmente a partir do mês de janeiro de 1951, intensificou-se um chamamento na imprensa, com frases curtas e objetivas que se dirigiam aos joinvilenses, comerciantes e moradores, envolvendo-os como responsáveis pelo êxito do evento:

Todos os joinvilenses devem cooperar para o êxito das comemorações do Primeiro Centenário de Joinville.⁷⁸

Concorre para o brilho dos festejos do Centenário.⁷⁹

Amigo de Joinville, você goza dos benefícios e do conforto da nossa cidade, na certa desejará apoiar as festividades do Primeiro Centenário da nossa cidade, contribuindo espontaneamente para as despesas previstas. Procure a Sociedade dos Amigos de Joinville que receberá a sua cooperação para as comemorações que serão levadas a efeito.⁸⁰

Lembra-te de que o grande dia da tua terra está para chegar. Ajuda aos que procuram tornar o Centenário de Joinville uma data de grande expressão nacional.⁸¹

Todos os joinvilenses, na medida de suas forças, posses, inclinações, possibilidade e atribuições, estão concorrendo para o maior esplendor da data natalícia da cidade.⁸²

A idéia era, naquele ‘período de febril atividade’ para apresentar um ‘aspecto geral bastante melhorado’, possibilitar que os ‘forasteiros’ levassem da cidade a ‘melhor impressão’.⁸³ Residências foram pintadas, jardins aprimorados, muros e cercas reparadas, calçadas conservadas e as ruas, pelo menos da região central, passaram a ter um ‘aspecto asseado’. Tudo para que, por ocasião das festas do Centenário, que esperava um ‘número avultado’ de visitantes, a cidade apresentasse um ‘aspecto limpo e agradável à vista’.⁸⁴ Nas páginas do *Jornal de Joinville* são muitas as notícias que se referem a este embelezamento, destacando que os apelos da SAJ estavam sendo atendidos, pois, trabalhadores de diversas

⁷⁸ *Jornal de Joinville*, 04 jan. 1951, p. 6. Este anúncio repetiu-se em 23/01/1951 e 01/03/1951.

⁷⁹ Comerciante. *Jornal de Joinville*, 04 jan. 1951, p. 1. Este anúncio repetiu-se em 11/01/1951, 18/01/1951, 23/01/1951, 27/01/1951 e 02/03/1951.

⁸⁰ *Jornal de Joinville*, 04 jan. 1951, p. 5.

⁸¹ Joinvilense. *Jornal de Joinville*, 10 jan. 1951, p. 3.

⁸² Começarão dentro de oito dias as comemorações do Centenário. *Jornal de Joinville*, 01 mar. 1951, p. 1.

⁸³ Melhora-se o aspecto de Joinville para as comemorações de março. *Jornal de Joinville*, 19 jan. 1951, p. 1.

⁸⁴ Idem.

firmas, esportistas e pessoas em geral estavam dedicando-se às melhorias propostas pela Sociedade.⁸⁵

Tais ações não eram simplesmente implementadas para o momento do Centenário, mas, ao que tudo indica preparavam a cidade para continuar recebendo visitantes e, como queria a SAJ, “animando o movimento turístico”.⁸⁶ Para isso, mobilizou-se também a imprensa e os fotógrafos que deveriam dar ampla cobertura ao evento. Em relação aos fotógrafos, especialmente, aos amadores, foi solicitado que os mesmos colaborassem “com seus melhores trabalhos”, participando de uma Exposição de Fotografias, organizada por uma das comissões da SAJ, dando “maior brilho” ao evento.⁸⁷

A participação de todos deveria ser efetiva e o folheto “Apelo ao Joinvilense” sugeria, inclusive, que os trabalhadores solicitassem aos seus chefes que transferissem as férias do final de ano para o mês de março de 1951, entre os dias 1º e 20, para que pudessem trabalhar nas festividades. E pedia para que as pessoas fizessem economia para poder gastar nos festejos. Aliás, tal economia deveria ser pensada inclusive em relação ao lazer dos moradores. Neste sentido, o folheto era enfático em relação aos gastos, por exemplo, com o carnaval:

11. Risca do teu calendário o CARNAVAL de 1951 e faze o máximo de economia para que cada membro de tua família possa apreciar ao menos as seguintes atrações:

Parque e Exposição Industrial	Cr\$ 3,00
Presépio animado	” 3,00
Pinturas, Fotografias, Selos, etc.	” 2,00
Pavilhão da Fauna Brasileira	” 3,00
Antiquidades	” 2,00
1 Bilhete da Tômbola	” <u>20,00</u>
	total 33,00

Como vês, para apreciar estas coisas importantes, gastarás somente Cr\$ 33,00. Como recordação principal deverás adquirir ainda um Álbum do Centenário, ao preço de mais ou menos Cr\$ 100,00.⁸⁸

⁸⁵ Continuam as demonstrações de boa vontade por parte dos joinvilenses. *Jornal de Joinville*, 14 jan. 1951, p. 1.

⁸⁶ SOCIEDADE AMIGOS DE JOINVILLE. *Estatutos*. Joinville: Eberhardt, 1946. AHJ.

⁸⁷ Apelo. *Jornal de Joinville*, 10 fev. 1951, p. 1; e, 01 mar. 1951, p. 3.

⁸⁸ *Apelo ao Joinvilense*. Folheto. Impresso. 1950. Caixa: Joinville – Centenário. AHJ.

Segundo Adolfo Bernardo Schneider, o carnaval de rua foi introduzido na cidade inicialmente pelos moradores lusos e, posteriormente os moradores teuto-brasileiros também começaram a participar. Por muitos anos a cidade teve carnaval nas ruas, sendo mais tarde transferido para os salões do Clube Joinville, do Walther, do Berner, do Ginástico e dos bairros, Salão Hoff, Salão Baumer, entre outros.⁸⁹ Na década de 1950, os bailes de carnaval eram bastante freqüentados, pelo menos, nos salões da Harmonia Lyra e do Clube Joinville. Mas, em 1951, esses salões, possivelmente por serem centrais e seus sócios estarem envolvidos com os preparativos do Centenário, estavam passando por reformas. O *Jornal de Joinville* chegou a noticiar que naquele ano ambos estariam fechados, e que só havia os salões da Liga de Sociedades e os clubes esportivos para a população que quisesse brincar o carnaval.⁹⁰ Em relação ao Clube Joinville, o anúncio foi desmentido logo em seguida, e o clube afirmava que não deixaria de realizar seus “tradi cionais bailes carnavalescos”.⁹¹ Importa observar como, por conta do Centenário, alguns espaços de sociabilidades tiveram sua rotina alterada. Tal alteração, aos poucos, também ia adentrando nos lares dos moradores.

O mesmo folheto “Apelo ao Joinvilense” so licitava também que avisassem parentes e amigos que morassem em outras cidades para que viessem a Joinville prestigiar os festejos.⁹² Somado a este pedido, que envolvia os moradores em, por exemplo, cadastrar-se para alojar um ou mais hóspedes, inscrevia-se um apelo especial: “Necessitamos que venham muitos visitantes, para que a nossa cidade seja mais conhecida e mais propagada.”⁹³ Neste clima de propagar a imagem da cidade, as prescrições continuavam:

⁸⁹ SCHNEIDER, Adolfo Bernardo. O Carnaval antigo. O limão de cheiro. O entrudo. *Joinville ontem e hoje*, Joinville, n. 1, p. 11-19, mar. 2003.

⁹⁰ Não são animadoras as perspectivas para o carnaval de 1951 em Joinville. *Jornal de Joinville*, 12 jan. 1951, p. 6.

⁹¹ Carnaval. *Jornal de Joinville*, 13 jan. 1951, p. 6.

⁹² Em março de 1951 a Comissão de Acomodação da SAJ solicitou, através de anúncios publicados no *Jornal de Joinville*, “a colaboração dos proprietários de residências particulares”, que além de receber seus convidados, como parentes e amigos, poderiam alugar quartos para famílias que viessem assistir os festejos. *Jornal de Joinville*, 01 mar. 1951, p. 5. Este anúncio repetiu-se em 02/03/1951 e 03/03/1951.

⁹³ *Apêlo ao Joinvilense*. Folheto. Impresso. 1950. Caixa: Joinville – Centenário. AHJ.

13. Uma das grandes obrigações de todo o joinvilense deverá ser a de receber alegremente e com um sorriso, todos os visitantes, dando-lhes todas as explicações e as informações de que necessitarem ou solicitarem. Não esqueçamos que, quanto mais satisfeito sair o visitante, tanto mais ele recomendará e propagará a nossa cidade. E é justamente e exclusivamente esta a finalidade das festividades do Centenário: QUE AQUILO QUE FOI CONQUISTADO PALMO A PALMO PELOS NOSSOS ANTEPASSADOS NUNCA SEJA ESQUECIDO, mas sim levado sempre para frente.⁹⁴

Estes elementos, que conferem aos festejos a necessidade de propagar a cidade, aliando-se à memória da conquista dos antepassados, evoca, de certa maneira, a importância da cidade em mostrar-se para os outros: mostrar-se para todo o Brasil. É interessante como os “mandamentos” do “apelo” vão se construindo de forma a envolver todos os joinvilenses, fazendo com que a noção de pertencimento torne todos co-autores desta empreitada – uma forte imagem – de uma cidade trabalhadora, que necessitava ser vista pelos outros. Necessidade percebida logo após o fim do Estado Novo, afinal, neste momento, de novas configurações políticas e econômicas do pós-guerra era imperativo adequar-se aos “tempos modernos” sem mágoas (pelo menos não de uma forma explícita) e mergulhado em novos ícones: a modernidade e o progresso impressos na industrialização da cidade. Era esta a Joinville que queria se mostrar com as suas “419 fábricas trabalhando pelo Brasil”. Mostrar -se apenas pautada no presente da industrialização talvez não fosse o melhor caminho, pois, possivelmente, não congregaria em torno do evento uma efetiva participação. Talvez, só a industrialização como carro-chefe do discurso apologético até pudesse dar visibilidade a uma economia que buscava os rumos do progresso, mas não tomaria um efeito de sentido tão amplo, nem para unir forças locais, nem para impressionar as outras cidades catarinenses e os outros estados do Brasil.

Propagar a imagem da cidade foi um dos principais objetivos da Comissão Organizadora e, ao que tudo indica, tal objetivo foi alcançado. Fato observado, por exemplo, pelas inúmeras correspondências que a cidade recebeu de prefeitos de outras cidades de Santa Catarina, bem

⁹⁴ Idem.

como, de governadores de outros estados. Por ocasião do Centenário, vieram para Joinville representantes do Estado de São Paulo, representando diretamente o governador e o ex-governador da capital daquele estado. E, em junho de 1951, a comemoração do Centenário de Joinville ganhou grande espaço no periódico *A noite ilustrada*, do Rio de Janeiro.⁹⁵

Em relação à cidade de São Paulo, salienta-se que em dezembro de 1951, por lei municipal, foi criada uma comissão para a preparação dos festejos de seu IV Centenário. Tal evento, que iria ser comemorado em 1954, assim como o de Joinville, foi minuciosamente programado. Sobre esta temática, o trabalho de Silvio Luiz Lofego é bastante interessante, pois, nos mostra como esta comemoração, tirando suas especificidades, assemelha-se à de Joinville. Da análise desse autor em relação à cidade de São Paulo penso ser valiosa a constatação que o mesmo faz sobre a questão da memória. Análise que vem ao encontro de questões que tenho observado em relação ao Centenário de Joinville. No caso de São Paulo, as comemorações vão sendo preparadas para “espelhar-se numa memória única, a da grandiosidade” e, assim, a locomotiva, o espírito bandeirante e o pioneirismo são os alicerces para novas investidas “portadoras de uma identificação que espelhasse o novo tempo que se iniciava”.⁹⁶ O que me parece interessante destas observações é que, assim como em Joinville, não houve uma ruptura com o passado, pois, o evento “Não se apresenta como uma negação explícita ao passado, mas como uma memória que pretende recuperá-lo, e ao fazê-lo demarca a fronteira do novo, reservando ao passado ‘glorioso’ os lugares para se eternizarem”.⁹⁷

O Centenário de Joinville ocorreu três anos antes do IV Centenário de São Paulo e seus preparativos, como já mencionamos, começaram ainda em 1946. Todavia, ambas celebrações respiravam os ares da modernidade, do progresso, do pós-guerra, enfim, em seu momento tinham similitudes, o que, a meu ver, explica tantas semelhanças. Se em São Paulo o bandeirante e a locomotiva eram signos importantes, em Joinville, o “pioneiro” imigrante fazia a vez do

⁹⁵ *A Noite Ilustrada*. Rio de Janeiro, n. 1.163, 12 jun. 1951, p. 26-33. AHJ.

⁹⁶ LOFEGO, S. L. Op. cit. p. 301-314.

⁹⁷ Idem, ibidem. p. 307.

‘pioneiro’ bandeirante e a locomotiva, possivelmente, pode ser visualizada através da bicicleta. Foi nessa época que o título “cidade da bicicleta”, que já existia, foi largamente propagado. O lema – “Joinville – a cidade das bicicletas”, carrega consigo a imagem das fábricas que iam se proliferando, com suas chaminés apontando para o progresso. São signos indissociáveis pois eram as bicicletas que carregavam, no vaivém do dia-a-dia, as/os trabalhadoras/es da cidade. As imagens dessa época ainda povoam as lembranças de muitas pessoas e, no presente, a bicicleta como símbolo da industrialização da cidade está abrigada no Museu da Bicicleta. Assim, três signos foram positivados ao mesmo tempo, “Cidade Jardim” ou “Cidade das Flores”, “Manchester Catarinense” e “Cidade das Bicicletas”. Todos com grande destaque, em todas as discursividades, como demonstra, por exemplo, o folheto “Apelo ao Joinvilense”:

1. Nós todos sabemos que desde muitos anos Joinville é chamada a “CIDADE JARDIM”. Isto simplesmente porque é costume dos joinvilenses ter um jardim de flores ao lado de sua casa. [...]

9. Nos dias de festa não deixe de enfeitar ainda as ruas, principalmente se forem as ruas pelas quais passar o préstito e os demais desfiles. Estas principalmente, mas também todas as demais partes da cidade, deverão ficar mergulhadas num mar de bandeirinhas, de grinaldas e de flores.

6. [...] Somente com o teu auxílio será possível apresentar aos visitantes o que Joinville realmente é: a Manchester Catarinense.

10. Coopera para o maior brilhantismo do desfile-monstro de bicicletas, o maior, jamais realizado na América do Sul. [...] O desfile de bicicletas será um dos pontos brilhantes dos festejos do Centenário, pois, além de “Cidade Jardim”, Joinville é conhecida como “Cidade das Bicicletas”.⁹⁸

Diferentes signos eivados de significados - “Cidade Jardim”, “Manchester Catarinense” e “Cidade das Bicicletas”: o primeiro, reveste a cidade de beleza, capricho e limpeza; o segundo associado ao terceiro, marca a pujança industrial da cidade. Assim, forjam-se imagens para representar a cidade e o campo simbólico por excelência percebido pela Comissão dos Festejos, que é composta por uma “elite” local, é o próprio evento, preparado como um grande espetáculo. Vários símbolos são construídos ou ainda redefinidos nesse momento, em que é de suma

⁹⁸ *Apelo ao Joinvilense*. Folheto. Impresso. 1950. Caixa: Joinville – Centenário. AHJ.

importância que o imaginário social⁹⁹ torne-se uno, coeso. As disjunções do passado recente da Nacionalização são minimizadas e a memória a ser construída pauta-se no presente das comemorações, tal qual como observa Lofego no IV Centenário de São Paulo, quando infere que: “O evento é construído para ser a divisão entre dois pólos, de um lado o passado que o torna legítimo, de outro o futuro que se insinua e, portanto, também o legitima”.¹⁰⁰

Nesse emaranhado de “legitimações” que deveriam ter seu ápice no Centenário, aos poucos a cidade (ou uma parcela dela) foi se envolvendo, tomando parte do grande espetáculo, fazendo com que as aspirações de harmonia entre as diferentes etnias e o desenvolvimento econômico se constituíssem em principal objetivo da grandeza do evento. Tal grandeza é verificada na diversidade da simbologia e da documentação produzida especialmente sobre e para o Centenário. Com a habilidade de construir signos importantes, como a inexistência de problemas decorrentes das diferenças étnicas na cidade e na ratificação de antigos símbolos como, por exemplo, a importância do “pioneiro”, um outro imaginário social ia sendo esboçado. A importância dada aos símbolos, alegorias, rituais e mitos é algo extremamente profícuo para a consolidação de um imaginário que se almeja, especialmente, num momento de redefinição. Podemos perceber na importância da simbologia que impregna o Centenário de Joinville algo que se assemelha às observações de José Murilo de Carvalho, quando diz que “Símbolos e mitos podem, por seu caráter difuso, por sua leitura menos codificada, tornar-se elementos poderosos de projeção de interesses”, podendo, entre coisas, “plasmam visões de mundo e modelar condutas”. Nesta mesma linha interpretativa, o autor citado chama a atenção para como a

⁹⁹ Estou entendendo “imaginário social” na perspectiva abordada por Bronislaw Baczko, especialmente, quando aponta que é neste campo que se opera com mais vigor “produção de visões futuras, designadamente na projecção das angústias, esperanças e sonhos colectivos sobre o futuro”. BACZKO, Bronislaw. *Imaginação social*. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional e Casa da Moeda, 1984. Vol. 1 (Memória – História). p. 312.

¹⁰⁰ LOFEGO, S. L. Op. cit. p. 303.

manipulação do imaginário social, é importante em momentos de ‘redefinição de identidades coletivas’.¹⁰¹

Durante os preparativos do Centenário, vários signos foram positivados e apostava-se numa grande participação dos joinvilenses. As referências eram sempre em tom imperativo – ‘Ninguém pode ficar indiferente à passagem da data do Centenário de Joinville, em março de 1951. Todos os joinvilenses, particularmente, são obrigados a prestigiar a ação da Sociedade Amigos de Joinville’.¹⁰² Prestigiar a SAJ era, de certa maneira, prestar uma homenagem ao imigrante alemão. Aproveitando a entrada do ano de 1951, a SAJ publicou no *Jornal de Joinville*, um artigo conclamando todos a ‘renderem um tributo ao colonizador’. Neste artigo, repleto de referências a saudade, bravura, pioneirismo, comunhão fraterna, prosperidade, aliados a civismo e patriotismo, a SAJ, menciona a importância de ‘honrar as tradições de cultura’ e o ‘trabalho dos antepassados’. A forma de demonstrar tal fato deveria dar-se auxiliando a SAJ nos trabalhos do Centenário:

[...] Agora, mais do que nunca, é chegada a hora de prestarmos um tributo de gratidão aos heróis da gloriosa epopéia cívica, dos pioneiros e fundadores de Joinville, quando a SOCIEDADE AMIGOS DE JOINVILLE mais necessita do nosso auxílio e da nossa preciosa colaboração para o maior êxito e brilhantismo dos festejos do primeiro centenário [...] Prestando a nossa colaboração, estaremos enaltecendo e glorificando o nosso trabalho e erigindo um monumento que será o orgulho dos nossos filhos.¹⁰³

Assim, a memória dos antepassados legitima o esforço para todos participarem dos trabalhos na cidade. É interessante como esta memória é evocada associada às palavras civismo e patriotismo. Ao finalizar o artigo, a Comissão de Propaganda da SAJ, evoca, mais uma vez, estes elementos: ‘Honremos, pois, as tradições de civismo e de trabalho de nossos avós e teremos cumprido um dever de patriotismo e amor à nossa terra, para a maior glória de nosso querido Brasil’.¹⁰⁴

¹⁰¹ CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 10-11.

¹⁰² *Jornal de Joinville*, 17 jan. 1951, p. 01.

¹⁰³ Chegou a hora de render tributo ao colonizador. *Jornal de Joinville*, 05 jan. 1951, p. 06.

¹⁰⁴ Idem.

Desde o século XIX, encontramos referências aos imigrantes colocando-se como, apesar de alemães, extremamente patriotas e cumpridores dos seus deveres cívicos e, nesse momento, em que recentemente o problema do “perigo alemão” havia sido problematizado, tornava -se importante sempre pontuar a brasilidade. Todavia, é a partir do Estado Novo que a noção da importância do patriotismo é intensificada junto às populações de origem alemã. O sentimento patriótico, tão mencionado pelo governo, passou a (apesar das resistências) povoar o imaginário social. Num momento posterior à ditadura getulista, ao que tudo indica, a sociedade aproveitou para reforçar as expressões de civismo e patriotismo como que, possivelmente, renegociando com o país o seu caráter de brasilidade, encobrindo uma antiga imagem de cidade antipatriótica.¹⁰⁵ Tal negociação tornava-se imperativa, haja vista que os elementos que caracterizam um grupo étnico não são rígidos e se abrem para novas possibilidades quando necessário. No caso de Joinville o Centenário foi um momento importante para a cidade mostrar-se para todo o Brasil como uma cidade brasileira. Isto se torna evidente quando pensamos na etnicidade como “um processo de construção ou invenção que incorpora, adapta e amplia as solidariedades comunitárias, características culturais e memórias históricas preexistentes. Ou seja, ela é fundamentada no contexto da vida real e da experiência social”.¹⁰⁶

No entanto, não é em qualquer momento que tal renegociação aparece explícita. Foi o momento do Centenário o tempo ideal para que tal perspectiva fosse enredada. Data propícia por ser um momento festivo, pois, como observa Eunice Nodari: “As festas reforçam, ainda, hierarquias de classe e diferenças étnicas culturais, ou a renegociação dessas diferenças”.¹⁰⁷ A grande festa estava sendo preparada, engendrando perspectivas e desdobrando-se em múltiplos significados. Para ser bela, atraía para si (ou buscava atrair) a colaboração de todos. E beleza,

¹⁰⁵ Sobre a perspectiva de “renegociação de etnicidade”, é muito interessante o trabalho de Eunice Nodari, em relação ao Oeste de Santa Catarina. Embora as questões observadas em Joinville sejam outras, a análise desta autora contribui para percebermos, em alguns pontos, também em Joinville uma forte “renegociação”. Ver: NODARI, Eunice Sueli. *A renegociação da etnicidade no Oeste de Santa Catarina (1917-1954)*. Porto Alegre, 1999. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

¹⁰⁶ CONZEN, Katherine Nehls et al. Forum – The Invention of Ethnicity: A Perspective from the U.S.A. In: *Journal of American History*, Fall, 1992 *Apud* NODARI, E. S. Op. cit. p. 158-159.

¹⁰⁷ NODARI, E. S. Op. cit. p. 191.

nestes preparativos, estava intimamente relacionada a limpeza, aterramento, roçadas, calçamentos, etc.

Especialmente durante os meses de janeiro e fevereiro de 1951, as notícias sobre os preparativos da festa apoteótica centraram-se no embelezamento, pois, até 28 de fevereiro, todos os proprietários de terrenos do município deveriam: roçar os terrenos, limpar valas e remover detritos, limpar rios e ribeirões a fim de melhorar o escoamento das águas, desobstruir os bueiros nas entradas das propriedades e capinar e ensaibrar os passeios. Os terrenos baldios também deveriam seguir tais prescrições. Para garantir que tal embelezamento fosse providenciado, o não cumprimento das disposições, conforme Lei Municipal nº 31 de 18 de março de 1948, sujeitava os infratores à multa e ao pagamento do custo dos serviços exigidos. Ou seja, o envolvimento dos moradores se não fosse por vontade pessoal, seria por cumprimento a uma Lei Municipal.¹⁰⁸

A SAJ estava atenta aos lugares que deveriam ser embelezados, notadamente, os espaços do centro da cidade, pois, até onde pude observar, a periferia da cidade não sofreu mudanças na época do Centenário. O ribeirão Matias foi coberto, facilitando a passagem no centro da cidade, ruas foram calçadas, passeios ensaibrados, árvores podadas, residências pintadas, etc.¹⁰⁹ Mas, o que muito envolveu a população foi a limpeza e aterro de um espaço entre as ruas 15 de Novembro e 9 de Março, onde foi construída a Praça da Bandeira, com toda a infra-estrutura necessária, como terraplanagem, instalações sanitárias, cercas, portões e bilheterias.¹¹⁰ Na ocasião dos festejos, esta passou a ser chamada de Praça do Centenário, local onde foi inaugurado o monumento em comemoração aos fundadores da cidade.

A escolha do local foi significativa. Por Decreto Municipal, o logradouro público, entre as ruas 15 de Novembro e 9 de Março, já tinha sido denominado Praça da Bandeira em 1940¹¹¹,

¹⁰⁸ Prefeitura Municipal de Joinville. Edital 22/51. *Jornal de Joinville*, 11 fev. 1951, p. 04.

¹⁰⁹ Conforme a Revista *Vida Nova*, estes trabalhos iniciaram em 1950 com o Prefeito João Colin. Um novo prefeito e um novo Joinville. *Vida Nova*, Joinville, n. 10, jul. 1949, p. 11.

¹¹⁰ Concluídos os trabalhos de cobertura do rio Mathias. *Jornal de Joinville*, 01 fev. 1951, p. 1.

¹¹¹ Decreto n. 19, de 12/11/1940. PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE. *Decrétos-leis, decretos, resoluções e portarias do ano de 1940*. Joinville/SC, 1940. p.14. AHJ.

todavia, ao que tudo indica, até o final da década de 1950 não tinha efetivamente se tornado uma praça. Vários relatos, como o de Helena, afirmam que até o Centenário a praça era como um depósito de lixo.¹¹² Mas, no início de 1951 intensificaram-se os trabalhos de limpeza do local. Na imprensa, às vezes, as notícias eram para chamar mais voluntários para os trabalhos, pois, em alguns finais de semana, o número de voluntários que apareceu não foi suficiente, faltaram braços para os “serviços de carga e descarga”, enquanto alguns caminhões cedidos pelas empresas locais ficaram parados por falta de trabalhadores. Mesmo assim, a Comissão responsável por estas atividades, mencionava o número de 400 a 500 adesões de trabalhadores para a realização das obras a serem efetuadas, especialmente, do aterro da Praça da Bandeira.¹¹³ Outras vezes, as notícias eram para esclarecer que os boatos que tudo não ficaria pronto a tempo, não procediam.¹¹⁴ Estes boatos parecem ter sido uma constante durante os preparativos do Centenário. Na revista *Vida Nova*, em seu número comemorativo ao Centenário, verificamos a seguinte informação:

Difícilmente encontramos em nossa cidade meia dúzia de pessoas que acreditavam no término dos serviços de aterro e acabamentos da antiga Praça da Bandeira [...]. Dois meses antes do Centenário ainda via-se toda a praça num verdadeiro brejo, como dificilmente se encontra outro dentro da cidade”.¹¹⁵

Esta informação, publicizada pela revista, dá idéia do empenho da SAJ e dos voluntários para conseguir embelezar aquela região. As ruas próximas, que dariam acesso àquele logradouro público, também foram calçadas no final do mês de fevereiro.¹¹⁶

Ao que tudo indica, mesmo existindo uma Lei Municipal que a tornou um espaço público, este só passou a ter significado para os moradores a partir dos preparativos do Centenário. A significância deste espaço, possivelmente, estava relacionada ao fato de ser ali o

¹¹² RICHLIN, Helena Remina Erna Gertrudes. *Entrevista concedida à autora*. Joinville, 10 maio 2002.

¹¹³ Espera-se maior êxito nas obras da Praça da Bandeira. *Jornal de Joinville*, 10 jan. 1951, p. 1.

¹¹⁴ *Jornal de Joinville*, 10 jan. 1951, p. 1.

¹¹⁵ O acabamento da Praça do Centenário. *Vida Nova*, Joinville, n. 31/33, jun. 1951, p. 31.

¹¹⁶ Conclusão para dentro de dias da montagem dos “stands” do pavilhão. *Jornal de Joinville*, 24 fev. 1951, p. 1.

local escolhido para abrigar o futuro “monumento aos imigrantes”. E monumentos, de maneira geral, como sublinha Paulo Knauss, organizam a “ordem da história ao relacionar presente e futuro”¹¹⁷ e, no caso de Joinville era esta operação simbólica que se construía: o passado dos imigrantes, lembrado no presente, deixando seu legado para o futuro.

Esta praça está localizada muito próxima do rio Cachoeira, rio que corta a cidade, onde desembarcaram de uma pequena embarcação, os primeiros imigrantes, que chegaram primeiramente em São Francisco do Sul, vindos de Hamburgo com a barca “Colon”. Aos poucos, durante o século XIX, o núcleo urbano de Joinville desenvolveu-se ao redor deste local – propagado como “marco zero”. Esta é originariamente uma região de mangue o que causou (e causa ainda hoje) muitos problemas, pois, apesar dos aterros que sofreu, está muito próxima do rio e, quando coincide maré alta e chuva forte, o centro da cidade alaga. Preocupados com isso, mas não abrindo mão do “simbólico local”, foi nesta região construído o Pavilhão Principal da Exposição do Centenário de Joinville¹¹⁸, em terreno doado pela prefeitura, situado na mesma praça.¹¹⁹ Um aspecto que permeava o noticiário referente a esta obra, era o fato de o Pavilhão ter exigido “cuidados especiais”, devido ao terreno “sofrer” as influências das marés, “tendo sido necessário cavar até sete metros de profundidade, contados do nível da rua, para atingir o terreno firme e aí colocar estacas de concreto armado”.¹²⁰ Assim, o mesmo local abrigaria tanto o Pavilhão como o monumento.

¹¹⁷ KNAUSS, Paulo. O Descobrimento do Brasil em escultura: imagens do civismo. *Projeto História*, São Paulo, n. 20, abr. 2000, p. 187.

¹¹⁸ Atual Ginásio de Esportes Abel Schultz. “Pavilhão Principal da Exposição do Centenário de Joinville, que está sendo construído à Praça da Bandeira, nesta cidade, por importante firma construtora de Curitiba. O referido edifício terá 35x42 metros, com entrada principal e salas de cada lado”. *Vida Nova*, Joinville, n. 22, jul. 1950.

¹¹⁹ SCHULZ, Albano. Sociedade Amigos de Joinville. Fundação, finalidades e obras realizadas. In: SOCIEDADE AMIGOS DE JOINVILLE (Org.) *Álbum histórico do centenário de Joinville. 1851-1951*. Curitiba: Gráfica Mundial, 1951. p. 279.

¹²⁰ Pavilhão de Exposição. *Jornal de Joinville*, 07 mar. 1951, p. 1.



Fig. 6 – *Pavilhão de Exposição Industrial do Centenário.*
 Fonte: *Vida Nova*, Joinville, n. 22, jul. 1950 – Acervo: AHJ.

O aterro da Praça da Bandeira contou com inúmeros voluntários que, principalmente, nos finais de semana, dedicavam-se com suas próprias pás e enxadas a preparar o local: “É necessário que cada voluntário leve seu instrumento, como pá, enxada, enxadão ou picareta”.¹²¹ Aliás, além dos instrumentos de trabalho, deveriam também levar “copos para tomar o chope”.¹²² A imprensa sempre noticiava como voluntários, mas o fato de serem trabalhadores de

¹²¹ Prosseguirão, hoje à tarde, os trabalhos dos voluntários na Praça da Bandeira. *Jornal de Joinville*, 20 jan. 1951, p. 1.

¹²² Idem.

empresas¹²³, cujos donos estavam ligados à SAJ, pode indicar uma certa pressão dos patrões sobre os operários. Não encontrei registros sobre esta possível pressão, no entanto, alguns depoimentos insinuam que as pessoas que não participassem não era mais bem vistas nas empresas.¹²⁴

Os voluntários eram trabalhadores de várias empresas da cidade e, durante o trabalho, ganhavam “gingibirra e sanduíches oferecidos pela Padaria Brukow”. Após a jornada eram servidos de chope oferecido pela Cervejaria Catarinense.¹²⁵ Tais aspectos, sempre noticiados na imprensa, buscavam demonstrar o engajamento dos trabalhadores e dos empresários da cidade, que trabalhavam juntos, segundo a imprensa local, independente de classe social. É, pois, com o objetivo de mostrar tal parceria que um acidente ocorrido com um industrial da cidade - o Sr. Ingward Marquardt, “íntegrante da turma de voluntários solicitados pela SAJ”, que ao escorregar num barranco machucou a perna - foi comentado no *Jornal de Joinville*.¹²⁶ Empresários, trabalhadores, os soldados do 13º Batalhão de Caçadores, os esportistas, entre outros, trabalharam nas obras de limpeza e aterro da praça, com destaque para a Fundação Tupy, que por algumas vezes participou com mais de 100 operários.¹²⁷ Também algumas vezes faziam pedágio no local, arrecadando dinheiro para comprar cerveja para os operários e destinar uma colaboração para a SAJ, que teria que contratar empregados para serviços especiais.¹²⁸ Mas, não só operários das fábricas trabalharam no serviço “pesado”, como a limpeza e o aterro da Praça. Houve uma mobilização, especialmente, de moradores do centro da cidade e da “élite” local que

¹²³ “Trabalharam voluntários das firmas: Cia Fabril Lepper, Doehler & Cia, Buschle Lepper Ltda, Vogelsanger Irmãos, Henrique Meyer & Cia, Cia Wetzel Industrial, Sociedade Ambalit Ltda, Fundação Tupy S.A, Artefatos Íris, A. E. Ravache, Lang Colin & Cia, Empresa Sul Brasileira de Eletrecidade S.A”. Prosseguirão hoje os trabalhos de limpeza da Praça da Bandeira. *Jornal de Joinville*, 14 jan. 1951, p. 1

¹²⁴ Refiro-me aqui a depoimentos informais de pessoas que não aceitaram gravar entrevista. Silêncios que remetem a uma resistência ao falar sobre determinados assuntos, mas, a lembrança emerge, como algo que Michael Pollak denominou de uma “memória subterrânea”. Ver: POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

¹²⁵ Também aparecem como colaboradores no lanche o Palácio Hotel, com pastéis, e a Confeitaria “A Brasileira”, com tortas. Impediu o mau tempo a continuação da limpeza da Praça da Bandeira, no domingo. *Jornal de Joinville*, 16 jan. 1951, p. 1 e 2.

¹²⁶ *Jornal de Joinville*, 23 jan. 1951, p. 6.

¹²⁷ Impediu o mau tempo a continuação da limpeza da Praça da Bandeira, no domingo. *Jornal de Joinville*, 16 jan. 1951, p. 1 e 2.

¹²⁸ Idem.

dirigia as ações. As chamadas da SAJ, para além da limpeza da praça, solicitam também profissionais de diferentes áreas para atuarem no embelezamento da cidade:

A exemplo do que tem sido feito nos trabalhos de aterro da Praça da Bandeira, a Comissão de Festejos está necessitando da colaboração voluntária de pintores, eletricitas, marceneiros e carpinteiros. Os candidatos deverão dirigir-se ao Sr. Carlos Busch, nos escritórios da ESQUADRIAS DE MADEIRA BRAND S.A, à rua Engenheiro Niemeyer.¹²⁹

O nome de empresas que contribuíram doando material, emprestando seus caminhões ou disponibilizando seus funcionários também era publicizado¹³⁰, visando que suas ações fossem “imitadas por todo o parque industrial” da cidade.¹³¹ Desta forma, o embelezamento da cidade prosseguia e, aos poucos, o local próximo ao que chamam de “marco zero”, com toda a carga “fundante” que isto significa, a futura Praça do Centenário, ia se preparando para receber um dos mais importantes artefatos culturais forjados naquele tempo – o “Monumento ao Imigrante”.

Este monumento é obra de um dos mais importantes artistas locais – o imigrante alemão Fritz Alt, que veio para o Brasil na década de 1920 e fixou residência em Joinville. O Monumento ao Imigrante é uma obra carregada de significados e visa a solidificação da memória do imigrante.

¹²⁹ *Jornal de Joinville*, 17 jan. 1951, p. 1.

¹³⁰ Patrões e operários concorrerão para o brilho dos festejos do Centenário. *Jornal de Joinville*, 04 jan. 1951, p. 1.

¹³¹ Concluídos os trabalhos de cobertura do rio Mathias. *Jornal de Joinville*, 01 fev. 1951, p. 1.

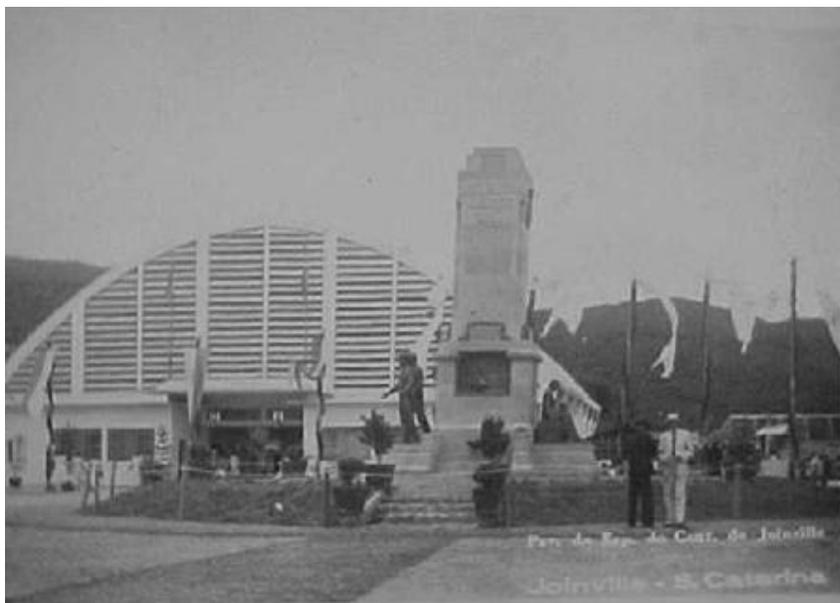


Fig. 7 - Monumento ao Imigrante.
(Observa-se ao fundo o Pavilhão do Centenário).
Monumento ao Imigrante. 1951. 650x400x520cm.
Escultura em Bronze/Granito rosa.
Local: Praça da Bandeira.
Fonte: Pacote 35a - Acervo: AHJ



Fig. 8 - Monumento ao Imigrante.
Fonte: Pacote 35a - Acervo: AHJ

Segundo Silvia Heinzelmann, a idéia inicial de fazer um monumento para o Centenário data de 1947, sugestão do Sr. Rolf Wetzel, um dos idealizadores da SAJ. O contrato entre a SAJ e Fritz Alt é de dezembro de 1948, e o monumento seria “composto pelos elementos que significassem a epopéia da imigração”.¹³²

Tal “epopéia” foi atribuída de um valor simbólico que mergulhava no passado da imigração. O ano de 1851 passou a marcar aquele evento e o projeto comemorativo implicava em reverenciar os ícones daquele momento, atribuindo um uso político do passado, no presente. O Monumento era peça importante do evento, sendo um símbolo da festa do Centenário, assim, também deve ser compreendido como parte inerente da festa, mas que diferente da mesma, permaneceria naquele espaço. Ainda hoje, quem transita pelas ruas centrais de Joinville, pode contemplar o Monumento. Ele está lá, diferente da festa que o abrigou, todavia, naquele momento ele também era festa e, como tal, apostava na continuidade de uma história do passado. Neste sentido, parece-me oportuna a reflexão de Mona Ozouf ao tematizar a festa relacionada à Revolução Francesa, quando observa que “consideradas globalmente, as festas procuram reviver por sua conta uma história remanipulada, reajustada, reprimida. A festa tolera mal a mudança”.¹³³

É a ausência de mudança em relação à memória que o Monumento sugere, conforme descrição do *Jornal de Joinville*: “Obra delicada, de feliz inspiração e acabamento perfeito, embora de linhas singelas, traduz o sentir da população. O artista fixou um instante de há cem anos: o nativo acolhedor mostra as terras de Joinville ao imigrante que chega de longe e aqui deseja estabelecer seu lar”.¹³⁴

¹³² HEINZELMANN, Silvia. *Fritz Alt*. Joinville: Fundação Cultural, 1991. p. 92.

¹³³ OZOUF, Mona. A Festa. Sob a Revolução Francesa. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novos objetos*. Tradução Terezinha Marinho, 4. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995. p. 230.

¹³⁴ Fritz Alt. *Jornal de Joinville*, 09 mar. 1951, p. 1.



Fig. 9 - Monumento ao Imigrante – Detalhe: Os Pioneiros.
 Monumento ao Imigrante (detalhe). Nativo e Imigrante. 1951. 207x130x125cm.
 Escultura em Bronze - Local: Praça da Bandeira.
 Fonte: Pacote 35a – Acervo: AHJ

A idéia do Monumento era perpetuar uma história pautada na saga da imigração, abafando problemas recentes e, principalmente, estabelecendo ligação entre “nativos” e “imigrantes”. Nas bordas deste intento estava a mensagem de gratidão perpétua ao passado: “O monumento perpetuará a gratidão do povo á obra civilizadora do imigrante exercida em terra joinvilense”.¹³⁵ Nesta comemoração memorialística, os signos não verbais, ou seja, as imagens, se mesclam nos discursos que perpetuam a grandeza. Estar atento a este Monumento, como repositório da memória que se queria preservar, é importante, pois, conforme Mônica Pimenta Velloso, “É cada vez mais através das imagens que o grande público entra em contato com o passado”.¹³⁶ E é sobre este passado que se deu visibilidade.

Além disso, cada detalhe do Monumento é reforçado no que tangencia uma perspectiva de controle da memória. A barca “Colon” também teve destaque nesta narrativa visual. Foi a bordo dela que vieram os “pioneiros” e, mesmo não tendo chegado nas margens do rio

¹³⁵ Monumento ao Colono. *Jornal de Joinville*, 09 mar. 1951, p. 01. Salienta-se que, no monumento, consta a seguinte inscrição: “JOINVILLE A SEUS FUNDADORES EM 9 DE MARÇO DE 1851”.

¹³⁶ VELLOSO, Mônica Pimenta. Linguagens visuais e comemoração. *Projeto História*, São Paulo, n. 20, abr. 2000, p. 126.

Cachoeira, em Joinville, ela foi e ainda é considerada um marco na história da cidade.¹³⁷ A barca “Colon”, que saiu de Hamburgo no final de 1850, em 05 de março de 1851, “âncorou nas proximidades da Ilha da Paz, quase na entrada norte da Baía Babitonga, em São Francisco do Sul, seguindo até a Ilha do Mel, na mesma baía”.¹³⁸ Iniciado o desembarque e a travessia da Lagoa Saguacu, os primeiros imigrantes só chegaram em Joinville alguns dias depois, tendo sido considerado o dia 9 de março como dia oficial da fundação da Colônia.¹³⁹ Esta história fundante foi inscrita no Monumento, e a barca “Colon” também foi destacada.



Fig. 10 - *Monumento ao Imigrante* – Detalhe: Barca.
 Monumento ao Imigrante (detalhe). Veleiro. 1951. 96x128cm
 Relevo em Bronze
 Local: Praça da Bandeira.
 Fonte: Negativo 004 – Foto 12 - Acervo: Museu Casa Fritz Alt.

O veleiro, além de fazer referência a todos os imigrantes que vieram para Joinville, especialmente, no decorrer do século XIX, é também uma menção a um mito de origem – a

¹³⁷ No sesquicentenário da cidade, em 2001, foi inaugurado “A Barca”, “monumento de 75 toneladas, instalado ao lado do marco da colonização, às margens do rio Cachoeira [...] Uma lâmina de concreto armado em relevo”, com 20 metros de comprimento e 6 metros de altura. Este monumento tem gravado em sua superfície símbolos como a estação ferroviária, chaminés de indústrias, rua das Palmeiras, o Monumento ao Colono, bicicletas, orquídeas (flor símbolo da cidade), entre outros. TERNES, Apolinário (Org.) *Joinville 150 anos*. Joinville: Letradágua, 2001. p. 146. Como se pode perceber, especialmente em datas comemorativas, a barca “Colon” é sempre utilizada como um ícone da história local.

¹³⁸ BÔBEL, Maria Thereza; THIAGO, Raquel S. *Joinville – os pioneiros: documento e história: v. I – 1851 a 1866*. Joinville: UNIVILLE, 2001. p. 37-38.

¹³⁹ Idem, *ibidem*. p. 38.

barca “Colon”. Na profusão desta alegoria, soma -se à Barca e ao “pioneiro”, a figura da mulher imigrante, retratada conforme o arquétipo feminino que pretendiam reproduzir, ou seja, da mãe, esposa e dona-de-casa.¹⁴⁰



Fig. 11 - *Monumento ao Imigrante* – Detalhe: Mulher e Crianças.
 Monumento ao Imigrante (detalhe). Mulher e Crianças. 1951. 160x135x125cm
 Escultura em Bronze
 Local: Praça da Bandeira.
 Fonte: Negativo 004 – Foto 16 - Acervo: Museu Casa Fritz Alt.

Esta imagem, também carregada de significados, é entendida por Silvia Heinzelmann (e possivelmente por muitos outros) como uma interpretação individual do autor que, ao mesmo

¹⁴⁰ Em relação a algumas histórias sobre os trabalhos, os papéis e as sociabilidades de mulheres que viveram em Joinville durante o século XIX, ver: SILVA, Janine Gomes da. *Tensões, trabalho e sociabilidades: histórias de mulheres em Joinville no século XIX*. Florianópolis, 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina.

tempo, representava o “pensamento coletivo dos joinvilenses”.¹⁴¹ Em relação à mulher e às crianças, destacam-se, especialmente, o olhar temeroso e perplexo da mulher, as recordações do passado contidas no baú, e as crianças significando o futuro da nova pátria.¹⁴² São representações que evidentemente encontraram em Joinville, naquele momento, um terreno fértil. Mas, para além do olhar temeroso da imigrante, cabe perceber os efeitos de sentido que se buscavam prescrever: daquele dia em diante, como destacou o *Jornal de Joinville*, o Monumento ao Imigrante iria permanecer “ereto e imponente na Praça da Bandeira, como um atestado eloqüente da gratidão do povo de Joinville aqueles que, há cem anos, aqui chegaram com a missão pacificadora de concorrer para o maior progresso de Santa Catarina e do Brasil”.¹⁴³ Assim, o Monumento pode ser visto como uma vitrine que expõe o que há de mais significativo para um determinado grupo - a história da imigração. A Praça da Bandeira com o Monumento torna-se um espaço privilegiado para que a cidade solidifique as comemorações memorialísticas, onde a memória do grupo étnico teuto-brasileiro possa ser, a todo tempo, lembrada como “a” memória da cidade.

São lugares como este, chamados por Pierre Nora de “lugares de memória”¹⁴⁴, que se revestem de simbologias e que passam a constituir um imaginário sobre a cidade. Possivelmente, o Monumento foi o primeiro grande “lugar de memória” dos teuto-brasileiros. Após a década de 1950, a iniciativa de se reunir documentos e objetos sobre a história possibilitaram a criação de Museus, entre eles o Museu Nacional de Imigração e Colonização, em 1957, do Arquivo Histórico de Joinville, em 1972, e de um concurso para que se escrevesse a história da colonização, fato que resultou na publicação da obra *História de Joinville: crônica da Colônia Dona Francisca*, de Carlos Ficker.¹⁴⁵ Também o “Cemitério dos Imigrantes”, fundado no século

¹⁴¹ HEINZELMANN, S. Op. cit. p. 93.

¹⁴² Idem, ibidem. p. 93.

¹⁴³ Monumento ao Colono. *Jornal de Joinville*, 13 mar. 1951, p. 7.

¹⁴⁴ NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. Tradução Yara Aun Houry. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

¹⁴⁵ FICKER, Carlos. *História de Joinville: subsídios para a crônica Dona Francisca*. Joinville: Ipiranga, 1965.

XIX tem seu valor histórico e cultural e, foi tombado pelo SPHAN em 09/11/1962, como Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.¹⁴⁶ Como menciona Pierre Nora, os marcos do passado são organizados (e por vezes inventados) em lugares próprios, como museus, arquivos e monumentos, “lugares de memória” privilegiados.¹⁴⁷

O Monumento ao Imigrante foi inaugurado no primeiro dia das festividades, ao mesmo tempo em que a Praça da Bandeira passou a chamar-se Praça do Centenário. Segundo a imprensa, uma multidão assistiu à inauguração – a maior até então reunida em praça pública em Joinville.¹⁴⁸ Vários políticos da época aproveitaram a oportunidade para discursar, enaltecendo a obra grandiosa dos colonizadores e a importância das figuras do “nativo” e do “imigrante” representados no Monumento. Nesta linha discursiva, destacou-se o Sr. Hercílio Pedro da Luz, Chefe da Casa Civil do Governo do Estado. Houve também discursos religiosos, militares e de outros políticos.¹⁴⁹

Enfim, a obra de Fritz Alt foi um importante alicerce na constituição desse “tempo de lembrar”, pois, em consonância com as observações de Jacques Le Goff, entendo que, “Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas”.¹⁵⁰ Em Joinville, a comemoração do Centenário selecionou o que deveria ser lembrado – o passado “heróico”, e o que deveria ser esquecido – as tensões étnicas. E, convém enfatizar, os “esquecimentos e os silêncios da história são reveladores”¹⁵¹. Em relação à história da cidade esta operação esquecer/lembrar não se deu ao acaso. Uma elite local visava, em pareceria com a SAJ, “um fim altamente patriótico e de grande repercussão nacional”.¹⁵²

¹⁴⁶ KRISCH, Hilda Anna. *História do cemitério dos imigrantes e da casa da memória do imigrante*. Joinville: 1991. p. 11. AHJ.

¹⁴⁷ NORA, P. Op. cit.

¹⁴⁸ Monumento ao Colono. *Jornal de Joinville*, 13 mar. 1951, p. 01.

¹⁴⁹ Idem.

¹⁵⁰ LE GOFF, Jacques. Memória. In: _____ *História e memória*. Tradução Bernardo Leitão et al. 3. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 1994. 426.

¹⁵¹ Idem, ibidem.

¹⁵² D'ALMEIDA, Antonio. Crônica Sulista – O Centenário. *Jornal de Joinville*, 24 jan. 1951, p. 3.

Capítulo III
O CENTENÁRIO:
uma “apoteose do esquecimento”

O espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediada por imagens. [...]

O espetáculo se apresenta como uma enorme positividade, indiscutível e inacessível. Não diz nada além de “o que aparece é bom, o que é bom aparece”. A atitude que por princípio ele exige é a da aceitação passiva que, de fato, ele já obteve por seu modo de aparecer sem réplica, por seu monopólio da aparência.

Guy Debord¹

Naqueles dias, a cidade foi enfeitada com bandeirinhas e coroas nas ruas principais onde passaria o “desfile histórico”. Os enfeites, possivelmente, foram na maioria confeccionados por várias mulheres, que assim como Jutta² atenderam aos apelos da SAJ. As mulheres também auxiliaram com bordados para as exposições que foram realizadas. Participaram ativamente do Centenário. Notadamente uma participação feminina que adentrava o espaço público (e majoritariamente masculino), que através dos festejos forjava uma reordenação da memória política da cidade. Com o apoio do poder público local, por intermédio da SAJ, antigas histórias tornar-se-iam, a partir daquela data, merecedoras de serem preservadas para o futuro. Algumas passagens foram “amenizadas/esquecidas”, pois, num evento apologético, nem tudo precisa ser lembrado.

¹ DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Tradução Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997. p. 14-17.

² CUNHA, Jutta Hagemann da. *Entrevista concedida à autora*. Joinville, 17 abr. 2002. Destaca-se que no mês de janeiro de 1951, foi criada pela SAJ uma ‘Comissão de Arte Domiciliar’, formada por mulheres, com a finalidade de ‘angariar donativos, como toalhinhas, almofadas, aventais, etc., no sentido de serem vendidos por ocasião dos festejos do Centenário. A soma em dinheiro apurado, reverterá em benefício daquele órgão orientador, no sentido de auxiliar a cobertura das despesas oriundas dos gastos efetuados por ocasião das festividades’. Senhoras e senhoritas da sociedade auxiliarão os trabalhos da SAJ. *Jornal de Joinville*, 27 jan. 1951, p. 1. Sobre as diferentes comissões da SAJ, ver: ANEXO I.

O vaivém nas ruas não era o mesmo que a cidade estava acostumada a vivenciar. Moradores e visitantes imprimiam com as suas andanças um outro ritmo, um ritmo festivo. Todavia, um ritmo de comemoração que não se inscreveu por toda a cidade. O movimento da região central figurava nos anúncios dos jornais dando a dimensão de um todo. Mas, algumas narrativas apontam para outras possibilidades, assim como rememorou Hildegard, moradora da Estrada Jativoca, região rural da cidade: “Não, isso foi só no centro. [...] No centro mesmo, como é hoje também, se for lá no centro faz a festa, e fora nos bairros não fazem nada. [...] Ninguém ia lá, ninguém participou de nada, era só lá no centro mesmo”.³ As palavras de Hildegard se constituem em exemplo de como as narrativas orais permitem ver, diferentemente da maior parte da documentação abrigada em “fundos públicos”, algumas descontinuidades em relação ao evento.⁴

Diferente de Hildegard, outras pessoas, moradoras de regiões periféricas da cidade, sentiram-se envolvidas pelas comemorações, “indo de carroça”⁵ assistir ao desfile. Diversidades de histórias, lembranças múltiplas, significados diferentes, para um mesmo fato. Se o Centenário realmente afetou as vivências da maioria dos seus moradores, não sei se é possível responder. Mas, esta era a pretensão de uma parte da sociedade local, e foram eles os responsáveis por este “espetáculo memorável”...

³ SCHULTZE, Hildegard. *Entrevista concedida à autora*. Joinville, 11 out. 2000.

⁴ É pois, entendendo a importância de compreender as mais variadas significações atribuídas ao Centenário e à Nacionalização, no presente, indo além da documentação publicizada pela SAJ e pela imprensa local que, no último capítulo deste estudo, as narrativas orais serão privilegiadas.

⁵ CERCAL, Manoel de Oliveira; MEYER, Maria de Lourdes Cercal; ARAÚJO, Maria Luíza Cercal de; e CERCAL, Flávio Lúcio de Oliveira. *Entrevista concedida a Janine Gomes da Silva e Jeisa Rech*. Joinville, 10 set. 2002.

Um espetáculo memorável: o desfile, o filme, a imprensa, os *souvenirs*....

Precisamente ao bater da meia noite de hoje, serão iniciadas as comemorações do Centenário de Joinville, com a solenidade da chegada do Fogo Simbólico ao chamado ‘porto velho’, sito nas margens do rio Cachoeira, na rua 9 de Março, local onde desembarcaram os primeiros 197 imigrantes de diversas nacionalidades, trazidos pela barca ‘Colon’.

[...]

Estas solenidades [...] revestir-se-ão de excepcional brilho assinalando, assim, de modo altamente expressivo, o começo dos festejos projetados em homenagem à data da fundação da cidade.⁶

De 9 a 18 de março de 1951, finalmente a cidade de Joinville festejou “com fogo simbólico e um excepcional brilho” o seu primeiro Centenário, a valorização de um passado de imigração, tentando mostrar quanto os imigrantes lutaram pelo Brasil. Nesta perspectiva, a revista *Vida Nova* trouxe, em seu número do mês de março, o artigo intitulado “O sangue pelo Brasil”, com os nomes de alguns voluntários de Joinville que lutaram pelo país durante a Guerra do Paraguai⁷, salientando que:

Muitos colonos de origem alemã, reconhecidos à nova pátria adotiva, organizaram uma disciplinada legião e partiram para o Paraguai a vingar os insultos atirados ao Brasil. Vinte e três sócios do Clube Ginástico de Joinville, chefiados pelo tenente Wilhelm Hoffmann, se alistaram como voluntários, jurando bandeira a 26 de novembro de 1865”.⁸

Recua-se no tempo, no século XIX, com o acontecimento Guerra do Paraguai, para ratificar, desde longa data, a brasilidade do imigrante. A metáfora - “dar sangue pelo Brasil” desde que chegaram a estas terras - passa a ser apresentada como uma poética sobre o passado, quando o clima de festas do presente é entrecruzado pelas dores do passado. A programação não

⁶ Começa, hoje, a meia noite, os festejos do Centenário. *Jornal de Joinville*, 08 mar. 1951, p. 1.

⁷ “Aqui ficam registrados os nomes de alguns, que pude conseguir: Barão de Sechendorf, Arnaldo Grossenbacher, Carlos Brauke, Cristiano Lucas, Cristiano Frederico Krüger, Cristiano Muller, Emilio Odebrecht, Eugenio Kurg, Elias Muller, Ernesto Richter, Francisco Ewald, Fernando Schumacher, Frederico Guilherme Krüger, Gunther Franke, Guilherme Möller, Guilherme Hafeustein, Gotlieb Gueevuch, Herman Eckelberg, Henrique Riegel, Henrique Lucas, Jacob Jasper, João Frederico Hafenstein, João Tesch, Julio Hartmann, Luiz Hofmann, Miguel Riegel, Otto Lobedan, Oscar Kluge, Rodolfo Wagner, Vitor Gilfa, Vendelin Kraemer e Matias Meyer”. BOITEUX, Lucas Alexandre (“Notas para a História Catarinense”). O sangue pelo Brasil. *Vida Nova*, Joinville, n. 28/30, mar. 1951, p. 76.

⁸ Idem.

era simplesmente festiva, mas comemorativa, entendendo que comemorar não é apenas festejar (com desfile histórico, baile, gincana, escolha de rainha, venda de *souvenirs*, etc.), pois, comemorar é, principalmente, “trazer à memória”. E no momento que se traz à memória, selecionam-se algumas coisas, positivando-as frente a outras. Nesta escolha, a saga do imigrante reveste-se de um imenso significado. Seria a partir dele que a cidade rumou para o progresso. É a narrativa acerca da “fundação” da cidade que vai atravessar a comemoração. E é o sentido de “fundação”, e não “formação” tal qual explicita Marilena Chauí, que estava presente na comemoração do Centenário de Joinville, pois, “visa algo tido como perene (quase eterno) que traveja e sustenta o curso temporal e lhe dá sentido”.⁹ Esta perspectiva, “fundante” está associada intimamente ao caráter de mito, pois, “Um mito fundador é aquele que não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores e idéias, de tal modo que, quanto mais parece ser outra coisa, tanto mais é a repetição de si mesmo”.¹⁰ Tais aspectos evidenciados por Marilena Chauí, no caso do mito fundador sobre o Brasil, podem, reservadas as especificidades, ser observadas também em Joinville durante esta comemoração que se sustentava no passado como origem.

Apesar das dores recentes e do ainda iminente discurso acerca do “perigo alemão”, as comemorações do Centenário positivaram a imagem do imigrante, sendo tudo preparado tendo em vista o efeito de sentido que o “comemorar” proporcionaria à cidade. So mando-se no presente, como fruto decorrente do espírito laborioso do imigrante, destacava-se a iminente vocação da cidade para o progresso econômico.¹¹ No caso de Joinville, segundo Apolinário Ternes, apesar das empresas de alguns teuto-brasileiros passarem por dificuldades durante a

⁹ CHAUI, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. p. 9.

¹⁰ Idem, *ibidem*.

¹¹ Em relação aos discursos que positivam a saga do imigrante para valorizar o “progresso da cidade” naquele momento, convém destacar as observações de Gruner, ao mencionar que: “[...] os discursos não se voltam mais apenas à comunidade germânica de Joinville. Sob a égide da integração e do crescimento [...], é preciso redefinir quem são os joinvilenses: ‘joinvilense foi o que aqui aportou, vindo pelo Colón, e o que, natural de outras terras aqui veio trabalhar [...]’. [...] Em suma, o caráter laborioso dos mortos alimenta o espírito dos vivos, e integra nativos e os ‘de fora’ na missão de salvaguardar a sua memória”. GRUNER, Clóvis. *Leituras matutinas: utopias e heterotopias da modernidade na imprensa joinvilense (1951-1980)*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2003. p. 27-28.

Nacionalização, de maneira geral, continuaram funcionando e, entre os anos de 1938 a 1950, foram criadas e consolidaram-se as três maiores empresas ligadas ao processo de rápida industrialização de Joinville – a Fundação Tupy, criada por Albano Schmidt em 09/03/1938; a Companhia Hansen Industrial, com João Hansen Junior, a partir de 1941; e a Indústria de Refrigeração Cônsul, com Wittich Freitag, em 1950.¹² Como podemos observar, nomes de descendentes de imigrantes continuam, apesar da Nacionalização, com uma forte presença na economia local.

Se alguns joinvilenses, lusos ou teuto-brasileiros, teriam se beneficiado com a guerra, não conseguimos apurar, mas é notável no pós-guerra uma certa “união” entre os empresários de Joinville, independente de suas origens étnicas, para fortalecer os negócios locais.¹³ Ainda, segundo Apolinário Ternes, atenta ao crescimento nacional, a indústria local especializou-se, principalmente, nos segmentos têxtil, metal-mecânico e plástico.¹⁴

No momento do Centenário, tratando-se de “progresso econômico”, não só as empresas da cidade, mas também da região, aproveitaram este fato para fomentar uma publicidade que lhes favorecia, por meio da homenagem à “próspera cidade de Joinville”. Um exemplo é o calendário da Cia Fiat-Lux de Fósforos de Segurança, propagando a imagem dos Fósforos Pinheiro de Curitiba, distribuído na cidade no final do ano de 1950.

¹² TERNES, Apolinário. *A economia de Joinville no século XX*. Joinville: Letradágua, 2002. p. 40-45.

¹³ Possivelmente porque no pós-guerra, havia uma preocupação internacional em evitar uma nova crise econômica, como foi, por exemplo, a de 1929. E, nesta época o país esforçava-se por um processo efetivo de industrialização. Sobre este aspecto, Boris Fausto, ao observar a importância que o governo de Getúlio Vargas, de 1951, dá ao Ministério do Trabalho, menciona que: “demonstra a importância que o presidente atribuía a este setor e o quanto apostava no processo de industrialização e no crescimento da classe operária urbana, enquanto força política decisiva”. FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III – O Brasil republicano. 2. ed. São Paulo: DIFEL, 1983. p. 247.

¹⁴ TERNES, A. *A economia de Joinville no século XX*. Op. cit. p. 43.



Fig. 12 - Calendário.

Homenagem ao Centenário de Joinville da Cia Fiat-Lux de Fósforos de Segurança. Impresso, 1951.

Fonte: Caixa n. 1a53 – Reg. 738g – CCMNIC - Acervo: AHJ.

O calendário/propaganda com a imagem da mencionada fábrica, ao homenagear Joinville, ao mesmo tempo, reforça uma imagem que é bem recebida na cidade, por parte de seus moradores – fábricas e chaminés, portanto, progresso. Os empresários locais também souberam aliar signos do Centenário com seus interesses comerciais. Algumas empresas, como Jorge Mayerle S.A.¹⁵ e Carlos Hoepcke S.A.,¹⁶ eram imagens de Cartões Postais comemorativos ao Centenário de Joinville. Em um destes cartões, lê-se no verso ‘Carlos Hoepcke S.A. Comércio e Indústria. Filial Joinville. Agradece a preferência’.¹⁷

A data centenária também permeou inúmeras propagandas, de indústrias e casas comerciais, da cidade ou de cidades próximas, que tiveram seus anúncios publicados na imprensa local. As mais comuns eram de antigas casas comerciais da cidade, como as transcritas a seguir, que aproveitavam a data para cumprimentar fregueses, amigos e visitantes que estariam na cidade; frisar a data da fundação, o tamanho e a importância do seu próprio estabelecimento comercial; e, é claro, homenagear os fundadores da cidade:

¹⁵Cartão Postal comemorativo ao Centenário de Joinville – Empresa Jorge Mayerle S/A. Pacote 35. AHJ.

¹⁶Cartão Postal comemorativo ao Centenário de Joinville – Carlos Hoepcke S/A. Pacote 35b. AHJ.

¹⁷ Idem.

Fernando Tilp & Cia Ltda.
 Casa fundada em 1922.
 Cumprimentam e felicitam seus fregueses e amigos pela passagem do 1º Centenário de Joinville.¹⁸

Casa Edmundo
 Fone 538 – Rua do Príncipe, 415.
 O maior armazém do estado.
 Cumprimenta sua numerosa freguesia pela passagem do I Centenário de Joinville.¹⁹

Sapataria Popular Alfredo Geiser [...]
 Deseja, a seus amigos, fregueses e empregados felicidades pela passagem do 1º Centenário de Joinville. Apresenta igualmente seus cumprimentos aos distintos visitantes.²⁰

Buschle & Lepper Ltda. [...]
 Prestam a sua homenagem aos fundadores de Joinville e a todos aquele que trabalharam pelo seu engrandecimento, participando do regozijo do 1º Centenário, que hoje transcorre.²¹

Homenagem de Henrique Meyer & Cia Ltda. [...]
 Aos fundadores da cidade e a todos os que possibilitaram a sua grandeza atual.
 9 de Março de 1951.
 I Centenário de Joinville.²²

Outros comerciantes aproveitaram a data comemorativa para, além de cumprimentar os fregueses e homenagear os primeiros imigrantes, contar a sua própria história de família “pioneira”. Assim, o Sr. Willy Schosslund, que na época do Centenário, apesar de nascido em Joinville, morava em São Francisco do Sul, publicou o seguinte anúncio:

Um joinvilense que honra suas tradições - O maior empório francisquense e o espírito dinâmico de seu dirigente – o Espírito democrático de Willy Schosslund.
 “Há um quarto de século residindo em São Francisco do Sul, terra de meus filhos e que tanto estimo, não posso deixar de rejubilar-me pelo Centenário do berço que me viu nascer”.²³

Abaixo destas palavras, o anúncio trazia, entre outras informações, o nome de seus pais imigrantes, com o nome da barca e o ano que chegaram à cidade. Willy Schosslund, sócio da

¹⁸ Fernando Tilp & Cia Ltda. *Jornal de Joinville*, 09 mar. 1951, p. 10.

¹⁹ Casa Edmundo. *Jornal de Joinville*, 09 mar. 1951, p. 9.

²⁰ Sapataria Popular. *Jornal de Joinville*, 09 mar. 1951, p. 12.

²¹ *Jornal de Joinville*, 09 mar. 1951, p. 19.

²² Homenagem. *Jornal de Joinville*, 09 mar. 1951, p. 16.

²³ *Jornal de Joinville*, 09 mar. 1951, p. 11.

empresa Schossland & Kampe, sediada em São Francisco, insinuava-se também como pertencente ao enredo das comemorações. Sua história mesclava-se à dos ‘pioneiros’ e ele fazia-se lembrar. Como Willy Schossland, não apenas estabelecimentos comerciais vieram a público homenagear a cidade de Joinville. Antigos moradores da cidade também mandaram lembranças, alguns ainda moravam em cidades próximas²⁴, outros, residindo na Alemanha também se fizeram lembrar²⁵. Ou ainda, alemães que talvez nem conhecessem a cidade, mas, possivelmente, por conta de atividades comerciais entre Joinville e cidades da Alemanha, também registraram seus cumprimentos.²⁶

Ainda, em relação aos anúncios, destacam-se dois textos publicitários. O primeiro, por destoar de todos os anúncios que foram veiculados durante o Centenário. Trata-se da propaganda do ‘Melhoral’: ‘Leitor amigo, leve Melhoral às festas comemorativas ao Centenário desta encantadora cidade! Não se arrependerá! Melhoral protegerá sua cabeça e todo o seu organismo contra as conseqüências desagradáveis. Melhoral!’²⁷ O segundo era publicidade da ‘Cerveja Antartica’, que apelava para o fato de ser produzida na cidade, para ser mais prestigiada pelos moradores:

Aviso Importante.

Não é questão de bairrismo ou coisa semelhante, mas agora com a passagem do 100º aniversário da nossa Joinville, temos que envidar todos os nossos esforços para o progresso de nossa terra; por isso sejamos bons joinvilenses e cooperemos para o engrandecimento de nossas indústrias exigindo os produtos locais.

CERVEJA “ANTARTICA” É UM PRODUTO JOINVILENSE. ²⁸

²⁴ Como, por exemplo, os senhores Álvaro T. Dippold e Jorge F. Baggenstoss, que na época residiam em São Francisco do Sul. *Jornal de Joinville*, 09 mar. 1951, p. 3. Ou ainda, como o Sr. Mario de Campos Birnfeld, que residia em Curitiba. *Jornal de Joinville*, 25 mar. 1951, p. 1.

²⁵ Como, por exemplo, os senhores Frederico Wunderlich e George Baggenstoss, joinvilenses que já estavam há muitos anos residindo na Alemanha e que enviaram uma carta à Câmara Municipal felicitando a cidade e mencionando que estavam ‘à par das festividades’. Mandaram da Alemanha distante lembranças ao povo de Joinville. *Jornal de Joinville*, 06 fev. 1951, p. 1.

²⁶ ‘Felicitações pela data da fundação de Joinville. Em carta endereçada ao Sr. João Colin, datada de 19 de fevereiro findo, o Sr. Brauer, burgomestre da Cidade Livre de Hamburgo, felicitou o povo de Joinville, em nome da população deste município, fazendo votos de felicidade, para que ‘Joinville continue a crescer em harmonia, para um futuro feliz.’” *Jornal de Joinville*, 25 mar. 1951, p. 1.

²⁷ *Jornal de Joinville*, 09 mar. 1951, p. 10.

²⁸ *Jornal de Joinville*, 09 mar. 1951, p. 8.

Estes são apenas alguns exemplos, dentre tantos outros, de como a data centenária também se constituía, entre outras coisas, em uma possibilidade ímpar para a publicidade de empresas dos mais diferentes ramos.²⁹ Beber “Antarctica”, de acordo com a publicidade da empresa, seria sinônimo de “bom joinvilense”. O anúncio esteve nas páginas do *Jornal de Joinville*, ininterruptamente durante os dias dos festejos.³⁰ Além dos anúncios nos jornais, as mais variadas empresas, assim como médicos e dentistas, tiveram espaço de publicidade no *Álbum Histórico do Centenário de Joinville*, organizado pela SAJ.³¹

Se o momento do Centenário foi positivado pelas empresas, da cidade ou da região, aliando a história dos “pioneiros” ao atual desenvolvimento econômico, outras esferas da sociedade também fizeram uso daquele momento, sendo também utilizado como um importante espaço político. Na ocasião, partidos políticos e seus representantes locais apressaram-se nos contatos para trazer à cidade seus representantes na esfera estadual e nacional, dando ao evento também uma conotação política. Desde o início do ano de 1951, nas páginas do *Jornal de Joinville*, encontramos referências dos “petebistas” e dos “udenistas” esforçando -se para trazer à cidade o então presidente eleito, Getúlio Vargas, e o Sr. Eduardo Gomes. O primeiro tinha sido eleito em 1950 pelo PTB e retornando à presidência em 1951; havia derrotado o segundo que era o representante da UDN. Embora derrotado no pleito nacional, em Joinville, ao que tudo indica, o udenista Eduardo Gomes gozava de prestígio e foi com as seguintes palavras que a imprensa se referiu a ele: “O eminente brasileiro, que conta aqui com grandes simpatias, concorrerá, com

²⁹ Além dos anúncios mencionados acima, destacam-se também as felicitações que foram publicadas por outras empresas: Freitag & Cia, Cine Rex, Comércio e Indústria Carlos Hoepcke S/A, Cooperativa Agrícola Dona Francisca Ltda, Alfaiataria Mueller, Jorge Mayerle S/A Comércio Atacadista, Farmácia Aurora, Empório Duarte, Mueller – Caron & Cia Ltda, Casa Adolfo Gruensch, Prosdócimo S/A. *Jornal de Joinville*, 09 mar. 1951. Também o *Joaçaba-Jornal*, o semanário *Barriga-Verde* (da cidade de Canoinhas) e a Associação Comercial e Industrial de Blumenau, enviaram mensagens de felicitações. *Jornal de Joinville*, 04, 07 e 14 mar. 1951.

³⁰ *Jornal de Joinville*, 09 mar. 1951, p. 8. E também dos dias 13 a 20/03/1951. Salienta-se que o mencionado jornal não circulou entre os dias 10 a 12/03/1951. *Jornal de Joinville*, 09 mar. 1951, p. 1.

³¹ SOCIEDADE AMIGOS DE JOINVILLE (Org.) *Álbum histórico do centenário de Joinville. 1851-1951*. Curitiba: Gráfica Mundial, 1951. Destaca-se que, além dos jornais locais e do “álbum histórico”, um outro espaço que foi amplamente utilizado para a publicidade destas empresas foi o “anúário de 1951”. CORDEIRO, Olivio B. (Org.) *Anuário de Joinville: 1ª Edição – 1951 – Ano do 1º Centenário de Joinville*. Joinville: Gráfica do Laboratório Catarinense, 1951.

sua presença, para o maior realce das festividades comemorativas do Centenário”.³² Segundo a imprensa local, o tenente-brigadeiro Eduardo Gomes receberia um “convite especial” do diretório da UDN, para visitar a cidade “por ocasião das festividades do centenário” e ele deveria ficar hospedado na residência do prefeito Rolf Colin que, vale lembrar, era integrante da UDN.³³

Já do outro lado, ou seja, entre os petebistas, os esforços se concentravam em trazer para a cidade o presidente Getúlio Vargas. Em meados do mês de fevereiro, a manchete do *Jornal de Joinville* destacava: “Possível a vinda do presidente Vargas a Joinville, no Centenário”.³⁴ Noticiava-se a possibilidade de sua presença nos festejos e que, caso ocorresse, ficaria hospedado na residência do Sr. Rodrigo de Oliveira Lobo, presidente do diretório do PTB.³⁵ Vargas não veio a Joinville, segundo um telegrama destinado ao governador do estado, o Sr. Irineu Bornhausen (eleito pela UDN), “obrigações de ordem urgente” o impediram de comparecer à cidade.³⁶ Mas, várias outras “personalidades” da política nacional fizeram -se presentes em diversos eventos alusivos ao Centenário. Embora possa ser percebido um caráter político-partidário permeando alguns dos convites enviados por políticos locais, a imprensa chamava atenção para o tom amistoso que unia “povo e governo” numa ação de alta “expressão cívica”, que “esquecia tacitamente as dissensões partidárias” e colocava de lado, por “ínúteis ou sem razão de ser, os ressentimentos pessoais”.³⁷ Ressentimentos estes que, ao estarem relacionados às dissensões partidárias, poderiam também fazer lembrar um período que não foi dos mais agradáveis para muitos joinvilenses que, por conta da Nacionalização, não viam com bons olhos o PTB de Vargas.

Assim, na esfera municipal, com o prefeito Rolf Colin, e a na estadual, com o governador Irineu Bornhausen, temos a presença da UDN no poder, partido que em Santa Catarina, segundo

³² Esperado... *Jornal de Joinville*, 07 mar. 1951, p. 1.

³³ Convidado para visitar Joinville. *Jornal de Joinville*, 30 jan. 1951, p. 1.

³⁴ *Jornal de Joinville*, 22 fev. 1951, p. 1.

³⁵ Possível a visita do Sr. Getúlio Vargas por ocasião dos festejos do Centenário. *Jornal de Joinville*, 22 fev. 1951, p. 1.

³⁶ Centenário de Joinville. *Jornal de Joinville*, 16 mar. 1951, p. 1.

³⁷ Começarão dentro de oito dias as comemorações do centenário. *Jornal de Joinville*, 01 mar. 1951, p. 1.

Walter Piazza, nasceu em 1945 ‘tendo como meta básica, a derrubada de Vargas, a nível nacional e a retomada do poder, a nível local’.³⁸ Desta forma, segundo este autor, em Santa Catarina, a criação dos principais partidos políticos ‘não obedece a um posicionamento ideológico rígido, nem tem, a princípio, conotações outras senão a luta pelo poder regional’.³⁹ Entende-se então que, apesar das rixas partidárias entre PTB, UDN e PSD a nível nacional, em Santa Catarina, Irineu Bornhausen, da UDN, venceu as eleições para governador do estado, em 1950, com o apoio do PTB.⁴⁰ Estes ‘apoios’ faziam parte do cenário político do momento, mas em Joinville, como já mencionei, o PTB de Vargas não tinha muita ‘ascendência nos setores germânicos’⁴¹, justamente o grupo que liderou as comemorações do Centenário. Assim, podemos inferir que, também estava presente entre as lideranças da SAJ ligadas à UDN uma busca de sua própria manutenção no poder local.

Para além das diferenças partidárias, a Comissão de Recepção da SAJ esmerou-se para receber os visitantes, especialmente, as autoridades civis e militares.⁴² Dentre os presentes, destacam-se vários Secretários do Estado e membros das casas civil e militar do Governo do Estado; o prefeito da capital Florianópolis; o governador do estado do Paraná; representantes do governo do estado de São Paulo; senadores do estado do Paraná e Santa Catarina; e, diversas autoridades militares.⁴³ Também, repórteres fotográficos e jornalistas de diferentes cidades

³⁸ PIAZZA, Walter F. (Org.) *Dicionário político catarinense*. Florianópolis: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1985. p. 568.

³⁹ Idem, *ibidem*. p. 568.

⁴⁰ ‘Com uma diferença de 27.407 votos, Irineu Bornhausen derrotou Udo Deeke e se elegeu governador do Estado. Para esta vitória contou com o apoio do PTB, em troca de apoio à candidatura de seu filiado Carlos Gomes de Oliveira ao Senado [...]. A vitória de Irineu Bornhausen derrota, em última instância, a tendência à mudança na política estadual, não obstante às sólidas bases eleitorais do candidato, bem como a contribuição dada pela ruptura na tradicional aliança do PTB com o PSD [...]’. Idem, *ibidem*. p. 572.

⁴¹ Cf. OLIVEIRA, Carlos Gomes de. *Entrevista concedida a Eneida Raquel S. Thiago*. Barra Velha, 24 jul. 1978. AHJ.

⁴² ‘Já está sendo formada a Comissão de Recepção e Representação do Município, a qual, segundo conseguimos saber, será constituída pelo Sr. Rolf Colin, prefeito municipal; coronel João Domingues dos Santos, comandante do 13º BC; Dr. Maurillo da Costa Coimbra, Juiz de Direito; D. Pio de Freitas, bispo diocesano; e, Dr. Ademar Guilhon Gonzaga, promotor público. Esta comissão deverá dirigir os convites oficiais às altas autoridades, para participarem dos festejos do Centenário de Joinville’. Centenário de Joinville. *Jornal de Joinville*, 09 fev. 1951, p. 1. Posteriormente esta Comissão passou a chamar-se ‘Comissão de Recepção e Banquetes’.

⁴³ A chegada das autoridades. *Vida Nova*, Joinville, n. 31/33, jun. 1951. p. 3.

vieram participar das comemorações.⁴⁴ A presença do governador Irineu Bornhausen foi uma das mais noticiadas pela imprensa local. Este não poupou elogios à cidade e assinalou em um dos seus discursos que jamais Joinville seria por ele “olvidada”.⁴⁵ Um outro convidado especial foi Dom Pedro de Orleans e Bragança, representante da Família Imperial Brasileira, que ficou hospedado no “Palácio dos Príncipes”.⁴⁶

Os vários dias de comemoração, pelo menos no centro da cidade, alteraram a rotina das escolas, das fábricas e do comércio em geral. A Escola Normal São Vicente de Paulo e a Escola Complementar, por exemplo, localizadas na região central da cidade, cancelaram as aulas entre os dias nove e dezoito, por conta dos festejos.⁴⁷ Os médicos, através da Sociedade Joinvilense de Medicina, organizaram uma escala de plantão, com a finalidade de atender dia e noite qualquer solicitação, apesar de manterem os consultórios abertos para as consultas habituais. Tal iniciativa objetivava colaborar com os festejos e “facilitar os serviços médicos nos casos de acidentes ou chamadas de urgência”.⁴⁸

O comércio, de maneira geral, através da ACIJ, desde o mês de fevereiro vinha discutindo como se daria um horário especial para os dias do Centenário.⁴⁹ Decidiu-se pelo “ponto facultativo” para o sábado 10 de março, mas alguns dias antes do início dos festejos foi publicada uma relação com o nome dos vários estabelecimentos comerciais que se manteriam fechados, “traduzindo, com esse gesto, sua homenagem a data”.⁵⁰ Esta homenagem à data pode ser entendida como uma homenagem especial aos “pioneiros”, haja vista que a maioria dos

⁴⁴ Repórter Sandor. *Jornal de Joinville*, 01 mar. 1951, p. 6; e, *Jornal de Joinville*, 08 mar. 1951, p. 1.

⁴⁵ Saudação a Joinville. *Jornal de Joinville*, 09 mar. 1951, p. 1.

⁴⁶ Chegou ontem. *Jornal de Joinville*, 08 mar. 1951, p. 1. Este espaço posteriormente passou a abrigar o MNIC.

⁴⁷ Não haverá aulas. *Jornal de Joinville*, 09 mar. 1951, p. 4.

⁴⁸ Centenário de Joinville. *Jornal de Joinville*, 08 mar. 1951, p. 4.

⁴⁹ Centenário de Joinville. *Jornal de Joinville*, 18 fev. 1951, p. 6.

⁵⁰ “São os seguintes os estabelecimentos comerciais em referência: Carlos Hoepcke S.A.; Germano Stein S.A.; Jorge Mayerle S.A.; Com. e Rep. H. Douat S.A.; Edgar Klein; Affonso Schmidt; Carlos Schneider (Casa do Aço); Prosdócimo S.A.; Leopoldo Elling; Farmácia Catarinense S.A.; Buschle Lepper & Cia Ltda; Walter Schmidt S.A.; Casa das Sedas; Casas Pernambucanas; Relojoaria Strobel; Casa Globo; A Principal; A Favorita; Irmãos Dippe; Adolfo Gruensch; Alfredo Boehm & Cia; Mario Schuetzler; Eugenio Wegner & Cia; A Fornecedoradora Ltda; Emilio Stock & Cia; Fernando Tilp; Doerlitz & Guse; Soc. Com. Minas; e, Storrer & Krueger”. Em homenagem a Joinville. *Jornal de Joinville*, 02 mar. 1951, p. 1.

estabelecimentos que se propuseram a “traduzir” a homenagem com o fechamento de suas portas eram de descendentes de imigrantes do século XIX. Ainda, algumas empresas, como a Keller & Cia Ltda, resolveram dar férias coletivas para os funcionários durante os dez dias de festividades.⁵¹

A cidade, por intermédio da SAJ, organizou-se para receber inúmeros visitantes, divulgando para os moradores os horários das chegadas dos vôos vindos do Rio de Janeiro e São Paulo para Joinville⁵² e, conseguindo, junto à Rede de Viação Paraná – Santa Catarina, a colocação de trens especiais, nos três primeiros dias das comemorações, entre as estações de Corupá e São Francisco do Sul.⁵³

A espera de tantos visitantes deu muito trabalho às diferentes comissões da SAJ.⁵⁴ A imprensa, de maneira geral, elogiava o trabalho destes colaboradores e enfatizava que tudo estava ocorrendo perfeitamente. Mas, outras leituras vieram à tona sobre esse momento. Refiro-me a uma matéria publicada por um jornalista assinando como “Comendador João da Esquina”, que apesar de vários elogios ao capricho, beleza e alegria das comemorações, fez duras críticas, especialmente, à SAJ e sua Comissão de Acomodação, dizendo que talvez para a própria “desgraça da cidade” existia a tal Sociedade. Segundo ele, os jornalistas tiveram inúmeras dificuldades, alguns retornando imediatamente a seus locais de origem, principalmente os de São Paulo e Rio de Janeiro, porque a mencionada Comissão, a cargo do Sr. Oswaldo Schlemm, parecia estar mais preocupada com que os festejos dessem lucro.⁵⁵ O artigo é enfaticamente duro, principalmente com o Sr. Oswaldo e, apesar de não fazer coro com a maioria das notícias

⁵¹ *Jornal de Joinville*, 07 mar. 1951, p. 3.

⁵² Programa dos aviões da Varig amanhã de Rio de Janeiro e São Paulo para Joinville. *Jornal de Joinville*, 07 mar. 1951, p. 4.

⁵³ *Jornal de Joinville*, 28 fev. 1951, p. 1.

⁵⁴ No final do mês de janeiro de 1951, foi instalado, na rua do Príncipe, o “Centro de Informações do Centenário”, com expediente diário das 8:00h às 18:00h, onde passou a funcionar também a Secretaria Permanente da SAJ. *Jornal de Joinville*, 27 jan. 1951, p. 1. Este Centro, coordenado pelo jornalista Raul de Oliveira Fagundes, secretário executivo da SAJ (biênio 1950-1952), tinham também por objetivo orientar os visitantes, bem como, providenciar acomodações para os mesmos. *Jornal de Joinville*, 17 jan. 1951, p. 1.

⁵⁵ ESQUINA, Comendador João da. A “SAJ” e as festividades de Joinville. *Imprensa Legislativa*. Caderno da Edição Especial, abr. 1951. Caixa: Joinville – Centenário. AHJ.

da época, infere sobre os dissensos ocorridos durante o evento dando pistas também sobre o caráter lucrativo dos festejos.⁵⁶

Neste clima de receber os visitantes/turistas, as comemorações do Centenário produziram uma infinidade de artefatos, textos, propaganda, etc., que acabaram extrapolando o momento do evento e iniciando, posteriormente, um movimento cultural que resultou na criação do Museu Nacional da Imigração e Colonização, no tombamento do Cemitério do Imigrante e na criação do Arquivo Histórico de Joinville.⁵⁷ Este último, pode ser compreendido, tal como observa Michel de Certeau, como um importante “lugar social” (para a preservação da memória dos “pioneiros” do século XIX), na “operação historiográfica” da cidade⁵⁸, pois, ao ser criado, contou principalmente com o apoio dos descendentes de imigrantes que buscavam “preservar suas memórias”.⁵⁹

Em relação ao Museu Nacional da Imigração e Colonização, este foi fundado por Lei Federal em 1957⁶⁰ e instalado no prédio conhecido como “Palácio dos Príncipes”, construído em 1870, que tinha sido residência e sede da administração da antiga Colônia Dona Francisca.⁶¹

⁵⁶ Salienta-se que, anteriormente ao evento, no mês de fevereiro, foram publicados na imprensa alguns informes que visavam por fim a “boatos levianos” que, conforme a SAJ, estavam prejudicando os trabalhos. Estes avisos reiteravam que estava tudo caminhando bem para os festejos e que as pessoas não deveriam dar ouvidos a boatos que falassem o contrário ou desprestigiassem o trabalho que estava sendo desenvolvido pela SAJ. Mas, exceto esta passagem, de maneira geral, não encontramos mais informações sobre desentendimentos ou problemas ocorridos durante as comemorações. Não deverá o joinvilense deixar-se impressionar pelos boatos alarmantes. *Jornal de Joinville*, 09 fev. 1951, p. 1.

⁵⁷ “A iniciativa de reunir documentos que retratassem o modo de vida e pensar dos homens e mulheres que construíram esta cidade partiu de alguns líderes na década de 50, fruto das comemorações do centenário de Joinville”. Retratos do passado. *Joinville em Cartaz*, Joinville, ano I, n. 2, dez. 1999, p. 14-15.

⁵⁸ Evidentemente várias escritas foram construídas a partir do AHJ, entre elas, algumas que ratificam a organização da história da cidade a partir da “saga dos pioneiros”. Segundo Certeau: “Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural. [...] É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delinea uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam”. CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Tradução Maria de Lourdes Menezes. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. p. 66-67.

⁵⁹ O acervo do AHJ é riquíssimo e, desde sua inauguração, vem ampliando e diversificando seu acervo documental. Todavia, quando de sua criação, foi a perspectiva de preservar documentos referentes à história da fundação e colonização da cidade que mobilizou uma parcela dos moradores e o poder público local. Ainda, sobre a história desta instituição, bem como, a diversidade de documentos que abriga, acondicionados nos mais variados suportes, ver: *Boletim do Arquivo Histórico*, Joinville, n. 14, jan./jun. 1996.

⁶⁰ Em 1957 o Palácio foi vendido para a Prefeitura, embora tombado desde 1939, até o ano da inauguração do Museu, o proprietário, o Sr. Jaroslau Pesch residia no local. TOMASELLI, Dolores Carolina. *Depoimento concedido à autora*. Joinville, 24 abr. 2003.

⁶¹ *Texto da exposição do Museu Nacional de Imigração e Colonização*. O Palácio dos Príncipes. (Banner térreo). MNIC.

Este Museu, “tem como objetivo registrar a memória da imigração e colonização do sul do Brasil a partir do processo que teve início em 9 de março de 1851, quando esta região recebeu os primeiros imigrantes europeus, na então Colônia Dona Francisca”.⁶² Na época do Centenário, o “Palácio dos Príncipes” foi especialmente decorado para receber o hóspede Dom Pedro de Orleans e Bragança, representante da Família Imperial Brasileira.⁶³ Ali também foram coroadas a Rainha e as Princesas do Centenário e aconteceu uma exposição de antiguidades. Na imprensa, fazia-se um apelo para que as pessoas procurassem a Comissão de Propaganda, para apresentar objetos de arte antiga, fotografias ou biografias de seus antepassados – “daqueles que foram os pioneiros da colonização, os desbravadores das matas onde hoje repousa esta industrial e adiantada cidade”.⁶⁴ Uma referência aos “desbravadores” que não ficou circunscrita às comemorações, pois, ainda hoje, apesar do Museu estar com uma nova proposta museográfica desde 2002⁶⁵, é o cotidiano, principalmente, dos ‘pioneiros’, que se apresenta aos visitantes em uma narrativa visual expressa por uma infinidade de artefatos da sua cultura material.⁶⁶

⁶² *Retrato de uma cultura. Museu Nacional de Imigração e Colonização*. Folder, s/d. MNIC.

⁶³ O Centenário de Joinville. *Jornal de Joinville*, 27 jan. 1951, p. 1. Sublinha-se que, conforme artigo publicado no *Jornal de Joinville*, em 1926, nas comemorações do 75º aniversário, também representantes da Família Imperial Brasileira, ficaram hospedados no referido Palácio. Melhora-se o aspecto de Joinville para as comemorações de março. *Jornal de Joinville*, 19 jan. 1951, p. 1. E, assim como no Centenário, em 1926, a visita do Príncipe de Orleans e Bragança à cidade também foi bastante comentada. Naquela época, José Julianelli registrou o evento num filme intitulado “A visita do Príncipe de Orleans e Bragança a Joinville”, com um tempo de duração de 3’30”. *Apud*, PIRES, José Henrique Nunes. *Cinema e história: José Julianelli e Alfredo Baumgarten, pioneiros do cinema catarinense*. Blumenau: EDIFURB/Cultura em Movimento, 2000. p. 194.

⁶⁴ O Centenário de Joinville. *Jornal de Joinville*, 27 jan. 1951, p. 1.

⁶⁵ “A partir de 2002 (a partir de um trabalho de 5 anos que iniciou com exposições temáticas de longa duração) o Museu está com uma nova proposta museográfica, que tem como balizas temporais 1851-1951, mas não de forma ‘estranque’. O objetivo desta cronologia é para dar maior visibilidade ao acervo do Museu. Somente o primeiro piso mostra a origem da construção enquanto ‘palácio’, tentando desmistificar a idéia que ainda é senso comum de que os príncipes estiveram e/ou viveram em Joinville. TOMASELLI, Dolores Carolina. Depoimento citado. Destaca-se que a depoente é museóloga do MNIC desde 1996.

⁶⁶ “Em circuito único apresenta a chegada do imigrante em 1851 e sua adaptação ao meio e os desdobramentos do empreendimento colonizador. Uma galeria apresenta rostos de alguns pioneiros dentre tantos anônimos. O desenvolvimento sócio econômico, a participação política, a religiosidade e as melhorias urbanas marcam este módulo”. *Texto da exposição do Museu Nacional de Imigração e Colonização*. (Banner 1º andar). MNIC; e, “O desenvolvimento da colônia logo nos seus primeiros anos, a vida cultural e a participação no desenvolvimento econômico da região abrem espaço para este segundo módulo. Elementos do patrimônio edificado, a organização dos colonos em sociedades, os hábitos do início do século XX, o comércio e as artes como presença marcante na vida do joinvilense. Por fim, o trabalho e o convívio familiar na chegada do primeiro centenário em 1951”. *Texto da exposição do Museu Nacional de Imigração e Colonização*. (Banner 2º andar). MNIC.

Assim, este espaço ainda é um símbolo de um passado de história de imigração.⁶⁷

Em relação ao Arquivo Histórico, este abriga em seu acervo um grande número de fotografias, entre elas, muitas que se referem ao Centenário de Joinville. Tais imagens, através da riqueza dos seus detalhes, aos poucos, vão desvelando momentos do passado, apresentando a comemoração em suas diferentes encenações. Em relação às imagens, que além de todo cuidado que a sua utilização merece, especialmente, porque a fotografia também é um tipo de representação dada a ler, pode-se, conforme Dubois, ter diferentes posições epistemológicas para percebê-las: como “espelho da realidade”, uma “deturpação” ou um “índice”.⁶⁸ Tomemos então, a perspectiva de “índice” para conhecer as alegorias da comemoração, através do “desfile histórico”. Índice, porque a cada foto novos elementos vão sendo inseridos, mostrando detalhes, apresentando o enredo.

No domingo pela manhã, às 9 horas, fazendo o percurso na Rua do Príncipe, com o palanque oficial montado na Praça Nereu Ramos⁶⁹, aconteceu o “Desfile Alegórico”, que também era chamado de “Desfile Histórico”, com “carros históricos em alegoria à colonização de Joinville”.⁷⁰ Em relação ao trajeto, a rua principal do desfile foi a Rua do Príncipe, mas passou também por outras ruas: “[...] partindo da rua 9 de Março (Porto Velho) para percorrer em seguida as ruas Visconde de Taunay, Campos Novos, Senador Schmidt, Jacob Richlin, do Príncipe, (descendo para a rua Princesa Isabel) Cruzeiro e, de regresso, novamente à do Príncipe em demanda do Porto Velho”. Ainda, a imprensa informava que os carros passariam na Rua

⁶⁷ Ainda sobre o MNIC, ver: TAMANINI, Elizabete. *Vidas transplantadas: museu, educação e a cultura material na (re)construção do passado*. Campinas, 2000. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas.

⁶⁸ DUBOIS Apud LEITE, Miriam L. Moreira. Texto visual e texto verbal. *Revista Catarinense de História*, Florianópolis, n. 5, 1998, p. 70.

⁶⁹ Desfile de carros alegóricos. *Jornal de Joinville*, 04 mar. 1951, p. 1. Obs: Este artigo repete-se em 06, 07 e 09 mar. 1951.

⁷⁰ *1º Centenário de Joinville – Programa das festividades. (9 a 18 de Março de 1951)*. Folheto. Impresso. 1951. Caixa: Joinville – Centenário. AHJ.

Visconde de Taunay, em homenagem a Sra. Ema Wetzel, avó de Rolf Wetzel, um dos idealizadores da SAJ, uma das mais antigas moradoras de Joinville e que residia naquela rua.⁷¹

As ruas centrais, especialmente a rua do Príncipe e a 9 de Março, foram palco de um dos principais episódios que marcaram as comemorações. O “Desfile Histórico” ao ritualizar histórias de um tempo pretérito, de certa forma, ia também inscrevendo uma cartografia simbólica, ao apropriar-se de alguns “lugares de memória”: na localidade da 9 de Março, próximo ao “marco zero” da cidade, desembarcaram os “pioneiros” que adentraram ao lugarejo e ao abrir picadas, criando as futuras ruas, “desbravaram” Joinville. Nesta cartografia, a comemoração apropriou-se de espaços significativos da história dos imigrantes, fazendo uso social e histórico do espaço, pois essas ruas podem ser percebidas como “suportes físicos de significações e lembranças compartilhadas”.⁷² As ruas centrais eram (como ainda são) lugares de passagem, de caminhada ou trabalho de diferentes moradores da cidade, “um lugar praticado”, como diz Michel de Certeau.⁷³ Assim, as ruas centrais eram espaços de diferentes experiências, independente de seus “praticantes” serem descendentes dos primeiros imigrantes, mas, naquele momento, aquelas ruas foram tomadas de um efeito de sentido diretamente relacionado aos imigrantes “pioneiros”. Estas ruas, bem como suas histórias, pareciam “pertencer” quase que exclusivamente a estes personagens.⁷⁴

⁷¹ *Jornal de Joinville*, 04 mar. 1951, p. 1. “Por determinação da Sociedade Amigos de Joinville, serão tributadas homenagens especiais a várias descendentes dos primeiros colonizadores de Joinville. Dentre as pessoas que receberão esse tributo de apreço, contam-se as senhoras Ema Wetzel, considerada a mais antiga moradora de Joinville, presentemente com 98 anos de idade [...]. A Sra. Ema Wetzel, pelo fato de não haver saído nunca de Joinville, mantendo-se fiel a terra que acolheu seus antepassados, verá desfilar em frente se sua residência, a rua Visconde de Taunay, na manhã de 11 do corrente, todos os carros alegóricos”. Justa homenagem a descendentes de colonos. *Jornal de Joinville*, 09 mar. 1951, p. 1.

⁷² ARANTES, Antonio A. *Paisagens paulistanas: transformações do espaço público*. Campinas, SP: UNICAMP; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000. p. 106.

⁷³ CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*. Tradução Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 202.

⁷⁴ Conforme Antonio A. Arantes, no espaço da cidade, “que é cotidianamente trilhado, vão sendo construídas coletivamente as fronteiras simbólicas que separam, aproximam, nivelam, hierarquizam ou, numa palavra, ordenam as categorias e os grupos sociais em suas mútuas relações. Por esse processo, ruas, praças e monumentos transformam-se em suportes físicos de significações e lembranças compartilhadas, que passam a fazer parte da experiência ao se transformarem em balizas reconhecidas de identidades, fronteiras de diferença cultural e marcos de ‘pertencimento’.” ARANTES, A. A. Op. cit. p. 106.

Assim, naquelas ruas, as alegorias do “desfile histórico” recorriam para a retórica de uma história fundante, de um início que legitimasse a história “de luta” das experiências vivenciadas na cidade, dando visibilidade, especialmente, à história dos “pioneiros”. Os 22 carros alegóricos, que começaram a ser montados um mês antes das comemorações⁷⁵, construídos com esmero pelos voluntários, trouxeram para este “teatro da memória” o que se constituía em mais relevante para a história da cidade. Segundo o *Jornal de Joinville*: “Esses carros apresentarão fases da colonização de Joinville e serão vividos por senhoritas, meninas e jovens da sociedade”.⁷⁶ Nos carros, homens e mulheres revivificaram alguns mitos de origem, tais como o “Navio Colon” (Carro n. 3), “A primeira fábrica” (Carro n. 4) e “A primeira tecelagem” (Carro n. 6). Finalizando o evento, o carro número 22, intitulado “Alegoria – Homenagem á Pátria”, dava os tons de brasilidade ao desfile.⁷⁷ O que chama a atenção é a escolha do tema do primeiro carro – “Casamento dos Príncipes”, do Príncipe de Joinville com a princesa brasileira Francisca Carolina, uma referência à “origem brasileira”, e não só “alemã”, na história da cidade.

⁷⁵ Iniciada a montagem dos carros alegóricos. *Jornal de Joinville*, 13 fev. 1951.

⁷⁶ Desfile. *Jornal de Joinville*, 01 mar. 1951, p. 1.

⁷⁷ SOCIEDADE AMIGOS DE JOINVILLE (Org.). *1851 – 9 de Março – 1951. Relação dos Carros Alegóricos apresentados em 11-3-1951*. Livreto. Impresso. Caixa: Joinville – Centenário. AHJ.



Fig. 13 - *Desfile do Centenário de Joinville – Carro n. 1 – “Casamento dos Príncipes”*. 1951.
 Fonte: Caixa n. 34.07 – CCMNIC - Acervo: AHJ.

A explicação através da cronologia seria, à primeira vista, suficiente para situar o início com o ‘Casamento dos Príncipes’. Mas, soma -se a isso, algo que começava a ser divulgado com mais ênfase a partir deste momento, ou seja, mais um signo para a cidade – ‘Joinville a Cidade dos Príncipes’. “Apaziguando -se” com a brasilidade, mesmo dando maiores destaques, em todo o evento, para a barca e o imigrante, o início é brasileiro – as terras do dote do casamento do príncipe com a princesa. Em relação a este emblema, ‘Cidade dos Príncipes’, é interessante como no presente, assim como no passado, este casamento passou também a ser um componente importante para contar a história da cidade, embora, ao contrário do que muitos pensam, a Princesa Francisca e o Príncipe de Joinville nunca tenham vindo a Joinville. Recentemente, no programa “*Terras de Joinville*”⁷⁸, ao fazer referência ao surgimento da cidade, foi desta forma que a apresentadora referiu-se à história local: “É pensar que tudo começou com o casamento de um príncipe com uma princesa”. Assim, entrecruzando mitos de fundação, soma-se ao pioneiro imigrante, a nobreza dos príncipes.

⁷⁸ *Terras de Joinville*. Programa exibido pela RBS TV. 2002.

Esta relação da história de “pioneirismo” com a origem nobre da cidade, mesmo antes do “Desfile Histórico”, já tinha ficado explícita, por exemplo, na narrativa do “Hino do Centenário”, que enaltecia o “colono lá do estrangeiro”, que ao “desbravar” a antiga colônia e trabalhar pelo Brasil, deixava “feliz uma princesa”:

I

Salve o Colono
lá do estrangeiro,
que nesta terra
foi o primeiro
a desbravar,
a construir,
abrindo rumos,
para o porvir!

CÔRO

Vencendo tudo:
... brejos... saudades...
deu ao Estado
uma cidade
onde seu povo,
de alma viril,
vive, trabalha, pelo Brasil.

II

Salve o Colono
que fez um lar
de amor, de paz,
para nos dar!...
Exemplo nobre
pela certeza
de ver, feliz,
uma Princesa!⁷⁹

Este hino, com versos de Batista Crespo e musicado pelo sargento Manoel Antonio dos Santos, do 13º BC, não foi a única composição para o Centenário. Este foi o “hino oficial”, publicado na imprensa e no “Anuário de Joinville”, de 1951. Foi feita também uma outra música, intitulada “Canção do Centenário de Joinville” que, assim como o hino, valorizava o “pioneiro” ou ainda, conforme a letra, “o descendente de audaz estrangeiro”.⁸⁰

⁷⁹ Hino do Centenário de Joinville. CORDEIRO, Olivio B. (Org.) *Anuário de Joinville*: 1ª Edição – 1951 – Ano do 1º Centenário de Joinville. Joinville: Gráfica do Laboratório Catarinense, 1951. AHJ.

⁸⁰ *Canção do Centenário de Joinville*. Letra de Orsi Expedito Pimenta – Música de Manoel A. dos Santos. Caixa: Joinville – Centenário. AHJ. Manoel A. dos Santos era regente da Banda do 13º BC. e musicou as duas canções. *Jornal de Joinville*, 18 e 24 fev. 1951, p. 3 e 4, respectivamente. A decisão de compor um Hino para o Centenário e a escolha do maestro foi iniciativa da Comissão de Propaganda da SAJ. *Jornal de Joinville*, 16 jan. 1951, p. 1. Esta

As solenidades oficiais não dispensaram a execução do Hino Nacional e do Hasteamento da Bandeira, incluindo em alguns momentos, o Hino do Centenário. Estas manifestações estavam em consonância com o “espírito” de civismo da época, intensificadas a partir do Estado Novo.⁸¹

Feita a primeira menção ao início “à brasileira”, com o carro “Casamento dos Príncipes”, o desfile passou a contar a história dos imigrantes, em seus diferentes momentos, por signos que estavam em consonância com todo o discurso que foi levado a efeito, durante todo o período de preparação do Centenário: “Constituirá o desfile uma interessante demonstração alegórica da história da colonização de Joinville”.⁸² Na seqüência, a “saga do pioneirismo” iniciou com a representação do “primeiro agrimensor” (Carro n. 2), uma referência à “heróica atividade de Jeronymo Coelho, o primeiro agrimensor, chegando a estas inóspitas paragens pelo ano de 1850”.⁸³

valorização do “pioneiro” e dos príncipes, também está presente no “Hino de Joinville”, especialmente, quando sublinha que: “[...] Tu és a glória dos teus fundadores / És monumento aos teus colonizadores / Oh! Joinville, cidade dos príncipes, / Oh! Joinville, cidade das flores. / Às margens do rio Cachoeira, / Um dia o audaz pioneiro / Plantou do trabalho a bandeira / E se deu, corpo e alma, ao torrão brasileiro [...]”. Hino de Joinville. Letra e música: Claudio Alvim Barbosa. In: TERNES, Apolinário (Org.). *Joinville 150 anos*. Joinville: Letradágua, 2001. p. 150.

⁸¹ Segundo José Silvério Baía Horta, foi a partir 1936 que o canto do Hino Nacional tornou-se obrigatório nos estabelecimentos públicos e privados de ensino e “em todas as associações com finalidades educativas”. HORTA, José Silvério Baía. *O hino, o sermão e a ordem do dia: regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994. p. 183. Tal prática intensificou-se também nos mais variados campos, no caso de Joinville, nas diferentes solenidades da programação dos festejos.

⁸² Iniciada a montagem dos carros alegóricos. *Jornal de Joinville*, 13 fev. 1951.

⁸³ SOCIEDADE AMIGOS DE JOINVILLE (Org.). *1851 – 9 de Março – 1951. Relação dos Carros Alegóricos apresentados em 11-3-1951*. Livreto. Impresso. Caixa: Joinville – Centenário. AHJ.



Fig. 14 - *Desfile do Centenário de Joinville – Carro n. 2 – ‘O primeiro agrimensor’* . 1951.
 Fonte: Caixa n. 34.07 – CCMNIC - Acervo: AHJ.

Trazer para este desfile o primeiro agrimensor e seus ajudantes, estes de origem negra⁸⁴, e não alemã como a maioria dos personagens deste enredo, possivelmente, era muito mais do que homenageá-los. Era sublinhar a “heróica” atividade de seus antepassados, que ao desbravar estas terras, enfrentaram as mais variadas dificuldades. Em relação a estas dificuldades, as relacionadas à saúde eram inúmeras, várias foram as epidemias ocorridas na cidade e os problemas sanitários eram muitos.⁸⁵ A falta de infra-estrutura nos primeiros anos da colonização e as epidemias freqüentes tornou ainda mais importante a chegada do farmacêutico Hugo Delitsch, em 1859. Segundo o programa do “desfile histórico”, ao se estabelecer na cidade com a primeira farmácia, Hugo Delitsch “prestou relevantes serviços à saúde dos primeiros habitantes destas plagas”, sendo assim lembrado entre os “pioneiros”.⁸⁶

⁸⁴ Carlos Ficker, ao mencionar a “expedição pioneira” de 1850, portanto um ano antes da chegada dos primeiros imigrantes “vindos com a barca Colon”, relata que o Coronel Vieira, sesmeiro e conhecedor da região, ofereceu seus “serviços e escravos” para auxiliar nos trabalhos. FICKER, Carlos. *História de Joinville: subsídios para a crônica da Colônia Dona Francisca*. Joinville: Ipiranga, 1965. p. 56.

⁸⁵ Sobre estas doenças e a questão da saúde na história da colonização da cidade, ver: GUEDES, Sandra P. L. de Camargo. *Instituição e sociedade: a trajetória do Hospital Municipal São José de Joinville 1852-1971*. Joinville: Movimento & Arte, 1996.

⁸⁶ SOCIEDADE AMIGOS DE JOINVILLE (Org.). *1851 – 9 de Março – 1951. Relação dos Carros Alegóricos apresentados em 11-3-1951*. Livreto. Impresso. Caixa: Joinville – Centenário. AHJ.



Fig. 15 - Desfile do Centenário de Joinville – Carro n. 11 – “A primeira farmácia”. 1951.
Fonte: Caixa n. 34.07 – CCMNIC - Acervo: AHJ.



Fig. 16 - Desfile do Centenário de Joinville – Carro n. 11 – “A primeira farmácia”. 1951.
Fonte: Caixa n. 34.07 – CCMNIC - Acervo: AHJ.

Os detalhes do carro alegórico que representava o trabalho do antigo farmacêutico, com seus vários frascos com conteúdos que podiam curar ou amenizar as dores, dão uma idéia de como os carros foram preparados minuciosamente pelos organizadores. E, no desenrolar da “saga da imigração”, são referências tam bém no desfile “A primeira escola” (Carro n. 7), “O primeiro teatro”(Carro n. 8), “A Ginástica” (Carro n. 10), entre outros.⁸⁷ Aliás, chama a atenção no desfile a excessiva designação atribuída a idéia de determinadas práticas ou espaços terem sido “o primeiro” ou “a primeira”. Esta perspectiva, intencional ou não, de certa maneira, reforça o enredo que apostava na saga do “pioneirismo”.

As escolas, os teatros e a Sociedade Ginástica eram importantes espaços de sociabilidades e de preservação da cultura dos imigrantes. O desfile pontuou várias atividades, como educacionais, esportivas e culturais, fazendo referência às Sociedades de Tiro, sociedades que eram muito comuns em Joinville durante o século XIX.



Fig. 17 - Desfile do Centenário de Joinville – Carro n. 5 – ‘O esporte do Tiro ao Alvo’. 1951.
 Fonte: Caixa n. 34.07 – CCMNIC - Acervo: AHJ.

⁸⁷ Idem.

As Sociedades de Tiro se constituíam em importantes espaços de sociabilidade para os imigrantes do século XIX e durante todo o período da Nacionalização haviam sofrido intervenção, mudaram seus nomes (para nomes em português) ou foram fechadas.⁸⁸ No desfile, figurando como uma representação da importância de todas as Sociedades de Tiro que existiam na cidade, o Carro n. 5 também fazia referência à simplicidade destes espaços e, ao mesmo tempo, à vida rústica, em cabanas, a que eram submetidos os primeiros imigrantes. Para que as pessoas, especialmente os visitantes, compreendessem toda a alegoria que caminhava frente a seus olhos naquele domingo de comemoração, um livreto com a relação dos carros e um breve histórico com o significado de cada um foi distribuído, visando ordenar a significação, ou seja, explicitar o sentido daquela narrativa expressa nas alegorias.⁸⁹ Com relação ao Carro n. 5, por exemplo, destacava-se que:

A primeira sociedade fundada em Joinville foi a Sociedade de Tiro ao Alvo, que hoje ainda existe sob a denominação de Soc. Esp. e Recr. “União” com sede própria à Rua Jaraguá, cuja fundação data de 26 de Dezembro de 1855. A idéia para a fundação surgiu do Snr. Dr. Haltenhoff e teve por fim de reunir todos os homens para exercitar-se no manejo das armas para a defesa mútua contra presumíveis ataques por parte dos índios ou de animais selvagens, para garantir a propriedade pessoal em boa camaradagem social.⁹⁰

Um outro destaque importante do desfile foi, no passado e no presente, a indústria como motivo de “orgulho joinvilense”. O carro “A primeira fábrica”, que fazia menção à fábrica de sabão e vela, fundada em 1856 pela família Wetzels, foi reproduzida como “alegoria aos primórdios da indústria em Joinville”.⁹¹

⁸⁸ Sobre estas sociedades, ver: BRUHNS, Katianna. *Espaços de sociabilidade e o idioma* (A Campanha de Nacionalização em Joinville). Florianópolis, 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina.

⁸⁹ SOCIEDADE AMIGOS DE JOINVILLE (Org.). *1851 – 9 de Março – 1951. Relação dos Carros Alegóricos apresentados em 11-3-1951*. Livreto. Impresso. Caixa: Joinville – Centenário. AHJ.

⁹⁰ Idem.

⁹¹ Idem.



Fig. 18 - Desfile do Centenário de Joinville – Carro n. 4 – “A primeira fábrica”. 1951.
 Fonte: Caixa n. 34.07 – CCMNIC - Acervo: AHJ.

Nesta narrativa visual, o “pioneirismo” do passado é atr elado ao “progresso” do presente que contou com os “esforços e sacrifícios” dos primeiros imigrantes, pois a modesta fábrica de sabão e velas, criada por Friedrich Louis Wetzel, seus herdeiros transformaram em “moderna instalação industrial que é a atual fábrica da Cia. Wetzel Industrial, um dos motivos de orgulho da indústria joinvilense”.⁹² Além da “primeira fábrica”, o carro “A primeira tecelagem”, que indicava o progresso da família Döhler, também se aliava ao “engrandecimento de Joinville”. No carro alegórico foi apresentado o primeiro tear que funcionou em Joinville, e no livreto seguia-se a explicação:

É um tear manual, de madeira, feito aqui mesmo pelo Snr. Carl Gottlieb Döhler, no ano de 1881. Com este primitivo tear foi fundada a primeira tecelagem, que, hoje, com maquinaria moderna, e, ainda de propriedade da família do seu fundador, continua trabalhando para o engrandecimento de Joinville, sob a razão social de Döhler & Cia.⁹³

⁹² Idem.

⁹³ Idem. As homenagens à família Wetzel foram várias, como por exemplo, o desfile passar na frente da casa de Emma Wetzel. Assim, mesmo antes do desfile homenagear a Cia Wetzel Industrial, com o carro “A primeira fábrica”, a empresa veio a público, “solidarizar -se” com as homenagens feitas ao “pioneiro” da família: “Cia Wetzel Industrial. Solidarizando-se sinceramente com as merecidas homenagens que são tributadas pelo povo de Joinville aos colonizadores e fundadores desta cidade, estende suas respeitadas homenagens ao incansável pioneiro da indústria joinvilense – Sr. Friedrich Louis Wetzel – que, já no ano de 1856, fundou a fábrica da qual, por sucessão, esta companhia é a continuadora”. *Jornal de Joinville*, 09 mar. 1951, p. 20.



Fig. 19 - Desfile do Centenário de Joinville – Carro n. 6 – “A primeira tecelagem”. 1951.
 Fonte: Caixa n. 34.07 – CCMNIC - Acervo: AHJ.

O carro da “A primeira tecelagem” buscou representar o progresso da cidade no passado. Entretanto, naquele momento, eram as fábricas que queriam demonstrar o seu progresso. O Carro n. 18, intitulado “Indústria”, apresentou -se comparando o novo e o antigo, nos diferentes setores da indústria local, pois, conforme seus idealizadores:

Alegoria à Indústria, base do progresso de Joinville, em homenagem aos seus pioneiros. Apresentação de apetrechos de maquinaria antiga, em contraste com máquinas para serviços especializados, automáticas, modernas, de fabricação joinvilense.⁹⁴

O discurso do progresso, tão presente em todos os campos da comemoração, ganhava visibilidade também no “desfile histórico”. Novamente, nos deparamos com a perspectiva de progresso vinculada à industrialização.⁹⁵ Destaca-se a referência às “máquinas modernas fabricadas em Joinville”. Possivelmente, a valorização desta atividade estava em consonância com o fato de que, na divisão do trabalho internacional do pós-guerra, ser “fabricante de

⁹⁴ SOCIEDADE AMIGOS DE JOINVILLE (Org.). 1851 – 9 de Março – 1951. *Relação dos Carros Alegóricos apresentados em 11-3-1951*. Livreto. Impresso. Caixa: Joinville – Centenário. AHJ.

⁹⁵ Segundo Paul Singer, no Brasil, foi na década de 1950 “que o capitalismo monopolista entra em plena expansão [...] dominando a acumulação do capital e modificando profundamente a fisionomia econômica e social do país”. SINGER, Paul. *O capitalismo: sua evolução, sua lógica e sua dinâmica*. São Paulo: Moderna, 1987. p. 76.

máquinas” era mais valorizado, em face de outras atividades industriais. Foi nesse período, entre 1945 e 1964, que podemos verificar os “momentos decisivos do processo de industrialização, com a instalação de setores tecnologicamente mais avançados, que exigiam investimentos de grande porte”.⁹⁶

No caso de Joinville, Apolinário Ternes aponta que o desenvolvimento industrial da cidade, no pós-guerra, teve índices acima da média nacional, consolidando-se em dois ramos específicos: metal-mecânico e têxtil, destacando-se em relação a outras cidades, por estar voltada para a indústria “pesada”.⁹⁷ Como mencionei no capítulo anterior, os efeitos do período do Estado Novo na economia da cidade ainda precisam ser estudados com mais profundidade. Todavia, é este autor quem mais vem escrevendo sobre a industrialização local e, desta forma, tomamos suas informações, visando compreender aquele momento. Mas, convém salientar que suas reflexões costumam ratificar os discursos que inferem sobre uma “cultura joinvilense voltada para o trabalho”⁹⁸, usando, costumeiramente, expressões como “vocação”, “essência”, etc. Discursos que tiveram um campo fértil no transcorrer do desfile histórico.

As chamadas para este desfile tiveram bastante destaque na imprensa local e depois fez questão de registrar como ele comoveu a todos. Exemplo disso, pode ser lido no *Jornal de Joinville*, dois dias após o evento, no artigo “Chorou de emoção”:

No momento em que desfilavam os carros alegóricos, representando, ao vivo, o passado histórico joinvilense, com as primitivas instalações abarracadas das principais fábricas que hoje se erguem monumentais, a reportagem dos “Diários Associados” encontrou, dentro de um “jipe” da Secretaria de Segurança, chorando convulsivamente, o inspetor chefe da Inspeção de Veículos, João Vieira.

Interrogado pelo repórter qual o motivo da sua atitude, respondeu:

- “Não sei explicar. Sei apenas que há qualquer coisa dentro de mim que só tem uma forma de dar largas a grande emoção: chorar...”

⁹⁶ MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. (Org.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea* (v. 4). São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 560-561.

⁹⁷ TERNES, Apolinário. *História econômica de Joinville*. Joinville: Meyer, 1986. p. 145-164.

⁹⁸ Idem, *ibidem*. p. 164.

Esta manifestação sentimental, traduz nitidamente a admiração causada por todos os que tiveram a ventura e o prazer de assistir a esse curioso e brilhante desfile.⁹⁹

O Sr. João Vieira talvez não tenha sido o único a chorar de emoção, bem como, talvez nem todos tenham gostado tanto assim do desfile. Contudo, cotejando os artigos de jornais sobre o desfile e suas inúmeras fotografias, é possível perceber, ao menos, a grandiosidade deste evento no que concerne a procurar (re)construir momentos do passado e despertar emoções. O clima de “volta ao passado”, pelo menos por alguns instantes, pode ter influenciado algumas pessoas, tocando suas sensibilidades, trazendo à tona um sentimentalismo que se expressou em lágrimas. As sutilezas que fizeram aflorar em João Vieira um “choro convulsivo”, talvez se constituam nos detalhes de uma realidade que ele mesmo nunca vivenciou. Mas, que naquele momento aflorou por causa do desfile, contando coisas que para ele tiveram um “fantástico” efeito de sentido, pois, como infere Peter Gay, ao tematizar a “educação dos sentidos”, abordando as dimensões da experiência: “à mente é com frequência extraordinariamente eficiente na compreensão dos contornos e dos significados de suas percepções”.¹⁰⁰ A “fantasia” com contornos históricos, que se apresentava aos olhos dos espectadores, contribuía com a construção de uma sensibilidade para aquele evento. Um sentido deflagrado a partir da emoção. Desse modo, a comemoração, através das alegorias, trabalhava também com as sensibilidades dos espectadores, descendentes ou não dos imigrantes “pioneiros”.

Olhando as fotografias, respeitando o quadro estético e histórico que elas apresentam, é possível perceber uma narrativa visual que informa sobre aquela passagem. Conforme Luciana Aguiar Bittencourt, “a imagem fotográfica produz uma síntese peculiar entre o evento representado e as interpretações construídas sobre ele, estando essa correspondência sujeita às

⁹⁹ Chorou de emoção. *Jornal de Joinville*, 13 mar. 1951, p. 8.

¹⁰⁰ GAY, Peter. *A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud: a educação dos sentidos*. Tradução Per Salter. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 9.

convenções de representação culturalmente construídas”.¹⁰¹ Nesta relação de produzir uma síntese entre o evento e as interpretações construídas, parece-me que um bom exemplo para observarmos esta possibilidade é o efeito de representação que a passagem da barca ‘Colon’ assumiu no desfile.¹⁰²



Fig. 20 - Desfile do Centenário de Joinville – Carro n. 3 – ‘Navio Colon’. 1951.

Fonte: Caixa n. 36.04 – CCMNIC - Acervo: AHJ.

A barca ‘Colon’ foi amplamente fotografada, sob os mais diversos ângulos, fato expresso nas muitas fotografias que podem ser pesquisadas no acervo fotográfico do Arquivo Histórico de Joinville. Os figurantes da barca, estavam vestidos com ‘trajes antigos’, representando a época dos primeiros imigrantes. Estes trajes antigos e a própria barca foram lembrados por várias pessoas que entrevistei, como se fosse o ‘ponto alto’ das comemorações, porque lembravam os antepassados, a viagem de navio e as roupas que usavam.

¹⁰¹ BITTENCOURT, Luciana de Aguiar. Algumas considerações sobre o uso da imagem fotográfica na pesquisa antropológica. In: FELDMAN-BIANCO, Bela; LEITE, Miriam L. Moreira (Orgs.). *Desafios da imagem: fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais*. Campinas, SP: Papirus, 1998. p. 199.

¹⁰² Salienta-se que uma réplica da barca ‘Colon’, para um desfile nas ruas centrais, já tinha sido feita em 1926, no ano do 75º aniversário da cidade. Deste momento existem algumas fotografias no acervo do AHJ. Pacote 110 – data 1926. AHJ.



Fig. 21 - *Desfile do Centenário de Joinville – Integrantes da barca Colon. 1951.*
 Fonte: Pacote 35 - Acervo: AHJ.

Várias pessoas, como Helena Richlin, mencionaram que os preparativos do “desfile histórico” eram ótimos, pois, mesmo antes do dia do desfile, a “Colon” passava pelas ruas centrais chamando as pessoas, “com os trajes e os tipos de antigamente”.¹⁰³ Segundo a revista *Vida Nova*, à zero hora de 8 para 9 de março teve início a primeira cerimônia comemorativa, com o fogo simbólico “acompanhado pela barca COLON, lindamente iluminada e devidamente equipada de cavalheiros e senhoras, vestidas a caráter, representando a primeira leva de emigrantes aqui chegados”.¹⁰⁴ O fogo simbólico foi conduzido até o jardim Lauro Muller, onde na época estava localizado o monumento da Princesa Dona Francisca, inaugurado em 1926 no 75º aniversário da cidade.¹⁰⁵ Em seguida, a barca, com as pessoas vestidas em “trajes antigos”, percorreu um novo trajeto, no centro da cidade, “sempre vivamente apreciada”.¹⁰⁶

¹⁰³ RICHLIN, Helena R. E. G. *Entrevista concedida à autora*. Joinville, 10 maio 2002.

¹⁰⁴ Fogo simbólico. *Vida Nova*, Joinville, n. 31/33, jun. 1951, p. 3.

¹⁰⁵ Atualmente este monumento está localizado na Alameda Bruestlein – “Rua das Palmeiras”.

¹⁰⁶ Fogo simbólico. *Vida Nova*, Joinville, n. 31/33, jun. 1951, p. 3.

Evidentemente os trajes eram uma representação das roupas daquela época, não necessariamente uma reprodução fiel das roupas que os primeiros imigrantes usavam no início da colonização. Mas, a intenção parecia ser envolver todos num clima que desse “corporeidade” a vivências de um tempo pretérito. Portanto, se as fotografias são também fontes importantes para “aprender representações”, como menciona Anne Marie Granet-Abisset¹⁰⁷, convém pensar sobre a pluralidade de intenções que podiam estar entremeando os vários “enquadramentos” da barca e de seus passageiros com “trajes de antigamente”. Pelo grande número de fotografias da barca “Colon”, podemos perceber que ela foi alvo privilegiado de fotógrafos profissionais e amadores. A imagem da barca, materializada no papel fotográfico, tornou-se um dos mais corriqueiros *souvenirs*.¹⁰⁸ Desta forma, uma história fundante cada vez mais se perpetuava na memória, pois, se da “Colon” de 1851 poucas representações existiam, do carro alegórico de 1951, representando a “original”, os interessados poderiam ter acesso a uma cópia e guardar, quem sabe, com suas fotos de família, uma representação da barca em que vieram seus antepassados “pioneiros”.

¹⁰⁷ GRANET-ABISSET, Anne Marie. O historiador e a fotografia. Tradução Yara Aun Khoury. *Projeto História*, São Paulo, n. 24, jun. 2002, p. 16.

¹⁰⁸ Além das diferentes fotografias e do “Álbum do Centenário”, uma infinidade de produtos foram divulgados como importantes *souvenirs* das comemorações, como por exemplo, o “Lápis do Primeiro Centenário de Joinville”, vendido na Farmácia Catarinense, cujo lucro das vendas reverteria à SAJ. Colecionadores de Lápis. *Jornal de Joinville*, 21 fev. 1951, p. 05. Também, foi produzida uma brochura, com várias imagens de Joinville “de ontem e de hoje”, com pequenos textos explicativos sobre a cidade, intitulada *Lembranças de Joinville no seu Centenário – 1851/1951*. Joinville: Ipiranga, 1951. AHJ. Este material, foi amplamente divulgado na imprensa, entre os dias 02 e 18 de março, anunciado a um preço de CR\$ 10,00 e que poderia ser encontrado no comércio local, principalmente, na Foto Brasil ou na Foto Popular. *Lembrança de Joinville no seu Centenário. Jornal de Joinville*, 01 mar. 1951, p. 03.



Fig. 22 -- “A barca Colon desfilando pela rua do Príncipe, à noite”. 1951.
Fonte: Caixa n. 34.07 – CCMNIC - Acervo: AHJ.

O símbolo de origem da cidade estava sendo “clícado” por profissionais e amadores que, ao registrar aquela alegoria, fixavam uma representação do passado no presente. “Deixavam” para as gerações futuras a marca de mais um dos emblemas de uma história que apostava no mito de fundação para solidificar-se no presente. É também através de encenações como esta – o Desfile Histórico, incluindo a passagem da barca “Colon”, que se conserva uma memória acerca do passado. Isto é possível, de acordo com Marilena Chauí, porquanto, “A matriz mítica se conserva porque é periodicamente refeita com noções que correspondem ao presente histórico”.¹⁰⁹

As fotografias do Desfile Histórico, fixando momentos da passagem das alegorias, registrando rostos, flagrando olhares e “dando a ver” tanta grandiosidade, constituem -se numa fonte histórica riquíssima acerca das comemorações do Centenário da cidade. A narratividade das fotos expressa também um outro momento daquele desfile, a “multidão”¹¹⁰ que invadiu as ruas para tomar parte daquele espetáculo.

¹⁰⁹ CHAÚÍ, Marilena. O que comemorar? *Projeto História*, São Paulo, n. 20, abr. 2000, p. 54.

¹¹⁰ A expressão “multidão”, para referir -se ao número de pessoas que prestigiaram o “desfile histórico”, foi recorrente na fala de muitas pessoas que entrevistei durante esta pesquisa.



Fig. 23 - *Desfile do Centenário de Joinville – O público.* 1951.
Fonte: Pacote 35b- Acervo: AHJ.

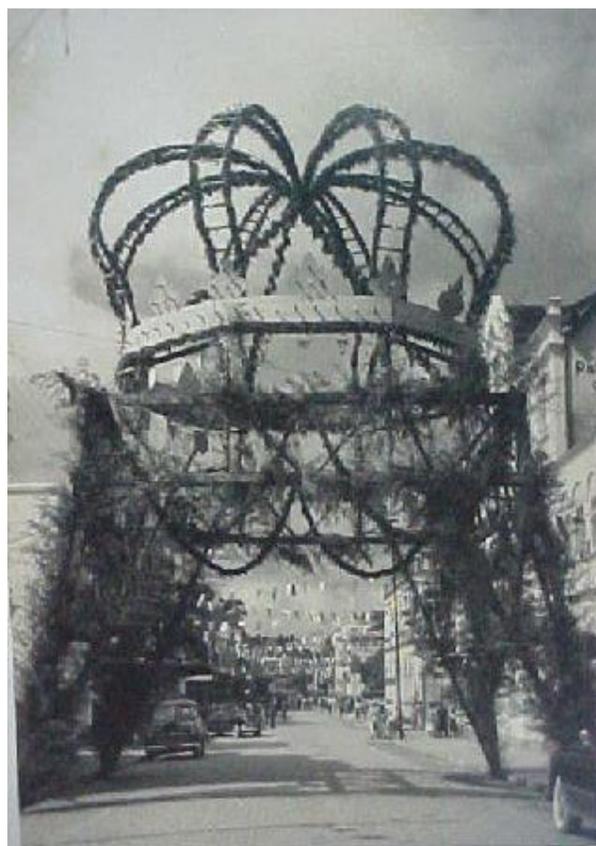


Fig. 24 – *Coroa – Decoração de rua para os desfiles do Centenário de Joinville.* 1951.
Fonte: Pacote 35 - Acervo: AHJ.

As ruas centrais estavam todas enfeitadas com bandeirinhas confeccionadas pelos/as voluntários/as e grandes “coroas” foram colocadas nos pontos iniciais das ruas que serviriam aos desfiles.¹¹¹ Como já mencionei, a cidade tinha passado por um embelezamento especial para o Centenário. Algumas empresas deram férias coletivas aos seus funcionários/as, as aulas foram suspensas, os médicos fizeram um esquema de revezamento e, assim, a cidade modificou seu ritmo normal para se dedicar freneticamente aos festejos do Centenário. A “multidão” composta de moradores, amigos e parentes vindos de outras cidades, além dos moradores de cidades vizinhas, tomaram as ruas centrais naqueles 10 dias de comemoração. Evidentemente, essa mudança de rotina não afetou o vaivém cotidiano da maioria dos moradores, especialmente, daqueles que moravam em bairros mais afastados da cidade. As lidas diárias de homens e mulheres que não faziam parte daquele espetáculo seguiram seu ritmo. Muitos comentam que lembram alguma coisa daquela época, mas não participaram, “não tinham tempo para festa”. Outros ouviram falar, no rádio escutavam-se as notícias. Possivelmente para muitos, o Centenário não adentrou em suas vidas, como para Hildegard, já citada no início deste capítulo, que me disse em tom de espanto: “Centenário? [...] era só lá no centro mesmo”.¹¹² Convém lembrar que construir uma narrativa sobre o Centenário de Joinville é, também, transitar por diferentes enredos. Se num campo o Centenário foi um acontecimento “sem importância”, em outro, ele assumiu sim, na história, nas memórias e, principalmente, nos discursos sobre a cidade e nos “lugares de memória” a dimensão de apoteose.

Tomando parte desta apoteose, podemos dizer que o “Desfile Histórico” assumiu uma posição de destaque ao trazer para o campo de representação elementos significativos para sustentar uma identificação com o passado do imigrante e forjar uma identificação com um

¹¹¹ A beleza dos detalhes das “coroas” que foram confeccionadas ainda hoje é lembrada por algumas pessoas que vivenciaram aquele momento. Conforme jornal da época, após o término das comemorações, os membros da SAJ discutiam a possibilidade de conservar uma das “coroas” que ornamentaram a rua do Príncipe, como uma forma de homenagear a “origem da rua” e preservar uma “reliquia” do Primeiro Centenário. *Jornal de Joinville*, 29 mar. 1951, p. 1.

¹¹² SCHULTZE, Hildegard. Entrevista citada.

futuro moderno de progresso econômico. Neste sentido, ao mencionar a importância da representação, cabe lembrar que nesse momento há uma realidade social (pós Campanha de Nacionalização) sendo construída e, como uma metáfora de uma luta entre dois tempos – o antes e o agora, novos e antigos valores referentes à história da cidade passam a ser (re)utilizados. Tais disputas podem, a meu ver, ser percebidas como as “lutas de representações”, mencionadas por Chartier, quando afirma que tais lutas “têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio”.¹¹³

Os valores em questão, não só no desfile, como em quase toda a programação da comemoração eram os valores do passado atribuídos ao “peso de uma tradição”, concebida no desfile, por meio dos carros que objetivavam contar a tradição da ginástica, das sociedades, da música, do teatro, da dança e do “espírito de cooperação e de sacrifício” dos “Bombeiros Voluntários” (Carro n. 15), instituição fundada em 1893.¹¹⁴ E, cabe lembrar, que tradições também são “inventadas”, como já apontou Eric Hobsbawm. No caso das tradições apresentadas nas comemorações de Joinville, salienta-se o aspecto apontado por este autor, no que diz respeito a um certo impedimento às inovações, ou seja, “O passado real ou forjado a que elas se referem impõe práticas fixas (normalmente formalizadas), tais como a repetição”.¹¹⁵ A continuidade da “saga” do imigrante deveria, na ótica dos envolvidos com a efetivação das comemorações, ratificar a versão do passado enquanto uma “tradição”. Foi com esta lógica que durante os festejos houve Exposição de Flores¹¹⁶ e Desfile de Bicicletas, pois veiculavam a imagem da “tradição de Joinville” nestas atividades: “Cidade das Flores”, “Cidade das Bicicletas”.

¹¹³ CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: DIFEL, 1990. p. 17.

¹¹⁴ SOCIEDADE AMIGOS DE JOINVILLE (Org.). *1851 – 9 de Março – 1951. Relação dos Carros Alegóricos apresentados em 11-3-1951*. Livreto. Impresso. Caixa: Joinville – Centenário. AHJ.

¹¹⁵ HOBBSAWM, Eric. Introdução: A invenção das tradições. In: _____ ; RANGER, Terence (Orgs.). *A invenção das tradições*. Tradução Celina Cardim Cavalcante. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 10.

¹¹⁶ “Durante as festividades do Centenário da cidade, a EFA (Exposição de Flores e Artes), fará uma exposição de orquídeas em três mostruários da Farmácia Catarinense, na rua 9 de Março”. Exposição de Flores e Artes. *Jornal de Joinville*, 04 mar. 1951, p. 2; e, “A Agremiação Joinvilense de Amadores de Orquídeas, fará realizar durante os

O desfile de bicicletas que ocorreu na manhã de 10 de março, também na rua do Príncipe, teve em torno de 8.000 participantes, divididos em diversos grupos.¹¹⁷ Um evento, que desde o ano anterior vinha sendo preparado pela SAJ, que desejava realizar um “desfile-monstro de bicicletas, o maior realizado na América do Sul”.¹¹⁸ Este desfile deveria ser um dos “pontos brilhantes dos festejos” segundo os organizadores, já que Joinville também era conhecida como “Cidade das Bicicletas”.¹¹⁹ A divulgação pela SAJ, da importância do desfile de bicicletas no festejo, vinha sendo feita desde 1950, todavia foi a partir de fevereiro de 1951 que se intensificou a propaganda no sentido de comprometer as pessoas, porque entendiam que esta atividade era inédita no país e porque “representava uma demonstração brilhante da tradição” de Joinville. Todas as bicicletas deveriam ser ornamentadas cuidadosamente conforme os modelos expostos em algumas vitrines da cidade. Para garantir uma grande participação, ganhariam cupons para concorrer a um sorteio de prêmios, entre eles, uma bicicleta.¹²⁰

As bicicletas deveriam ser ornamentadas e vários foram os grupos que desfilaram: de trabalhadores de diferentes empresas, inclusive alguns carregando os produtos que eram fabricados e/ou vendidos por elas, como bancos e cadeiras; grupos de famílias inteiras, de mulheres...

festejos do Centenário de Joinville, uma exposição de orquídeas que está despertando grande interesse entre os cultuadores da delicada planta, e, de um modo geral, entre a população. A Exposição será realizada nas vitrines da Farmácia Catarinense, na rua 9 de Março”. Será realizada uma exposição de orquídeas no Centenário. *Jornal de Joinville*, 07 mar. 1951, p. 6.

¹¹⁷ *1º Centenário de Joinville – Programa das festividades. (9 a 18 de Março de 1951)*. Folheto. Impreso. 1951. Caixa: Joinville – Centenário. AHJ.

¹¹⁸ *Apêlo ao Joinvilense*. Folheto. Impreso. 1950. Caixa: Joinville – Centenário. AHJ.

¹¹⁹ Idem.

¹²⁰ Iniciados os preparativos para o desfile de bicicletas do Centenário. *Jornal de Joinville*, 06 fev. 1951, p. 1.



Fig. 25 - Desfile de Bicicletas – Mulheres ciclistas. 1951.
 Fonte: Pacote 35b - Acervo: AHJ.

São também inúmeras as fotografias que demonstram a cidade “tomada” pelas bicicletas. No desfile, muitos dos grupos eram representantes de empresas locais. A metáfora bicicleta/pujança empresarial estava presente. No dia 09 de março de 1951, 48 empresas, entre indústrias, comércios, etc. tinham se inscrito para o desfile:

Seguindo a ordem numérica das firmas que se inscreveram para o desfile:
 1. Comércio e Ind. Germano Stein S.A.; 2. Fundação Tupy S.A.; 3. Cia Fabril Lepper; 4. Arp & Cia. (Malharia); 5. Colin, Lepper & Cia Ltda (Fiação); 6. Colin & Cia Ltda; 7. Henrique Meyer & Cia; 8. Empresa Metalúrgica Joinville Ltda; 9. Fábricas de Máquinas Raimann; 10. Cia Wetzel Industrial; 11. Cervejaria Catarinense S.A.; 12. S.A Moinhos Riograndenses; 13. Carlos Hoepcke S.A; 14. Tecelagem Pirabeiraba; 15. Cia Industrial de Móveis; 16. Empresa Sul Brasileira de Eletricidade; 17. Com. e Ind. H. Jordan S.A; 18. Esquadrias de Madeiras Brand S.A; 19. Doehler & Cia; 20. Schmidt Wetzel & Cia; 21. H. Carlos Schneider S.A; 22. Vogelsanger Irmãos; 23. Drograria e Farmácia Catarinense; 24. Alfredo Marquardt; 25. A. Koehntopp & Cia; 26. Sociedade Ambalit Ltda; 27. Cia Têxtil; 28. Comércio e Representações Douat S.A; 29. Cia Hansen Industrial; 30. Fábrica de Carretéis Sta. Terezinha; 31. Prosdócimo S.A; 32. Boehm & Cia; 33. Jorge Mayerle S.A; 34. Banco Ind. E Com. de Sta Catarina S.A; 35. Cia Importadora Jobrasil; 36. Banco Nacional do Comércio S.A; 37. Fernando Tilp & Cia; 38. Minancora & Cia Ltda; 39. Saboaria Ipiranga; 40. Alfredo Fandler; 41. Gugelmin & Cia; 42. Tipografia Ipiranga; 43. Buschle e Lepper Ltda; 44. Kunsch & Cia; 45. Nelson Walter S.A; 46. Artefatos Íris; 47. Casa Pieper; 48. Vidraçaria 15.¹²¹

¹²¹ Será um espetáculo empolgante o desfile de bicicletas, amanhã. *Jornal de Joinville*, 09 mar. 1951, p. 8.

O “desfile de bicicletas” foi, segundo Helena Richlin, “esp etacular”, pois, representava como era a época, quando “todo mundo andava de bicicleta, com tudo o que era necessário”, transportando escadas e material de trabalho.¹²² Esta “tradição joinvilense” – “Cidade das Bicicletas”, foi extremamente positivada durante os festejos, nas suas mais diversificadas representações.

Nesta atmosfera de estabelecimento de “tradições”, o desfile, que contou a “saga” do imigrante, desde a “sofrida” viagem na barca “Colon”, até a prosperidade econômica da década de 1950, foi também um componente importante na construção de um outro suporte documental: o “Filme do Centenário”.¹²³ Para além das fotografias, o desfile também tomou lugar como imagem em movimento.

O que chamamos de “Filme do Centenário”, trata -se de uma filmagem realizada durante os festejos que registrou alguns momentos do evento: o Baile de Gala na Sociedade Harmonia Lyra¹²⁴; o desfile de roupas infantis; a recepção, na Baía da Babitonga, aos dois barcos da Marinha de Guerra, cujos soldados vieram a Joinville participar de um dos desfiles¹²⁵; a Noite de Arte, uma peça teatral; o desfile escolar e desportivo¹²⁶; os estandes das indústrias que

¹²² RICHLIN, Helena R. E. G. Entrevista citada.

¹²³ *Centenário de Joinville*. 1951. 1.20'00". Filme, fita n. 06. AHJ.

¹²⁴ Além deste “baile de gala” ou “baile do Centenário”, que aparecem no filme, vários outros foram realizados durante os dias das comemorações. A imprensa noticiava a união de 25 clubes pequenos, de diferentes pontos da cidade, para promover o “Baile dos 25 Clubes”, que foi realizado no dia 16/03 na Liga de Sociedades. Bailes do Centenário. *Jornal de Joinville*, 13 mar. 1951, p. 4. Também foram realizados “Bailes Populares” e “matinés”, no Palácio Teatro, durante os dias 9 a 13/03. Bailes do Centenário. *Jornal de Joinville*, 01 mar. 1951, p. 5. Especialmente em relação ao “Baile de Gala em Homenagem ao Centenário”, realizado na Sociedade Harmonia - Lyra, denominado no “Programa das Festividades” como “Grande Baile de Gala Oficial”, destaca-se que, o convite era intransferível, recomendando “traje a rigor” e advertindo os sócios para que “hão se fizessem acompanhar de pessoas estranhas”. Assim, este “baile oficial”, era somente para os sócios e as autoridades convidadas. *Convite para Baile de Gala da Harmonia Lira. Homenagem ao Centenário de Joinville*. Caixa n. 1a.54 – Reg. 737. CCMNIC. AHJ.

¹²⁵ A “Parada Militar” aconteceu em 09/03 com a participação do Exército, Marinha e Polícia Militar. *1º Centenário de Joinville – Programa das festividades. (9 a 18 de Março de 1951)*. Folheto. Impresso. 1951. Caixa: Joinville – Centenário. AHJ.

¹²⁶ O “Desfile Escolar e Desportivo” foi realizado no último dia dos festejos, em 18/03. *1º Centenário de Joinville – Programa das festividades. (9 a 18 de Março de 1951)*. Folheto. Impresso. 1951. Caixa: Joinville – Centenário. AHJ. Participaram do desfile: “Colégio Bom Jesus, Escola Normal São Vicente de Paulo, Grupo Escolar Professor Germano Timm, Grupo Escolar Conselheiro Mafra, Curso Normal Regional Álvaro Sousa, Grupo Escolar Rui Barbosa, Escolas Isoladas Estaduais e Escolas Isoladas Municipais”. O Centenário de Joinville. *Jornal de Joinville*, 09 mar. 1951, p. 8.

compunham o Pavilhão de Exposições¹²⁷; o Desfile de Bicicletas; o Desfile Histórico; a coroação da rainha e das princesas do Centenário; a recepção às autoridades; os diversos jogos¹²⁸ e o fim dos festejos com a ‘Festa Pirotécnica’.¹²⁹

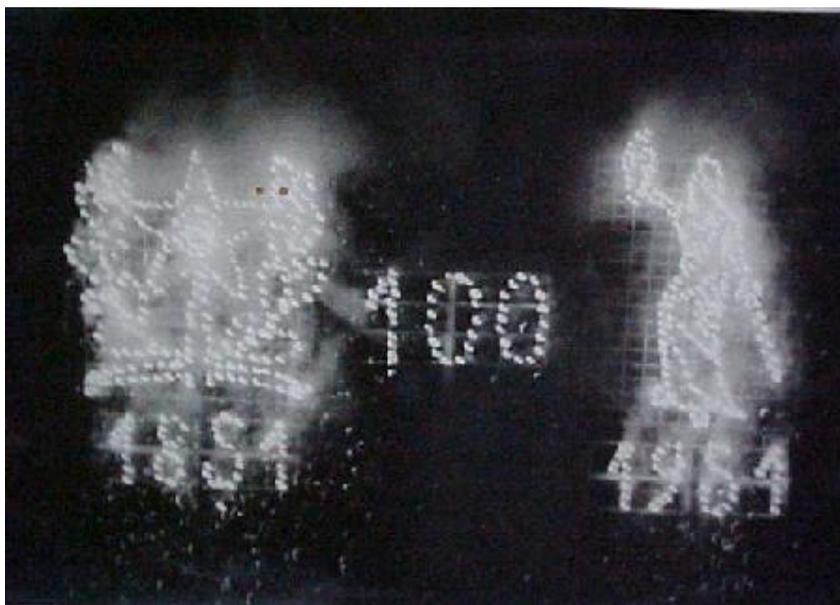


Fig. 26 – Fogos de artifício comemorativos ao Centenário de Joinville. 1951.
Fonte: Pacote 35a - Acervo: AHJ.

As imagens da ‘festa pirotécnica’, que enche rram as comemorações no dia 18 de março, além de serem flagradas pelas câmeras fotográficas, também foram captadas no filme, possibilitando que a beleza daqueles instantes fosse ‘apreendida’. A queima de fogos, de variadas cores, ou as ‘peças pirotécnica s’ como a imprensa chamava, dava também um ‘caráter

¹²⁷ Além da ‘Exposição Industrial’, no Pavilhão do Centenário, foi realiza da também uma ‘Exposição Agro-Pecuária’. *1º Centenário de Joinville – Programa das festividades. (9 a 18 de Março de 1951)*. Folheto. Impresso. 1951. Caixa: Joinville – Centenário. AHJ. Em relação à ‘Exposição Industrial’, que foi inaugurada no dia 09/03, n o pavilhão construído na Praça da Bandeira, segundo a imprensa, a totalidade das empresas do município estavam ali representadas e “os stands mostram ao público o grau de adiantamento do nosso parque industrial”. A exposição, que nos primeiros dias tinha entrada paga, ficou mais dias do que o inicialmente programado, segundo a imprensa “à pedido de joinvilenses e moradores de outras cidades”, tendo no final do mês de março, entrada gratuita. *Jornal de Joinville*, 08 a 20 mar. 1951.

¹²⁸ A programação esportiva foi uma das mais extensas e amplamente noticiada na imprensa. Sobre todo o ‘Programa das Festividades’, ver: ANEXO II.

¹²⁹ *Centenário de Joinville. 1951. 1.20’00’*. Filme, fita n. 06. AHJ.

eminentemente popular às festividades”.¹³⁰ No mesmo filme, encontram-se outros registros, entre eles um pequeno documentário, sem título, que “aproveita” imagens do Centenário para narrar uma história sobre a cidade. No final deste pequeno filme, encontramos o registro da empresa Planalto Filme, de São Paulo. Não foi possível identificar muitos detalhes sobre a feitura deste filme, o que se sabe é que se tratava de uma intenção da SAJ e que deveria ser utilizado, posteriormente, para divulgar a cidade. No entanto, ainda alguns dias antes do início das festividades, por questões financeiras, a empresa Planalto e a SAJ não haviam fechado um acordo. Como o filme foi feito, tudo leva a crer que os empresários e comerciantes locais, arcaram com a produção, como sugere o artigo publicado pelo *Jornal de Joinville*: “Não conseguiu a ‘Planalto’ obter o auxílio da SAJ – O elevado custo da filmagem fez recuar os dirigentes daquela entidade – Pretendem recorrer ao comércio os representantes da empresa paulista”.¹³¹

Trilhando alguns indícios que o filme dá a ler, entendemos que todas as imagens, embora a fita não tenha sido editada, foram feitas pela Planalto e que, resultando disto, foi feito um pequeno documentário mesclando imagens antigas da cidade, imagens da década de 1950, à “pujança industrial”, por meio das várias “prósperas” empresas e registros do Centenário. Ou seja, uma “peça publicitária” sobre a cidade. Quais foram os caminhos destinados a esta “peça”, não conseguimos conhecer, no entanto, suas intenções podem ser observadas por sua discursividade:

De um barracão simples e rústico que abrigou os primeiros imigrantes, a primitiva Colônia Dona Francisca, transformou-se num dos mais importantes centros industriais do sul do país, uma cidade ordeira e ativa, progressista e de vida própria. Amada pelos seus filhos e admirada pelos forasteiros. Ei-la decorrido cem anos é Joinville a Manchester de Santa Catarina na data de seu primeiro Centenário. Conhece-la é travar íntimo contato com a história da colonização alemã no Estado. [...] o antigo e o novo se alternam aos nossos olhos, mostrando claramente que a cidade tem vida, cresce, progride, moderniza-se. É uma cidade dinâmica e não estática, conservando porém os seus aspectos mais pitorescos.¹³²

¹³⁰ Terminarão no próximo domingo os festejos do Centenário de Joinville. *Jornal de Joinville*, 15 mar. 1951, p. 1.

¹³¹ *Jornal de Joinville*, 04 mar. 1951, p. 1.

¹³² *Centenário de Joinville*. 1951. 1.20'00". Filme, fita n. 06. AHJ.

Este trecho, que inicia narrando a mencionada publicidade, enaltece a beleza da cidade, suas ruas limpas, suas praças floridas, a saída das fábricas com funcionários de bicicletas e, principalmente, mostra imagens de algumas empresas locais, alternando seus estandes na Exposição do Centenário e a própria fábrica, com seus muitos operários “trabalhadores eficientes e dedicados a excelência do trabalho”. Em relação à Usina Metalúrgica de Joinville, sublinha que seu estande foi visto por milhares de visitantes e ao mostrar as oficinas da fábrica destaca – “produzindo máquinas que o Brasil tanto necessita”.¹³³

Este tipo de propaganda foi amplamente divulgado, a partir da década de 1960, acentuando-se na década de 1970, objetivando trazer para Joinville trabalhadores de outras regiões do Estado e do Paraná, para trabalhar nas empresas locais. Os discursos acerca das facilidades de emprego na “Manchester Catarinense”, trouxeram para a cidade, especialmente, muitos trabalhadores rurais que abandonaram seus locais de origem em busca do progresso que a cidade prometia. Este fato contribuiu para um aumento populacional, mão-de-obra para as empresas e, decorrente disto, problemas de moradia, intensificação de ocupações das áreas de mangues e a desilusão de milhares homens e mulheres.¹³⁴

Ainda hoje esses problemas não são divulgados. Atualmente, a cidade, ao contrário daquelas décadas, vem buscando políticas para “devolver” as pessoas para seus lugares de origem e buscando um outro tipo de mão-de-obra especializada. Ressalta-se que foram os trabalhadores, homens e mulheres, a maioria sem nenhuma ligação com a “origem germânica” dos imigrantes, que impulsionaram o desenvolvimento econômico da cidade. Todavia, a imagem propagada ainda versa sobre o trabalho alemão e a eficiência do espírito empreendedor da classe empresarial local, encobrendo as histórias cotidianas de trabalho, exclusão, desilusão, miséria, desemprego, falta de moradia, etc. a que estão ligados os “reais” trabalhadores da cidade.

¹³³ Idem.

¹³⁴ Especialmente sobre as histórias dos agricultores que nas décadas de 1970 e 1980 vieram para Joinville em busca de uma vida melhor, ver: NIEHUES, Valdete Daufemback. *De agricultor a operário: lembranças de Migrantes*. Florianópolis, 2000. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina.

Mas, voltando ao filme de 1951 e a polissemia de suas imagens, parece-me oportuno tentar responder uma questão, instigada por Monica Pimenta Velloso em um artigo referente a “Linguagens visuais e comemoração”, a saber: “Como podemos ler as imagens comemorativas, ressignificando-as como veículos de intervenção político cultural?”¹³⁵ O “Filme do Centenário”, no trecho mencionado anteriormente, tentava se constituir, com o encadeamento engendrado de suas imagens, em um veículo de intervenção político-cultural. Ao ser divulgado poderia atender a públicos diversificados com objetivos bem delineados: entre o público em geral, moradores da cidade e também de outras regiões. As imagens ratificavam os discursos acerca da importância das origens dos imigrantes para a constituição do “avançado” estágio cultural local; entre grupos empresariais de outras regiões constituía-se num convite a vir fazer parte do alardeado desenvolvimento econômico da cidade. Tais aspectos, entremeados pelos discursos de “povo ordeiro e trabalhador”¹³⁶, funcionariam, ao serem levados a efeito na forma de propaganda, como um emblema da cidade perante todo o estado e o país.

Evidentemente tantos componentes “estratégicos” e/ou ideológicos não estão registrados claramente no filme, contudo o que sua seqüência fílmica apresenta, é fruto de várias outras ações, como seleção, produção, ângulos, distorções, enquadramentos, etc. O filme estava também articulado com as outras práticas de “divulgação da cidade”, levadas a efeito pela SAJ, por exemplo, nos jornais, nas fotografias e nos diferentes atos comemorativos. Assim, podemos inferir sobre outras possibilidades, como a da intencionalidade de torná-lo um artefato emblemático sobre a cidade. Desse modo, acompanhando as reflexões de Clarice Ehlers Peixoto, “podemos entender não somente o filme em si mesmo, mas o contexto em que foi produzido”,

¹³⁵ VELLOSO, Monica Pimenta. Linguagens visuais e comemoração. *Projeto História*, São Paulo, n. 20, abr. 2000, p. 126.

¹³⁶ Sobre os discursos de uma cidade ordeira e as condições dos trabalhadores joinvilenses, mascaradas pelas formas de controle utilizadas pelas classes patronais, ver: COSTA, Iara Andrade. A cidade da ordem: Joinville 1917-1943. In: GUEDES, Sandra P. L. de Camargo (Org.) *Histórias de (I)Migrantes: o cotidiano de uma cidade*. Joinville: Univille, 2000. cap. 4, p. 105-161.

pois um filme “contém muito mais informações do que as imagens revelam, e a fabricação de um filme, como a elaboração de um livro, traz embutida sua ideologia, consciente ou não”.¹³⁷

O filme, em seus diferentes momentos, visava, não apenas registrar “instantes”, como também produzir sentidos. O sentido da comemoração foi “apreendido” pela filmagem e pode ser interpretado. Ao apreender a discursividade da comemoração, no momento em que registra, no último dia dos festejos, 18 crianças colocando flores no Monumento ao Imigrante, o narrador, ao inferir sobre a determinação dos “pioneiros” também inscreve uma mensagem a ser seguida:

demonstração de respeito e gratidão das novas gerações as quais iniciam uma outra etapa empenhada em construir uma Joinville maior para as festas de um Segundo Centenário, com a mesma determinação como os pioneiros seus antepassados lançaram, há cem anos, os fundamentos da Joinville de hoje.¹³⁸

Esta mensagem deveria produzir sentido para as gerações futuras, ou seja, manter, como demonstração de respeito e gratidão, a mesma determinação dos “pioneiros”. No filme as prescrições somavam-se aos eventos comemorativos e todos os momentos filmados estavam mergulhados num clima festivo. E, na montagem de uma festa, bem como observa Cristina Scheibe Wolff e Maria Bernardete Ramos Flores, em relação à Oktoberfest de Blumenau, “há todo um trabalho de bricolage, a criação de algo novo a partir de elementos preexistentes, ou seja, um trabalho de enquadramento de elementos novos e velhos para compor um cenário, onde se destacam as tradições”.¹³⁹ Em Joinville, mesclavam-se no filme as imagens que reverenciavam os “pioneiros”, por exemplo, na filmagem do Desfile Histórico, com a pujança industrial da cidade, levada a efeito pelos “descendentes dos imigrantes”, presentes nas filmagens dos diferentes *stands* da Exposição Industrial.

¹³⁷ PEIXOTO, Clarice Ehlers. Caleidoscópio de imagens: o uso do vídeo e a sua contribuição à análise das relações sociais. In: FELDMAN-BIANCO, B.; LEITE, M.L.M. Op. cit. p. 223.

¹³⁸ *Centenário de Joinville. 1951. 1.20'00"*. Filme, fita n. 06. AHJ.

¹³⁹ WOLFF, Cristina Scheibe; FLORES, Maria Bernardete Ramos. A Oktoberfest de Blumenau: turismo e identidade étnica na invenção de uma tradição. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira. (Orgs.) *Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade, história*. Canoas: ULBRA, 1994. p. 210.

Nas comemorações do Centenário destacaram-se os diferentes desfiles. No primeiro dia, na Rua do Príncipe, ocorreu a ‘Parada Militar’, um desfile militar que contou com a participação de representantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica; no dia seguinte foi realizado o ‘Desfile de Bicicletas’, com a participação de quase 8.000 bicicletas ornamentadas em diversos grupos; no domingo, 11 de março, ocorreu o ‘Desfile Histórico’, com carros históricos em alegoria à colonização de Joinville; e, no último dia dos festejos, escolas e clubes esportivos da cidade levaram às ruas o ‘Desfile Escolar e Desportivo’.¹⁴⁰ Estes quatro desfiles, por terem tomado parte de um momento de (re)significação da história da cidade e da identidade que Joinville buscava mostrar, podem ser analisados, de certa forma, como as ‘paradas’ norte-americanas, estudadas por Mary Ryan, no sentido em que, dizem-nos alguma coisa sobre “o processo histórico através do qual o significado cultural é criado”.¹⁴¹ Estes rituais – os desfiles – além de mostrarem ao público uma história sobre a colonização da cidade, como o Desfile Histórico, e darem continuidade à perspectiva cívica do Estado Novo¹⁴², como o Desfile Militar, também indicavam um outro significado para outros elementos apresentados ao público como tradição, e que visavam refletir uma marca cultural da cidade – as ‘bicicletas’¹⁴³ e ‘atividades desportivas’. Em relação ao Desfile Desportivo, medidas foram tomadas para garantir o seu sucesso. A imprensa noticiava que seriam punidas pela Liga Joinvilense de Desportes as agremiações que não comparecessem ao desfile.¹⁴⁴

¹⁴⁰ 1º Centenário de Joinville – Programa das festividades. (9 a 18 de Março de 1951). Folheto. Impresso. 1951. Caixa: Joinville – Centenário. AHJ.

¹⁴¹ RYAN, Mary. A parada norte-americana: representações da ordem social do século XIX. In: HUNT, Lynn. (Org.). *A nova história cultural*. Tradução Jefferson Luís Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 180.

¹⁴² Durante o Estado Novo, ‘incentivado’ pelo Estado, Joinville passou a conviver no seu cotidiano novos ritos e comemorações cívicas, ‘tradições’ cívicas que até então estavam, no país como um todo, um pouco esquecidas pelas ideologias liberalistas. Ver, BRUNHS, K. Op. cit. p. 64-70.

¹⁴³ Em artigo publicado no *Jornal de Joinville*, temos uma idéia do quanto a ‘tradição’ – “cidade das bicicletas”, estava presente nos discursos locais. Ao mencionar a história da cidade, fazendo alusão aos seus 75 anos em 1926 e como cresceu nos últimos anos, ao completar cem anos de existência, o artigo enfatiza: ‘E quando alguém te perguntar, como pudesstes, em apenas cem anos de vida, exibir tanta grandeza? Dirás então: nunca parei. Foi caminhando muito e pedalando sempre as minhas bicicletas que consegui alcançar a altura das chaminés de minhas fábricas’. Joinville. *Jornal de Joinville*, 23 fev. 1951, p. 3.

¹⁴⁴ Desfile esportivo do Centenário. *Jornal de Joinville*, 16 mar. 1951, p. 7.

As diferentes agremiações fizeram-se presentes e uma delas teve um bom destaque: a Sociedade Ginástica de Joinville. Esta, fundada em 1858, ficou fechada por muitos anos, durante a Campanha de Nacionalização, tendo seus equipamentos tomados pelo Exército.¹⁴⁵ Isso leva a crer que aparecer no Centenário, como uma importante sociedade na cidade era motivo de orgulho para os seus participantes e, quem sabe, uma forma de mostrar ao país que, apesar das “injustiças” do Estado Novo, a agremiação estava mais forte do que nunca. Ao com entar sobre a solenidade de assinatura de reabertura da ata desta sociedade, acompanhada da execução do Hino Nacional, a revista *Vida Nova* destacava que ali, “entre brasileiros estão alguns alemães, que também se consideram filhos do país, com justa razão, pelas canseiras e pelo esforço que dão, há muitos anos, pela causa do progresso da nação onde vivem”.¹⁴⁶ Em um dos discursos, daquela solenidade, foi enfatizado que a sociedade iria prosseguir na sua jornada, “iniciada nos primeiros ímpetus do progresso joinvilense, interrompida por algum momento”.¹⁴⁷ Esse momento, o da Campanha da Nacionalização, não foi um dos mais lembrados explicitamente durante os festejos mas, de certa forma, a lembrança estava lá, pois, todo o investimento na rememoração do “pioneirismo” e das “tradições dos imigrantes”, e o aparente “esquecimento” do período da Campanha também inferem sobre sua lembrança.

Durante aqueles dias, numa constante representação das continuidades da história da cidade, os momentos de rupturas como, por exemplo, o período do Estado Novo, pouco foram evidenciados. Uma série de atividades, nas mais variadas áreas, foram realizadas, organizadas e coordenadas pelas diferentes Comissões da SAJ: Jantares Oficiais; Exposição Industrial; Exposição Histórica no “Palácio dos Príncipes”; Parque de Diversões¹⁴⁸; Exposição

¹⁴⁵ DEVEGILLI, Maria Terezinha Niedziewski. *A nacionalização da loura Joinville. 1937-1942*. Joinville, 1989. Monografia (Especialização em História) – Fundação Educacional da Região de Joinville. p. 23.

¹⁴⁶ A reabertura da Sociedade Ginástica de Joinville. A reabertura da Sociedade Ginástica de Joinville. *Vida Nova*, Joinville, n. 9, jun. 1949, p. 9-12.

¹⁴⁷ Idem.

¹⁴⁸ O Parque de Diversões, segundo a imprensa, o maior até então vindo à cidade, foi armado na Praça da Bandeira, funcionando durante todo o período dos festejos: “O parque possui grande quantidade de aparelhos destinados ao divertimento do público, tais como, roda gigante, carros giratórios, chicote, carrossel americano, etc”. Abre-se hoje. *Jornal de Joinville*, 09 mar. 1951, p. 8.

Zoológica¹⁴⁹; Exposição de Flores; Exposição de Artes Domiciliares; Desfiles¹⁵⁰; Inauguração de lugares para alimentação dos visitantes¹⁵¹; Bailes de Gala e “Populares”; Missa Campal; Culto Evangélico¹⁵²; Inauguração do Monumento ao Imigrante; Corridas de Bicicletas e Motocicletas; Demonstrações de Ginástica; Lutas de Boxe; Jogos e Torneios; Tômbola do Centenário¹⁵³; Concerto Sinfônico¹⁵⁴; Sessão Solene na Câmara Municipal; Banquete às autoridades; escolha da Rainha do Centenário; confecção de álbum de fotos – “Lembrança do Centenário”¹⁵⁵; publicação do “Álbum do Centenário”¹⁵⁶; publicação de um livro de poesias – “Homenagem a memória dos bravos colonizadores de Joinville”¹⁵⁷; publicação do livro “Lembranças de Joinville no seu Centenário”¹⁵⁸, com vistas antigas e atuais da cidade legendada por pequenos textos informativos; confecção de convites, cartões postais, panfletos, folhinha comemorativa¹⁵⁹, selos comemorativos¹⁶⁰, cartazes¹⁶¹; além dos mais variados *souvenirs*, como papéis de bala¹⁶², caixinhas de fósforos, lápis, chaveiros, pratos, medalhas, etc.

¹⁴⁹ Segundo o *Jornal de Joinville*, cerca de 600 espécies da fauna brasileira estavam representadas nesta exposição que ficava anexa ao Parque de Diversões. Exposição zoológica. *Jornal de Joinville*, 25 mar. 1951, p. 1.

¹⁵⁰ Além dos desfiles já mencionados, ocorreu também um “Desfile de moda infantil”, com a participação de meninas de 7 a 12 anos de idade. Centenário de Joinville. *Jornal de Joinville*, 24 fev. 1951, p. 1.

¹⁵¹ Nos fundos do “Bar e café Ouro Verde”, situado na rua do Príncipe, foi inaugurado um galpão, e especialmente para servir churrasco e bebidas durante as festividades do Centenário. Bar Ouro Verde. *Jornal de Joinville*, 03 mar. 1951, p. 6.

¹⁵² A Igreja Batista Rio Branco, localizada no bairro Itaum, por exemplo, organizou uma série de conferências e “pregações ao ar livre”, em comemoração ao Centenário. Movimento religioso. *Jornal de Joinville*, 09 mar. 1951, p. 3.

¹⁵³ O resultado do sorteio foi divulgado em 16/03. *Jornal de Joinville*, 16 mar. 1951, p. 8.

¹⁵⁴ Realizado em 13/03/1951 na Sociedade Ginástica, com apresentações de músicas de Mozart, Beethoven, Schubert, Brahms, Canções Populares (da Suíça, Noruega, Alemanha e Tirol) e Canções Populares Brasileiras (“Róseas Flores” e “Minha terra tem palmeiras”). *1º Centenário de Joinville. Concerto em homenagem aos seus fundadores*. Folheto. Impresso. 1951. Caixa: Joinville – Centenário. AHJ.

¹⁵⁵ *Álbum de fotografias do Desfile do Centenário de Joinville*. 1951. AHJ. Trata-se de um álbum com uma seleção de fotos referentes aos principais eventos comemorativos, como por exemplo, o Desfile Histórico. Este álbum foi confeccionado e vendido aos interessados e, ainda hoje, algumas pessoas que entrevistei guardam um exemplar.

¹⁵⁶ SOCIEDADE AMIGOS DE JOINVILLE (Org.) *Álbum histórico do centenário de Joinville. 1851-1951*. Curitiba: Gráfica Mundial, 1951.

¹⁵⁷ ALVES, Pedro Leonardo. *Homenagem a memória dos bravos colonizadores de Joinville. 1851- 9 de Março – 1951. 1º Centenário de Joinville*. Impresso, 1951. Caixa: Joinville – Centenário. AHJ.

¹⁵⁸ *Lembranças de Joinville no seu Centenário – 1851/1951*. Joinville: Ipiranga, 1951.

¹⁵⁹ Através de decreto municipal, foi autorizada a Associação Filatélica de Joinville a emitir uma “Folhinha Filatélica”. Decreto n. 162, de 15/01/51. PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE. *Lei n. 294 – Orçamento para o Exercício de 1952 e Coleção de leis e decretos do ano de 1951*. Joinville/SC, 1952. AHJ; e *Folha comemorativa 3ª Exposição Filatélica Municipal de Joinville*. 1951. Impresso. Caixa n. 1a 53 – Reg. 738b – CCMNIC. AHJ.

¹⁶⁰ Algumas das imagens dos selos comemorativos eram: o Monumento ao Imigrante, uma paisagem da cidade e o Brasão de Joinville. *Selos comemorativos ao Centenário*. Caixa n. 1a.53 – Reg. 738e. CCMNIC. AHJ. Segundo o

Através da imprensa as pessoas podiam acompanhar as notícias e as homenagens das comemorações. Podiam também se informar sobre onde poderiam adquirir as ‘reliquias memorialísticas’. No mesmo tom de homenagem, a Rádio Difusora de Joinville, no dia 15 de março, proporcionou aos ouvintes uma palestra da joinvilense Elly Herkenhoff, descendente dos ‘pioneiros’, nascida em 1906. Na época ela morava no Rio de Janeiro, posteriormente, voltou para Joinville, destacando-se como escritora da história local. Em sua palestra, falando de sua ‘cidadezinha natal’, salientou a história de ‘pioneirismo’ dos imigrantes, baseando -se, a maior parte do tempo, em trechos da obra de Theodor Rodowicz-Oswiecinski, publicada em 1853, em Hamburgo¹⁶³, considerada o ‘primeiro documento bibliográfico’ sobre Joinville.¹⁶⁴ A escritora não deixou, no decorrer de sua ‘despretensiosa palestra’, palavras usadas por ela, de fazer referência, mesmo que sutilmente, às ‘injustiças’ que seus contemporâneos ‘de origem’, sofreram durante a Nacionalização. Ela não menciona o período, e tampouco situa a Campanha em sua narrativa, mas, ao enfatizar que não se cobrou dos imigrantes que falassem o português, parece dar uma resposta às vivências das duas décadas anteriores. Um tempo que, quando lembrado, contrapunha-se ao tempo do ‘pioneirismo’:

[...] Os nossos pioneiros vieram, porque o governo brasileiro os chamou e se empenhou para que viessem, [...] Não se lhes exigiu que falassem o português. Não se lhes exigiu que renunciassem aos costumes e à religião de seus ancestrais e não se lhes exigiu tão pouco que amassem o Brasil. E os

número comemorativo da revista *Vida Nova*, a SAJ, com a cooperação da Associação Filatélica de Joinville, conseguiu a emissão de um ‘selo especial’ comemorativo à data centenária: ‘[...] num total de dois mil exemplares, tocando a Joinville a cota de sessenta mil desses selos, que se esgotaram rapidamente. Além desse selo, conseguiu, também, um carimbo postal em homenagem à data transcorrida, válido somente para 9 de março de 1951, como ainda fez circular cerca de 6.000 folhinhas e 2.000 envelopes com o carimbo comemorativo [...]’. *Vida Nova*, Joinville, n. 31/33, jun. 1951, p. 7.

¹⁶¹ Como por exemplo, um cartaz em formato de leque, distribuído, especialmente aos visitantes, para se refrescarem naqueles dias quentes do mês de março, que tinha a seguinte inscrição: ‘Conheça melhor o Brasil visitando Joinville’. *Leque/Propaganda comemorativo ao 1º Centenário de Joinville*. Caixa n. 1a.53 – Reg. 7381. CCMNIC. AHJ.

¹⁶² Durante o Centenário algumas balas da empresa Germano Stein foram embaladas em papéis que diziam ‘Balas do Centenário’. Algumas pessoas guardaram estas embalagens como uma lembrança do evento e exemplares destes pequenos ‘papéis/recordações’, encontram -se no acervo do AHJ. *Papel de bala. Balas Centenário 1851/1951 – Germano Stein S/A. Comércio e Indústria*. 1951. Impresso. Caixa n. 1a.53 – Reg. 738d – CCMNIC. AHJ.

¹⁶³ Esta obra foi traduzida e publicada em 1992, por iniciativa do Arquivo Histórico de Joinville. Mas, na ocasião da palestra, a autora traduziu do alemão alguns trechos do livro para os ouvintes da Rádio Difusora de Joinville. RODOWICZ-OSWIECIMSKY, Theodor. *A Colônia Dona Francisca no Sul do Brasil*. Tradução Júlio Chella. Florianópolis: UFSC/FCC; Joinville: FCJ, 1992.

¹⁶⁴ Cf. TERNES, A. Apresentação. Idem, *ibidem*.

nossos colonos vieram, dando ao Brasil aquilo que deles se exigiu, que deles se esperou: a força do braço e o respeito às instituições. [...] os nossos colonizadores foram dando à nova pátria o que ninguém deles exigiu e ninguém deles esperou: a sua devoção, o seu amor, um amor tão imenso [...] E que ninguém duvide da grandeza e da pureza deste amor, nascido de suor e lágrimas [...] Que outra língua senão a língua de Goethe haveriam de falar os sacerdotes e os professores chamados pelos colonos, ciosos de cumprirem as cláusulas do contrato e desejosos de instruírem e ampararem os filhos que lhes iam nascendo? Que outras canções haveriam de cantar, ao desbravarem o solo do Brasil, senão as canções trazidas da terra natal? Em que outra língua senão na alemã haveriam de ser escritos os seus jornais e os livros em que davam expansão às suas idéias? [...]¹⁶⁵

Ao fazer estas perguntas e demarcar a importância da história dos “pioneiros” para a construção da cidade, mesclando com trechos da obra “A Colônia Dona Francisca no Sul do Brasil”, a palestrante vai aos poucos convidando os ouvintes a pensarem sobre como tudo começou. Esta perspectiva fundante, ressaltada em todos os discursos oficiais das comemorações, guiava o enredo sempre para perspectiva de homenagem. Assim também Elly Herkenhoff despediu-se dos ouvintes:

[...] apresento à rádio Difusora de Joinville os meus agradecimentos, por me ter dado ensejo de render esta homenagem, a mais simples, a mais humilde de todas, aos nossos ancestrais, estrangeiros de nascimento, brasileiros pelo mérito e joinvilenses de coração!¹⁶⁶

Neste clima de “trazer à memória” o tempo dos “pioneiros”, o passado de maneira geral, e não só as experiências do século XIX, foi ritualizado. Quem desejasse “reviver” os tempos dos bondes puxados a burros, além de apreciá-lo na passagem do “Desfile Histórico”, podia juntar -se aos personagens vestidos com “trajes antigos” e dar um passeio pelas principais ruas centrais da cidade.

¹⁶⁵ *Palestra proferida ao microfone da Rádio Difusora de Joinville em 15/03/1951, na ocasião do Centenário de Joinville, pela professora Elly Herkenhoff. Coleção Elly Herkenhoff – Pasta 16 – Doc. 1. AHJ. p. 3-4.*

¹⁶⁶ *Idem. Apesar de não residir em Joinville naquele período, Elly Herkenhoff mantinha contato com a cidade. No ano anterior ao Centenário, algumas de suas poesias foram lidas na mesma rádio, no programa “Beleza, arte e elegância”. Inclusive, um dos scripts do programa menciona que a rádio tinha interesse de trazer a escritora, para declamar suas poesias durante o Centenário. Scripts lidos no programa “Beleza, arte e elegância”, nos dias 13/05/1950 e 20/05/1950, na Rádio Difusora de Joinville. Coleção Elly Herkenhoff – Pasta 15 – Doc. 1. AHJ.*



Fig. 27 – Bonde Centenário.

Carro n. 16 – “Bondinho a burros” - Desfile do Centenário de Joinville . 1951.

Fonte: Caixa n. 34.07 – CCMNIC - Acervo: AHJ.

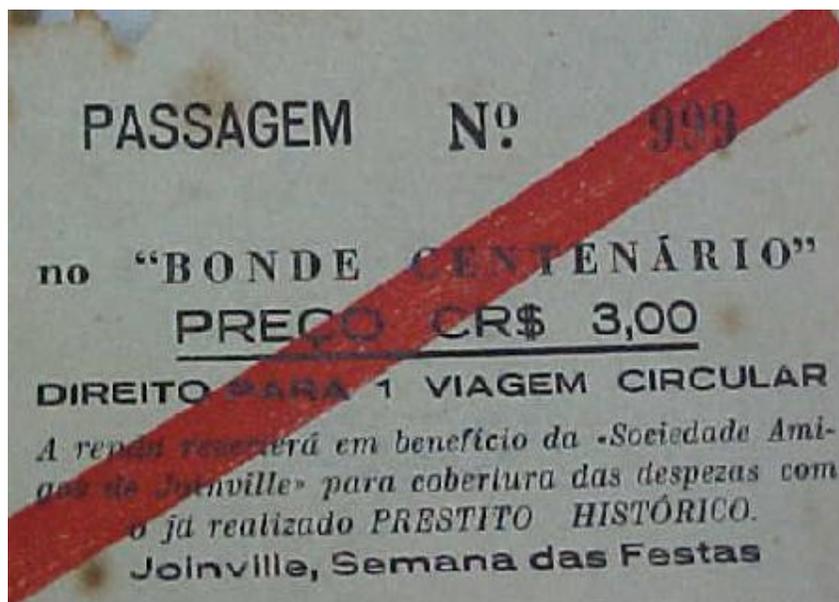


Fig. 28 – Passagem n. 999 para o Bonde Centenário. 1951.

Fonte: Caixa n. 1a.53 – Reg. 738i – CCMNIC - Acervo: AHJ.

O “Bondinho a burros”, 16º carro alegórico do desfile, era uma “réplica fiel” do modelo que trafegava sobre trilhos em Joinville, de 1911 a 1918, fazendo o percurso da Rua do Norte, atual rua Dr. João Colin, até a Estação da Estrada de Ferro.¹⁶⁷ Os interessados podiam fazer uma “viagem circular” durante os dias dos festejos, no “Bonde Centenário”. Estariam transitando por uma cartografia simbólica e, ao mesmo tempo, auxiliando a SAJ com os gastos do evento.

Todas as atividades tinham, de maneira geral, o símbolo do colono imigrante como ponto de partida. Assim, também foi encenado no palco da Harmonia Lyra, o bailado “A minha grandeza também é a do Brasil”, no qual 80 bailarinos, em 12 atos (re)criavam uma narrativa para a história da cidade.¹⁶⁸ As apresentações foram realizadas na Sociedade Lyra que com este ato “cooperava com o brilhantismo dos festejos”.¹⁶⁹ O evento parece ter sido bastante prestigiado, tendo todas as apresentações com teatro repleto, contando com a presença das autoridades civis e militares que estavam na cidade.¹⁷⁰ Os bailados apresentados foram criação de Liselotte Trinks, professora de balé e diretora do corpo de baile da Harmonia Lyra.¹⁷¹

O bailado, segundo a imprensa, surpreendeu pelo efeito cênico e “pela delicadeza dos motivos, lembrando fases da colonização da terra joinvilense, desde a chegada dos primeiros imigrantes”.¹⁷² O Primeiro Movimento, visava traduzir, conforme explica o Programa da Noite de Arte, “à ardente e sagrada chama interior que impulsiona os homens a grandes empreendimentos e realizações”.¹⁷³ A partir desta “chama sagrada” diretamente relacionada aos

¹⁶⁷ SOCIEDADE AMIGOS DE JOINVILLE (Org.). *1851 – 9 de Março – 1951. Relação dos Carros Alegóricos apresentados em 11-3-1951*. Livreto. Impresso. Caixa: Joinville – Centenário. AHJ. Sobre a história deste bonde, que era um “luxo a época”, foi publicado um pequeno artigo no “Álbum histórico do centenário” e, diferente do texto da *Relação dos Carros Alegóricos apresentados em 11-3-1951*, menciona que o mesmo deixou de circular em 10/04/1917. SOCIEDADE AMIGOS DE JOINVILLE (Org.) *Álbum histórico do centenário de Joinville. 1851-1951*. Curitiba: Gráfica Mundial, 1951. p. 171-172.

¹⁶⁸ O bailado “A minha grandeza também é a do Brasil” foi apresentado no primeiro dia das comemorações, em duas sessões e uma reprise foi apresentada no dia 14/03. *1º Centenário de Joinville – Programa das festividades. (9 a 18 de Março de 1951)*. Folheto. Impresso. 1951. Caixa: Joinville – Centenário. AHJ.

¹⁶⁹ Sociedade Harmonia-Lira. *Jornal de Joinville*, 08 mar. 1951, p. 2.

¹⁷⁰ Noite de esplendor na Harmonia-Lira. *Jornal de Joinville*, 14 mar. 1951, p. 8.

¹⁷¹ Idem. Liselotte Trinks, neta de ‘imigrantes pioneiros’, nasceu em Joinville em 21/03/1914. *Famílias brasileiras de origem germânica*. São Paulo: Instituto Hans Staden, 1975.

¹⁷² Noite de esplendor na Harmonia-Lira. *Jornal de Joinville*, 14 mar. 1951, p. 8.

¹⁷³ *1º Centenário de Joinville. Programa da ‘Noite de Arte’*. 1951. Impresso. Caixa n. 1a 54 – Reg. 737a – CCMNIC. AHJ.

imigrantes, desenrola-se a história, na qual a mãe imigrante dedica o seu maior tesouro – seus filhos – a nova pátria, que os recebe de braços abertos, com confraternização entre imigrantes e brasileiros, proporcionando o crescimento da cidade. Nesta narrativa com elementos de uma “épopeia”, um dos pontos altos, conforme os registros, foi o Oitavo Movimento, intitulado “O Soldado”, que se tratava de um “Bailado heróico, interpretando o momento da integração plena do imigrante, no sentimento de sua nova pátria, defendendo sua bandeira gloriosa”.¹⁷⁴

São discursos como estes que se espraíram na esfera pública de Joinville, especialmente, no decorrer do mês de março de 1951. E pelo menos, nesta esfera, ao que tudo indica, esta discursividade foi bem recebida. No campo político estadual a cidade foi largamente elogiada pelo Governador do Estado quando mencionou, em sessão solene, que:

A cidade [...] aí está dando um magnífico exemplo de atividade construtiva, pelo que me sinto, como Governador do Estado, á vontade para dizer aos representantes dos seus municípios, que hei-de-olhar com carinho e com desvelo por esta comuna, tão patrioticamente empenhada pelo seu trabalho, pela sua abnegação em servir ao Brasil.¹⁷⁵

Para muitos, especialmente para a elite política e econômica da cidade, possivelmente, foi este tipo de discurso que ficou registrado na memória, para outros, talvez, tenha sido uma imagem lá longe, das ruas centrais, todas enfeitadas, tomadas por visitantes de vários lugares, imprimindo um ritmo diferente ao caminhar dos moradores da cidade.

¹⁷⁴ Idem. Sobre o programa completo do bailado, ver: ANEXO III.

¹⁷⁵ Câmara Municipal de Joinville. *Jornal de Joinville*, 13 mar. 1951, p. 1.



Fig. 29 – *Centenário de Joinville. 1951.*
 Fonte: Foto 1048 (115) - Acervo: AHJ.

A união e o clima de festa dão a tônica às notícias da época, mas, algumas notícias apontam para outras preocupações – as “confusões” sociais que poderiam acontecer. A fiscalização policial foi intensa e a vigilância rigorosa, visando excluir do “belo cenário” do Centenário, todos aqueles que fossem, na ótica da Comissão dos Festejos, indesejáveis para o momento. Eram indesejáveis, especialmente, os mendigos, que através da Sociedade de Amparo foram retirados de circulação.¹⁷⁶ Além disso, a polícia tomou todas as providências para que as comemorações pautadas na beleza, harmonia, ordem e, porque não dizer, progresso, pois se tratava realmente de divulgar uma imagem assim, não fossem ofuscadas por acontecimentos que, pontuariam neste cenário “construído” as vivências do dia -a-dia. Vivências que incluíam brigas, desajustes sociais, pobreza, fome, ruas sem acesso, falta de oportunidades, etc. Para garantir a “ordem” na cidade, vieram para Joinville “reforços” enviados pela Secretaria de Segurança do Estado, com um pelotão de choque da Polícia Militar, seis guardas de trânsito e um grupo de cinco investigadores. As notícias que precediam o evento mencionavam também a possibilidade

¹⁷⁶ Está a polícia a postos para manter a ordem em Joinville. *Jornal de Joinville*, 08 mar. 1951, p. 01.

de investigadores da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná também auxiliarem nos trabalhos.¹⁷⁷ E, conforme as notícias veiculadas pela imprensa, a fiscalização policial contou ainda com agentes da Delegacia de Ordem Política e Social.¹⁷⁸ Desta forma, para que os dez dias de comemoração acontecessem com um final feliz tal qual um “conto de fadas”, a polícia local não mediu esforços na repressão: “Um corpo de trinta e dois investigadores circulam pelos quatro cantos da cidade. A cidade está sendo patrulhada por trinta homens do Pelotão de Choque, além dos soldados do destacamento local”.¹⁷⁹

Tanto esforço para “manter a ordem”, indica em seu contraponto, a existência do que poderia ser entendido como desordem. A atuação da polícia, que foi bastante elogiada pela imprensa, ao que tudo indica, foi intensa. Uma notícia publicada no dia 14/03, por exemplo, ao mesmo tempo em que mencionava que tudo transcorria normalmente, assegurando o “sucesso das festividades”, apontava para a severa fiscalização que alguns “elementos estranhos e suspeitos” sofreram, sendo detidos várias vezes:

[...] a enérgica atuação da polícia concorreu para que o brilho das festividades não fosse empanado por incidentes de maior monte. Os elementos policiais exerceram, desde alguns dias antes do início dos festejos, severa fiscalização sobre elementos estranhos e suspeitos, que aqui aportaram no intuito de aproveitar a situação para “operar”. Esses elementos eram logo detidos e levados para a Delegacia Regional de Polícia [...] A reportagem soube de meliantes que foram detidos quatro ou cinco vezes, por diversos investigadores. Mas saíam da Delegacia, onde haviam sido advertidos, eram detidos por outros elementos policias, percebendo, por isso, que já estavam demasiado conhecidos para “agir” com segurança.¹⁸⁰

Ainda em relação ao belo cenário do Centenário, como uma construção forjada naquele momento como importante para a cidade mostrar-se aos outros com contornos de perfeição, salienta-se o fato de, mais uma vez, o poder público local atribuir aos “de fora”, os componentes que poderiam gerar problemas. O artigo “Cuidado com Eles”, veiculado no dia 08/03/1951, trazia mais uma vez esta idéia:

¹⁷⁷ Chegarão... *Jornal de Joinville*, 07 mar. 1951, p. 1.

¹⁷⁸ Auxiliarão... *Jornal de Joinville*, 08 mar. 1951, p. 1.

¹⁷⁹ Está a polícia a postos para manter a ordem em Joinville. *Jornal de Joinville*, 08 mar. 1951, p. 01.

¹⁸⁰ Transcorrem normalmente os festejos do Centenário. *Jornal de Joinville*, 14 mar. 1951, p. 8.

Vigaristas perigosos em Joinville.

Somos seguramente informados acharem-se nesta cidade, com o propósito de exercer sua “hobre” pro fissão durante os festejos do centenário, vários vigaristas perigosos, dois dos quais embarcaram segunda-feira, em Florianópolis, após aplicarem o conto do vigário no lavrador Kiliano Kant.

Os dois perigosos militantes, que dão pelos nomes de “Saguica” e “Branco” são largamente conhecidos da polícia, fazendo parte da “equipe” chefiada por “Laguna”, da qual também fazem parte “Lourival” e Queiroz, ambos atualmente detidos em Florianópolis, tendo o último cumprido pena na Penitenciária por crime de furto praticado em nossa cidade.¹⁸¹

Mas, não era novidade na história de Joinville este tipo de discursividade. No século XIX, encontramos referências semelhantes, ou seja, os “desajustados sociais”, são mencionados como moradores de outras cidades. No presente, os discursos parecem manter-se na mesma linha. Especialmente a partir da década de 1970, por exemplo, fruto da migração de muitas pessoas em busca de empregos em Joinville, os outros, ou seja, “eles”, passaram a ser os paranaenses. São falas carregadas de preconceito que encontram no campo da discursividade, um efeito de sentido. E este “campo”, vem sendo, há muitos anos, forjado pelas elites locais. Segundo Bellini Meurer, “o imaginário social de Joinville é construído a partir de um demasiado distanciamento entre o que se faz e o que se diz do que se faz”.¹⁸² Isto ajuda a compreender, como a cidade, que no presente enfrenta problemas sérios com a ocupação desordenada das áreas de mangues e com o aumento do desemprego, convive – não indiferente, é claro – com os discursos veiculados pelo poder público local de que Joinville não sofre tanto com o desemprego e que é a única cidade de seu porte, no Brasil, que não tem favelas.

Discursos do presente que às vezes nos fazem ter a impressão de estarmos no passado: no tempo do Centenário que, de certa forma, para melhor se “construir”, precisou abafar alguns anos de sua história. Assim, o período da Nacionalização - com suas dores, silêncios e sentimentos sufocados, acabou contribuindo (e/ou sendo “usado”) para uma revalorização da cultura dos imigrantes. As feições da cidade foram mudando, novos atores, vindos de outras

¹⁸¹ Cuidado com “Eles”. *Jornal de Joinville*, 08 mar. 1951, p. 4.

¹⁸² MEURER, Bellini. *Entre flores e manguezais: a construção do real em Joinville*. São Paulo, 1993. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. p. 56. Além deste trabalho, sobre os discursos sobre Joinville e a dicotomia em face à realidade histórica local, ver: GRUNER, C. Op. cit.

regiões do Brasil, passaram a residir na cidade. Mas, mesmo após 1951, a história da cidade continuou sendo cada vez mais escrita com vínculos num passado de imigração.¹⁸³ Neste sentido, Carlos Ficker, Adolfo Bernardo Schneider, Elly Herkenhoff e Apolinário Ternes, ao escreverem suas obras voltadas para a imigração, demonstram-nos a importância do legado do imigrante na versão de uma perspectiva da história local.¹⁸⁴

São múltiplas as possibilidades para narrar a história da cidade, e da pluralidade de sentidos a partir da qual se fala (ou falaram) de alguma coisa, enunciados são (re)significados. As comemorações do Centenário acabaram dando espaço a uma outra história. Histórias, possivelmente, repletas de múltiplos sentidos que uma variada temática pode ter, pois: ‘Há coisas que fazem sentido e há as que não fazem’.¹⁸⁵

Uma revista anunciando: “Vida Nova”!

Vida Nova surge entre todos os amigos da leitura como uma pequena revista, contando com a colaboração de muitos para que tenha uma vida longa.¹⁸⁶

Insinuando-se desta forma, em setembro de 1948, começou a circular em Joinville a *Vida Nova*, uma Revista Mensal Ilustrada que tinha como Diretor Proprietário o Sr. Waldemar Luz¹⁸⁷,

¹⁸³ Entendemos que é somente a partir da década de 1990, que no campo historiográfico, esta narrativa pautada numa história de “mito fundador” passou a ser problematizada por uma historiografia local atenta em “desmistificá-la”.

¹⁸⁴ Sobre alguns trabalhos desses autores, referentes à história de Joinville, ver: FICKER, C. Op. cit; SCHNEIDER, Adolfo Bernardo. *Nossa boa terra: contos e crônicas da terra dos príncipes*. Joinville: Meyer, 1984; HERKENHOFF, Elly. *Era uma vez um simples caminho...* Fragmentos da história de Joinville. Joinville: Fundação Cultural, 1987; e, TERNES, Apolinário. *História econômica de Joinville*. Op. cit.; _____ *Joinville, a construção da cidade*. São Bernardo do Campo: Bartira, 1993.

¹⁸⁵ ORLANDI, Eni P. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996. p. 139.

¹⁸⁶ *Vida Nova*. *Vida Nova*, Joinville, n. 1, set. 1948, p. 1.

¹⁸⁷ Nascido em Palhoça/SC foi nomeado Prefeito deste município em 1945, tendo exercido o cargo por pouco tempo. Em 1950 era membro União Democrática Nacional. *Vida Nova*, Joinville, n. 22, jul. 1950, p. 13.

membro da UDN, o mesmo partido político do Sr. João Colin, prefeito da cidade de Joinville até 1950. Esta observação é importante porque a *Vida Nova*, além de trazer em suas páginas anúncios, textos, propagandas, notas sociais, aspectos políticos, receitas e conselhos, notas sobre cinema, imagens e textos sobre a “Joinville antiga”, poemas, humor, sonetos, notícias esportivas, referências a aniversários e dados sobre a cidade de maneira geral, também era uma esfera na qual as falas de políticos da UDN faziam-se presentes. Esta ligação política da revista com a UDN pode ser verificada num artigo publicado em 1950, sobre o Sr. João Colin, na época, candidato a uma vaga na Assembléia Legislativa:

Com o desenvolvimento da campanha udenista em Santa Catarina, vão aparecendo por todos os pontos do estado, novos nomes que dão ao esforço uma valorosa porção de energias e capacidade de ação.

Aqui, neste município, com o surgimento da primeira vitória de João Colin, não há quem não sinta, em torno do seu nome, uma grande e compreensível vitalidade para o partido a que se acha filiado, não só porque, como Prefeito Municipal, deu a seu município uma grandiosa administração que jamais será esquecida, como também, continua sendo um esteio forte para a campanha eleitoral que se avizinha.¹⁸⁸

Informações que declaram o caráter político partidário na revista não são uma constante. De maneira geral, ela apresenta-se como uma revista literária, com seções que muitas vezes se aproximam do estilo “amenidades”. Entende mos a *Vida Nova* como um importante veículo de publicidade e como um possível espaço para que temas e interesses políticos/públicos adentrassem nos lares dos joinvilenses. E, conforme Jürgen Habermas, quando a esfera pública é “tomada pela publicidade comercial” as pessoas passam “imediatamente a atuar enquanto proprietários privados sobre pessoas privadas enquanto público”.¹⁸⁹ Como proprietário da

¹⁸⁸ *Vida Nova*, Joinville, n. 22, jul. 1950.

¹⁸⁹ HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Tradução Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. p. 221. Este autor menciona que as esferas públicas e privadas são entendidas de forma variada nos diferentes tempos, sendo que a esfera pública burguesa “desenvolve-se no campo de tensões entre Estado e sociedade”. Convém ressaltar que, como já mencionei no capítulo anterior, utilizo as reflexões deste autor para compreender as relações entre as esferas pública e privada, bem como, a publicidade inferindo nestas esferas. Entendo, a partir da sua obra, que apesar de não serem rígidas as fronteiras entre as mesmas, elas possibilitam identificar a pública como “política e masculina” e a privada como “mais feminina”. Todavia, não pretendo neste estudo, tal como fez Nancy Fraser, polemizar a ausência da perspectiva de gênero na referida obra. Sobre esta questão, ver: FRASER, Nancy. Que é crítico na teoria crítica? O argumento de Habermas e gênero. In: BENHABIB, Seyla; CORNELL, Drucilla. (Coord.) *Feminismo como crítica*

revista, o Sr. Waldemar Luz está ligado ao poder público local, bem como, aos interesses da SAJ, que por vezes apareciam na revista.¹⁹⁰ Neste sentido, a partir de casos, exemplificados em artigos, podemos inferir que alguns colaboradores da revista assumiam o papel de intelectuais locais. Assim, analiso a revista, com o mesmo olhar dirigido a um jornal, ou seja, atenta aos editoriais, anúncios, textos políticos, etc., pois vários são frutos das reflexões dos jornalistas da época e, como aponta Maria Helena Capelato, ao analisar o liberalismo e a imprensa paulista, estes “atuavam ao lado de políticos e intelectuais, e todos em conjunto formularam projetos de reforma da sociedade”.¹⁹¹

A revista circulou ininterruptamente entre setembro de 1948 a setembro de 1951, quando veio a público o número 35/36 que nos leva a crer ser o último, pois, o texto “O terceiro marco”, uma espécie de editorial, embora não deixe claro tal fato, dá a impressão de ser uma despedida.¹⁹²

A revista constituía-se também num espaço para a publicação das mais variadas poesias, desde a de literatos famosos a desconhecidos locais. No primeiro número da revista, uma poesia chama a atenção. Intitulada “Perfil”, cujo autor assina como Petronius, é uma referência à jovem que figurava na capa daquele mesmo número.

da modernidade: releitura dos pensadores contemporâneos do ponto de vista da mulher. Tradução Nathanael da Costa Caixeiro. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987(?). p. 38-65.

¹⁹⁰ Ainda segundo Jürgen Habermas, “já desde o último terço do século XVII, os jornais são complementados por revistas, que não contém, em primeira linha, informações, mas instruções pedagógicas e até mesmo críticas e resenhas”. HABERMAS, J. Op. cit. p. 39.

¹⁹¹ Embora o período estudado por esta autora seja anterior ao da circulação da mencionada revista, penso que suas contribuições sobre esta atuação dos jornalistas, políticos e intelectuais, são muito próximas também do que verificamos em Joinville no momento da circulação da revista *Vida Nova*. Ver: CAPELATO, Maria Helena. *Os arautos do liberalismo: imprensa paulista (1920-1945)*. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 28.

¹⁹² *Vida Nova*, Joinville, n. 35/36, ago./set. 1951.

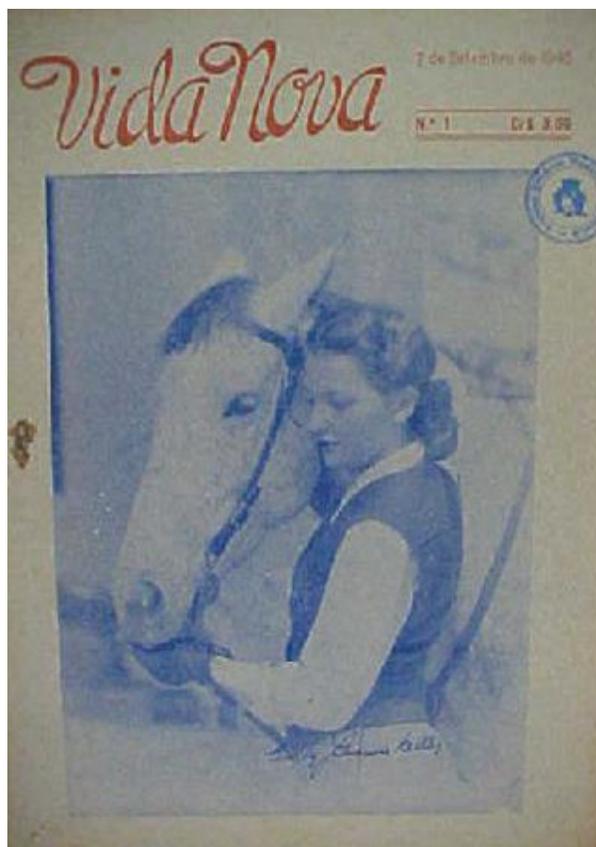


Fig. 30 – Capa: *Vida Nova*. Revista mensal ilustrada. Joinville, n.º 1, set./1948.
Fonte: Acervo: AHJ.

A jovem da capa era Crista Juliana Keller, homenageada pela poesia como:

É moça de atrativos, delicada,
Tem um ar etéreo de idealista,
Mas com a sua graça afidalgada,
Inspira simpatia dona Crista. [...] ¹⁹³

A *Vida Nova*, no seu primeiro número, mencionava que em cada um de seus números prestaria uma homenagem às mais “graciosas” senhoritas da cidade, e “dona Crista” foi a primeira. Assim como acontece com o livro, a primeira apresentação é a capa e, conforme Maria Teresa Santos Cunha, “as variadas formas através das quais um texto chega até o seu leitor constituem [...] suportes que lhe conferem legibilidade...”. ¹⁹⁴ No caso desta revista joinvilense,

¹⁹³ *Vida Nova*. *Vida Nova*, Joinville, n. 1, set. 1948, p. 24.

¹⁹⁴ CUNHA, Maria Teresa Santos. *Armadilhas da sedução: os romances de M. Delly*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 56. Sobre a importância das capas de livros (que “transportamos” para as capas da revista), na educação de sensibilidades e das diferentes apropriações, ver especialmente o capítulo “Em primeiras cerimônias de apropriação de capas, de títulos, de letras”.

foram as moças “delicadas e simpáticas” as escolhidas para “embelezarem” as capas. Talvez os editores da revista houvessem resolvido apenas fazer uma homenagem àquelas moças, mas podemos pensar também em outra possibilidade, ou seja, nesse momento de ‘modernização e progresso’, quando as mulheres estavam mais presentes no espaço público, sentia-se a necessidade de, mais uma vez, (re)significar as imagens femininas. Em diferentes momentos, constroem-se arquétipos femininos e aqueles do final do século XIX, que enalteciam a boa esposa, mãe e dona de casa, possivelmente não eram mais suficientes para referir-se a um ‘modelo de mulher joinvilense’, embora o casamento e a maternidade continuassem a ser extremamente valorizados.¹⁹⁵ Ao que tudo indica, em Joinville no final da década de 1940, a beleza feminina também foi positivada pela revista, quiza se inspirando em práticas que já podiam ser verificadas em outras cidades. Mônica Raisa Schpun observa que, em São Paulo, já na década de 1920, a beleza era tematizada: ‘Respondendo às demandas da vida pública, a cultura da beleza serve para preparar as mulheres que, a partir de agora, deixam-se ver na cidade, no anonimato do espaço urbano moderno’.¹⁹⁶ Beleza, como a de Crista Keller, Carmen Boehm, Leda Maria da Silveira, Magali Dippe..., que “deixava-se” ver nas imagens publicizadas pela *Vida Nova*.¹⁹⁷

A beleza das moças da cidade não era estampada apenas nas capas da revista. A partir de setembro de 1949, as páginas desse periódico foram espaço de acirrado concurso para escolher a ‘Rainha da Beleza’, pois, segundo os organizadores: ‘Joinville, precisa de um cetro onde pontifique a beleza da mulher joinvilense’.¹⁹⁸ O concurso era uma parceria da revista com a ‘Radiofusora Joinville’ e visava escolher a ‘Rainha do Centenário’. A votação seria feita em cupom individual, adquirido na rádio, na revista e em outros lugares que seriam anunciados. A

¹⁹⁵ Sobre algumas imagens referentes às mulheres em Joinville no século XIX, ver: SILVA, Janine Gomes da. *Tensões, trabalho e sociabilidades: histórias de mulheres em Joinville no século XIX*. Florianópolis, 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina.

¹⁹⁶ SCHPUN, Mônica Raisa. *Beleza em jogo: cultura física e comportamento em São Paulo nos anos 20*. São Paulo: Boitempo; SENAC, 1999. p. 91.

¹⁹⁷ *Vida Nova*. Revista Mensal Ilustrada. Joinville. Respectivamente n. 1 a 4, 1948.

¹⁹⁸ Rainha do Centenário de Joinville. *Vida Nova*, Joinville, n. 11/12, ago./set. 1949.

apuração, conforme o regulamento, seria formada por “pessoas de relevo social” da cidade, e para cada apuração seria escolhida uma comissão diferente. Os votos seriam recebidos quinzenalmente, para que cada resultado parcial fosse publicado no número mensal da revista. Ao final do concurso, a vitoriosa seria a “Rainha do Centenário” e mais duas seriam eleitas “Princesas”.¹⁹⁹ Um mês depois, a *Vida Nova* publicava a relação com os nomes das primeiras candidatas ao título, acompanhada da cédula de votação, que poderia ser recortada da revista e, depois de preenchida, encaminhada às urnas.²⁰⁰ Ao folhear as páginas da revista é possível perceber que os nomes vão alterando-se nas colocações, bem como, o concurso vai ganhando mais adeptos na cidade, como a Drogaria e Farmácia Catarinense que, “procurando cooperar de modo mais ativo com o concurso”, passou, já a partir de novembro de 1949, a dar como brinde aos fregueses um cupom para votação.²⁰¹ Desta forma, os nomes das candidatas iam surgindo nas páginas da revista: Crista Keller (a moça da capa do primeiro número da revista), Marilú Loiola, Juta Guettschow, Nilza Tilp, Carmen Boehm, Magali Dippe, Leda Silveira, Ruth Costa, Helena Andrade, Maria Luiza Amin, Leda Silveira, Oswalda Rottbarth, Zulmira Froellich, entre outras.

No final de 1950, a *Vida Nova* publicou nos dois últimos números daquele ano, a coluna “Como pensa você? ...” que, segundo a própria revista, destinava -se a ouvir os jovens – esportistas, estudantes ou comerciários – “representantes da mocidade feliz da gente joinvilense”. Mas, talvez, pelo fato do resultado do concurso estar se delineando, as duas primeiras jovens escolhidas para preencher as páginas de “Como pensa você?...” foram duas fortes candidatas do concurso, Carmen Boehm e Juta Guettschow, respectivamente. As moças falaram sobre o que pensavam sobre cinema, esportes, danças, a iniciativa do concurso, casamento e a “independência da mulher moderna”. Para Carmen, o casamento era “o sonho de

¹⁹⁹ Idem. Sobre o regulamento do concurso, ver: ANEXO IV.

²⁰⁰ Rainha do Centenário de Joinville. *Vida Nova*, Joinville, n. 13, out. 1949. Em relação à primeira apuração bem como o modelo do cupom para votação, ver: ANEXO V.

²⁰¹ Rainha do Centenário de Joinville. *Vida Nova*, Joinville, n. 14, nov. 1949.

toda moça e fonte dos mais intensos deleites”, desde que houvesse “amor e compreensão”.²⁰² Já para Jutta foi perguntado sobre “a evolução da mulher nos últimos tempos”. E a pergunta ainda dizia qual era a “evolução”: ir às praias, fumar e trabalhar nas indústrias, comércio e repartições públicas. A futura “Rainha da Beleza” de Joinville disse que a pergunta era complexa, condenou os vícios e mencionou que o “progresso relativo da mulher era fato evidente”. Concordava com “certos modernismos”, mas com relação a “trabalhar fora”, Jutta nada mencionou.²⁰³

As respostas destas moças, ao revelar um pouco do que pensavam, estavam em consonância com o modelo de mulher que a sociedade daquela época, especialmente de uma classe média, esperava delas; pois, ser mãe, esposa e dona de casa, ainda era considerado o “desti no natural” das mulheres.²⁰⁴

Os leitores da revista tiveram a oportunidade de conhecer os gostos e opiniões das candidatas mencionadas. A entrevista também tinha uma pergunta relacionada ao Centenário, em que ambas elogiaram o que estava sendo programado e destacavam a importância das bicicletas. Para Carmen, não poderiam faltar nos festejos as “tradicionalis bicicletas”.²⁰⁵ Jutta foi mais enfática. Além de assinalar que o aspecto mais pitoresco da cidade era “quando as ruas são invadidas por uma profusão de bicicletas” no final da tarde, sublinhou a importância de homenagear os “pioneiros”: “[...] acho perfeito tudo que está sendo projetado. Mas queria frisar somente uma coisa: não se deve esquecer de homenagear o colono desconhecido, o que em parte já está representado pelo monumento do Sr. Fritz Alt”.²⁰⁶

Se a publicidade que estas duas candidatas tiveram na coluna “Como pensa você?...” foi decisiva para o resultado do concurso, é difícil saber. Contudo, no número seguinte, a revista

²⁰² Como pensa você?... *Vida Nova*, Joinville, n. 26, nov. 1950.

²⁰³ Como pensa você?... *Vida Nova*, Joinville, n. 27, dez. 1950.

²⁰⁴ Carla Bassanezi, em um interessante trabalho sobre as “mulheres dos anos dourados” discute como, apesar do desenvolvimento econômico do Brasil na década de 1950 e concomitante aumento de mulheres trabalhadoras, o preconceito em relação às mulheres trabalhadoras ainda era intenso. Trabalhar fora de casa, principalmente entre a classe média, poderia ser uma “vergonha para o marido”; ver: BASSANEZI, Carla. Mulheres dos anos dourados. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997. p. 607-639.

²⁰⁵ Como pensa você?... *Vida Nova*, Joinville, n. 26, nov. 1950.

²⁰⁶ Como pensa você?... *Vida Nova*, Joinville, n. 27, dez. 1950.

publicava o resultado da “apuração final”. A “Rainha do Centenário” era Jutta Guettschow, eleita com 13.402 votos; Carmen Boehm e Maria Luiza Amin foram eleitas “Princesas do Centenário”, com 7.397 e 6.007 votos, respectivamente. A coroação das eleitas foi feita no início da noite de 10 de março, na sacada do “Palácio dos Príncipes”, ao som da banda da Força Pública do Estado de Santa Catarina. A cerimônia de coroação foi realizada com a presença de Dom Pedro de Orleans e Bragança, do governador do estado Irineu Bornhausen e do prefeito Rolf Colin, sendo prestigiada com grande público que tomou a Rua das Palmeiras.²⁰⁷ Após a coroação percorreram várias ruas da cidade e compareceram ao Baile de Gala realizado na Sociedade Harmonia Lyra.²⁰⁸

Ainda em relação à “beleza feminina”, amplamente tematizada na *Vida Nova*, principalmente até 1950, estamparam as capas da revista mulheres de sobrenomes lusos e teuto-brasileiros, todos relacionados à elite política e econômica local. Depois desta data, outras escolhas foram feitas para “emoldurar” a revista, com nomes relacionados à história de desenvolvimento econômico que a cidade queria propagar, como os senhores Herman August Lepper, Friedrich Louis Wetzel e Carlos Lange. A *Vida Nova* também estava em consonância com a iniciativa do poder público local, através da Prefeitura Municipal e da SAJ, que congregava a elite política, econômica e cultural da cidade, em tornar o Centenário de Joinville num espetáculo memorável e divulgar o progresso das empresas da cidade. Posteriormente, o número 28/30, referente ao mês de março de 1951, trouxe um retrato da “Princesa de Joinville”²⁰⁹ e o número seguinte, 31/33, de junho de 1951, dedicou-se aos eventos que ocorreram nas comemorações, apresentou os jovens Ronald Luz e Maria José Jardim Lobo, com as roupas que desfilaram no Desfile Alegórico do Centenário, ao representarem o Príncipe de Joinville e a Princesa Francisca Carolina.²¹⁰

²⁰⁷ Rainha do Centenário. *Vida Nova*, Joinville, n. 31/33, jun. 1951.

²⁰⁸ Coroação da “Rainha do Centenário”. *Jornal de Joinville*, 13 mar. 1951, p. 8.

²⁰⁹ Ver ANEXO VI.

²¹⁰ Ver ANEXO VII.

As mudanças das escolhas das imagens que iriam compor as capas das revistas, não foram por acaso. Ao que tudo indica, seguiam uma relação muito próxima com os acontecimentos daquele tempo. Talvez, num primeiro momento, a intenção realmente fosse mostrar “senhoritas graciosas”, pois assim, ao mesmo tempo em que despertavam nos jovens, homens e mulheres, o interesse pelo periódico, também (e quem sabe principalmente) homenageavam os pais das moças, pessoas de influência na cidade. Depois, com a proximidade do Centenário e adentrando nos discursos do desenvolvimento econômico, escolheram-se outros “personagens”, como os citados anteriormente, nomes de empresários locais. E, por fim, talvez, tenham entendido que as representações acerca da origem “hobre” da cidade – a capa com os jovens “representando” os príncipes, proporcionaria maior receptividade do público leitor.

No interior da revista há uma infinidade de temáticas abordadas e, quanto mais se aproximava a data centenária, mais homenagens aos “pioneiros” podem ser verificadas. Homenagens que poderiam ser “guardadas” para serem mostradas a filhos e netos, por aqueles que adquirissem o número especial da revista, pois este se colocava como “uma amostra fiel do que foi o primeiro centenário [...] esse documentário, como um reflexo, em todos os tempos, de como ressurgiu do nada uma cidade que orgulha, por todos os títulos, o nosso Estado”.²¹¹

Dentre as várias homenagens, uma das que mais chama a atenção é a da Drogaria e Farmácia Catarinense. Esta empresa, fundada em 1927 como Farmácia Minerva, por Alberto Bornschein²¹², em “sua página do Centenário” na *Vida Nova*, publicou, em vários números, a “crônica dos homens que muito fizeram por Joinville”. Tratava-se de um pequeno histórico sobre a vida de vários homens, a grande maioria imigrantes “pioneiros” e seus descendentes, pois, dos 52 personagens que tiveram visibilidade nesta “crônica”, apenas dois diferenciavam-se:

²¹¹ O artigo era uma peça publicitária da própria revista, que expunha os vários motivos para que se fizessem anúncios no número especial que seria referente ao Centenário. *Vida Nova*, Joinville, n. 27, dez. 1950.

²¹² Drogaria e Farmácia Catarinense S/A. Um esteio do comércio de Joinville. In: SOCIEDADE AMIGOS DE JOINVILLE (Org.) *Álbum histórico do centenário de Joinville. 1851-1951*. Curitiba: Gráfica Mundial, 1951. p. 128-129.

Francisco Antonio Vieira, 1º Oficial do Registro Civil²¹³; e, Francisco Machado da Luz, antigo Agente do Correio²¹⁴. Dos outros personagens as referências são: industrial ou proeminente industrial, negociante, dono de Secos e Molhados, proprietário de estabelecimento de fazendas e ferragens; ou, o primeiro açougueiro, o primeiro tabelião, o primeiro oficial; e ainda, irmão do industrial..., filho do imigrante..., pai do..., indicando assim os nomes de familiares também “importantes na crônica dos homens que muito fizeram por Joinville”.²¹⁵ Os textos que resumiam os “feitos” destes homens e, literalmente homens, pois, não foram mencionados nomes de mulheres, eram de autoria de João Krisch, na época com 87 anos de idade e que, por ter nascido em 1863, “acompanhou o desenrolar da vida joinvilense praticamente desde seu início”.²¹⁶

A Drogaria e Farmácia Catarinense trabalhou ativamente na valorização da história dos “pioneiros”. Além da página na revista *Vida Nova*, as vitrines da empresa, abriram espaço para exposição de flores e também exposição de dados biográficos de algumas famílias. Segundo um documento localizado no AHJ, a Drogaria tinha um programa em uma rádio local, na qual apresentava o histórico dos “pioneiros” e convidava os ouvintes, que desejassem “maiores e interessantes detalhes”, que se dirigissem às vitrines da empresa. O tema do mencionado documento é a história da família Lange:

Dizeres a serem intercalados em nosso programa das 7:15 – 7:30 da noite, diariamente.

Se necessário, o programa comum (propaganda) DEVE ficar prejudicado!!!

Em sua 14ª vitrine em preparação ao Centenário de Joinville, a Farmácia Catarinense nos apresenta dados biográficos da família Lange, a família que nos deu o primeiro médico joinvilense, o Dr. Carlos Lange, do qual muitos ainda se recordam.

Descendentes da família estão de posse de fotografias de 7 gerações, 4 das quais já brasileiras.

Carl Friedrich Heinrich von Lange, oficial dinamarquês de alta patente, foi pessoa de confiança e amigo do rei daquele país em fins do século dezoito. [...]

²¹³ *Vida Nova*, Joinville, n. 22, jul. 1950.

²¹⁴ *Vida Nova*, Joinville, n. 23, ago. 1950.

²¹⁵ Estes exemplos são encontrados em: *Vida Nova*, Joinville, n. 26 nov. 1950; e n. 27, dez. 1950.

²¹⁶ *Idem*.

Frederico Lange [...] em recompensa por seus bons serviços prestados a causa pública, foi agraciado pelo Imperador D. Pedro II com a patente de Major da Guarda Nacional do Império. [...]

Prezados ouvintes... para maiores e interessantes detalhes sobre a família LANGE... visitem a vitrine da Farmácia Catarinense.²¹⁷

Eram homenagens como estas, expressas em “histórico sobre os pioneiros”, entendendo que a história da cidade começou com esses pioneiros, ignorando a presença dos brasileiros na região, que costumavam ser publicadas na revista. Às vezes, algumas matérias destoavam um pouco do tom costumeiro desta história fundante. Refiro-me a um artigo de Crispim Mira, publicado em março de 1951, que evidenciava a presença de moradores na região:

[...] Afirma-se, a toda hora, que em 1851, era isto aqui ínvio sertão. Não é exato. Eram, ao contrário, bastante habitadas, as cercanias. Estendiam-se os moradores de São Francisco até Paraná-mirim, a oito quilômetros desta cidade. Desde 1826, eram habitadas aquelas paragens. É desse tempo, o coronel Vieira, que ali se instalara com grande fazenda e muitos escravos. No Morro do Boa Vista, fronteiro à cidade, pelo Iririú e pelo Cubatão, havia moradores. Os Coutinho da Rocha, os Cidrais e Cercais antecederam, pelos arredores, a fundação da Colônia Dona Francisca. [...] Pelas Três Barras passava, também, o caminho todo calçado de paralelepípedos, na Serra do Mar, em demanda dos campos dos Ambrozios e Curitiba. Assim, por conseguintes, não podia ser isto aqui, ínvio e desconhecido sertão. [...]²¹⁸

As afirmações do mencionado autor, atualmente, são contempladas na historiografia local, mas, na época em que foi publicado este artigo, não eram comuns estas referências, embora fossem de conhecimento de muitas pessoas que escreviam sobre a história da cidade. Na escrita da história local, este histórico vai aparecer novamente com a publicação da obra “História de Joinville: subsídios para a crônica da Colônia Dona Francisca”, de Carlos Ficker, publicado em 1965.²¹⁹

O artigo de Crispim Mira, como já mencionei, destoava da maioria dos discursos sobre a história da cidade. Em 1949, a *Vida Nova*, logo após o fim do período autoritário do Estado Novo, aproveitava a data do aniversário da cidade e a “brava” história da imigração, para

²¹⁷ *Drogaria e Farmácia Catarinense S/A. Referente Centenário de Joinville*. Caixa n. 27.13 – Reg. 97d – CCMNIC. AHJ.

²¹⁸ MIRA, Crispim. Havia brasileiros nas cercanias de Joinville. *Vida Nova*, Joinville, n. 28/30 mar. 1951.

²¹⁹ FICKER, C. Op. cit.

expressar suas críticas ao que havia acontecido e convidava a todos para festejarem o Centenário com “alvissareiro alvoroço”: “espera -se, com alvissareiro alvoroço, esse centenário almejado da sua fundação, tão próximo dos corações festivos”.²²⁰ Assim, a revista visava reforçar o novo sentido dado à história da cidade a partir dos preparativos do Centenário.

Este discurso, tratado no “jogo de sua instância”, infere sobre a importância da comemoração do Centenário da cidade. Uma comemoração vinculada a um passado, mas que tematizava, no seu presente, diferentes dispositivos que remetem a um efeito de sentido, ou seja, no presente (e no futuro, pois a comemoração seria em 1951) deveriam continuar a “erguerem monumentos de grandezas”, tal como os “fundadores” da cidade. Se, como nos lembra Eni Orlandi, “o discurso é palavra em movimento, prática de linguagem”, podemos dizer que, os inúmeros textos antecedentes às comemorações iam buscando construir um espaço profícuo, de modo que, cada vez mais, o sentido das comemorações faria sentido para a população. Com a prática da linguagem, reforçava-se o discurso da importância da imigração.

Nesta constante construção narrativa veiculada na *Vida Nova*, vale lembrar a importância daquele que lê, ou seja, de uma comunidade de leitores que compartilhava os escritos dessa revista. Assim, parecem-nos oportunas as palavras de Pedro de Souza sobre o “texto”, ao mencionar que é “uma exigência da linguagem que sempre demanda outro ao qual se pede significação. A inclusão do discurso do outro é condição para que se faça ao mesmo tempo texto no sujeito e este no discurso”.²²¹ A importância da presença do outro - os cidadãos joinvilenses, “de origem”, ou não - reverbera nos discursos referentes aos festejos. Através de enunciados, irrompem construções acerca de uma certa memória social:

Estamos com os festejos comemorativos do Centenário da cidade às nossas portas. Não é um fato comum registrado na história do município e de pouca relevância. São os primeiros cem anos decorridos da fundação, desse mesmo Joinville a cada momento vilipendiado, enxovalhado, pelos que pretendem, de modos diversos, aniquilá-lo e empobrece-lo, menospreza-lo, afim de que

²²⁰ *Vida Nova*, Joinville, n. 6, mar. 1949, p. 3.

²²¹ SOUZA, Pedro de. Da primeira vez o sexo que se conta é texto. *Revista de Ciências da Saúde*, Florianópolis, v. 17, n. 1, jan./jun. 1998. p. 121.

seja abatido na sua natural vaidade de primeiro entre os primeiros municípios do Estado.²²²

Uma certa memória social, revelada na grandiosidade do município, é decorrente de um passado pautado no mito fundador e que se materializa nos discursos comemorativos. Falas que se inscrevem numa posição discursiva de valorização de uma conjuntura, mas, ao mesmo tempo, sublinhando as angústias de um período anterior - “aniquilado, empobrecido, menosprezado”. Dessa relação intrincada entre as angústias do passado e os festejos do presente, ecoam significados, de valorização da imigração, que emergem de uma memória para inscreverem-se na história. Uma história de silêncios e de muitos ditos. Eni Orlandi, ao escrever sobre os “silêncios da memória”, em relação a “Maio de 1968”, reflete sobre os “sentidos que impõem limites” e, possivelmente, suas palavras “servem” também para analisar os referidos discursos sobre Joinville, quando diz que “O que foi censurado não desaparece de todo. Ficam seus vestígios, de discursos em suspenso, in-significados e que demandam, na relação com o saber discursivo, com a memória do dizer, uma relação equívoca com as margens dos sentidos, suas fronteiras, seus des-limites.”²²³

Ao irromperem em forma de discurso, as diferentes narrativas sobre a cidade de Joinville demonstram que “o que foi censurado não desaparece”. Em abril de 1949, entre os preparos para os festejos do Centenário, a Revista *Vida Nova* dedicou-se a tematizar o problema das tentativas de “abrasileiramento” de “alemães brasileiros”. O editorial da revista, intitulado “Sofisma ou exagero”, menciona a “grave injustiça” que ainda estavam sofrendo os catarinenses.²²⁴ No mês anterior, em março de 1949, a Revista *Cruzeiro*, havia publicado uma notícia sobre os imigrantes, que, segundo a *Vida Nova*, teve grande repercussão, merecendo os comentários da revista joinvilense:

²²² LUZ, W. Os velhos e novos amigos da cidade. *Vida Nova*, Joinville, n. 27, dez. 1950, p. 25.

²²³ ORLANDI, Eni. P. Maio de 1968: os silêncios da memória. In: ACHARD, Pierre et al. *Papel da memória*. Tradução e introdução José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 1999. p. 67.

²²⁴ Sofisma ou exagero. *Vida Nova*, Joinville, n. 8, maio 1949, p. 1.

Não creio que a cor dos olhos e dos cabelos de uma importante parcela do povo brasileiro, seja causa de apreensão para alguém, quando é sabido que a população do nosso País é oriunda das mais variadas raças, de todos continentes. E quando o Brasil precisou do sangue de seus filhos para a sua defesa, não fez diferença alguma quanto as suas origens, coisa justa. [...] Fala o artigo em língua nacional, censurando aqueles que não a falam corretamente. Certamente quer referir se ao idioma oficial - o português - já que a maioria dos brasileiros, da língua nacional sabe apenas a palavra Caramurú e olhe lá[...]²²⁵

Referir-se a um antigo problema que esteve na pauta da Nacionalização, quando a presença dos imigrantes causava “apreensão para alguém”, salientando a diversidade que “formou” o Brasil, ao mesmo tempo em que lembra que as origens não foram imprescindíveis quando “o Brasil precisou do sangue de seus filhos para a sua defesa”, é uma maneira de construir significados. E este texto pode ser compreendido como um “bólide de sentidos”, que conforme Eni Orlandi, “[...] ‘parte’ em inúmeras direções, em múltiplos planos significantes. Diferentes versões de um texto, diferentes formulações constituem novos produtos significativos”.²²⁶

No entrelaçamento de diferentes discursos, a *Vida Nova* foi apresentando, nos seus vários números, a importância dos fatos da história local, nos quais os colonizadores eram os personagens centrais, tudo isto, a partir de antigos elementos que produziam novos significados:

Há muito, que já passou o tempo em que se caçavam onças nas imediações ou mesmo dentro de casa e que se enxotavam os bichos bravios do terreiro. Dos imigrantes, que aqui aportaram esperançosos, nem todos venceram. [...] Aos que ficaram e principalmente aos que venceram, rendemos as nossas homenagens, que se acham concretizadas no belíssimo monumento, que a sensibilidade artística de Fritz Alt criou e que nós, Joinville de 1951,

²²⁵ Os brasileiros de origem germânica. *Vida Nova*. Revista mensal ilustrada. Joinville, nº 7, abr./1949, p. 77. O mencionado artigo da revista *Cruzeiro*, intitulado “Olhos azuis”, foi publicado por Rachel de Queiroz, n. 19, 19 mar. 1949. Este artigo foi bastante polêmico em algumas cidades de Santa Catarina. No caso de Blumenau, por exemplo, o artigo criou um “clima de indignação” e também não tardou a ser problematizado por periódicos daquela cidade. Sobre esse assunto, ver: FROTSCHER, Méri. *Da celebração da etnicidade teuto-brasileira à afirmação da brasilidade: ações e discursos das elites locais na esfera pública de Blumenau (1929-1950)*. Florianópolis, 2003. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina. p. 242-246.

²²⁶ ORLANDI, Eni P. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Op. cit. p. 14. Assim, na tentativa de compreender tais textos em uma “ordem significativa”, a Análise do Discurso é um importante “dispositivo de interpretação”. Convém salientar que Eni Orlandi mobiliza a noção de “dispositivo”, da filosofia Foucaultiana, concebendo a Análise de Discurso como um “dispositivo de interpretação”. Aliás, segundo esta autora, “[...] não há sentido sem interpretação, e a interpretação é um excelente observatório para se trabalhar a relação historicamente determinada do sujeito com os sentidos, em um processo que intervém o imaginário e que se desenvolve em determinadas situações sociais”. Idem, *ibidem*. p. 147.

oferecemos cheios de júbilo e ao mesmo tempo cheios de saudades aos imigrantes da época colonial, aos Pioneiros!²²⁷

Adolfo Bernardo Schneider, descendente de imigrantes, nascido no início do século XX, ao escrever sobre “os pioneiros”, apresenta um texto em que valoriza as experiências dos imigrantes. Evidentemente o autor não está falando somente dos imigrantes alemães, mas dos “pioneiros” de maneira geral. Todavia, é bom lembrar que, naquela época, na história local, diferente de hoje, falar dos imigrantes era quase sinônimo de falar dos alemães. Seu texto é, pois, não apenas um documento histórico, mas um “objeto lingüístico-histórico”.²²⁸ Inere sobre os fatos históricos e também remete a outro discurso, sobre a importância dos joinvilenses de 1951 “renderem suas homenagens”. Sublinhamos que este texto é “lingüístico -histórico”, pois, num movimento contínuo, ele está “determinado pela materialidade da língua e da história”, tomando um discurso e remetendo a outro.²²⁹ E desta forma, enunciados como os do Sr. Schneider permearam os discursos da época que circularam na *Vida Nova*.

Enunciados que se tornaram, de tão presentes, “naturalizados”. Desde o século XIX Joinville não foi só “alemã”. Na cidade viveram dinamarqueses, noruegueses, suíços, russos, holandeses e, posteriormente, italianos, que se somaram aos “brasileiros”, de origem africana, indígena ou lusa. No entanto, as referências às comemorações sinalizam mais as “feições germânicas”. Feições, possivelmente, garantidas por uma ideologia que “apresenta” a cidade como germânica e “pela ideologia, se naturaliza assim o que é produzido pela história [...]”.²³⁰

Mas, nessa profusão de imagens, às vezes, a diversidade foi tematizada:

Glorias ao colono bravo
Que nos veio d’além mar:
- Da Alemanha milenária,
Da Suíça, da Dinamarca,
Da Holanda, da velha Itália,
De Portugal - nosso irmão!
Não indagemos sua origem,

²²⁷ SCHNEIDER, Adolfo Bernardo. Os pioneiros. *Vida Nova*, Joinville, n. 34, jul. 1951.

²²⁸ ORLANDI, Eni P. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Op. cit. p. 53.

²²⁹ Idem, ibidem. p. 30-31.

²³⁰ Idem, ibidem. p. 31.

Que ele sempre nos lembra
O colono de CINQUENTA E UM!”²³¹

Diversidade, mas que, na construção de efeitos de sentidos é homogeneizada num personagem - “o colono de 1851”, sendo este um grande signo da história da cidade. De maneira geral, os discursos referem-se aos imigrantes de origem alemã, como “pioneiros”, fundadores e destacadamente como trabalhadores que construíram a cidade:

[...]A Cidade cresceu a sombra da Colônia
- argamassa de terra embebida em suor -
como exemplo de amor, de crença, de renúncia,
para que, no trabalho, as novas gerações
prossigam na vereda há um século traçada,
afirmando ao Brasil o esforço dessa gente
que procurou fazer uma pátria melhor
e, desinteressada,
a ela confiou, para a imortalidade,
sonhos, nervos, sangue, corações
no solo da Cidade.²³²

Versos que nos conduzem a um tempo pretérito - aquele da fundação da cidade. Uma fundação cronologicamente marcada em 1851, mas que nos diferentes enunciados torna-se sempre presente, instaurando discursividades, que constroem (ou buscam construir) uma identidade. Essa identidade remete às questões que envolvem a imigração, pois se trata de um “discurso fundador” instituindo sentidos e significados para o processo de identificação cultural da cidade.²³³ Ainda em relação à identidade que se procurava evidenciar durante as comemorações do Centenário e que estavam presentes nas páginas da *Vida Nova*, ou seja, uma história mediada pela intertextualidade da “saga” do imigrante, é bom lembrar que a construção da identidade se produz em referência aos outros e, conforme indica Michael Pollak, “memória e identidade podem perfeitamente ser negociadas, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo”.²³⁴

²³¹ BARRÊTO, J. A Dias. Ode ao colono de 1851. *Vida Nova*, Joinville, n. 28/29, mar. 1951, p. 52.

²³² CRESPO, J. Batista. Os titans... *Vida Nova*, Joinville, n. 28/29, mar. 1951, p. 36.

²³³ Sobre a perspectiva de “discurso fundador”, além das análises de Marilena CHAUI, apresentadas anteriormente, ver: ORLANDI, Eni Puccinelli. Vão surgindo sentidos. In: _____ (Org.) *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas, SP: Pontes, 1993. p. 11-25.

²³⁴ POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 204.

Esta negociação entre memória e identidade, teoricamente trabalhada por Michael Pollak, pode ser historicamente percebida em Joinville durante os preparativos das comemorações do Centenário e no seu momento específico – um “tempo de lembrar”, especialmente se compreendermos a comemoração, tal como observa Jean-François Forges, ou seja, além de exprimir memória de fatos, ela também transmite valores.²³⁵ Em Joinville, os fatos a serem ratificados na memória da cidade eram aqueles relacionados às histórias dos “pioneiros” e os valores transmitidos, decorrentes dessa memória eram, entre outros, a importância do trabalho (para o “progresso da cidade”) e os signos identitários.

As histórias que davam contornos à identidade da cidade, intimamente relacionada com a chegada dos imigrantes através da barca Colon e com o “trabalho incansável dos pioneiros”, foram profícuas na construção de uma memória sobre a cidade, apesar das disjunções do momento anterior vivenciado durante o Estado Novo. Desta maneira, grupos da sociedade local (re)negociaram elementos que se constituiriam em emblemáticos na narratividade das comemorações, priorizando elementos ligados a um passado de imigração - o “pioneiro de 1851”, a um presente que precisava mostrar a sua brasilidade – o “casamento da princesa”, e demarcar um espaço no campo econômico - o “seu desenvolvimento fruto de muito trabalho”.

Discursos pautados nestes signos permearam todo o período estudado, evidentemente sem levar em consideração as suas incoerências, fruto de problemas sociais, desempregos, insatisfação com a realidade política e econômica, etc. Não levavam em conta porque a memória, impregnada desta identidade, estava por se (re)construir. Segundo Michael Pollak, memória e identidade só “trabalham por si sós” em momentos de “calmaria”²³⁶ e, no caso de Joinville, o período que precedeu o Centenário ainda estava por se tornar num período calmo e

²³⁵ Conforme Jean-François Forges, “La commémoration exprime une mémoire des faits, mais aussi la transmission de valeurs”. FORGES, Jean-François. Des commémorations sélectives... *Mémoires*, Paris, n. 54, jan. 1999, p. 169. (Collection Mémoires – n. 54 – Travail de mémoire 1914-1998 : une nécessité dans un siècle de violence).

²³⁶ POLLAK, M. Op. cit. p. 207.

tranquilo para o desenvolvimento econômico que as elites locais almejavam, por isso, tanto investimento na produção destas memórias.

A Revista *Vida Nova* serviu (intencionalmente ou não) como uma das principais interlocutoras da SAJ, proliferando as histórias sobre a cidade que deveriam ser “guardadas” na memória, inscrevendo cotidianamente mensagens para uma - “vida nova”! Uma “vida nova” que para se efetivar precisava “esquecer” momentos doloridos, como as experiências da época da Nacionalização, que precederam a “ápoteose de 1951”. Assim, a comemoração do Centenário da cidade, foi um importante “acontecimento”, entendendo -o, tal como explicita Arlette Farge, como um momento, um fragmento da realidade, que quando da sua chegada é imediatamente partilhado por aqueles que o recebem, o vêem, guardando-o depois na memória. Desta forma, o acontecimento está simbolizado num “pedaço de tempo”.²³⁷

²³⁷ Segundo Arlette Farge, ‘L’ événement qui survient est un moment, un fragment de réalité perçue qui n’a aucune autre unité que le nom qu’on lui donne. Son arrivée dans le temps est immédiatement mise en partage par ceux qui le reçoivent, le voient, en entendent parler, l’annoncent puis le gardent en mémoire. Fabricant et fabriqué, l’événement est d’emblée un morceau de temps et d’action mis en morceaux, en partage comme en discussion [...]’. FARGE, Arlette. *Des lieux pour l’histoire*. Paris : Seuil, 1997. p. 82.

Capítulo IV

MEMÓRIAS DE DORES E DE FESTAS...

Tempo de esquecer... Tempo de lembrar!

Foi uma época esquisita. E éramos considerados quinta-coluna. [...] Magoava porque a gente não tinha nada com a Alemanha [...] nós nos fechamos dentro duma cápsula, ficamos dentro de casa; depois da guerra é que começou, novamente, a gente sair, as amizades. [...] Mas realmente durante os anos de guerra, aquilo meu, a família fechou-se, e fora isso você também não podia sair de casa, porque estava tudo escuro.

Jutta Hagemann da Cunha¹

Foi, foi muito comemorado, era foguetório e tudo. Mas foi bem festejada [o fim da 2ª Guerra Mundial], pudera né, tavam matando tanta gente.[...] **daí tudo voltou ao normal**, mas, foi bem sofrido pros alemães. Eles iam presos. Mandavam buscar a família inteira pra por na cadeia. [...] Eu me lembro do Coronel... Mas, eu não quero dizer o nome dele, que ele era ferrenho mesmo. [...] Ele mandava prender, sem mais nem menos. Fala alemão vai tudo pra cadeia. É proibido! [...] Ele era ferrenho, era brabo mesmo.

Maria da Luz Maia Bley²

O Centenário foi muito bonito... Desfile muito bonito, e fizeram aquele monumento ali na praça... Ali isso era tudo mato, ali era pântano, aí aterraram tudo. Todo mundo trabalhou muito. [...] Os próprios joinvilenses daqui que trabalharam, fizeram isso.

Leonora Busch Machado³

O Centenário foi uma festividade fora de série porque começou os preparativos, todo mundo ajudou.... Foi uma atividade muito bonita. [...] É, os preparativos eram ótimos. Eles fizeram a [barca] Colon [...] que começou a festa passando as ruas à noite, antes de 9 de março.

Helena Richlin⁴

¹ CUNHA, Jutta Hagemann da. *Entrevista concedida à autora*. Joinville, 17 abr. 2002. Nasceu em Joinville, em 19/06/1926. Destaca-se que optei por “limpar” um pouco as citações das entrevistas. Não se trata de uma “transcrição”, pois procurei na versão escrita deixá-las o mais próximo possível das falas das entrevistas. O único objetivo é facilitar a leitura de fragmentos de belas e tristes histórias que estas pessoas carinhosamente compartilham. Sobre algumas perspectivas de apresentar na forma escrita as entrevistas orais, entre elas a “transcrição”, ver: GATTAZ, André Castanheira. Lapidando a fala bruta: a textualização em história oral. In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom. (Org.) *(Re)Introduzindo a história oral no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1996. p. 135-140.

² BLEY, Maria da Luz Maia. *Entrevista concedida à autora*. Joinville, 04abr. 2000. Nasceu em Lages/SC, em 22/09/1908, já falecida. O pai era de origem alemã e a mãe de origem portuguesa. Veio morar em Joinville em 1942. Grifos nossos.

³ MACHADO, Leonora Busch. *Entrevista concedida à autora*. Joinville, 04 dez. 2001. Nasceu em Joinville, em 25/11/1916. Descendente de imigrantes alemães.

⁴ RICHLIN, Helena R. E. G. *Entrevista concedida à autora*. Joinville, 10 maio 2002. Nasceu em Joinville, em 21/07/1923. É descendente de imigrantes dinamarqueses e seu marido era descendente de imigrantes suíços.

A época da Nacionalização, especialmente, a partir da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial foi, para vários moradores da cidade de Joinville, uma época “esquisita”, “ferrenha”, “sofrida”... Enredado em medos e silêncios, por vezes, este período é lembrado como um momento de anormalidade. É assim que para alguns o fim da guerra e a possibilidade da volta da normalidade, ou melhor dizendo, do que se entendia como normal, é narrado com euforia por quem vivenciou aqueles fatos. Após o fim da guerra, cessaram-se as prisões, aos poucos alguns dos antigos espaços de sociabilidades fechados por força das leis nacionalizadoras foram reabertos. As histórias não eram mais as mesmas, mas mesmo assim, a idéia de retorno de uma normalidade vem à tona no momento do ato de lembrar.

As narrativas de Jutta e Maria são algumas entre tantas que apontam para os medos, as dores e os silêncios que o período da Campanha de Nacionalização imprimiu nas memórias de homens e mulheres, descendentes de imigrantes ou não, que viveram em Joinville naquele período, o qual chamo de um “tempo de esquecer”, especialmente, quando cotejado com os preparativos das comemorações do Centenário da cidade, bem como, todo o momento da festividade – que denomino “tempo de lembrar”. Embora tenha se investido num discurso que amenizasse os traumas daquele momento, visando um apaziguamento, como procurei demonstrar nos primeiros capítulos, as memórias ainda inferem sobre as experiências daquele tempo, sinalizando para inúmeras interpretações acerca do que significou os desdobramentos da Campanha de Nacionalização no cotidiano dos moradores de Joinville. Assim, embora algumas ações visassem engendrar perspectivas de uma “vida nova”, ainda, o passado aflora nas lembranças.

A partir de 1938, cidades como Joinville, repentinamente, viram seus hábitos cotidianos precisarem ser mudados, adequando-se às novas diretrizes políticas. Como já mencionei, para a efetivação desta “Nacionalização”, afirmando a nacionalidade brasileira, o governo federal,

estadual e municipal estavam atentos e tal medida acirrou-se a partir de 1942 com a declaração do estado de guerra entre o Brasil e o Eixo.

Em relação ao período da Campanha de Nacionalização – “tempo de esquecer”, as narrativas permitem perceber aspectos que extrapolam a sua efetivação (que se deu por autoritarismo, fechando espaços e silenciando pessoas) e apontam detalhes do cotidiano que possibilitam adentrar por um “universo do vivido”, que infere sobre as delações, prisões, brigas, medos, angústias, etc. E, o “tempo de lembrar” do Centenário, que no início deste trabalho foi apresentado a partir de uma memória pública/política, será neste momento narrado a partir da memória oral, especialmente, das falas das mulheres, delineando outras memórias sobre o Centenário. Memórias sobre a comemoração, mas que foram, na maioria das vezes, desencadeadas a partir das narrativas que iniciaram, principalmente pelo encaminhamento da realização da entrevista, a partir das experiências vivenciadas durante a Nacionalização.

Memórias que também pontuam, assim como a documentação produzida pela SAJ, o envolvimento dos moradores da cidade nos preparativos e a beleza das festividades, como narraram Leonora e Helena nas frases citadas acima. No exercício de narrar, outros detalhes vão mesclando-se às histórias do Centenário. Contrastar memórias de dores e de festas não significa partir de uma perspectiva maniqueísta para perceber a historicidade destes momentos como um embate entre o bem e o mal, mas evidenciar que por vezes as narrativas atribuem aos traumas – memórias de dores – elementos que o tornam politicamente importante. Não é o sofrimento pelo sofrimento, mas, muitas vezes, o sofrimento como lembrança, para dizer de como alguns grupos de moradores de Joinville merecem ser lembrados pelo sofrimento, pois, se estivermos atentos ao hibridismo das identidades, percebemos que lembranças e esquecimentos “misturados” constroem uma trama identitária e de memória. Para muitos depoentes sobre “aquele tempo”, a

perspectiva de ter sido “vítima” lhes investe o direito de “se lastimar, de protestar e de reclamar”.⁵

As narrativas que afloram a partir de 51 entrevistas, trazem à tona reminiscências de histórias de vida, de histórias sobre a Nacionalização e/ou sobre o Centenário. Histórias que reverberam, porque mesmo quando as entrevistas foram realizadas, principalmente, sobre um determinado tema, a história individual de cada um se fazia presente, entrecruzando os acontecimentos, uma vez que, como menciona Ecléa Bosi, “à narração da própria vida é o testemunho mais eloqüente dos modos que as pessoas têm de lembrar”, por se tratarem das “suas memórias”.⁶

Foram realizadas para esta pesquisa 20 entrevistas, incluindo 4 depoimentos não gravados, com 16 mulheres e 3 homens.⁷ Além destas, muitas pessoas me contaram fatos sobre “aquele tempo”, mas preferiram não gravar entrevista e nem serem citadas nominalmente. Suas histórias me ajudaram a construir este enredo e, embora seus nomes não estejam presentes na escrita, permeiam a minha narrativa. Ainda, analisei mais 31 entrevistas, uma que foi concedida para a historiadora Priscila Ferreira Perazzo, que realizou um trabalho sobre “campos de concentração” durante o período da Segunda Guerra Mundial⁸, 10 do acervo do Laboratório de História Oral da UNIVILLE - LHO e 20 do acervo do Arquivo Histórico de Joinville - AHJ. Das entrevistas do LHO, algumas são de “histórias de vida” envolvendo homens que tiveram participação política na história da cidade, outras foram realizadas, com homens e mulheres, objetivando conhecer aspectos da sociedade “de antigamente” ou sobre a Revolução de 1930 em Joinville. Já as entrevistas do AHJ, com a participação de 18 mulheres e 9 homens, apesar de algumas serem entrevistas de “história de vida”, apresentam temáticas mais variadas, como

⁵ TODOROV, Tzvetan. *Les abus de la mémoire*. Paris: Arléa, 1998.

⁶ BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 68.

⁷ Ao buscar mais informações sobre o período estudado, além da entrevista gravada, posteriormente, Helena Richlin gentilmente me concedeu um depoimento.

⁸ PERAZZO, Priscila Ferreira. *Prisioneiros de guerra: os cidadãos do Eixo nos campos de concentração brasileiros (1942-1945)*. São Paulo, 2002. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo.

Nacionalização, engenheiros, serrarias... Muitas delas foram realizadas com moradores de regiões rurais da cidade, desvelando detalhes das histórias dos diferentes bairros de Joinville.⁹

O que foi vivido e narrado, por homens e mulheres, tem contornos e incorpora dimensões. São memórias de pessoas que já passaram pelos “usos políticos” do Centenário e suas falas inferem sobre isso. Muitas vezes, estes moradores da cidade “refletem” as disputas destes usos políticos. Como lembrou Maria da Luz Maia Bley, o “normal” voltou à cidade e pela idéia do “normal” também se constrói a memória, pois, cada personagem que lembra, de certa maneira, também tem um pouco de poder sobre os significados daquele período. Se no momento da comemoração a SAJ e os seus representantes detinham um poder acerca do que estava se construindo, anos depois, através das entrevistas, percebemos também os poderes dos personagens que lembram. Quando Leonora faz questão de frisar que foram os próprios “joinvilenses daqui” que trabalharam no aterro do local em que seria erigido o Monumento ao Imigrante, de certa maneira, evidencia que todos eram de Joinville e que não existia mais, no momento do Centenário, aquela idéia de que alguns “eram da cidade” e outros “da Alemanha”.

Assim, atenta à diversidade das narrativas que me propus escutar, lembrei de uma inquietação do escritor Italo Calvino, que no momento deste trabalho aproximava-se das minhas próprias inquietações. Escreveu Calvino: “O que eu gostaria de saber é por que a rede furada da memória retém certas coisas e não outras...”¹⁰ A pergunta do escritor é, possivelmente, uma das preocupações que acompanham todos aqueles que resolvem trilhar os caminhos que a história oral (seja como técnica, disciplina ou metodologia)¹¹ conduz às acirradas discussões acerca da memória. Discussões presentes tanto quando se trabalha com a perspectiva de “memória

⁹ Algumas entrevistas do AHJ foram realizadas por mais de um pesquisador, apresentando perguntas sobre temas diferenciados aos entrevistados. Também algumas entrevistas foram realizadas com mais de uma pessoa ao mesmo tempo, totalizando assim, das 20 entrevistas, reminiscências de 27 pessoas.

¹⁰ CALVINO, Italo. Lembrança de uma batalha. In: _____ *O caminho de San Giovanni*. Tradução Roberta Barni. São Paulo: Cia das Letras, 2000. p. 72.

¹¹ Sobre estas diferentes perspectivas, ver AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. Apresentação. In: _____ (Orgs.) *Usos & abusos da história oral*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. vii-xxv.

coletiva”¹², como quando a perspectiva teórica utilizada é aquela que se aproxima da divisão e oposição entre memória e história, ou seja, problematiza a memória como constitutiva da história, tão bem apresentada por Pierre Nora, especialmente em “Os lugares da memória”.¹³ A memória é assim compreendida como viva, aberta; não se acomoda e se abre à dialética da lembrança e do esquecimento.¹⁴ Preocupado em seus estudos com as mudanças após a Revolução Francesa, o autor menciona, em relação ao seu objeto de estudo, que os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não existe memória espontânea e assim, criam-se arquivos e organizam-se celebrações¹⁵, entre outras ações ritualizadas. A obra de Pierre Nora é um convite para pensarmos os lugares de memória em diferentes comemorações.

No caso da cidade de Joinville, pela passagem do seu Centenário e pela forma grandiosa que o evento foi projetado, aliado aos descontentamentos relacionados ao período da Campanha de Nacionalização, salienta-se uma outra reflexão do autor, que me parece pertinente para este estudo: “a passagem da memória para a história obrigou cada grupo a redefinir sua identidade pela revitalização de sua própria história”.¹⁶ Nos capítulos anteriores, através da riqueza da documentação produzida para e sobre o Centenário podemos verificar, uma redefinição de discursos, expressos nas imagens, nos documentos oficiais, no desfile, etc. que inferem sobre uma outra imagem da cidade. Em 1951, Joinville não era mais uma pequena colônia de imigrantes onde quase só se falava em alemão, mas uma cidade que “trabalha pelo Brasil, graças

¹² A obra de Maurice Halbwachs vem sendo referência importante para todos que em diferentes áreas dedicam-se ao estudo da memória. Uma das suas maiores contribuições versa sobre a memória coletiva que, segundo o autor, é “o grupo visto de dentro”, apresentando ao grupo um “quadro de si mesmo que, sem dúvida, se desenrola no tempo, já que se trata de seu passado, mas de tal maneira que ele se reconhece sempre dentro dessas imagens sucessivas”. Para ele, a memória individual está amarrada à memória do grupo, sendo a memória de cada pessoa um ponto de vista sobre a memória coletiva. Seus estudos constituem-se num marco para as reflexões sobre a memória. Todavia, por tratar a memória coletiva como um “quadro de analogias” de certa forma dificulta o olhar para a hibridiz e à porosidade da memória. Assim, neste estudo, atendo-me mais às questões da individualização da memória, optei por não privilegiar a memória na perspectiva de “coletiva”, trabalhada por Halbwachs, arriscando-me por outros caminhos que possam deslindar detalhes das memórias individuais. HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990. p. 88.

¹³ NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. Tradução Yara Aun Khoury. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

¹⁴ Idem, *ibidem*.

¹⁵ Idem, *ibidem*.

¹⁶ Idem, *ibidem*. p. 17.

ao trabalho de todos os seus habitantes”. Todavia “todos os habitantes” são representados na maioria dos discursos e alegorias dos desfiles, principalmente, pelos imigrantes alemães, apesar de, como já mencionamos anteriormente, estes não se constituírem num único grupo e a própria Alemanha ainda não ser um Estado Nacional no momento da colonização da cidade.

Eis aí uma questão a se pensar, a partir das reflexões de Pierre Nora: não foi esta a forma – a partir de um Centenário que constasse a “saga da imigração” - dos imigrantes de Joinville revitalizarem a sua própria história? Uma revitalização que ainda hoje está presentificada, apesar de todo o processo migratório ocorrido na cidade, principalmente, a partir da década de 1960. O trabalho do imigrante alemão, teve no momento do Centenário um especial “lugar de memória”. Um lugar que celebrou uma história de imigração e investiu na criação de espaços de memória eminentemente relacionados à identidade de um grupo.

Esta memória enaltecendo o imigrante expressa nas festividades também (re)elabora o passado, positivando os aspectos que um grupo de pessoas da cidade, especialmente, ligados à SAJ, queria que fosse preservado na história local. Essa memória, produzida no entorno das comemorações de 1951 não necessariamente é única nem fechada a outras atribuições de significados. Refiro-me aqui a outras versões atribuídas a estes eventos comemorativos que podem ser perscrutadas nas fontes orais. Outras memórias sobre a imigração, que pode ser perspectivada de diferentes maneiras. Por exemplo, os múltiplos significados dados por moradores da cidade para aquelas festividades que mudaram, pelo menos no espaço físico, a região central de Joinville, pois, a memória é um processo constante de atribuições de significados, vinculados ou não às experiências vivenciadas pelos sujeitos que a tornam um elemento constitutivo da história.

O Centenário da cidade como um “tempo de lembrar”, que vai se esboçando desde a criação da SAJ e da preparação dos festejos até os dez dias de comemorações, expressa uma memória, mas não necessariamente infere sobre as lembranças de homens e mulheres envolvidos

diretamente ou não com aquele cenário comemorativo. Experiências que, ao serem lembradas, são retrabalhadas, ou ainda, como menciona Antonio Arantes, “amalgamadas em sonhos” cruzando diferentes planos de realidade.¹⁷

Apesar de diferentes perspectivas, que ora aproximam e ora distanciam memória e história, a questão da memória vem sendo problematizada, cada vez mais, principalmente a partir das últimas décadas do século XX. Apesar de a memória (com todos os conceitos que a cercam, como lembranças, esquecimentos,...) e suas imbricações com a história, especialmente, com as histórias de vida, estarem sendo amplamente tematizadas, a crescente revalorização da memória, parece estar também no centro da crítica dos pesquisadores.¹⁸

Quem sabe, seja nossa angústia, tal qual a de Calvino, que nos faz insistir em dizer que podemos aprofundar a discussão teórica. O motivo pode ser mesmo de não compreender objetivamente como as ‘redes furadas’ seguram coisas e repelem outras. Repelem, até porque, conforme olhamos para a problemática da memória, como se esta fosse um caleidoscópio, outras nuances coloridas apresentam-se, misturando passado e presente. É, pois, este sempre presente relacionamento passado-presente, que torna a discussão sobre memória instigante e complexa. Complexa também porque muda com o próprio tempo, pois, de acordo com Alistair Thomson:

Experiências novas ampliam constantemente as imagens antigas e no final exigem e geram novas formas de compreensão. A memória ‘gira em torno da relação passado-presente, e envolve um processo contínuo de reconstrução e transformação das experiências lembradas’, em função das mudanças nos relatos públicos sobre o passado. Que memórias escolhemos para recordar e relatar (e, portanto, relembrar), e como damos sentido a elas são coisas que mudam com o passar do tempo.¹⁹

¹⁷ ARANTES, Antonio A. *Paisagens paulistanas: transformações do espaço público*. Campinas, SP:UNICAMP; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000. p. 19.

¹⁸ Vários são os autores que apontam para a necessidade de estudos teóricos voltados para a questão da memória, entre eles, destacamos as observações de Jacy Alves de Seixas: “[...] muito se fala e se pratica a ‘memória’ histórica [...], mas pouquíssimo se reflete sobre ela.” SEIXAS, Jacy Alves de. *Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais*. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Orgs.) *Memória e [re]sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: UNICAMP, 2001. p. 38; e, de Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira: “Passou a época da marginalização da história oral. Hoje ela integra currículos e experiências de muitas comunidades e grupos sociais. É o momento de baixarmos as armas, e, com humildade, olharmos para nós mesmos, reconhecendo que nossos críticos têm razão em pelo menos um ponto: falta consistência teórica a parte de nossa produção.” AMADO, J.; FERREIRA, M. M. Apresentação. In: _____ (Orgs.) Op. cit. p. xviii.

¹⁹ THOMSON, Alistair. *Recompondo a memória: questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias*. *Projeto História*, São Paulo, n. 15, abr. 1997. p. 57.

São várias as questões que nos levam, cada vez mais, a observar os “furos da rede” e investir em interpretações que buscam diminuir os “buracos”. Enquanto historiadora, interessada especialmente pelo enfoque que os estudos de gênero atribuem às pesquisas, até porque, como já mencionou Lynn Hunt, “Sem alg uma discussão do gênero, nenhum relato de unidade e diferença culturais pode estar completo”²⁰, entendo que é preciso estar atenta às reminiscências, lembrando que elas se inscrevem no campo do subjetivo, do fugidio, etc., mas também estão marcadas pelas diferenças de gênero. Neste sentido, entendo ser importante marcar a presença do conceito de gênero aliado à memória e, portanto, memória feminina. As lembranças podem ser de diferentes maneiras problematizadas, são experiências de um tempo passado que carregam marcas de gênero, etnia, classe social, entre outras, e que assim, cada “marca” destas delineia um “trabalho de lembrar”.

Se a memória do Centenário foi construída de uma forma mais masculina, no sentido do público, entendo que também é importante procurar conhecer este espaço em outras dimensões como, por exemplo, na perspectiva do feminino, por intermédio de entrevistas orais que problematizem a memória de mulheres que, ao recordarem, dão os seus contornos às lembranças sobre a cidade de 1951. Isto não significa, evidentemente, que os homens só têm memórias sobre o público, até mesmo porque as linhas divisórias entre público e privado são muito tênues. Eles lembram, sim, das “histórias do privado”. Assim como as mulheres, por vezes, mesclam as histórias da cidade com os acontecimentos que marcaram suas histórias pessoais, como o ano do casamento, do nascimento de um filho, etc. Porém, nas suas narrativas, é muito mais o espaço público que se sobressai.

Na fala de homens que tiveram uma participação na política municipal como, por exemplo, Baltasar Buschle, ao ser perguntado sobre o Centenário e sua ligação com a SAJ, sua própria história foi pontuada com a participação como representante do Norte Catarinense no

²⁰ HUNT, Lynn. Apresentação: história, cultura e texto. In: _____ (Org.) *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 24.

Plano de Obras e Equipamentos, entre os anos de 1955 a 1958, e como prefeito de Joinville entre 1958 a 1961, além, é claro, de ser empresário.²¹ Suas histórias pessoais vinculam-se a esta participação, e apesar de, evidentemente, estas também estarem ligadas a acontecimentos de caráter privado, não são deixadas a ver... Narrativas como a de Baltasar, até mesmo pela sua trajetória política, não demonstram ser importantes os “detalhes do privado”, na construção de um enredo sobre o passado.²² Mas, pelo que pude analisar, não só homens que tiveram uma participação política efetiva em cargos públicos constroem narrativas que mobilizam, com mais ênfase, a política local. Alvino Timm, por exemplo, além de trazer detalhes sobre vários acontecimentos, entre eles a época da Nacionalização, ao falar sobre a cidade na década de 1940, comparativamente a tantas outras entrevistas que analisei, dá maior espaço para os fatos e ações dos políticos daquele momento:

[...] Joinville foi engatinhando assim devagarzinho, porque pouca gente tinha dinheiro e, Joinville começou a crescer foi de 45 pra cá. Até 45 Joinville tava sempre assim... [...] ...não tinha, não tinha progresso. Porque aqueles que tinham dinheiro, ninguém queria se arriscar, porque naquele tempo ninguém tinha certeza. Então, aí então 1945, que quando na época, que quando esse João Colin, [...] quando esse entrou de prefeito, mudou, o panorama de Joinville. [...] Até ali Joinville era uma Colônia. Então naquela época era assim, filho daqueles imigrantes que tinham indústrias e tinham essas coisas, eles não se metiam na política. Então, eles não queriam saber daquilo, política para eles, era uma, é, é, era uma coisa que eles não gostavam. [...] Aí ele se candidatô a prefeito e, e aí ele entrou lá dentro, ah!, ah!, aí Joinville começou andar. Agora, um homem, prefeito como aquele, eu tô com toda essa idade, conheci desde todos os prefeitos, um homem igual aquele nunca mais Joinville vai botá.[...]²³

²¹ BUSCHLE, Baltasar. *Depoimento concedido à autora*. Joinville, 02 jun. 2003. Nasceu em São Bento do Sul/SC, em 1918, veio para Joinville em 1932. Foi Presidente da Comissão de Finanças da SAJ.

²² E, reservadas as especificidades, as mesmas observações podem ser verificadas em outras entrevistas, como por exemplo: BUSCHLE, Baltasar. *Entrevista concedida a Dúnia de Freitas*. Joinville, 09 maio 1996. LHO; FALLGATTER, Helmut. *Entrevista concedida a Dúnia de Freitas*. Joinville, 24 set. 1984. LHO (Nasceu em 29/08/1909, descendente de imigrantes que vieram para o Brasil em 1863. Foi prefeito de Joinville entre 1961 a 1966); LARGURA, Aristides. *Entrevista concedida a Dúnia de Freitas*. Balneário Camboriú/SC, 05 e 06 mar. 1982. LHO (Descendente de imigrantes italianos, nasceu em Rio dos Cedros/SC, em 29/11/1906. Era da AIB, veio para Joinville no final da década de 1920 e foi eleito prefeito, tendo exercido o cargo entre 05/04/1936 a 05/01/1938); e, OLIVEIRA, Carlos Gomes de. *Entrevista concedida a Eneida Raquel S. Thiago*. Barra Velha, 24 jul. 1978. AHJ (Nasceu em 12/10/1894, foi eleito para vários cargos políticos, chegando a ser eleito Senador da República). Salienta-se que estas entrevistas são de “histórias de vida” e de certa forma, apresentam mais detalhes sobre as lembranças pessoais, mas mesmo assim, sobressaem as informações sobre o espaço público e político.

²³ TIMM, Alvino; TIMM, Alida. *Entrevista concedida a Maria Judite Pavesi*. Joinville, 12 maio 1998. AHJ. Alvino nasceu em 29/01/1910 e seus avós vieram da Alemanha. A participação da sua mulher na entrevista, especialmente no trecho citado limita-se a concordar com o marido, não inferindo sobre as mudanças políticas da época.

Convém lembrar que o nome de João Colin é, às vezes, lembrado pelas/os entrevistadas/os, mas narrativas encadeadas com este caráter de mudanças políticas, como a de Alvino, não são as mais comuns. Ainda em relação às narrativas masculinas, quando voltadas para as questões do espaço público, não se trata de um sentido público difuso, como tudo que está para além da porta da sua casa, pois este público está por vezes marcado pelo seu espaço de trabalho: a empresa, a fábrica, ou ainda, quando saiu de determinada empresa, quando se aposentou...

Os ambientes de trabalho, mesmo quando não são em espaços formais, como as fábricas, também são significativos para a ordenação da memória. Paulo Witt, ao ser perguntado se lembrava do período da Nacionalização, respondeu rapidamente: “Me lembro. Naquele tempo eu era até gaiteiro, porque eu tocava muita música [...] tinha orquestra também [...]”.²⁴ Um outro exemplo significativo é a história narrada por Eugênio Boehm, que apresenta uma narrativa sobre o período da Segunda Guerra, a partir dos trabalhos desenvolvidos na olaria de seu pai, onde ele também trabalhou. Lembra do medo que sentiu ao ser chamado no 13º BC, na realidade por causa das telhas, mas antes de saber o motivo, segundo ele: “baixou a minha coragem”. Na entrevista, menciona alguns aspectos do período, como o fato de estarem perseguindo nazistas, mas o interessante é que a narrativa principia com a história da olaria:

[...] na olaria do meu pai e eu fiz este tijolo. Esse tijolo foi achado no Batalhão, que nós fornecemos todo o material para a construção do Batalhão em todas as dependências lá e um dia me chamam lá, [...] me chamaram e nós távamos fornecendo até hoje e eu não fui. [...] No terceiro dia então ele disse se você não vem então nós vamos buscar o senhor [...] fizeram uma reunião todos os comandantes lá, todos os oficiais. O seu nome? Eugênio. É ele mesmo! Pus, aí baixou a minha coragem. E você nasceu então? Eu nasci lá, tá... tá... tá... Você trabalhou uma vez em olaria? Disse: Ah! O meu pai era oleiro. É ele mesmo, disse um outro com ele: é ele mesmo. [...] E no fim ele disse você conhece esta telha. Eu disse: olha, mas isso não estava quebrado, estava inteirinho. Estas quebraram aqui depois. Eu disse: é, é telha

²⁴ WITT, Paulo. *Entrevista concedida a Maria Judite Pavesi*. Joinville, 05 maio 2000. AHJ. Nasceu em janeiro de 1924. Esta entrevista tematizou, principalmente, seus trabalhos na construção de engenho, serrarias e também na produção de farinha de mandioca e araruta, em região rural da cidade.

que nós fazíamos que eu fazia. Eu fazia na olaria do meu pai. [...] é ele, é ele, é ele. E depois desta me deram a mão [...]”²⁵

Estar atenta às singularidades de narrativas de homens e mulheres é uma entre outras perspectivas, ou seja, podemos nos dedicar a pensar esta memória em uma das suas possibilidades, através das “marcas de gênero”²⁶, que não exclui nem a de etnia, nem de classe social, mas mobiliza, por meio das entrevistas, este aspecto. E por ser relacional está também atenta às narrativas masculinas, mas de uma forma “periférica”, pois, por uma “escolha” teórica e metodológica da historiadora, é a memória “privada” sobre os festejos no público, evidenciada pelas vozes femininas, que neste capítulo será privilegiada. Falas que inferem sobre uma infinidade de temáticas das quais mobilizo, especialmente, as referentes à Campanha de Nacionalização e ao Centenário.

Convém lembrar que quando me refiro a uma “escolha”, duas questões devem estar presentes: a primeira, é que não se trata de uma perspectiva essencialista, pautada na diferença biológica, pois as diferenças dos papéis masculinos e femininos foram e são construídas historicamente; e, segundo, decorrente da primeira observação, estas diferenças que podem ser observadas na memória, estão em consonância com as diferentes experiências vivenciadas, que são entremeadas por papéis considerados “masculinos” ou “femininos”. Não se trata, portanto, de a priori entender a memória como uma tipologia – masculina ou feminina - decorrente do sexo de quem rememora. Não significa simplesmente perceber as diferenças como algo dado (pois são “fabricadas” de forma relacional), mas perceber que se muitas vezes homens e

²⁵ BOEHM, Eugênio. *Entrevista concedida a Dúnia de Freitas*. Joinville, 11 jun. 1984. LHO. O entrevistado nasceu em 24/10/1902.

²⁶ Sobre o conceito de gênero como categoria de análise, ver: GROSSI, Miriam; HEILBORN, Maria Luiza; RIAL, Carmen. Entrevista com Joan Wallach Scott. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 114-124, 1998; MATOS, Maria Izilda S. de. Gênero e história: percursos e possibilidades. In: SCHPUN, Mônica Raiza (Org.). *Gênero sem fronteiras: oito olhares sobre mulheres e relações de gênero*. Florianópolis: Mulheres, 1997. p. 73-91; PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero na pesquisa histórica. *Revista Catarinense de História*, Florianópolis, n. 2, p. 35-44, 1994; RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pillar. (Orgs.) *Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade*. Florianópolis: Mulheres, 1998. p. 21-41; e, SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

mulheres viveram suas experiências de forma diferente, no ato de rememorar, estas “diferenças” podem se fazer presentes. Em relação ao conceito de experiência, gostaria de salientar as observações de Thompson que, ao mencionar a ausência deste termo nas análises marxistas e althusserianas, destaca a importância deste conceito para a análise histórica, pois:

Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo – não como sujeitos autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua consciência e sua cultura [...] das mais complexas maneiras [...].²⁷

Desta forma, entendo que as pessoas – homens e mulheres – “experimentam suas situações” e que “também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura”.²⁸ Assim, as memórias são carregadas de marcas de vida e estas marcas revelam também as experiências diferentes de homens e mulheres. E, grande parte das experiências de cada pessoa ainda estão ligadas aos papéis que são desempenhados na sociedade.²⁹

Se atualmente podemos verificar algumas modificações nos papéis femininos e masculinos, com um número maior de homens aproximando-se de antigas tarefas “tidas como femininas” ou, ainda, se no chamado espaço público as mulheres cada vez mais se fazem

²⁷ THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 182. Convém lembrar que existem críticas ao conceito de Thompson de experiência. Joan Scott, por exemplo, menciona que a perspectiva deste autor sobre a experiência “se torna ela própria cumulativa e homogeneizadora, fornecendo o denominador comum sobre o qual a consciência de classe é construída”. Para Joan Scott, o indivíduo se constrói na experiência e esta não é o início de uma explicação mas, sim, o que queremos explicar, pois “experiência é sempre e imediatamente algo já interpretado e algo que precisa de interpretação. O que conta como experiência não é auto-evidente nem direto; é sempre contestado e, portanto, sempre político”. SCOTT, Joan W. A invisibilidade da experiência. Tradução Lúcia Haddad. *Projeto História*, São Paulo, n. 16, fev. 1998. p. 311- 325.

²⁸ THOMPSON, E. P. Op. cit. p. 189.

²⁹ Ainda em relação a esta questão, parecem-me oportunas as palavras da historiadora Françoise Thébaud: “[...] Percebemos, ao entrevistar mulheres, que suas referências temporais, ou que as referências temporais dos indivíduos, são sempre ligadas a suas experiências e à importância dada a esse ou àquele tipo de vivência. As mulheres, notadamente as que ficaram em casa durante toda a vida, têm referências temporais ligadas a suas maternidades, e isso pode ser considerado como uma das características da memória feminina. Ela desaparecerá quando todas as mulheres trabalharem fora? Não sei, porque a maternidade ainda é uma experiência importante para as mulheres. Mas me parece que falar de memória específica feminina ou masculina pode ir muito longe, e existe aí um risco de naturalização dos sexos. Eu penso que há memórias específicas de cada indivíduo em função de suas experiências vividas”. SILVA, Janine Gomes da. Sobre a “aventura intelectual da história das mulheres”: entrevista com Françoise Thébaud. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 11, n. 1, jan./jun. 2003. p. 214.

presentes, convém ressaltar que não era essa a realidade da época que estou analisando. Apesar de também estarem no espaço público, nas ruas, nos comércios, nas fábricas, nos desfiles..., era no espaço privado que mais eram evidenciadas. Na década de 1930, assim como nos “anos dourados” de 1950, o papel feminino que a sociedade almejava (e prescrevia), era o da boa esposa, mãe e dona de casa.³⁰ As experiências destas mulheres que entrevistei, são então também marcadas por estes papéis. Evidentemente, elas falam do passado no presente e, possivelmente, estas questões, relacionadas ao Centenário, por exemplo, ainda não tinham sido problematizadas por elas. Desta forma, ao narrarem sobre o passado estas mulheres também mesclam as alterações que os papéis femininos sofreram nas últimas décadas. Todavia, mesmo as mulheres que “naquele tempo” transitavam da mesma forma entre o público e o privado, falam de si muito mais a partir das histórias do privado, enfatizando quais eram os papéis femininos “no seu tempo” de juventude. Maria da Luz Maia Bley, por exemplo, ainda quando morava na cidade de Mafra, antes de vir morar em Joinville, teve uma participação intensa nos trabalhos para arrecadar recursos para a construção da maternidade da cidade de Rio Negro, cidade vizinha à qual ela morava:

[...] eu ajudei a construir a maternidade [...] aquela maternidade eu muito ajudei. A Ana Zornig era presidente e eu era vice-presidente [...] tinha diversas senhoras que trabalhavam, fazíamos festas, convidavam os Ribas, ele veio assistir o nosso baile [...] trabalhamos o que deu, a vizinhança, para arranjar galinhas, ovos, tudo para a festa da maternidade. Trabalhamos como loucas. [...] Um pouquinho eu ajudei lá!³¹

Na narrativa acima, Maria da Luz, por vários momentos enfatiza o quanto trabalhou para a construção daquela maternidade. Conseguiu trazer os “Ribas”, referência ao nome de um importante político do estado do Paraná, na época. Mas, apesar de ter falado de todo este trabalho, um pouco antes, quando perguntei se ela havia “trabalhado fora”, Maria foi enfática: “Não!” Posteriormente, contou que foi a primeira vendedora de Avon em Joinville, disse ela:

³⁰ Sobre os “papéis femininos” na década de 1950, ver: BASSANEZI, Carla. Mulheres dos anos dourados. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997. p. 607-639.

³¹ BLEY, Maria da Luz Maia. Entrevista citada.

“[...] me fazia bem, porque eu saía, eu conversava, eu sempre fui de muita conversa [...] eu achava que vivia muito quieta em casa, e me fazia bem, receber uns cobres a mais.” Naquele tempo, o marido tentou demover esta idéia e não conseguiu. Entretanto, por causa dele, ela “não pagou o INSS” como autônoma para ter direito a uma aposentadoria como vendedora. No momento da entrevista, mencionou que se ele ainda fosse vivo, ela “brigava”. Mas, em relação ao passado apresenta uma fala mais branda: “[...] marido igual eu não teria. [...] ele tirava da minha cabeça mansamente: ‘Bobagem! [...] não venda mais Avon’. [...]”.³² Ele não a “desenganou”, expressão utilizada por ela. Maria continuou vendendo o produto, e orgulhosa contou que exerceu essa atividade por aproximadamente 50 anos. Mas, por duas vezes, ao dizer que não trabalhava fora, infere um pouco sobre o arquétipo feminino “daquela época”, uma mulher não deveria “trabalhar fora”. Argumentos que, de tão repetidos, passam a fazer parte das lembranças de quem rememora, compondo, de certa maneira, o que Michelle Perrot chamou de “prática da memória feminina”.³³ Esta autora vem há vários anos tematizando histórias de mulheres e as relações com as perspectivas de espaços públicos e privados, entendendo a articulação destes espaços como um dos principais problemas das sociedades democráticas.³⁴ Um debate que também se associa às discussões sobre uma perspectiva de memória feminina. Uma memória feminina que, de acordo com várias intelectuais francesas, está marcada pelos papéis sociais, pois a memória não é sexuada, mas diversificada segundo os itinerários individuais, que passam pelas determinações sócio-históricas do masculino e do feminino.³⁵

³² Idem.

³³ PERROT, Michelle. Práticas da Memória Feminina. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 9, n. 18, p. 9-18, ago./set. 1989. Ainda, em relação às discussões sobre gênero, memória e experiência, ver: KOFES, Suely; PISCITELLI, Adriana. Memória de ‘histórias femininas, memórias e experiências’. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 8/9, p. 343-354, 1997.

³⁴ Segundo Michelle Perrot: “L’articulation du public et du privé est un des problèmes majeurs des sociétés démocratiques. Elle est au coeur de la théorie politique comme de la vie quotidienne. Le croisement avec la différence des sexes est une manière d’en pénétrer le fonctionnement et d’en saisir les déplacements”. PERROT, Michelle. *Les femmes ou les silences de l’histoire*. Paris : Flammarion, 1998. p. 391.

³⁵ Conforme Sylvie Van de Castele-Schweitzer e Danièle Voldman: “[...] pour les hommes comme pour les femmes – la mémoire est marquée, structurée par les rôles sociaux. [...] la mémoire est non pas sexué mais diversifiée selon les itinéraires individuels. [...] la sexualisation de la mémoire étant constitutive du débat sur les déterminations socio-historiques du masculin et du féminin.” CASTEELE-SCHWEITZER, Sylvie Van de ;

As memórias do Centenário não são homogêneas e devemos estar atentos, ao olhar para a história da cidade, a como os papéis de gênero são construídos historicamente e são “um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana”³⁶. A partir do momento que analisamos as diferentes formas de homens e mulheres vivenciarem a Nacionalização e o Centenário, relacionados aos papéis que estavam ligados pelas condições colocadas na sociedade, definidoras de “papéis de gênero”, podemos compreender por que homens e mulheres ao rememorem não enfatizam, necessariamente, as mesmas questões. Falar de uma memória feminina, não significa estabelecer linhas divisórias rígidas para compreender as diferentes narrativas de homens e mulheres, mas compreender como a vivência de suas experiências podem dar mais ênfase a determinados assuntos. Desta forma, percebo que as vivências de atividades cotidianas diferenciadas favorecem à emergência de lembranças variadas. E, em relação ao cotidiano, vale lembrar a observação de Maria Odila Leite da Silva Dias, ao salientar a importância de um aperfeiçoamento da hermenêutica do cotidiano, quando diz que é “este o sentido da teoria feminista de desbravamento do cotidiano na perspectiva histórica, pois o acumular de conhecimentos específicos sobre a experiência concreta das mulheres em sociedade a longo termo vem se contrapor aos valores culturais de dominação”.³⁷

Nas escolhas de memórias que fazemos para contornar determinado período e/ou fato histórico, temos sempre que estar atentos às localizações afetivas que nossas entrevistadas nos apresentam, pois, “em nossas reminiscências frequentemente tentamos estabelecer uma coerência pessoal satisfatória e necessária entre as passagens não resolvidas, arriscadas e

VOLDMAN, Danièle. Les sources orales pour l'histoire des femmes. In : PERROT, Michelle (Org.) *Une histoire des femmes est-elle possible ?* Paris : Rivages, 1984. p. 63-64.

³⁶ SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Op. cit. p. 16.

³⁷ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Teoria e método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Org.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 51.

dolorosas de nosso passado e de nossa vida presente.”³⁸ É assim que, a “partir das lembranças”, podemos construir algumas histórias.

A partir das lembranças... Memória e gênero das histórias de Joinville.

A partir das lembranças várias versões podem ser construídas sobre um mesmo período ou acontecimento, diferentes relatos, várias histórias. Na história oral a experiência do outro emerge aflorando subjetividades, e experiências sociais do passado são, aos poucos, (re)construídas. Dependendo dos atalhos que a oralidade apresenta, alguns relatos nos parecem mais “completos”, mais saturados de histórias. Ao mesmo tempo em que sinalizam para seus (des)limites, muitas vezes, as/os entrevistadas/os valorizam seu trabalho de lembrar. Um exemplo é a fala de Maria da Luz Maia Bley, que oscilou sua narrativa no fato de já estar com “muita idade” mas, mesmo assim, lembra de muitas coisas. Disse ela: “Eu nasci em 1908. Estou com 91 anos. Não sei se esta idade é bonita ou feia. Já era pra mim tá bem ‘caduca’, porque com 91 anos tem gente que já está pior do que eu, não lembra das coisas. E eu me lembro de muitas coisas...”³⁹ A narrativa de Maria é, no mesmo instante, um convite a compreender seus “lapsos” de memória e ouvir suas histórias. Suas, mas também sobre a cidade se entendermos que a narrativa é, num só tempo, pessoal e um relato acerca do social. Entender desta forma não significa apenas enquadrá-la numa “memória coletiva”, mas deixar espaços para o que é singular, íntimo, quase secreto e, portanto, muito individual.

Detalhes da vida de quem narra vão surgindo aos poucos e, às vezes, tomando um rumo quase épico sobre as “histórias daquele tempo”. Com efeito, num texto bastante denso sobre a

³⁸ THOMSON, A. Op. Cit. p. 58.

³⁹ BLEY, Maria da Luz Maia. Entrevista citada.

importância do narrador, Walter Benjamin já destacou que na arte da narração o veio épico é oral e “quem escuta uma história está em companhia do narrador”.⁴⁰ Assim, buscar compreender a história a partir das lembranças é estar sempre ciente da presença do narrador, embora ele não esteja só no seu trabalho de lembrar, pois de uma forma muito concreta, a presença do pesquisador, neste caso, a historiadora, exerce um papel importante na utilização da narrativa para uma possível explicação histórica. Trata-se do que Alessandro Portelli chama de “natureza dialógica” do discurso produzido a partir do trabalho com a história oral, porque ela é criada “não somente pelo que os entrevistados dizem, mas também pelo que nós fazemos como historiadores – por nossa presença no campo e por nossa apresentação do material”.⁴¹ Desta forma, este discurso dialógico produzido é um dos componentes da complexidade da história oral.⁴²

Assim, escrever sobre histórias de diferentes lugares e períodos, a partir, especialmente, das fontes orais é instigante, prazeroso e, porque não dizer, arriscado. Não falo simplesmente daquele risco em buscar atribuir a propriedade de verdade aos fatos estudados, mas de um risco inerente ao próprio caráter difuso e seletivo da memória. Frases incompletas, dúvidas, interrupções repentinas quando se lembram de outras coisas, fazem parte das narrativas sobre um tempo pretérito. E, mesmo aquele/a narrador/a minucioso/a que traz à tona inúmeras recordações, dá detalhes, situa suas lembranças em relação aos acontecimentos, muitas vezes, no decorrer de sua fala, não percebe a riqueza de suas informações.

Neste meu percurso de ouvir diferentes mulheres, numa agradável tarde conheci Irma Richter. Nascida em 1911, vivenciou os diferentes acontecimentos que se desenrolaram no decorrer dos anos. A cada pergunta que eu fazia, Irma posicionava-se, narrava, apresentava-me

⁴⁰ BENJAMIN, Walter. O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: _____ *Magia e técnica, arte e política*. Tradução Paulo Sérgio Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras escolhidas, v. 1) p. 213.

⁴¹ PORTELLI, Alessandro. História oral como gênero. Tradução Maria Therezinha Janine Ribeiro. *Projeto História*, São Paulo, n. 22, jun. 2001. p. 10.

⁴² Segundo Alessandro Portelli, como a história oral tem início na oralidade mas é “concluída” no texto escrito do historiador, podemos defini-la “como o gênero de discurso no qual a palavra oral e a escrita se desenvolvem conjuntamente, de forma a cada uma falar para a outra sobre o passado”. Idem, *ibidem*. p. 13.

detalhes que só ela conhecia, por serem as suas opiniões sobre o período da Nacionalização. Contou “coisas”, riu de outras, emocionou -se, lembrou de nomes, de lugares, de sua infância, mas, ao mesmo tempo em que falava de suas lembranças, apontava para seus esquecimentos: “A minha memória, olha que já está um pouco gasta”.⁴³ Esta frase, dita por Irma, depois de ter contado tantas coisas, expressa o quanto a memória apresenta conflitos: as lembranças afloram, mas podem parecer fragmentos que pouco contam da história. Neste sentido, penso que as palavras de Michel Pêcheux são um alerta para como devemos problematizar a memória, ou seja, “Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra -discursos”.⁴⁴

Em alguns momentos, Irma enfaticamente falava dos conflitos, das delações dos brasileiros em relação aos descendentes de imigrantes falarem alemão: “Sempre tinha alguém que dedurava, que estava alerta para desmascarar a gente que estava falando”. Em seguida, serenamente, Irma lembrou de um antigo vizinho que, naqueles tempos difíceis, socorreu a sua família, num momento de doença: “E esse Dias, socorreu nós, isso a gente nunca esqueceu”.⁴⁵ Assim, atenta aos “riscos” e encantada por este “espaço de desdobramentos”, penso ser possível compreender uma história sobre a cidade de Joinville, através da memória feminina.

As experiências vivenciadas de formas diferentes por homens e mulheres podem se constituir também em uma das marcas do trabalho de lembrar, que não exclui as outras (classe, etnia, religião...) e nem as torna mais importante, mas vai tecendo contornos diferentes. Elvira Wolter⁴⁶, por exemplo, ao rememorar o Centenário diz que foi muito festejado, mas lembra pouco de todos aqueles dias. Só “viu o desfile e a rainha”, pois era recém -casada e tinha um filho muito pequeno. Mas o marido, este participou bem mais das atividades. Ora, um fato aparentemente normal se entendemos que historicamente o trabalho de “cuidar das crianças” é

⁴³ RICHTER, Irma. *Entrevista concedida à autora*. Joinville, 11 out. 1998. Nasceu em Joinville, em 1911. Descendente de imigrantes, os avós paternos eram austríacos.

⁴⁴ PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre et al. *Papel da memória*. Tradução e introdução José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 1999. p.56.

⁴⁵ RICHTER, Irma. Entrevista citada.

⁴⁶ WOLTER, Elvira Hildegar. *Entrevista concedida à autora*. Joinville, 29 nov. 2000. Nasceu em Joinville, em 26/05/1924. Seus antepassados vieram para Joinville em 1864(?). Foi casada com Arthur Wolter, que tinha participado da UDN e foi vereador em Joinville, pela antiga ARENA, entre 1973 a 1982.

entendido como “tipicamente feminino”.⁴⁷ Todavia, a própria história de Elvira vai desvelando outras questões. Suas atividades sempre se restringiram mais às questões domésticas, enquanto o marido voltava-se para o público. Ele, anos mais tarde, chegou a participar da UDN e ser vereador da cidade. Elvira lembra de participar com ele dos jantares, mas de reuniões políticas não. Ou seja, para ela, possivelmente, estas reuniões tinham mais um caráter de encontro social, não se caracterizando como um espaço público e político. No momento da realização da entrevista, por exemplo, Elvira pediu para interromper, queria falar um pouco sobre o marido, afinal, apesar de eu ter conversado anteriormente e explicado qual seria o tema da entrevista, ela continuava pensando que seria sobre o marido “que se elegeu vereador em 1972”.⁴⁸ Assim, podemos entender, que ela não participou ativamente do Centenário não somente porque tinha um filho pequeno, mas, possivelmente, porque não costumava participar da vida pública da cidade.

A história de Elvira é uma, não a de uma única mulher que pouco participou, mas que se difere de tantas outras que trabalharam e aproveitaram bastante aquela comemoração, algumas, inclusive, confeccionando a decoração das ruas: “É. E tudo cheio de bandeiras. [...] Muito preparativo e todo mundo ajudou”.⁴⁹ Jutta também menciona que “todo mundo ajudou”, mas em relação a si própria destaca que não pôde participar muito, pois, tinha casado em 1946 e estava com duas crianças pequenas. E, ainda, precisou fazer uma cirurgia bem no dia do desfile, mas, mesmo assim, foi ao baile. Para ela, “foi uma festa assim que envolveu” e suas filhas, com 3 e 4

⁴⁷ Todavia, salienta-se que esta atividade considerada “tipicamente feminina” foi (re)significada em diferentes momentos. Susan Besse, em um estudo sobre a “reestruturação de ideologia de gênero no Brasil”, demonstra, especialmente nos capítulos 2, 3 e 4, que no final da década de 1930, por conta de uma nova ordem burguesa autoritária, ocorreu uma reconstrução ideológica da família. Segundo a autora, “à modernização do sistema de gênero trouxe um progresso ambíguo”, pois, ao mesmo tempo em que conquistaram “direitos”, mais se “projetavam currículos destinados a prepará-la, antes de mais nada, para desempenhar seu papel “natural” como gerente racional da vida doméstica [...] Embora sua maternidade esclarecida fosse cada vez mais valorizada, aumentavam gradativamente os requisitos que a amarravam à esfera doméstica, enquanto a ênfase na criação dos filhos definia estritamente os traços apropriados do caráter feminino”. BESSE, Susan K. *Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940*. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: EDUSP, 1999. p. 11-12.

⁴⁸ WOLTER, Elvira Hildegard. Entrevista citada.

⁴⁹ RICHLIN, Helena R. E. G. Entrevista citada.

anos de idade também participaram, entregando flores – “um boquezinho de rosas” ao prefeito Rolf Colin.⁵⁰

Jutta e Helena descrevem o vaivém daqueles dias inserindo-se no cenário, trazendo para si um pouco da autoria daquele momento. São exemplos diferentes do de Elvira, que apontam, também, para a individuação da memória. Uma individuação que oscila do privado para o público, das memórias recentes para aquelas que já estão “um pouco gastas”, conforme expressão utilizada por Irma Richter.⁵¹

A maioria das mulheres que entrevistei já eram moças e adultas na época do Centenário, assim, de uma maneira ou de outra, lembram – “por si mesmas” - daquele período. Diferente das memórias sobre a Nacionalização que se apresentam em diferentes camadas – de algumas coisas lembram, de outras lembram porque “buviu contar”... Nessa época, a maioria das mulheres que entrevistei ainda eram crianças e embora apresentem riqueza de detalhes, quase sempre incluem uma pessoa mais velha no relato: “O meu avô dizia que nós éramos brasileiros...”; “à minha prima comentou tal assunto...”, “aquele vizinho passou por determinada situação...”, “hós não tínhamos problemas porque meu pai era brasileiro”... As frases, por vezes, são imprecisas. Mas, os detalhes são muitos, prenunciando saberes. Elas lembram do período e trazem para os relatos de suas vidas cotidianas, as dores, os silêncios, os medos e as notícias de vizinhos que foram presos, mesmo que, pontuando a presença de uma outra pessoa na rememoração. Esta é uma característica das memórias do período da infância, pois, de acordo com Ecléa Bosi, “Os atos públicos dos adultos interessam quando revestidos de um sentido familiar, [...] Os feitos abstratos, as palavras dos homens importantes só se revestem de significado para o velho e para a criança quando traduzidos por alguma grandeza na vida cotidiana”.⁵²

Das narrativas que ouvi, na companhia das narradoras, as histórias das ruas, das prisões, dos fechamentos das escolas, etc, partiam de suas histórias sobre suas casas e seu cotidiano. Ao

⁵⁰ CUNHA, Jutta Hagemann da. Entrevista citada.

⁵¹ RICHTER, Irma. Entrevista citada.

⁵² BOSI, E. Op. Cit. p. 74.

rememorar adentraram o espaço público, as ruas escuras no período da Segunda Guerra ou enfeitadas e recebendo a passagem da réplica da barca “Colon”. Mas, de maneira geral, pontuam as histórias vivenciadas no público a partir de sua vivência privada, marcada pelo nascimento do primeiro filho, de que era recém-casada ou naquele momento já desquitada, matriculando o filho na primeira série ou participando de reuniões com um grupo específico de amigas. As lidas da casa e afazeres do dia-a-dia também pontuam lembranças. Lembram da visita de Getúlio Vargas à cidade com a mesma intensidade com que lembram com saudades de uma amiga já falecida. Os homens também falam de suas histórias particulares, mas, de certa maneira, as memórias do espaço público e de seus trabalhos “fora de casa” tornam -se mais presentes no ato de lembrar. A individuação da memória passa pelos itinerários individuais e desta maneira homens e mulheres formulam a compreensão de suas rupturas e continuidades na trama das histórias vivenciadas com os detalhes de suas experiências, pois, de acordo com Denyse Baillargeon, “se a memória é uma prática, é evidente que as relações sociais entre os sexos influem sobre sua construção”.⁵³ As reflexões desta autora são importantes para pensarmos numa perspectiva de memória feminina, especialmente, quando ela tematiza o fato da metodologia da história oral e da história das mulheres terem contribuído muito em render o estatuto de atores e atrizes aos personagens estudados na história, se contrapondo ao “antropocentrismo das fontes”.⁵⁴

São os deslocamentos constantes do privado ao público, ratificando que a linha divisória entre estas duas esferas é tênue, que matizam as narrativas femininas. Com a intenção de conhecer outras versões sobre o Centenário, que tivessem um viés diferente da documentação produzida pela SAJ, bem como, dos discursos publicizados (expressos/impressos) nos jornais que circularam na cidade, procurei conversar, primeiramente, informalmente, com diferentes

⁵³ De acordo com Denyse Baillargeon: “Puisque la mémoire est une pratique, il s’ensuit bien évidemment que l’inscription dans des rapports sociaux de sexe influe sur sa construction”. BAILLARGEON, Denyse. Histoire orale et histoire des femmes: itinéraires et points de rencontre. *Recherches féministes*, Québec, v. 6, n. 1, 1993. p. 61. Da mesma autora destaca-se a obra onde ela trata os “trabalhos da memória” numa perspectiva de história das mulheres: BAILLARGEON, Denyse. *Ménagères au temps de la crise*. Montreal-Québec: Éditions du remue-ménage, 1993.

⁵⁴ BAILLARGEON, Denyse. Histoire orale et histoire des femmes: itinéraires et points de rencontre. Op. Cit. p.57-58.

peças. Aos poucos, fui percebendo que as lembranças do Centenário eram muito detalhadas e festivas, ao contrário das recordações da Nacionalização muito expressa nos silêncios. Somando-se a esta diferença na narrativa, comecei a prestar atenção nas reticências das vozes e nas marcas das ações cotidianas, dadas a ver, principalmente, pelas mulheres. Assim, optei por realizar entrevistas principalmente com mulheres e recorrer a entrevistas com homens em outros acervos da cidade. Realizei entrevistas com mulheres, descendentes ou não dos imigrantes, pertencentes às camadas populares e médias. Para as mulheres dos bairros, de maneira geral, as comemorações não afetaram o cotidiano, mas, para as camadas de uma elite local, residentes principalmente no centro da cidade, a festividade do Centenário foi um grande acontecimento, “foi fora de série”⁵⁵, como disse Helena com os olhos brilhando e um grande entusiasmo ao rever, junto comigo, as imagens do Filme do Centenário.

Das mulheres que entrevistei, algumas não são descendentes de imigrantes; outras são descendentes dos imigrantes e de brasileiros; outras ainda, são descendentes tanto do lado materno como do lado paterno, dos imigrantes e descendentes, todos referenciados quase sempre como imigrantes alemães. Somente uma – Walta Piazero – faz referência a sua ascendência italiana.⁵⁶ Foi conversando com ela que desisti de procurar mais mulheres de origem italiana. Ela confirmou, em uma conversa informal que tivemos alguns dias após a realização da entrevista, que “naquela época” não se ouvia falar de muitos italianos na cidade e muito menos que estes sofriam as mesmas perseguições que os descendentes de alemães. Possivelmente, quase não se ouvia falar, porque os descendentes de italianos estavam dispersos nas regiões periféricas da cidade, como mencionou Baltasar Buschle:

Embora existissem muitos descendentes de italianos em Joinville, estes estavam dispersos em regiões periféricas como Estrada do Meio, Estrada Blumenau e Vila Nova e diferentemente dos descendentes de alemães, não

⁵⁵ RICHLIN, Helena R. E. G. Entrevista citada.

⁵⁶ PIAZERO, Walta. *Entrevista concedida à autora*. Joinville, 14 ago. e 12 set. 2000. Nasceu em Tijucas/SC, em 07/05/1923. Os avós maternos vieram da Alemanha, mas, segundo ela, também tinha uma “mistura” com poloneses. Já os antepassados paternos eram italianos e portugueses.

tinham expressão política naquele momento [da segunda guerra], portanto não eram visados.⁵⁷

Talvez, novos estudos possam demonstrar o contrário, mas, no momento, como já mencionei, a historiografia local ainda carece de trabalhos que problematizem melhor a diversidade étnica que forma Joinville, neste caso, sobre os italianos.

Na maioria das vezes, as pessoas que se identificam como descendentes dos imigrantes, referem-se aos “alemães” de uma forma muito genérica. Todavia, alguns grupos, como os descendentes suíços, vêm demarcando suas especificidades na história da cidade. Segundo pesquisa realizada por Dilney Cunha, houve um certo apagamento da origem suíça nas memórias individuais e coletivas dos joinvilenses, fazendo com que muitos descendentes de imigrantes suíços que moram na cidade se autodenominem “descendentes de alemães”.⁵⁸ Essa pesquisa, assim como outras ações de valorização da história dos suíços na cidade, vêm, atualmente, alterando antigas formas de alguns grupos se apresentarem. São processos de identificação que estão em curso. Possivelmente, é por conta deste contexto que a referência à origem suíça vem aparecendo de forma mais enfática nas memórias de algumas entrevistadas. Helena Richlin, ao ser entrevistada, fez questão de dizer que é de origem dinamarquesa e que o seu marido é de origem suíça, segundo ela, “esta confusão [de todos os imigrantes serem vistos como alemães] que acontece é porque todos [na época da colonização] tinham que se comunicar e escolheram a língua alemã”.⁵⁹ Assim, atualmente, diferente da época da Nacionalização e do Centenário, é mais comum ouvir histórias sobre suíços e dinamarqueses.

São outros significados que, aos poucos, também vão fazendo parte do processo de identificação de alguns moradores da cidade. O ato de lembrar é um processo constitutivo de atribuição de significados, pois, ao dar sentido a vida passada e presente as narradoras vão construindo suas reminiscências e estas, tal como observa Alistair Thomson, “são passados

⁵⁷ BUSCHLE, Baltasar. Depoimento citado.

⁵⁸ CUNHA, Dilney. *Suíços em Joinville: o duplo desterro*. Joinville: Letradágua, 2003.

⁵⁹ RICHLIN, Helena R. E. G. Entrevista citada.

importantes que compomos para dar um sentido mais satisfatório à nossa vida, à medida que o tempo passa, e para que exista maior consonância entre identidades passadas e presentes”.⁶⁰

Assim, atenta às diferentes atribuições de significados e compreendendo que a construção de significados está também relacionada à questão de gênero, como sublinha Françoise Thébaud, a história oral pode ser uma ‘história mais feminista’.⁶¹ Propus às entrevistadas que me narrassem suas lembranças desde a época da escola – período no qual algumas ainda estudavam em escolas que ensinavam na língua alemã. Muitas vezes, a escola que freqüentavam, como a ‘Escola do Padre’, ensinava em português, mas em casa, era em alemão que brincavam, falavam, aprendiam. Práticas que para algumas pessoas chegava a causar estranhamento. Andreлина conta que sua prima se incomodava em ouvir as crianças vizinhas decorando em voz alta a lição em alemão⁶² Walta, apesar de conhecer a língua e ser descendente de alemães, quando mudou para outra região da cidade, onde a maioria dos vizinhos falava em alemão, achou muito estranho – ‘Eles falavam como se estivessem na Alemanha’⁶³. Talvez, quando criança Walta não estranhasse tanto assim este fato, pois ela mesma, ao contar sua história, pontua que desde criança aprendeu o alemão, embora usualmente em casa falassem em português. Mas entendia tudo e quando os avós maternos estavam por perto, falava-se em alemão. Ao rememorar, insistiu neste ‘estranhamento’ mas este pode ter sido (re)significado por ela depois de adulta – já tendo vivido o período da Nacionalização – e não enquanto criança. Neste sentido cabe lembrar as observações de Alessandro Portelli quando diz que as modificações presentes nas fontes orais ‘revelam o esforço dos narradores em buscar sentido no passado e dar forma às

⁶⁰ THOMSON, A. Op cit. p. 57.

⁶¹ THÉBAUD, Françoise. *Écrire l'histoire de femmes*. 2. ed. Fontenay-aux-Roses: ENS, 1998.

⁶² SILVA, Andreлина Gomes da. *Entrevista concedida à autora*. Rio Negro/PR, 19 fev. 1999. Nasceu em Joinville, em 04/02/1924. Filha de um pernambucano e de mãe joinvilense, descendente de ‘caboclos’ que vieram de São Francisco do Sul/SC para Joinville. Mudou-se com sua família para a cidade de Mafra/SC em 11/1937 e, posteriormente, para a cidade vizinha, Rio Negro/PR, onde reside até hoje.

⁶³ PIAZERA, Walta. Entrevista citada.

suas vidas, e colocar a entrevista e a narração em seu contexto histórico”.⁶⁴ Se a memória é trabalhada não é passiva, o estranhamento de Walta talvez seja uma significação atribuída mais tarde.

Indaguei sobre a época da escola porque muitas das entrevistadas estudaram justamente na época da Nacionalização e as narrativas apontam também para um aprendizado que é externo às salas de aula. Suas mães e avós, muitas vezes, compreendiam muito mal a língua portuguesa e tiveram seus ensinamentos básicos perpassados pela ajuda e pelas lições dos filhos em idade escolar ou por outras pessoas, como é o caso da mãe de Gerda que, ao ensinar às “moças” a arte da costura, aproveitava para aprender o português.⁶⁵ Outras se calaram, tiveram no silêncio a certeza de não se comprometerem naqueles anos difíceis. ‘Eram os mais velhos que mais sofriram’⁶⁶, como rememorou dona Gerda.

É bom lembrar que as memórias destas mulheres foram retrabalhadas, (re)significadas e se apresentam como memórias de mulheres que passaram pelos “usos políticos” do Centenário, especialmente, para algumas, para se fazerem lembrar após a Nacionalização. E suas falas inferem sobre isso. Como moradoras da cidade, também suas narrativas ‘refletem’ as disputas destes usos políticos. Possivelmente, uma dimensão deste uso político é a idéia de “normalidade” que após o fim da Nacionalização e dos problemas presentes na cidade durante a Segunda Guerra, foram também positivados durante as comemorações do Centenário. Exemplar neste sentido é, como já mencionei, a exclamação de Maria Bley ‘Foi, foi muito comemorado. Era foguetório e tudo. Mas foi bem festejado. Tudo voltou ao normal’.⁶⁷ O Centenário, de certa maneira, é o primeiro momento em que com mais nitidez a cidade se posiciona em relação às

⁶⁴ PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. Tradução Maria Therezinha Janine Ribeiro. *Projeto História*, São Paulo, n. 14, fev. 1997. p. 33.

⁶⁵ PRUNER, Gerda. *Entrevista concedida à autora*. Joinville, 10 out. 1998. Nasceu em Joinville, em 16/09/1915, faleceu em 2003. Seus antepassados migraram da Alemanha no século XIX.

⁶⁶ Idem.

⁶⁷ BLEY, Maria da Luz Maia. Entrevista citada.

experiências vivenciadas durante a Nacionalização. O “normal” voltou à cidade e pela idéia do “normal” também se constrói a memória.

As histórias das mulheres que entrevistei – Andreлина, Anneliese, Annemarie, Elvira, Gerda, Irma, Helena, Hildegard, Jutta, Leonora, Lílian, Maria da Luz e Walta – são histórias sobre Joinville, sobre a Nacionalização, sobre o Centenário, mas também são histórias de relações entre homens e mulheres, de dores e de alegrias, de temas políticos, sociais e culturais. Histórias que afloram através da memória possibilitando que a experiência dos outros se interpenetre no enredo do Centenário criado pela SAJ. Uma memória feminina que não necessariamente é subterrânea, mas que passa por um outro registro daquilo que pode ser lembrado. Uma memória que ao mesmo tempo infere sobre o público e o privado, não se prendendo exclusivamente aos “segredos dos sótãos”.⁶⁸

Em relação ao Centenário, ouvir as diferentes narrativas foi extremamente interessante. Os discursos que visavam tornar este evento uma “ápoteose do esquecimento”, ganharam, através das memórias de Maria, Walta, Jutta, Helena, entre outras, contornos que vão além de uma história de comemoração, mas transbordam versões sobre este “tempo de lembrar”. Versões que têm a ver com suas experiências, pois a memória, como sublinhou Raphael Samuel, “muda de cor e forma de acordo com o que emerge no momento. [...] porta a marca da experiência, por maiores mediações que esta tenha sofrido”.⁶⁹

⁶⁸ Expressão utilizada por Michelle Perrot ao trabalhar com a memória feminina. In: PERROT, Michelle. *Práticas da Memória Feminina*. Op. cit.

⁶⁹ SAMUEL, Raphael. *Teatros de memória*. Tradução Maria Therezinha Janine Ribeiro; Vera Helena Prada Maluf. *Projeto História*, São Paulo, n. 14, fev. 1997. p. 44.

Práticas do silêncio inscrevendo-se cotidianamente: o tempo da Nacionalização.

Por serem maioria, os descendentes de imigrantes que viviam em Joinville até o final da década de 1930 tinham, de certa forma, total liberdade para viverem – no Brasil - numa perspectiva de valorização de um passado e de uma terra – a Alemanha - que muitas vezes não conheciam.⁷⁰ Em Joinville, esta característica dos descendentes de imigrantes, nem sempre foi bem aceita. Mas, como já mencionei, apesar do debate acerca do “perigo alemão” ser recorrente desde o final do século XIX, foi no período do Estado Novo que esta questão se tornou efetivamente um problema. Neste sentido, a Campanha de Nacionalização, visando uma nação homogênea e coesa, tentou combater todas as formas de expressão cotidiana dos imigrantes – o uso da língua foi proibido e também as reuniões, as associações recreativas, a presença de escolas alemãs.

Os acontecimentos deste período foram, portanto, marcantes para a história da cidade de Joinville. Mas, se o tema da Nacionalização no Sul do Brasil tem sido amplamente estudado por diferentes áreas do conhecimento, a maioria dos trabalhos aborda este assunto buscando compreender as questões gerais que permearam a Campanha e, muitas vezes, não adentrando naquilo que chamamos de um “universo do vivido”, pois não exploram os diferentes significados atribuídos por homens e mulheres a este período. Por vezes, optam por atribuir ao período expressões como “injusto e traumático” - e foi sim, mas não aprofundam as disjunções, os conflitos e a multiplicidade que sentimentos experimentados no cotidiano, como “susto, medo e dor” podem ter nas elaborações discursivas sobre este período.⁷¹ Desta forma penso que, buscar conhecer estas histórias a partir da memória de diferentes mulheres é uma interessante

⁷⁰ Todavia, tal postura não significava que aquelas pessoas desmereciam as questões nacionais. Para uma melhor compreensão desta postura, ver: SEYFERTH, Giralda. *Nacionalismo e identidade étnica*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981.

⁷¹ Faço esta observação em relação aos estudos sobre Joinville. No caso das diferentes significações, atribuídas por homens e mulheres em outras cidades do estado de Santa Catarina, ver: FÁVERI, Marlene de. *Memórias de uma (outra) guerra*. Cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina. Florianópolis, 2002. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina.

possibilidade de “lidar” com experiências femininas, pois, “lembrar”, como já mencionei, pode também estar marcado pelas diferenças de gênero.

Através das memórias das mulheres que vivenciaram a Campanha de Nacionalização, é possível nos aproximarmos do cotidiano daquele período, conhecendo detalhes que não costumam estar contemplados na documentação dos arquivos públicos. Detalhes que permearam o dia-a-dia e que ganham contornos com as lembranças dos objetos, roupas, pequenas coisas que compõem uma memória do privado e que se constituem no que Michelle Perrot chamou de “práticas da memória feminina”.⁷² Memórias que articulam o público e o privado, mas que inferem com mais encantamento sobre as histórias da esfera privada.⁷³

No caso de Joinville, eram as mulheres que estavam mais “ligadas” à língua alemã, especialmente, porque eram elas que, ao educarem os filhos mantinham e reproduziam aspectos da cultura dos antepassados, como o uso da língua alemã. Muitas nem sabiam falar o português e assim se obrigaram a aprender de uma hora para outra, muitas vezes, ensinadas pelos filhos que estavam sendo alfabetizados nas escolas brasileiras. Mas, se foram as mulheres descendentes dos imigrantes, principalmente alemães, que sofreram diretamente os efeitos da Campanha, as brasileiras, por vezes, também estiveram envolvidas. Umas, indignadas com a forma como tudo aconteceu, outras, aproveitando-se da situação para delatar, humilhar, etc. Assim, se as experiências foram diversas, também são múltiplas as lembranças sobre este período.

A questão da língua falada pelos imigrantes e seus descendentes passou a ser fortemente enfrentada pelo Estado e, de maneira geral, as histórias na cidade sobre aquele tempo desenham uma cidade “germânica” que praticamente só se comunicava em alemão. É verdade que a maioria das pessoas falava o alemão, todavia, as especificidades de diferentes histórias, relatam que não necessariamente os descendentes de alemães primavam pelo uso exclusivo deste idioma.

⁷² PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. Op. cit.

⁷³ Michelle Perrot apresenta uma interessante reflexão sobre as esferas público/privado e as relações entre os sexos. Ver: PERROT, Michelle. *Mulheres públicas*. Tradução Roberto Leal Ferreira. São Paulo: UNESP, 1998; e, ____ Public, prive et rapports de sexes. In: ____ *Les femmes ou les silences de l'histoire*. Op. cit. p. 383-391.

De maneira geral, quando começamos a ouvir as histórias de Joinville sobre aquele período, temos a impressão que todos os imigrantes e descendentes falavam o alemão, e que muitos também falavam o português. Mas, através das falas de algumas entrevistadas, percebemos que existiam outras situações, como a do irmão de Walta Piazera, que apesar de descendente de alemães, precisou ir para a escola para “Aprender a falar o alemão. [...] porque em casa quase não se falava”⁷⁴ Obviamente, esse “aprender alemão” mencionado por Walta refere -se a um estudo mais formal, pois, embora “usasse” esta língua, o irmão não teria boas condições de arrumar um bom emprego se não falasse bem este idioma. Foi assim, e preocupado com o futuro do jovem rapaz que um amigo da família tratou de matriculá-lo na *Deutsche Schule* (Escola Alemã)⁷⁵:

A maior parte não pegava emprego se não soubesse falar alemão, por isso o Otto Lepper [matriculou o rapaz] não foi por maldade, foi pra ajudar que era assim: não soubesse alemão não podia ir ao comércio, não podia trabalhar nem em banco. Imagine. Então tinha que aprender. Foi por isso que ele colocou meu irmão pra aprender o idioma alemão.⁷⁶

A situação do irmão de Walta é um exemplo de que, muitas vezes, não foi por vontade própria que o idioma foi extremamente importante, mas pela configuração das relações de trabalho e de sociabilidades locais que positivavam a língua alemã. No dia-a-dia, pelo menos na família de Walta, priorizava-se o português e as exceções eram abertas apenas em respeito àqueles que não falavam o português, como no caso de algumas amigas de *Kraenzchen*⁷⁷ de sua mãe, ou dos parentes mais velhos:

⁷⁴ PIAZERA, Walta. Entrevista citada.

⁷⁵ A “Escola Alemã”, como já mencionei no primeiro capítulo, foi um espaço importante na formação de muitos joinvilenses. Esta escola é citada em diversas entrevistas, mesmo por pessoas que lá nunca estudaram.

⁷⁶ PIAZERA, Walta. Entrevista citada.

⁷⁷ Os *Kraenzchen*, também chamados de “crochês” eram entre as descendentes dos imigrantes, e são ainda hoje (não necessariamente entre as descendentes de imigrantes), espaços de sociabilidade feminina. As mulheres reuniam-se, periodicamente, para conversar, trocar receitas, ler e fazer trabalhos manuais. Sobre esta prática em Joinville, ver: SILVA, Janine Gomes da. *Tensões, trabalho e sociabilidades: histórias de mulheres em Joinville no século XIX*. Florianópolis, 1997. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina. p. 93-105.

Nós festejamos o Natal . [...] Então o pai, ou avô, iam na frente, a gente entrava cantando, então isso sim, nós cantávamos em alemão. Em português [cantava a música] “hoite feliz”, e um trechinho em alemão, em consideração às famílias daqueles mais idosos que quase não entendiam [o português], pra recordar. Eles choravam com saudades da Alemanha, é claro a terra deles. [...] Só quando eles estavam, era em alemão! E, rezávamos em português. Rezava um pedacinho em alemão quando ele [o avô] estava.⁷⁸

Outros indícios apontam para outras práticas, como a da família de Margrit. Descendente de imigrantes austríacos e suíços, aprendeu a falar o português na escola, pois em casa “só se falava alemão”. Lembrou que na sua casa, às vezes, também falavam “ô suíço”, mas não era sempre, era para as crianças não entenderem bem, quando a mãe queria “falar umas coisas”. Assim, “ô suíço” era usado como um “segredinho”.⁷⁹ Apesar de algumas exceções e, embora algumas práticas se inscrevessem em português ou “em suíço”, de maneira geral, até a década de 1930, a origem, a língua e os costumes dos imigrantes alemães e seus descendentes funcionavam como um divisor na cidade.

Olha, havia muita separação. Era uma colônia alemã, até as sociedades eram separadas. E os anúncios no jornal eram constantes, pra arranjar esse emprego precisa falar alemão, então tem firmas que ainda lembro delas até hoje. E havia separação, a sociedade só entrava alemão ou descendente de alemão, e tinha dos brasileiros, que no caso era o Clube Joinville [...] Tudo separado, não é como hoje, tem dinheiro paga e entra não, não era.⁸⁰

A cidade, como sinalizam várias memórias, era “toda separada”. A fala de Walta, em relação a este aspecto é a mesma de Adolfo Bernardo Schneider que menciona essa “separação” – “era um de cada lado, tudo separado”⁸¹, apontando que as lembranças das vivências de homens e mulheres ratificam a importância do olhar relacional, mesmo quando se fala sobre memória feminina. Histórias de distinções que começaram a ser redefinidas no momento da Nacionalização. “Naquele tempo” conforme narrativas de várias pessoas, de um lado moravam

⁷⁸ PIAZERA, Walta. Entrevista citada.

⁷⁹ WENCK, Margrit. *Entrevista concedida a Dilney Fermino Cunha e Milton Benkendorf*. Joinville, 10 abr. 2001. AHJ. Nasceu em Joinville, no início da década de 1930. Descendente de imigrantes austríacos e suíços, estes últimos chegaram em Joinville logo no início da colonização, em 1855.

⁸⁰ PIAZERA, Walta. Entrevista citada.

⁸¹ SCHNEIDER, Adolfo Bernardo. *Entrevista concedida à autora*. Joinville, 29 abr. 1996. Nasceu em Joinville, em 06/01/1906. Seus pais vieram para Joinville na década de 1880.

os “brasileiros”, era o Brasil. Já do outro, moravam os “alemães” (na verdade a maioria era apenas descendente de alemães e não de naturalidade alemã), era a Alemanha. Uma cidade dividida, por uma linha imaginária que, para quem viveu naquela época, expressava uma cartografia bem nítida: mais para o sul da cidade os brasileiros, falando mais em português, e para o norte, os alemães, utilizando corriqueiramente o idioma alemão. Uma cartografia marcada por ruas antigas e que ainda são significativas. E, os percursos deste mapa de outrora até hoje são rememorados, como expressam as reminiscências de Jutta:

[...] pra nós, vamos dizer, na nossa família, não houve muita diferença, porque como nós falávamos português, quer dizer, meu pai sempre falou mais português conosco, porque meu pai aprendeu realmente a falar alemão e ler e escrever, com minha mãe, apesar de ele ter um nome alemão. [...] Conrado Paulo Hagemann. Então ele morava, quer dizer, antigamente havia uma divisão aqui em Joinville, do Clube Joinville, agora Casa Sofia [localizado na Rua do Príncipe]. Aqui pra baixo era o Brasil, de lá pra cima era Alemanha, então meu pai foi criado na Marinho Lobo, na antiga Rua das Missões... [...] No Brasil, e minha mãe foi criada na Rua Jerônimo Coelho, na rua Jacob Richlin, que dizer, uma rua adiante, mas lá já era Brasil, então meu pai foi à escola do Padre Boergenhausen, e minha mãe foi à Escola Alemã. E, meu avô, pai do meu pai, veio para o Brasil com 4 anos, e foi criado, no Brasil, né. Então, automaticamente, eles falavam mais o português. [...] a família foi criada no Brasil, [...] Com mais brasileiros... [...] ... do que com alemães.⁸²

Os limites desta “fronteira” não eram fixos. Seguindo o trajeto da rua, um pouco à frente, “já era Brasil”. Lugares que foram atribuídos por seus moradores, de uma noção de pertencimento. Um pertencimento que, por vezes, pontuava práticas a serem seguidas, de um lado a “Escola do Padre”, ensinando em português. Do outro, a “Escola Alemã”, “perpetuando” a língua dos “pioneiros”.

Algumas práticas já tinham mudado na cidade após a Primeira Guerra, por exemplo, os imigrantes e descendentes, deixaram de comemorar, o aniversário do *Kaiser* da Alemanha. Segundo Gerda Hagemann, antes da primeira Guerra era comum comemorar o aniversário dele e, mais comum ainda, era “usar” a bandeira brasileira junto com a bandeira alemã: “Tinha tanto alemão na cidade que todo mundo festejava, era uma união, ninguém achava ruim, depois parou.

⁸² CUNHA, Jutta Hagemann. Entrevista citada. Grifos nossos.

Depois da guerra”.⁸³ Já a filha de Gerda, Jutta Hagemann, nascida em 1926, não vivenciou estes festejos mencionados pela mãe, entretanto, ainda lembra como a cidade era dividida e como a história da sua própria família sentiu as marcas dos espaços distintos da cidade. O pai, apesar de ser de origem germânica e sobrenome alemão, foi “criado no lado do Brasil” e a mãe, “no lado da Alemanha”, o pai estudou na “Escola do Padre”, e foi alfabetizado em português, vindo a “aprender a ler e escrever em alemão somente depois que conheceu Gerda”. A mãe de Jutta, estudou na “Escola Alemã” e teve que ajudar a sua mãe, Marie Kröhne Brandt, a compreender o português.⁸⁴ E foi com tristeza que Jutta lembrou que a avó materna morreu em 1944 e falava muito pouco o português:

Na casa da minha vó, a minha vó morreu em 44, o meu avô era alemão, tinha a Esquadrias de Madeira Brandt, bem no centro da cidade. Falavam português, ele falava, ele fazia-se entender, podia manter conversa em português. A minha vó não, minha vó era mais, era mais difícil pra ela sabe, e eles, o pessoal, volta e meia, à noite eles soltavam bombas em frente da casa dos meus avós, e tanto minha mãe comenta, que minha vó realmente teve um enfarte, em função de bombas soltadas em frente à casa.⁸⁵

As bombas, mencionadas por Jutta, comemorativas às derrotas que o Eixo sofria no *front*, conforme alguns depoimentos, intensificou-se na cidade, no final do mês de abril de 1945. Segundo depoimentos informais, de uma pessoa que não quis gravar entrevista, a partir do momento que a “Alemanha começou a perder”, tornaram -se mais frequentes na cidade as “comemorações em frente às casas de imigrantes alemães e descendentes”. Casas eram pichadas, faziam passeatas, quebravam vidraças, soltavam fogos de artifício e tocavam os sinos das igrejas. Todavia, não foi somente no momento do desfecho da guerra, que a rotina da cidade foi alterada.

A partir de 1938 as coisas começaram a ficar complicadas, especialmente, para os imigrantes e seus descendentes pioraram ainda mais quando o Brasil entrou na guerra.⁸⁶ A partir

⁸³ HAGEMANN, Gerda. *Entrevista concedida a Eneida Raquel S. Thiago*. Joinville, 29 e 30 mar. 1989. AHJ. Nasceu em Joinville, em 24/01/1901. Descendente de imigrantes, seu pai veio para o Brasil em 1884.

⁸⁴ CUNHA, Jutta Hagemann. Entrevista citada.

⁸⁵ Idem.

⁸⁶ Especialmente sobre memórias referentes ao período da Segunda Guerra, no estado de Santa Catarina, ver: FÁVERI, M. Op. Cit.

daí, nas memórias das entrevistadas, as histórias locais “misturam -se” com as histórias sobre a Guerra. Para algumas famílias, como a de Jutta, a morte de um parente próximo está diretamente relacionada à guerra: “[...] minha vó realmente teve um enfarte, em função de bombas soltadas em frente à casa”. Também a família de Regina Köhn perdeu uma pessoa da família “por causa da guerra”. Segundo ela, que na época tinha 13 anos de idade, seu avô materno, lavrador, natural da Alemanha, “tinha tanto medo, tanto medo”, que “fugiu de noite” e se jogou num rio:

[...] lá ele estava morto, se afogou de medo. [...] Por causa da guerra ele fez isso. É, ele era um homem religioso. [...] E não... o diabo era mais forte do que Deus. [...] De medo, de medo, ele morreu com setenta e poucos anos, 75 parece. [...] quando ele faleceu eu tinha apenas 13 anos. [...] foi em 43, é, é só isso que eu posso contar, mais nada.⁸⁷

A história do avô de Regina, que aconteceu na região de Pirabeiraba, distrito de Joinville, é uma entre outras possíveis histórias que inferem sobre o medo na época da guerra, pois, apesar do *front* estar longe, vivia-se numa perspectiva de *front* interno.⁸⁸ Ele sabia o que estava acontecendo e, por ser “legítimo da Alemanha”, poderia ser visado. Possivelmente, foram as histórias que ficou sabendo, de alemães que foram presos, que tiveram de tomar óleo ou “puxar arado” como se fossem animais, que o motivaram a um ato desesperado. Tinha medo que, acontecesse com ele, as coisas que ouviu falar, rememoradas, no momento da entrevista, por sua neta:

[...]daí ele tinha tanto medo porque os alemães foram muito mal tratados aqui... [...] Aqui no Brasil, daí não podia falar alemão e não sabia o português, então eles vigiavam as casas de noite e se eles achavam, escutavam alguém falar: Oh! Já foi para o xilindró. [...] Não eram os homens que..., isso eu também não sei direito. Se foram polícia ou quem que foi, foram os grandões, vamos dizer assim os importantes, que fizeram isso, daí foram para o xilindró, e daí ameaçaram e deram óleo. Em Rio do Sul [cidade Do estado de Santa Catarina] foi um homem que deram óleo e quase um litro o homem entrou ... [...]Teve que tomar à força. [...] Porque ele falou alemão. É, aí o meu avô tinha tanto medo, tanto medo, daí o que aconteceu, eles pegavam os alemães, botavam em frente de um arado, sabe o que é né, para

⁸⁷ KÖHN, Regina. *Entrevista concedida a Priscila Ferreira Perazzo*. Joinville, 17 ago. 2001. Nasceu em Joinville, no distrito de Pirabeiraba, em 1930. Descendente de imigrantes, o avô materno era da Alemanha.

⁸⁸ Sobre a noção de *front* interno, ver: CYTRYNOWICZ, Roney. *Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Geração Editorial; EDUSP, 2000.

arar a terra, que eles botam os cavalos, mas no lugar dos cavalos eles botavam os alemães né... [...] Faziam puxar o arado. [...] ⁸⁹

O medo sentido pelo avô, que o levou a cometer o suicídio, apesar de ser um ‘homem religioso’, permeia as lembranças de Regina. Ao recordar o período da guerra, Regina fala de medo e morte, mas não lá longe, no *front*, e sim, na história de sua própria família. Apesar dos pormenores de sua entrevista, ela própria demonstra achar que sabia muito pouco: “[...] foi em 43, é, é só isso que eu posso contar, mais nada”. Esse “só isso”, mas ao mesmo tão repleto, mencionado pela entrevistada, dá a dimensão da importância do uso da metodologia da história oral para o estudo da história do tempo presente. As lembranças do passado, trazidas ao presente, através das narrativas orais, vão aos poucos contribuindo para que se possa ter uma história sobre o período da Nacionalização em Joinville mais saturada pelas experiências vivenciadas. O “tempo da Campanha” foi realmente de medidas políticas incisivas e de “fechamento” de muitos espaços. Foi também um tempo em que histórias individuais foram duramente alteradas. E, as histórias sobre o período da guerra, sejam no local dos combates ou no *front* interno, vêm cada vez mais propiciando novos olhares para a história. A Segunda Guerra, especialmente, é considerada uma “matriz” do tempo presente, pois, foi mundial e polivalente. ⁹⁰

Nas narrativas, a importância do trabalho das mulheres nas fábricas e a valorização da mulher joinvilense nos trabalhos dirigidos pela Legião Brasileira de Assistência – LBA, ao confeccionar e arrecadar agasalhos e participar dos cursos para a formação de enfermeiros socorristas em Joinville, foi privilegiado para algumas mulheres.

⁸⁹ KÖHN, Regina. Entrevista citada.

⁹⁰ De acordo com Jean-Pierre Azéma: “La Seconde guerre mondiale est bien un de ces événements inauguraux qui bouleversent le cours des choses et déclenchent des phénomènes qu’il convient d’analyser en termes dynamiques, en appréciant l’amplitude et les variations des ondes de choc. [...] Cette fonction de matrice, la econde Guerre mondiale la joue d’abord pleinement pour tous les conflits, communément nommés périphériques, qui ont éclaté depuis lors. La raison en est simple : la guerre avait été non seulement mondiale et totale mais encore polyvalente [...]”. AZÉMA, Jean-Pierre. La Seconde Guerre mondiale matrice du temps présent. In : INSTITUT D’HISTOIRE DU TEMPS PRÉSENT. *Écrire l’histoire du temps présent*. En hommage à François Bédarida. Paris : CNRS, 1992. p. 148. Ainda, sobre a história do tempo presente, ver : CHAUVEAU, Agnès ; TÉTART, Philipp (Orgs.). *Questões para a história do presente*. Tradução Ilka Stern Coehn. Bauru, SP : EDUSC, 1999.

Várias joinvilenses, inclusive de origem germânica, prepararam-se, caso fosse necessário, para atuar na Segunda Guerra Mundial, representando o Brasil e, portanto, lutando contra a Alemanha. A riqueza dos detalhes sobre a “preparação” destas mulheres, narrados por Walta Piazera – uma “Alertadora”, que foi alistada na fábrica que trabalhava quando tinha 17 anos e ficou como reservista até os 35 anos, demonstra como apesar de longe, a guerra estava próxima:

É, um grupo na Companhia Fabril Lepper, onde eu trabalhava foi chamado. Recebíamos aula no quartel com o Dr. Amandos [...] Era dividido em três turmas: tinha as Samaritanas, que era pra atender nos hospitais, as Socorristas que era pra socorrer nos campo de batalha e nas ruas, e tinha a Alertadora, no nosso caso era assim. [...] As Alertadoras era nós, [...] Então não cheguei a ir, mas se a guerra se prolongasse é claro que íamos. E durante aquele período todo nós estávamos arriscadas a ser convocada sim, que tínhamos recebido todas as instruções. Ali a gente aprendeu o que era um quisto sebáceo, ou como socorrer uma pessoa quando está ferida, tudo isso eles davam nas instruções pra nós.⁹¹

É interessante, nesta relação de distanciamento e proximidade com a Guerra, como ela “invadia” a vida das pessoas: “se a guerra se prolongasse é claro que íamos”. Tentar “fugir” de uma convocação não era apenas uma traição atribuída à “desertora”, mas uma complicação para a família inteira, principalmente, no caso de dona Walta, por ser descendente de imigrantes alemães e italianos: “Ah, não, imagine, ia criar um problema sério pra família, né”.⁹²

A época da Guerra, ao fazer lembrar aquelas mulheres da Cia Fabril Lepper que precisavam produzir mais porque os soldados brasileiros estavam no *front*, de certa forma, aproximava o *front* de suas vivências. A Nacionalização, ao proibir a língua e os costumes, interferiu em diferentes histórias (várias são as histórias acerca das casas fechadas e apagadas, do medo de andar na rua, das campanhas para adquirir metal, da censura postal, do comércio das lojas de imigrantes pichadas, das delações, das prisões, etc.) e também trouxe a possibilidade da guerra para perto.

⁹¹ PIAZERA, Walta. Entrevista citada.

⁹² Idem.

Compreender as apropriações que cada um fez da noção de *front* interno não é possível, mas, podemos observar o quanto, nas falas das entrevistadas, a Campanha de Nacionalização e as notícias da Segunda Guerra misturam-se – “uma fusão” - como uma única coisa. Possivelmente, lembranças tão enfáticas da guerra, estejam relacionadas com o grande espaço que ocupou nas notícias dos jornais da cidade. De qualquer forma, se algumas vezes falar da Nacionalização é difícil, pois remete a um tempo onde muitos sofreram, mencionar o “fim da guerra” é algo mais tranquilo. Muitas vezes a própria narrativa tem tom de comemoração, como foi, por exemplo, ouvir Maria da Luz dizendo que “tudo voltou ao normal”⁹³ e Jutta lembrando que inclusive teve um baile, pois o fim da guerra “foi muito comemorado”.⁹⁴

Mas, o que emerge quando buscamos adentrar nos acontecimentos que marcaram as décadas de 1930 e 1940 em Joinville? Numa primeira escuta o que mais chamou a atenção foi o fato de abruptamente os/as descendentes de imigrantes não poderem mais conversar na língua que estavam acostumados a falar. É a questão da língua, ou melhor, as dificuldades por causa da língua que atravessam quase todas as histórias sobre a Nacionalização. Mesmo aquelas pessoas que dizem não ter sofrido os efeitos da Campanha, acabam lembrando de uma situação ou outra que se desdobra a partir de algum problema relacionado à proibição do falar alemão. Uma interdição que silencia uns e afeta diretamente os espaços de sociabilidades dos descendentes de imigrantes. É também destes silenciamentos que, às vezes, brotam ressentimentos. É o falar e o não falar que iniciam as narrativas sobre as mais variadas situações...

Nestes “tempos difíceis”, como mencionou Irma Richter⁹⁵, as dificuldades por causa da língua estavam presentes nas mais corriqueiras atividades. Irma e o marido tinham um comércio (“secos e molhados, a gente dizia”) e uma situação que ela rememorou ao ser entrevistada, aponta para a intolerância daquele período, em relação aos imigrantes alemães e seus descendentes que não haviam aprendido o português:

⁹³ BLEY, Maria da Luz Maia. Entrevista citada.

⁹⁴ CUNHA, Jutta Hagemann da. Entrevista citada.

⁹⁵ RICHTER, Irma. Entrevista citada.

Era difícil para eles, era bem difícil. [...] nós tínhamos um freguês, era um alemão mesmo e tinha um dicionário, então ele queria fazer compras, no nosso estabelecimento [...] então esse velho veio uma vez com a lista dele, “eu que um quilo milho quebrou”(risos), milho quebrado, coitado, e assim, então pelo dicionário ele tirava as palavras, por não poder falar o que ele queria.⁹⁶

Situações como a descrita acima, permearam as práticas daqueles que, com medo, se esforçavam para não serem vistos como “traidores da pátria”. Certamente, passar a usar um dicionário para dar conta das atividades do dia-a-dia não era nada cômodo e revelava o esforço para adequar-se àqueles tempos: “É, todo mundo tinha medo de falar, eles se esforçavam, saía tudo errado, mas, eles se esforçavam.”⁹⁷

Este “esforço” para alguns foi amenizado, pois podiam contar com o auxílio de outras pessoas, como o açougueiro lembrado por Leonora. Ela começou a estudar na “escola das freiras”, sendo alfabetizada em alemão, pois, “[...] só falávamos alemão aqui em Joinville, quase todo mundo”.⁹⁸ O pai queria que os filhos também aprendessem o português e, por este motivo, depois ela foi estudar no Grupo Escolar Conselheiro Mafra. Mas em casa, “só se falava alemão” e a mãe passou por algumas dificuldades, por não saber o português, durante o período da guerra:

[...] só alemão . É, minha mãe custou aprender português até que no tempo da guerra, na Segunda Guerra Mundial, então ela ia no açougue, não sabia o nome das carnes, então ela levava um papel, o açougueiro já deu pra eles: “tal carne se chama assim”. E tudo aí ela lia, o que ela queria, era difícil [risos].⁹⁹

Como já mencionei, essa relação autoritária que impôs a obrigatoriedade da língua portuguesa, numa relação de poder, extremamente opressiva, especialmente, porque a língua

⁹⁶ Idem.

⁹⁷ Idem.

⁹⁸ MACHADO, Leonora Busch. Entrevista citada.

⁹⁹ Idem.

alemã, para os/as imigrantes e descendentes, era um elemento importante constitutivo da identidade daquele grupo étnico.¹⁰⁰

Assim, entendendo a importância da língua alemã para aquelas pessoas, a repetição da palavra “severo”, nas reminiscências de Gerda Pruner, toma um efeito de sentido muito mais denso do que poderia ter num primeiro olhar: “[...] olha! a gente não podia falar o alemão, o português eu aprendi. Como era severo, como eles castigavam, era demais, a gente não tinha culpa de não falar a nossa língua.”¹⁰¹ Gerda, nascida em 1915, ao ser entrevistada, mencionou a palavra “severo” várias vezes, como que demarcando a importância que atribui aos referidos fatos. Desta forma, se “recordar e contar já é interpretar”¹⁰², trabalhar com a memória é também estar atento à subjetividade para poder compreender os discursos que emergem a cada entrevista. É através da subjetividade que os significados são construídos e/ou atribuídos, tornando a experiência outrora vivenciada em algo que merece ser “reconstituído” através da lembrança.

Foram as minúcias das falas de algumas mulheres, às vezes reticentes no início, que nos instigaram a procurar conhecer os detalhes da Nacionalização numa perspectiva da memória feminina. Nas lembranças de algumas mulheres, o que mais marcou foi o fato dos “de origem” terem sido obrigados a se “encaixar” e se “conformar” com tudo aquilo. Irma Richter, mencionou esse “conformismo” imposto:

Em casa era só alemão, fui pra uma escola em português, mas, quando cheguei lá só sabia dizer sim e não em português... e, vem cá! Mas era assim naquele tempo, as famílias todas falavam só alemão. Até a nossa mãe aprendeu com nós. Naquela época a gente se encaixava, no que era pra ser, porque depois, na Segunda Guerra, aí então ficou bem bravo, não podia nem falar em casa. Sempre tinha alguém que dedurava, que estava alerta para desmascarar a gente. Mas então a gente se conformava. Era obrigado.¹⁰³

¹⁰⁰ Especialmente sobre esta questão da língua para a população de origem no sul do Brasil, ver: CAMPOS, Cynthia Machado. *A política da língua na era Vargas: proibição do falar alemão e resistências no sul do Brasil*. Campinas, 1998. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas.

¹⁰¹ PRUNER, Gerda. Entrevista citada.

¹⁰² PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 1996. p. 60.

¹⁰³ RICHTER, Irma. Entrevista citada.

E, se nas recordações de Irma o “se encaixar” foi um dos fatos mais marcantes, para outras mulheres, as dificuldades das pessoas mais velhas para enfrentarem a situação foi o mais triste. Gerda Pruner, em vários momentos de sua fala, aponta para essa questão:

Antigamente mais se falava em alemão, português pouco. Olha, no primeiro ano que fui na escola, nos Santos Anjos, aí no primeiro ano da doutrina ainda era em alemão, só depois o português. Mas, mesmo assim, as freiras só falavam em alemão com a gente, porque tinham coisas que elas não sabiam falar em português. Mamãe só falava em alemão, ela só aprendeu um pouco depois o português, porque ela ensinava costura para as moças. Ela até entendia, mas falava quase nada, assim. [...] Na época da guerra, ah! tristeza. A gente até que não, porque se virava, mas os mais velhos, Meu Deus!, que sofrimento! Eram mais velhos pra aprender. Eram gente mais velha.¹⁰⁴

O sofrimento vivenciado, especialmente, pelas pessoas mais velhas é recorrente em várias entrevistas. Também, às vezes, são das reminiscências das brincadeiras de infância que o sentimento de medo e silêncio vêm à tona, como contou Margarida Kortmann, nascida em 1936:

A gente naquele tempo era uma criança tu vê! Eu tinha, no tempo de guerra, eu tinha de seis a nove anos, então eu me lembro que os brasileiros, que a gente diz, quando eles sabiam a casa de um alemão, eles desenhavam aquela suástica sabe, aquela Cruz. É aquilo então era uma marca assim. Eu me lembro que mesmo entre a gurizada, nós as crianças sabe. Porque a gente brincava com os brasileiros, a gente era criança, às vezes, em qualquer briga eles chamavam a gente de 5ª Coluna. Foi na 5ª Coluna era coisa lá dos alemães né? Mas era tudo coisa de criança sabe aquela brincadeira assim. Oh! seus 5ª Coluna! Aí, daí a gente ficava quieto. Que a gente era de origem. Dava medo.¹⁰⁵

Mas, não só descendentes de imigrantes lembram com tristeza dos acontecimentos daquele tempo. Andreлина, por exemplo, nascida em Joinville em 1924, narrou uma cena, segundo ela “muito estúpida”, e que ficou sabendo por meio de uma carta. Sua prima, que não gostava de uma vizinha “de origem”, aproveitou o momento em que os alemães estavam com medo e resolveu vingar-se da moça. Para Andreлина, algumas pessoas brasileiras odiavam os alemães, porque eles não falavam o português: “Minha prima chegou a bater muito, tirou até

¹⁰⁴ PRUNER, Gerda. Entrevista citada.

¹⁰⁵ KORTMANN, Margarida. Entrevista concedida a Irene Sprung. Joinville, 07 out. 1998. AHJ. Nasceu em São Francisco do Sul/SC, em 13/01/1936 e veio morar em Joinville com aproximadamente 4 anos de idade.

sangue do nariz”, pra se vingar, de raiva.¹⁰⁶ Esta surra, lembrada por Andrelina, demonstra como a Campanha de Nacionalização, muitas vezes, fortaleceu práticas que nada tinham em comum com a justificativa de abasileiramento, num processo que engendrou perspectivas de relações de dominação e legitimação. Aliás, as diferentes entrevistadas vêm apontando para o quanto as relações dos brasileiros em relação aos descendentes de imigrantes estavam presentes no cotidiano de Joinville: “Sempre tinha alguém que dedurava, que estava alerta para desmascarar a gente que estava falando alemão”.¹⁰⁷

São narrativas como as de Walta, Maria, Gerda, Margarida, Andrelina, Irma, entre tantas outras, que nos permitem conhecer outras histórias sobre a Campanha de Nacionalização em Joinville. Suscitar a recordação, especialmente através da memória feminina, pode significar também adentrar em depoimentos intimistas, que revelam diferentes interpretações a um momento que é comumente visto de forma “homogênea”: para os imigrantes e seus descendentes a Nacionalização foi injusta. Refiro-me aqui, especialmente às palavras de uma senhora, descendente de imigrantes, que ao falar daquele período infere que o que aconteceu foi bom. Para ela, realmente era um abuso a forma como os imigrantes e descendentes agiam e, mesmo sendo filha de alemães, entendia que foi necessária a Nacionalização ter ocorrido como ocorreu. Para Annemarie Brosig Rossi: “[...]muitos mereciam o que eles faziam, sabe, talvez não, alguns não. [...] Achei que foi ótimo, devia ser assim mesmo, porque estamos aqui no Brasil tem que ser, se sentir brasileiro, então que voltem pra Alemanha né?”¹⁰⁸.

As reminiscências de Annemarie sinalizam as “polêmicas” e as “disjunções” imbricadas nas memórias de histórias “heterogêneas”. Annemarie, como tantas outras mulheres, nascidas nas duas primeiras décadas do século XX, alfabetizou-se a partir da língua alemã. No entanto, “daquele tempo”, não carrega em suas lembranças o desconforto rememorado por tantas outras

¹⁰⁶ SILVA, Andrelina Gomes da. Entrevista citada.

¹⁰⁷ RICHTER, Irma. Entrevista citada.

¹⁰⁸ ROSSI, Annemarie Brosig. *Entrevista concedida à autora*. Joinville, 11 out. 1998. Nasceu em Joinville, em 1916. Descendente de imigrantes, o pai era alemão. Casou-se com descendente de imigrantes italianos.

mulheres. Ao contrário, demonstra que “incorporou” o discurso da Nacionalização. E, sobre Presidente Getúlio Vargas, figura emblemática daquele período, referiu-se com carinho (e um sorriso): “[...] a gente sempre foi muito pelo Getulinho. [...] os alemães não sei... [...] eu gostei, eu gostava de muita coisa”.¹⁰⁹

Em relação a Getúlio Vargas as narrativas são as mais variadas. A maioria das narrativas que ouvi, ou li, apesar de inferirem que o período foi injusto, pois, os descendentes não tinham culpa, positivam o governo varguista, especialmente, relacionando às leis trabalhistas: “[...] foi ditadura, morreu muita gente, mas o Getúlio foi muito bom. Ele criou todas essas leis, nós não tínhamos leis [...]”.¹¹⁰ O mesmo não pode ser dito sobre Nereu Ramos, Interventor do Estado de Santa Catarina, na época. Nem todas as entrevistas fazem referência a ele, mas quando fazem, geralmente, em coro com a fala de Eugênio Bergmann: “[...] É, por isso eu digo, o que não teve naquele tempo de guerra, proibiram tudo, fazendo isso, em alemão, mas isso não, não pode proibir, [...] o pior governador desse Brasil em todo foi o Nereu Ramos, não sei como botaram na praça [...]”.¹¹¹ A fala de Eugênio soma-se à de Jutta: “Getúlio foi muito bom. [Mas] agora, o Nereu ninguém gostava, ele também judiava daqui, do pessoal. [...] Nem entre os brasileiros ele era bem quisto, eu acho; porque qualquer solenidade era flor amarela”. Segundo ela, na cidade ninguém gostava de Nereu Ramos e quando ele vinha à cidade, como uma forma de expressar que ele não era querido, enfeitavam os lugares, por exemplo, onde acontecia uma recepção ou jantar com “flor amarela”.¹¹² Depois da entrevista, Jutta sorridente me explicou, que flor amarela simboliza a morte, é “flor de defunto”. Mas, evidentemente existem exceções. Para Geraldo Wetzel, Nereu Ramos com as enfáticas medidas de Nacionalização estava apenas “executando ordens do Governo Federal”. E, ao contrário da maioria dos descendentes de imigrantes, na entrevista concedida, ele preferiu mencionar um

¹⁰⁹ Idem.

¹¹⁰ PIAZERA, Walta. Entrevista citada.

¹¹¹ BERGMANN, Eugênio. *Entrevista concedida a Jeisa Rech*. Joinville, 11 ago. 2003. LHO. Nasceu em 11/04/1930, morador da Estrada Quiriri, em Joinville.

¹¹² CUNHA, Jutta Hagemann da. Entrevista citada.

aspecto do interventor que, segundo ele, poucas pessoas sabiam, ou seja, que quando vários alemães foram presos, “ele mandou soltar”.¹¹³

Como podemos observar, as memórias sobre a Campanha são múltiplas, apesar da situação de silêncio ser para algumas pessoas o fato mais marcante. Às vezes, o silêncio deu lugar às transgressões, como as várias pessoas que começaram a se comunicar num dialeto alemão – o *Plattdeutsch* – que por ser um pouco diferente passava por inglês perante os militares e/ou os delatores que estavam sempre à espreita:

É que andavam muitos espiões. Militares à paisano pra descobri rondando, as casa assim, existia, pra vê especialmente onde tinha descendência de alemães ou mesmo alemães que tinha muitos alemães natos aqui. Eles andavam assim, até o pessoal, a origem alemã não podia falar alemão. Só que o mais interessante que alguns deles usavam o *Plattdeutsch*, é um alemão que parece muito com o inglês, [...] É até na escrita é diferente do outro. E aí elas falavam *Plattdeutsch*, eles [os militares] pensavam que tava falando inglês.¹¹⁴

A utilização deste dialeto, parece ter sido freqüente em alguns grupos. A família de Herbert e Elly Voss, por exemplo, atribuem o fato de na sua região não terem tido muito problema com a interdição da língua porque falavam o *Plattdeutsch*: “Onde morávamos, na Estrada Suíça, não tínhamos tanto problema, porque éramos suíços, tinha mais problema na região do Piraí, lá tinha mais alemães e lá alguns alemães foram presos”.¹¹⁵ Atribuem assim, a este dialeto alemão (que eles acreditavam ser um dialeto suíço) e que passava por inglês, o motivo dos moradores da região rural da Estrada Suíça terem menos problemas que outras regiões da cidade. Um dialeto que, ao que tudo indica, não era de conhecimento de todos os que falavam o alemão, pois, ainda segundo eles, na região tinha um “alemão puxa-saco que

¹¹³ WETZEL, Geraldo. *Entrevista concedida a Dunia de Freitas*. Joinville, 25 maio 1982. LHO. Nasceu em Joinville, em 14/12/1912. Empresário, descendente dos imigrantes que foram homenageados no Desfile Alegórico do Centenário, por terem fundado a primeira fábrica na cidade. Foi Prefeito nomeado de Joinville, de 10/06/1947 a 04/12/1948, quando renunciou ao cargo. *Relação dos Prefeitos de Joinville*. Núcleo de Arquivística – AHJ.

¹¹⁴ PIAZERA, Walta. Entrevista citada.

¹¹⁵ VOOS, Herbert; VOSS, Elly. *Entrevista concedida a Maria Judite Pavesi, Dietlinde Clara Rothert e Dilney Fermino Cunha*. Joinville, 27 nov. e 04 dez. 1997. AHJ. Herbert nasceu em 1924 é descendente de imigrantes alemães e Elly é descendente de imigrantes suíços.

espionava os alemães”.¹¹⁶ Assim, podemos perceber que as delações não eram somente frutos de desavenças entre diferentes grupos étnicos, mas, que o próprio grupo apresentava tensões.

Os silêncios ou as transgressões na utilização do *Plattdeutsch*, foram vivências de um período em que o Estado apostava na sujeição das pessoas por intermédio da língua. E para garantir a normatização da linguagem (e das práticas que a ela se ligam), o Estado não poupou esforços em prender ou “internar”. Na memória de quem morou em Joinville naquelas décadas, o antigo Hospício Schneider¹¹⁷, ainda é associado a sua função de prisão durante a Campanha de Nacionalização:

No Hospício Schroeder lá colhiam as pessoas [...] segundo dizem que trancavam lá os prisioneiros que ele consideravam alemães perigosos. Eu vi conversa que judiavam, que batiam, também não é novidade que hoje em dia, a policia bate [...], às vezes até pra tirar uma confissão que não existe. A pessoa sendo machucada é claro que, então... Mas nunca testemunhei isso, não sei, mas que tinha presídio lá tinha, prendiam no batalhão e levavam pra lá, existia.¹¹⁸

Narrativas, como a descrita acima, são exemplos de como as leis autoritárias da época da Nacionalização dão sentido a histórias de um tempo passado, fazendo com que, memórias individuais, cada uma tecida com as cores atribuídas por aquele que rememora, vão somando-se a outras. E de tantas memórias individuais que preservam aquilo que é próprio de cada vivência, como num trabalho artesanal de *patchwork*, vai se apresentando uma peça, uma colcha, não de retalhos, mas de memórias individuais que também identificam-se com a memória da cidade.

Diferentes narrativas, ao irromperem na forma de discurso, sinalizam para a tentativa do Estado em apagar uma memória de imigração. Na perspectiva de forjar uma identidade brasileira, pautada na valorização do que é nacional e, em especial, através da língua, o Estado

¹¹⁶ Idem.

¹¹⁷ Hospital psiquiátrico fundado em 1923 e que em 1942 foi transformado em prisão, ver: FONTOURA, Arselle de Andrade. Aqui “jaz” um hospital. In: GUEDE S, Sandra P. L. de Camargo. (Org.) *Histórias de (I)Migrantes: o cotidiano de uma cidade*. Joinville: UNIVILLE, 2000.

¹¹⁸ PIAZERA, Walta. Entrevista citada. Observa-se que Walta confundiu o nome do hospício. O Hospício Schroeder foi criado na cidade vários anos depois do período da Nacionalização, mas ainda hoje, possivelmente pela semelhança entre os nomes, é comum as pessoas trocarem os nomes destas instituições.

Novo, visando integrar, tentou apagar a figura do outro – os estrangeiros. Através da violência física e simbólica, o Estado Novo investiu na ‘imaginação social’, procurou acabar com as práticas daquelas pessoas, não respeitou seus valores.

Em relação à cidade de Joinville, ao procurar suprimir a própria lembrança do imaginário social, os/as descendentes de imigrantes, antes valorizados por seu apego ao trabalho nesta nova terra, tornaram-se alvo de uma política nacionalizadora. Nesta difícil convivência com a diferença, a Campanha de Nacionalização, causou fissuras em diferentes histórias. A língua alemã não é mais falada com a mesma frequência, no entanto, ainda faz parte dos momentos de sociabilidades de muitas pessoas. E, é através de diferentes narrativas (ou dos não-ditos, pois o silêncio também expressa narrativa) que podemos esperar conhecer outras histórias sobre a Nacionalização.

É a partir de enredos singulares que se torna possível a construção dessa história, pois, se a memória é importante, é o ‘indivíduo que recorda’.¹¹⁹ Desse emaranhado de subjetividades brotam histórias. Já mencionamos que não necessariamente as mulheres de Joinville vivenciaram da mesma forma que os homens os acontecimentos que marcaram as décadas de 1930 e 1940. Lembranças das pequenas coisas do dia-a-dia dão cores às suas histórias. A Nacionalização não chegou dentro das casas apenas vigiando as falas, que se tornaram para algumas verdadeiros sussurros, atingiu também os pormenores que compunham os cenários de suas histórias. Como não podiam ter em casa ‘escritos em alemão’, muitos objetos, jornais, revistas, discos e livros foram ‘destruídos’ pelos imigrantes e descendentes. Os relatos são inúmeros, como por exemplo o de Regina Köhn, que lembra das fronhas que a sua mãe bordou e que foram enterradas junto com revistas e discos em um baú. Passados tantos anos, ela lembra das recomendações do avô, que posteriormente por medo se suicidou, dizendo para seus pais:

- Tu enterra tudo que está escrito, bordado em alemão. [...]
- Você faz um buraco bem fundo e forra com tábuas para colocar lá dentro...

¹¹⁹ BOSI, Op. cit. p. 411.

[...] e daí ficou lá dentro mais de um mês [...] E realmente ele desenterrou tudo, mas estava tudo estragado. [...] Não sei quantos discos, tudo em alemão, coisas mais lindas que cantavam em alemão [...]

Assim, como Regina, Elly Ganzemuller, nascida em 1928, também recordou dos bordados em alemão. Lembrou das toalhas, dos quadros com “dizeres” bordados: “[...] .. não sei se lembra um pouco, que tinha aquelas paredes, assim toalhas na parede e foto assim alemã. Precisava tira tudo e esconder ou enterrar. Eles chegavam, arrancavam pra baixo e queimavam. [...] É entraram, arrancaram tudo...”¹²⁰

Singelos objetos, que eram tão significativos para àquelas pessoas, foram também motivo de medo e preocupação.

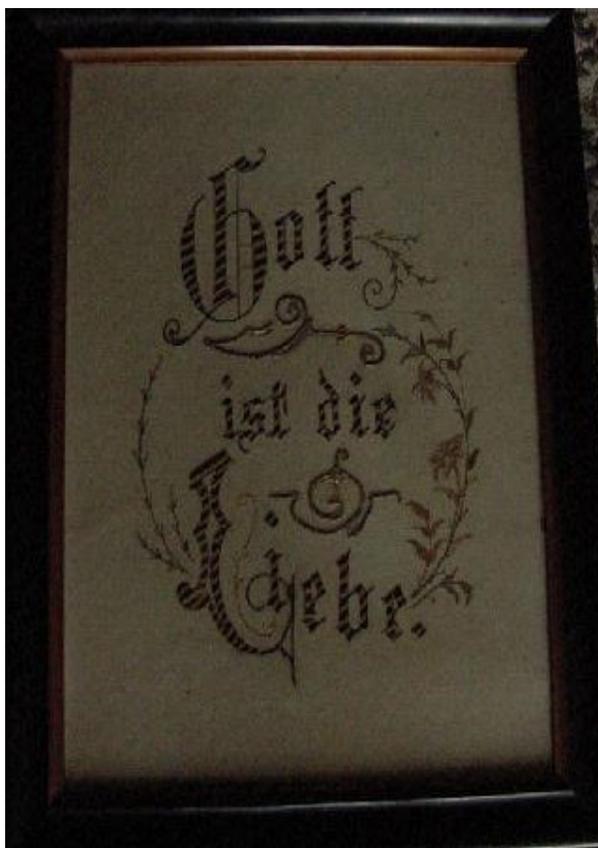


Fig. 31 – Dígrafo (quadro): *Gott ist die Liebe* (Deus é amor)
Fonte: Reg. 39 - Acervo: MNIC

¹²⁰ GANZEMULLER, Elly. *Entrevista concedida a Irene Sprung*. Joinville, 02 out. 1998. AHJ.

Frases ingênuas ou religiosas, por não estarem escritas na língua nacional, deixaram de enfeitar e/ou abençoar várias casas. Objetos que antigamente eram corriqueiramente encontrados em residências dos descendentes de imigrantes, atualmente estão praticamente fora de uso. Muitos destes quadros, ou “dígrafos”, como são chamados, possivelmente alguns que resistiram à Campanha, encontram-se no acervo do Museu Nacional de Imigração e Colonização.

O Museu tem em seu acervo vários “dígrafos” e “*wandschoner*”. Os “dígrafos”(Quadros) são diferentes dos “*wandschoner*” (Protetor de Parede também conhecido como Pano de Parede). Os “dígrafos” geralmente eram mais presentes nas casas de famílias mais ricas e tinham como função ser uma “Benção do Lar”, geralmente bordados em pontos mais elaborados, em tecidos mais finos, alguns até com fio de ouro. No acervo do Museu é comum nos dígrafos a presença da flor “*edelweis*”, como no quadro acima, uma florzinha típica dos Alpes e que passa a mensagem de perenidade (mesmo no gelo ela floresce). Era comum as pessoas darem estes quadros de presente. Já os “*wandschoner*” estão associados a classes mais pobres. Às vezes bordados em ponto cruz, mas também com dizeres relacionados à “Benção do Lar” e mensagens religiosas.¹²¹ Ainda, conforme Dolores Tomaselli, após a Nacionalização, a Igreja de Confissão Luterana do Brasil, em algumas regiões, começou a vender alguns “quadrinhos” com o mesmo tipo de mensagem que os descendentes de imigrantes estavam acostumados, mas agora em português, com mensagens do tipo: ‘Se Deus é por nós, quem será contra nós’.¹²²

¹²¹ TOMASELLI, Dolores Carolina. *Depoimento concedido à autora*. Joinville, 24 abr. 2003. Museóloga do MNIC, desde 1996.

¹²² Idem.

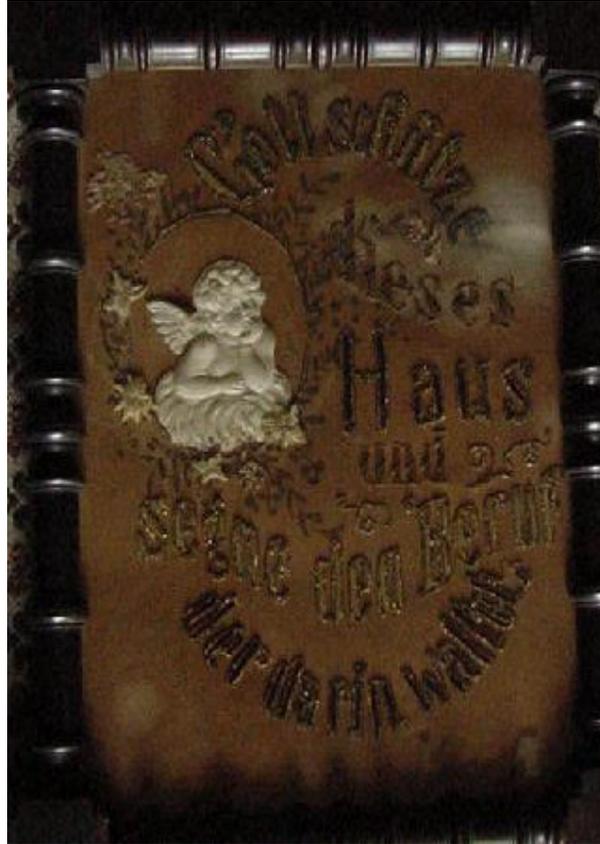


Fig. 32 – Dígrafo (quadro):

Gott schütze dieses Haus

Und segne den beruf der darin waltet

(Deus proteja este lar e abençoa a profissão dos seus)

Destaca-se neste quadro o bordado elaborado, com fio dourado, anjo em tecido em alto relevo recortado e a flor “*edelweis*”.

Fonte: Reg. 1380 - Acervo: MNIC

As narrativas de coisas enterradas ou queimadas são várias. Mas há também aquelas narrativas que contam da astúcia de seus antepassados, como uma tia de Hildegard que enterrou muito bem embalado seus panos bordados com dizeres em alemão e seus livros na mesma língua. Segundo a entrevistada “ela usou a cabeça, foi esperta”.¹²³ Outras vezes, pessoas apostaram que a interdição não chegaria a suas casas e mantiveram seus livros preferidos. Sem mostrar é claro e, principalmente, sem emprestar a ninguém. Refiro-me aqui a uma das entrevistadas que lembrou que a mãe tinha alguns volumes em alemão de uma coleção chamada

¹²³ SCHULTZE, Hildegard. *Entrevista concedida à autora*. Joinville, 11 out. 2000. Nasceu em Joinville, em 19/01/1934. Descendente de imigrantes alemães, sempre morou no Jativoca, região rural da cidade.

“Menina Moça” e que uma vizinha que também lia alemão pediu emprestado. Mas diz a entrevistada: “Minha mãe não emprestou, tinha medo. Não sabia qual era a intenção da mulher, afinal, ela era casada com um Lima”.¹²⁴

Algumas famílias procuravam não sair de casa, como foi o caso da família de Anita Hübener que morava num sítio e tinham medo de sair: “Uma vez o meu irmão o saiu... E foi preso. Ele não sabia falar a outra língua. Ficou pouco tempo preso, mas nós tinha medo.”¹²⁵ Já, no caso da família de Margarida, os pais aprenderam o português mas não perderam o sotaque e o avós “viviam quase sempre com o bico fechado”. Eles moravam antes em São Francisco “mas um dia, entraram na casa dele por causa do rádio [ouvia notícias da Alemanha] e aí meu pai, de medo, trouxe ele pra Joinville”. Nesta família, os avós quase emudeceram e os filhos, mesmo depois do fim da Nacionalização, se negavam a responder aos pais em alemão: “eles falavam em alemão e a gente respondia em português”.¹²⁶

A narrativas sobre o medo dos vizinhos espiando embaixo das casas, saber de várias prisões, de presos que tomavam óleo ou tinham o “bigode tirado à pinça” vão, aos poucos, ajudando a (re)conhecer experiências sociais de um tempo pretérito. Experiências que muitas vezes carregam, no presente, marcas indeléveis de sentimentos de dor, culpa, esquecimento, mágoa ou ressentimento. Estes fatos aconteceram há tantos anos, ou “naquele tempo”, como as pessoas mais velhas gostam de frisar, mas no presente são motivo para olhos marejados, vozes reticentes, olhares desconfiados e silêncios repentinos. Algumas das entrevistadas pediram para que o gravador fosse desligado no momento em que narravam fatos ocorridos com familiares. Falaram de uma maneira geral da Nacionalização, lembraram das prisões, mas o fato de ter sido o pai ou um parente muito próximo, muitas vezes, não foi falado com o gravador ligado. Ainda, uma das entrevistadas, depois de ter dito que não sentiu de perto aquele tempo, que só soube por

¹²⁴ CUNHA, Jutta Hagemann da. Entrevista citada.

¹²⁵ HÜBENER, Anita. *Entrevista concedida a Irene Sprung*. Joinville, 07 out. 1998. AHJ. Nasceu em 14/06/1923, em Pirabeiraba, Joinville.

¹²⁶ KORTMANN, Margarida. Entrevista citada.

“ouvir dizer”, depois de terminada a entrevista, disse -me, num tom baixinho, como que em segredo: “Olha, eu sabia de tudo isso, mas mesmo hoje não quero falar. Ainda tenho muitos parentes. Já pensou se volta tudo isso? Eu já estou velha pra voltar para a Alemanha!” Depois de ouvi-la e perceber que aquele comentário estava envolto em medo, continuei conversando e, sutilmente, procurei tirar algumas dúvidas. Esta senhora, descendente de imigrantes alemães que vieram para Joinville ainda no século XIX, nunca esteve na Alemanha e mesmo seus avós e pais nascidos no Brasil, permaneceram na cidade. Assim, como ela poderia ter medo de voltar para um lugar que nunca foi? Medos, ressentimentos, esquecimentos e perdão, perpassam algumas narrativas de uma maneira muito individual. Desta forma, demonstram que ao nos reportarmos a algumas situações históricas, como aponta Pierre Ansart, é preciso “atentar à diversidade das formas de ressentimento e falar de ressentimentos no plural e não de um ressentimento que tomaria as dimensões de uma essência universal”.¹²⁷ As mágoas vêm à tona quando as pessoas lembram-se de como eram menosprezadas em algumas situações:

Foi uma época esquisita. E éramos considerados quinta-coluna. [...] Magoava porque a gente não tinha nada com a Alemanha [...] nós nos fechamos dentro duma cápsula, ficamos dentro de casa; depois da guerra é que começou, novamente, a gente sair, as amizades.[...]¹²⁸

Assim Jutta falou algumas vezes de suas mágoas relacionadas àquele período, pois, como disse ela, ao lembrar de quando era chamada de 5^a Coluna, “magoava muito, pois, só fui conhecer a Alemanha em 1988. Meus pais nunca conheceram a Alemanha”.¹²⁹ Num tom sereno, lembra que isso é passado, como de certa forma, propusesse um esquecimento: “Mas depois da guerra tudo se misturou”, o Centenário “foi comemorado amplamente, tanto por alemães como por brasileiros”.¹³⁰

¹²⁷ ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, S.; NAXARA, M. (Orgs.) Op. cit. p. 19.

¹²⁸ CUNHA, Jutta Hagemann da. Entrevista citada.

¹²⁹ Idem.

¹³⁰ Idem.

Da pluralidade de narrativas, surgem outras interpretações, que apontam para as minúcias do que também pode ser lembrado, que tematizam detalhes, que se inserem nas “lidas” do cotidiano. “Lidas” que marcaram as histórias de diferentes mulheres e que dão sentido a uma escuta atenciosa à memória feminina. “Escutas” que tornam o uso da metodologia da História Oral tão instigante e prazerosa. Assim, entre lembranças e esquecimentos, detalhes da história da cidade vão surgindo, tomando sentido, vindo à tona através das lembranças e mesclando, de uma forma muito particular, os acontecimentos que marcaram o “tempo” da Nacionalização em Joinville.

Memórias femininas e outras histórias sobre o Centenário...

Que a memória, ao ser filtrada no momento da entrevista, é (re)elaborada na fala já tem sido muito discutido. Mas, de qualquer forma, ao ouvirmos histórias e publicizando-as, aceitamos versões e apostamos mais em algumas interpretações. Aí reside um dos pontos de troca entre a pesquisadora e as/os entrevistadas/os, pois ao construir sua narrativa, aquela/e que se lembra, exercita várias operações ao mesmo tempo: divide conosco suas lembranças e angústias, omite seus desencantos medos e incertezas, multiplica versões para alguns fatos e acrescenta detalhes, engendrando perspectivas. Perspectivas que tornam experiências vivenciadas num tempo passado em verdadeiros artefatos culturais a serem “trabalhados”, como se a memória pudesse ser comparada a uma obra de arte. Aliás, é interessante a reflexão sobre a arte de lembrar, proposta por Célia Toledo Lucena, ao inferir que “A arte de lembrar é um ato de recuperação do ‘eu’ e a história de vida é uma interpretação atual da vivência do passado.”¹³¹

¹³¹ LUCENA, Célia Toledo. *Artes de lembrar e de inventar: (re)lembranças de migrantes*. São Paulo: Arte & Ciência, 1999. p. 79.

Essas observações, ou o trabalho da memória entendida como uma “arte de lembrar”, deixam - nos mais sensíveis para perceber as “correções a tuais” que nossas entrevistadas fazem sobre suas vivências num tempo pretérito.

Possivelmente, no passado, Maria Lepper achava normal a decisão do seu pai de mandar, na década de 1920, a mulher com os filhos para a Alemanha, para que estes lá freqüentassem a escola. Mas, no presente, entende que tal decisão foi um erro:

[...] minha mãe quando foi conosco para Alemanha foi em 1926 ou 7, o meu pai queria que minha mãe vai conosco, com os quatro para Alemanha para freqüentar a escola na Alemanha. Como o pai dele o velho Lepper fez com a família. Mas foi um erro. Eu acho foi um erro, não devia fazer isso, deixar nós aqui aprender bem o português, [...] Eu com sotaque horrível, e nem sei bem o português.¹³²

Maria, nascida em Joinville, casou na Alemanha em 1930 e só voltou definitivamente para Joinville depois da guerra. Aqui, ela e o marido quase não falavam o português: “[...] a gente nunca tinha contato com os brasileiros. [...] nós tínhamos nossas rodas e pronto”.¹³³

Ao buscar construir uma história sobre Joinville, também a partir da memória feminina, penso ser interessante destacar alguns aspectos do que ficou, ou melhor, o que diferentes memórias sinalizam como pertencentes ao presente mas “plantadas” “háquele tempo”. É, nesta perspectiva que vemos, por exemplo, as memórias de Walta Piazera “amarrando -se” na história de Joinville. Sobre o período da Nacionalização, ela lembra de muita coisa, especialmente de situações que atingiram diretamente os descendentes de alemães: “Não se podia acender vela, as janelas eram todas forradas com papel cinza escuro pra iluminação da casa, com medo de algum, alguma traição, porque tinha muito imigrante alemão aqui, e a guerra era com a Alemanha.”¹³⁴

Mas, apesar de vivenciar as situações ocasionadas pela Campanha de Nacionalização, Walta não

¹³² FANGHAENEL, Maria Lepper. *Entrevista concedida à autora*. Joinville, 04 fev. 1997. Nasceu em Joinville, em 15/09/1911. Descendente da família Lepper, imigrantes alemães que vieram para Joinville logo no início da colonização.

¹³³ Idem.

¹³⁴ PIAZERA, Walta. *Entrevista citada*.

“sofreu diretamente” a ação desta Lei de Getúlio, pelo contrário, na sua concepção, beneficiou - se de outras leis deste presidente, leis que para a sua história pessoal significaram muito mais:

Então dou razão ao Brasil ficar com pé na frente, tinha toda razão. E dizem que havia espionagem, com certeza, toda guerra há espião, mas... Eu tenho o Dr. Getúlio Vargas como um Deus feito homem na nossa vida. Ele criou, não existia a hora de trabalho. [...] E criou férias, nós não tínhamos férias, [...] Então esse período era difícil, aí Getúlio criou isso pra nós, horário de trabalho, o salário, remuneração certa, salário, o salário insalubridade, criou as horas extras e, enfim todo esse benefício foi ele. [...] O IAPI era da indústria, então eu como estava trabalhando era IAPI, que financiava casa, emprestava dinheiro sem juros, a minha casa foi construída no tempo do Getúlio com dinheiro que o IAPI emprestou,...

Muito já se escreveu sobre Getúlio Vargas e “suas leis trabalhistas”, muitas nem sem pre do seu governo, mas atribuídas a ele, devido a sua presença marcante no imaginário político brasileiro como o “pai dos trabalhadores.”¹³⁶ Mas, no caso específico de Walta, possivelmente, é a casa o que mais representa para ela o legado de Vargas. A casa, fruto das leis do mesmo presidente da Campanha de Nacionalização, que como uma névoa camufla o autoritarismo e permite, apesar de tudo, demonstrar uma imagem positivada de Vargas: “Eu tenho o Dr. Getúlio Vargas como um Deus feito homem na nossa vida.”¹³⁷

Neste sentido, torna-se importante compreender, a partir de fragmentos de algumas entrevistas – a Campanha como autoritária, mas ao mesmo tempo, internalizada como necessária e, portanto, “foi melhor para Joinville”.¹³⁸ Assim, é possível compreender como a partir das comemorações do Centenário, as dores foram “esquecidas” (momentaneamente) e os feitos pioneiros positivados. Uma relação bastante contraditória, a Campanha que visava suprimir a diferença, sendo usada para mostrar o valor dos diferentes, mas agora com um novo componente – sem rancor e com a presença importante do luso-brasileiro, que foi capaz de aprender com os pioneiros o “valor desta terra” e a “saga dos pioneiros”. Todavia, é importante lembrar que tudo

¹³⁵ Idem.

¹³⁶ GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

¹³⁷ PIAZERA, Walta. Entrevista citada.

¹³⁸ Idem; e, ROSSI, Annemarie Brosig. Entrevista citada.

isto se opera como que numa (re)negociação, que positiva o imigrante, atenua as histórias da Campanha e valoriza o presente, o ano de 1951, como um “tempo de lembrar”.

As marcas do passado interferindo nas construções de histórias, muitas vezes, possibilitam que o político seja misturado às lidas cotidianas. Na narrativa de Walta Piazero, por exemplo, não parece haver fronteiras entre o “civismo/patriotismo”, proporcionado pela implementação de leis daquele momento histórico, e as brincadeiras de infância:

As professoras primavam muito para que as crianças se confraternizassem, brincassem sempre juntos, não admitia aquele tipo “capela”, podiam brincar, correr, mas com muito cuidado pra não se machucar, isso elas tinham muito cuidado. E também, sempre preparando a gente com espírito de brasilidade,... Reforçar o que era bandeira, porque ela existia, símbolo da pátria, eles explicavam tudo muito, muito mesmo. Aqueles que estudaram naquele tempo, eu tenho certeza que trouxeram pra casa o espírito de brasilidade. Uma coleguinha minha de escola que morava na frente do Conselheiro Mafra, com nome Frida, e ela tinha muita dificuldade, então parece que ainda estou vendo a dona Áurea Lobo [a professora] dizendo pra ela, repetindo, ‘olha quando o R é no começo ele é forte: rio. No meio ele é fraco, então você não pode dizer bandeirra, é bandeira. E ela se esforçava pra aprender, aquela garota, mas já tinha alguns que não sabiam falar uma palavra em português, vinham ali pra, porque só aprenderam a falar alemão, bem que eu e meu irmão não, nós aprendemos em casa ainda não tivemos dificuldade nenhuma...¹³⁹

A importância da brasilidade aparece aliada a uma memória que enaltece a memória cívica. Aliás, exemplos como este demonstram como as medidas nacionalistas das décadas de 1930/1940, ao buscarem promover uma “reforma dos costumes”, através especialmente da escolarização e da homogeneização da língua e das práticas culturais, imprimiram marcas profundas nas histórias atuais. Para Helga Barth, por exemplo, que teve o pai preso durante a Nacionalização, falar de sua história é comparar a um enredo de ficção, pois, segundo ela, “sua vida dava uma novela de dois anos”.¹⁴⁰

¹³⁹ PIAZERO, Walta. Entrevista citada.

¹⁴⁰ BARTH, Helga. *Entrevista concedida a Maria Judite Pavesi, Edgar Schatzmann e Dietlinde Clara Rothert*. Joinville, 11 ago. 2001. Nasceu em Joinville, 27 jan. 1935.

Ao ouvir as diferentes narrativas sobre as comemorações do Centenário, percebe-se que ao aflorarem dão contornos aos festejos, muitas vezes, relacionando-os à alegria em ver a cidade “unida”, pois, “à cidade não era mais dividida entre as ruas de alemães e ruas de brasileiros, mas é a Joinville”.¹⁴¹

As lembranças sobre o Centenário, que afloram através da memória feminina, transborda num cenário festivo. As narrativas, que antes são baixinhas, quase confissões que não devem vir a público, são, repentinamente, ricas em detalhes que imprimem beleza, sucesso e, principalmente, harmonia na cidade.

Mas, não são apenas as mulheres que lembram com detalhes sobre o Centenário. Para Edgard Schtzmann, que era um menino na época das comemorações, os acontecimentos mais marcantes estavam relacionados ao Parque de Diversões e às bicicletas. Relatou detalhes de um concurso de bicicletas que ocorreu e, com seus olhos de menino encantado, registrou. Um registro que com o passar dos anos foi acrescido de outras conotações. No presente, Edgard ao mencionar que o Centenário foi um “esforço grande, pra se mostrar uma festa, pra se mostrar uma cidade, pra se homenagear aqueles que construíram tudo aquilo”, também infere sobre o período anterior quando se “recebia uma carga repressiva muito grande”.¹⁴²

Apesar destas observações, as lembranças de homens e mulheres, sobre o Centenário, vão tomando um tom quase festivo: “Foi ótimo! A cidade estava linda!” O que diferencia, por vezes as narrativas, são os detalhes relacionados, por exemplo, aos preparativos para ir “assistir os festejos”: Maria da Luz mandou fazer um vestido novo.¹⁴³

Outras mulheres ainda inferem que não puderam participar, os trabalhos nas propriedades rurais não permitiam ir “até ao centro”. Ema Augusta e o marido, por exemplo, moradores da Estrada do Sul, se revezaram nos passeios. Ele foi ao domingo e ela num outro dia da semana,

¹⁴¹ CUNHA, Jutta Hagemann da. Entrevista citada.

¹⁴² SCHATZMANN, Edgard. *Entrevista concedida à autora*. Joinville, 29 abr. 2003. Nasceu em Joinville, no distrito de Pirabeiraba, em 15/09/1940.

¹⁴³ BLEY, Maria da Luz Maia. Entrevista citada.

pois, “tinha que ficar em casa por causa dos animais, tinha vaca [...] tinha o que fazer”.¹⁴⁴ Também, convém ressaltar, que as memórias, especialmente dos moradores das regiões periféricas da cidade, sobre o Centenário são bastante diversificadas: Hildegard, moradora da Estrada Jativoca, menciona nem ter ouvido falar do Centenário.¹⁴⁵ Já a família Cercal foi de carroça, da região do Cubatão até o centro, especialmente, para prestigiar as comemorações.¹⁴⁶ Ainda, outras famílias, que moravam distante do centro, vinham de bicicletas e as deixavam guardadas nas casas de parentes.

Pequenos detalhes que vão, aos poucos, dando outros contornos ao Centenário. Mas, que, assim como as imagens publicizadas pela *Vida Nova*, pelos jornais e pela extensa programação preparada pela SAJ, ratificam o caráter grandioso do evento.

Para Helena, “o Centenário foi uma festividade fora de série porque quando começaram os preparativos, todo mundo ajudou.”¹⁴⁷ Esta idéia de pertencimento de todos dá a tônica aos diferentes discursos, mas, através de outras narrativas, ouvimos que algumas pessoas, trabalhadores de algumas fábricas eram “obrigados” a se envolver/ajudar. Mesmo assim, a maior parte das narrativas infere sobre a grandiosidade dos festejos.

As narrativas, às vezes são confusas, apresentando os próprios “retraitement os/transbordamentos”¹⁴⁸ das memórias individuais. Se para falar da Nacionalização, Helena fez questão de distanciar-se da narrativa – “Não! Não teve tanto problema assim, eu fiquei sabendo, mas não tivemos problema” – ao mencionar o Centenário, traz para muito próximo de si o envolvimento com os festejos – “todo mundo ajudou. Foi muito bonito, teve espírito de cooperação”. Mas, aos poucos vai demonstrando que o próprio fazer -se do Centenário

¹⁴⁴ RUBIM, Ema Augusta; RUBIM, Rute. *Entrevista concedida a Maria Judite Pavesi, Edgar Schatzmann e Dielinde Clara Rothert*. Joinville, 28 ago. 2001. AHJ. Emma nasceu em 25/01/1920, na Estrada do Sul, em Joinville.

¹⁴⁵ SCHULTZE, Hildegard. Entrevista citada.

¹⁴⁶ CERCAL, Manoel de Oliveira; MEYER, Maria de Lourdes Cercal; ARAÚJO, Maria Luíza Cercal de; e, CERCAL, Flávio Lúcio de Oliveira. *Entrevista concedida a Janine Gomes da Silva e Jeisa Rech*. Joinville, 10 set. 2002. AHJ.

¹⁴⁷ RICHLIN, Helena R. E. G. Entrevista citada.

¹⁴⁸ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução Bernardo Leitão et al. 3. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 1994. p. 426.

tinha que resolver os problemas do período anterior, pois ao mesmo tempo em que infere que neste período todo mundo ajudou, menciona a ‘esperteza’ dos organizadores: ‘Foi tranquilo. Porque eles zelaram de por gente esperta [...] não fizeram diferença, ao contrário, até convidaram [...] a princesa por exemplo era uma Lobo. [...] E o príncipe [no ‘Desfile Alegórico’], também era brasileiro, era luso. Sabe eles fizeram questão de escolher as pessoas certas, naturalmente [...]’.¹⁴⁹

Segundo Jutta, na SAJ os alemães se entendiam com os brasileiros, e espaço privilegiado para combinarem todos os detalhes era um antigo clube fundado pelos imigrantes, a Harmonia Lyra:

Mas aquilo começava mais ou menos às 5 da tarde e ia até às 8 da noite, então lá acontecia, qué dizê, era discutido tudo o que acontecia na cidade, era discutido nessa mesa, e essa, e esse, essa, tinha umas, olha nem sei quantas cadeiras tinha, mas aquilo era assim, sentava, tomava uma cerveja, saía, aí já vinha outro e sentava no lugar, eram homens e mulheres, sentavam, discutiam; exposição de flores, o Centenário de certo foi discutido lá, eh, qualquer coisa que acontecia, um teatro, um... música.¹⁵⁰

Várias são as narrativas que inferem sobre o Centenário como um momento grandioso. Possivelmente porque, a partir dali, não havia mais separação: ‘Era um grupo mais de ale mães, mais tarde, o grupo já misturou, porque eu me lembro... [...] É, depois da guerra mas aí eu, eu me recordo bem quem é nesse grupo, aí a conversa já passava em português, não era só alemão. Por causa da represália.’ Mas, é bom lembrar, que algumas falas divergem das narrativas acerca da beleza e união presentes no Centenário. Se para Irma o evento foi ‘imperdível’¹⁵¹, e para Anneliese ‘Joinville inteira virou um salão de festas’¹⁵², para Annemarie, de certa maneira, foi

¹⁴⁹ RICHLIN, Helena R. E. G. Entrevista citada.

¹⁵⁰ CUNHA, Jutta Hagemann da. Entrevista citada.

¹⁵¹ RICHTER, Irma. Entrevista citada.

¹⁵² MOKROSS, Anneliese Ilse. *Entrevista concedida à autora*. Joinville, 22 nov. 2000. Nasceu no Rio de Janeiro em 14/12/1936, sua mãe era joinvilense, descendente de imigrantes e seu pai da cidade de Breslau. Foi para a Alemanha com aproximadamente três anos de idade, só retornando para Joinville, depois do fim da Segunda Guerra Mundial.

desnecessário, preferiu ficar de fora, achou tudo muito exagerado, pois, ‘já se sentia bem brasileira’.¹⁵³

As memórias das festas apontam, de maneira geral, para o momento do Centenário, através da SAJ, como um momento em que, as elites locais começaram a tecer uma solidificação de uma memória pretérita no tempo presente. Uma memória que pode ser perscrutada nas narrativas orais.

Segundo as entrevistadas “os preparativos do Centenário envolveu a cidade toda, todo mundo estava envolvido nisso, prefeito, do prefeito em diante, todo mundo se envolveu, todo mundo ajudou, houve uma exposição, industrial, foi construído aquele..[Pavilhão]” E, as mulheres, principalmente, foram envolvidas com a decoração, bandeirinhas, bordados, coroas, recepção, etc.:

[...] uma senhora, dona Érica Colin, essa gente trabalhou dia noite e fizeram guirlandas, com verde, tinha um verde, porque montaram, montaram duas corôas ...[...] Do desfile, essa eram todas envoltas em, em com umas guirlandas verdes, aquilo foi tudo montado por, nada foi pago, eu acho, todo mundo ajudou, sei é que lá em casa tinha gente à vontade morando, pros festejos [...] Foi, foi, foi uma grande, grande, grande festa. A cidade, quando a gente andava assim na rua você só via povo correndo, sabe, todo mundo, todo mundo tava agitado, todo mundo corria; bom, cidade pequena né.¹⁵⁴

Nas narrativas das mulheres, quando estas se envolveram com os trabalhos para embelezar as ruas centrais da cidade, os detalhes afloram, misturando a decoração da festa e o envolvimento para receber os convidados que vieram de outras cidades, com a chuva que quase estragou a festa e os “penteados” de algumas pessoas, como podemos perceber na fala de Anneliese:

Olha, eu lembro que Joinville inteira virô um salão de festas! [...] E a gente se preparou, havia os carros alegóricos, me convidaram. [...] eu não queria saber muito disso é, eu ficava em casa com a mamãe, com mais um grupo costurando bandeiras, bandeirolinhas, invés de fazer de papel de seda ou de resto de revista, pegavam murim de tudo que é cor, nas Casas Pernambucanas. Só que eles não contavam com a chuva e que murim não segura a tinta. [...] Então estava lá a cidade engalanada, a rua do Príncipe

¹⁵³ ROSSI, Annemarie Brosig. Entrevista citada.

¹⁵⁴ CUNHA, Jutta Hagemann da. Entrevista citada.

inteirinha com aquelas bandeiras, rua XV inteirinha com aquelas bandeiras costuradas de tudo que é cor, de tudo que é feitio, de pano, e a chuva dava o que dava. Eu não lembro bem qual a noite que não choveu torrencialmente, tava chovendo que acabou com os permanentes, com os penteadinhos, que todo mundo correu pra cabeleireira, todo mundo botou roupa de Domingo, salto alto. [...] Vieram pessoas de todos os cantos do Brasil [...] Mas era aquele roteiro de receber em casa, porque os hotéis estavam cheios e não tinha hotel que chegasse.¹⁵⁵

Todavia, o Centenário, costuma ser lembrado, não só pela decoração ou porque foi uma festa muito bonita, mas, também, porque naquele momento, já não havia distinção. Pelo menos não de uma maneira tão evidente como anteriormente à Nacionalização, na anterior dividida cartografia simbólica da cidade (“lado brasileiro, lado alemão”): “Não, não o teve distinção, naquela época eu acho que aquilo já tinha, aquilo já era uma coisa só, já não havia mais essa, essa coisa alemão e português... [...] Já tinha, já tinha resolvido, já tinham resolvido, essa história do alemão e do português, do brasileiro”.¹⁵⁶

O empreendimento das elites locais em amenizar os traumas da Nacionalização acabou por valorizar uma história de imigração, mas, permeada por discursos de harmonia e de esquecimentos das diferenças, apostando, agora, no desenvolvimento da cidade. Uma cidade que deveria ser festejada como a cidade – fruto dos imigrantes, mas de todos os joinvilenses.

Assim, através das entrevistas, os pormenores apresentados nas diferentes narrativas vão compondo, também, uma história das mulheres de Joinville durante o período estudado, pois, “como em outros domínios, a história oral, na história das mulheres, tem suscitado múltiplos debates frutíferos”.¹⁵⁷ Histórias que afloram através das fontes orais. Histórias de mulheres que se mesclam às histórias presentes nas memórias oficiais dos festejos, observados nos mais variados *souvenirs*, nas fotografias, nos apelos, nas propagandas, nos anúncios dos jornais... Enfim, na vasta documentação produzida no decorrer dos preparativos de uma comemoração apologética.

¹⁵⁵ MOKROSS, Anneliese Ilse. Entrevista citada.

¹⁵⁶ CUNHA, Jutta Hagemann da. Entrevista citada.

¹⁵⁷ THÉBAUD, F. Op. cit. p. 72.

Histórias sobre a comemoração, mas que se mesclam a histórias muito individuais. É interessante notar que, às vezes, o detalhe que inspira lembranças mistura-se aos sabores de um outro tempo, como a deliciosa feitura dos doces, de alguém que deixou saudades. Uma antiga empregada da família de Walta Piazera, por exemplo, talvez não fosse lembrada no momento da entrevista, pois no encadeamento das memórias da entrevistada, sobre a Campanha de Nacionalização, aquela empregada não “se misturava” com as questões que envolvi am aqueles fatos. Mas, foi ao falar “daqueles tempos” que, Walta, de repente, lembrou dos doces de sua infância: “Tem algumas delas que eu ainda me lembro, a Batistina, parece até que eu estou vendo ela fazer aqueles sonhozinho.”¹⁵⁸ São os sabores que muitas vezes trazem ao centro das narrativas outras questões. Foi a partir da lembrança da cuca da Frau Timm que Walta lembrou de como eram os *Kraenzchen* de que a sua mãe participava. Num primeiro momento, a empolgação de Walta ao lembrar daqueles encontros foi resumida numa frase: “Mas o que eu gostava mesmo era a cuca, aquele docinho”.¹⁵⁹ Na época, Walta era ainda criança e muitas vezes acompanhava sua mãe nos *Kraenzchen*:

E quando a mãe levava, eu adorava ir lá. Nas outras eu não gostava muito, elas eram mais sofisticadas. Mas ela [Frau Timm] era muito querida. [...] Faziam crochê, outras bordavam ponto de cruz, ponto cheio, a minha mãe era mais do crochê. [...] Algumas iam até cerzir meias, que cerziam as meias naquela época. [...] Então elas se reuniam, mas eu acho que era mais pra uma confraternização, aquele momento, um dia na casa de uma, outro dia na casa de outra... Cada 15 dias acho que mudava, variava. Então quando era na senhora Timm, eu adorava.¹⁶⁰

Convém ressaltar que os *Kraenzchen* constituíam-se em importantes espaços de sociabilidades, principalmente, entre as mulheres descendentes de imigrantes, pertencentes a uma elite econômica e cultural local. Muitas vezes, foi a partir de lembranças referentes a espaços como estes que as entrevistadas lembraram de assuntos políticos, por exemplo. É interessante como as mais diferentes lembranças, sobre as mais variadas temáticas, apresentam-

¹⁵⁸ PIAZERA, Walta. Entrevista citada.

¹⁵⁹ Idem.

¹⁶⁰ Idem.

se, como num turvelinho, mesclando fé, sabores, afazeres.... Walta Piazero, numa narrativa tranqüila e bem encadeada mostrou-me, a partir de suas reminiscências, um mosaico de imagens que vão do político e cívico, ao sagrado e corriqueiro. Com a mesma simplicidade da “água na boca” (pelo sonhozinho) que lembrou da empregada, narrou diversos acontecimentos referentes à história da cidade, principalmente, sobre o período da Nacionalização e do Centenário.

Entendo que residem também nestes pequenos *patchwork*, que a memória nos apresenta, que podemos falar de uma memória feminina. Uma memória não a priori diferente da masculina, mas que se “forma” por experiências diferenciadas, por minúcias que as mulheres permitem ser lembradas e principalmente por ter, historicamente, nas coisas da casa o seu toque, a sua função, o seu saber fazer.... Muitas vezes, um saber fazer que resiste, se não ao tempo, às lembranças.... Walta hoje não “cerzi” mais as meias, como faziam algumas amigas de *Kraenzchen* de sua mãe. Mas, no momento da entrevista, fazia gestos¹⁶¹, como se, através da expressão das suas mãos fosse possível preservar um saber fazer, que não é só seu, mas que foi compartilhado com outras mulheres.

Histórias que ao tematizarem a cidade também inferem sobre as vivências das pessoas. Histórias de vida que se misturam às histórias da Nacionalização e do Centenário. São histórias sobre um passado recente da história da cidade, mas que, como já mencionou Serge Bernstein e Pierre Milza, “não existem clivagens permitindo separar uma história do passado de uma história do presente porque não há entre elas nenhuma solução de continuidade”.¹⁶² Assim, as histórias sobre o Centenário de Joinville podem ser compreendidas por alguns como uma história do passado, mas, convém lembrar, são várias ainda vivas as testemunhas desse “tempo de lembrar”, o que nos permite dizer que é também uma “história do tempo presente”.

¹⁶¹ Sobre uma possibilidade de associar os “gestos” às narrativas das mulheres e seu “saber fazer”, ver: RÉCHIA, Karen Christine. *Lembranças íntimas de minha avó: partos, parteiras e outras histórias em Treze de Maio – SC*. Florianópolis, 1998. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina.

¹⁶² BERNSTEIN, Serge; MILZA, Pierre. Conclusão. In: CHAUVEAU, A.; TÉTART, P. (Orgs.). Op. cit. p. 128.

Epílogo

AS COMEMORAÇÕES E A “ALMA” DE JOINVILLE

Há muitas décadas Joinville não é mais a mesma “cidade germânica” dos “tempos da colonização” e dos imigrantes “pioneiros”. Suas características “germânicas” tiveram que ser alteradas e (re)significadas, principalmente a partir do final da década de 1930. Uma (re)significação que, como procurei mostrar ao longo deste trabalho, teve no “tempo do Centenário” um momento ímpar.

Faz muito tempo que migrantes de várias regiões do país chegam a Joinville, imprimindo à cidade uma outra feição: é uma cidade grande, com quase 500 mil habitantes e que sofre os mesmos problemas de outras cidades do seu porte, como por exemplo, desemprego, falta de moradia, de saneamento, de segurança... Mas nessa cidade - que desde a década de 1950 e principalmente a partir das décadas de 1960/1970 vem voltando-se para a industrialização, recebendo migrantes de todas as partes, mudando sua aparência e distanciando-se da antiga imagem de uma pequena colônia de imigrantes - os discursos sobre suas “feições germânicas” ainda permanecem. Divulga-se, especialmente para os turistas, que em Joinville vão encontrar as comidas, danças e festas “típicas” trazidas pelos imigrantes em sua bagagem, como a mais eloqüente “tradição” dos colonizadores. E, especialmente na data de comemoração do aniversário da cidade, o histórico do “pioneirismo” do imigrante é evidenciado. Pelo menos no mês de março de cada ano, “a vida heróica dos desbravadores” e o fato de a cidade “encarar o futuro com a solidez do passado” são mais uma vez retratados.¹ Assim, nos discursos veiculados na imprensa, corriqueiramente encontra-se referência ao fato de que Joinville cresceu por ser fruto do “espírito do trabalho alemão”. Mas salienta-se que, apesar de estas serem falas que se espriam nos mais diversos espaços, no presente somam-se a outras narrativas que, em

¹ Referência aos títulos de artigos publicados no Suplemento do jornal *A Notícia*, alusivo ao sesquicentenário de Joinville no ano de 2001. *A Notícia*, Joinville, 09 mar. 2001. AN Especial, p. 1 e p. 66.

consonância com a diversidade da cidade, vão aos poucos dando visibilidade a tantos outros personagens. Do final do século XX para a entrada no novo milênio, a diversidade étnica da cidade não vem sendo apenas admitida, mas principalmente tendo visibilidade como, por exemplo, na fala do então prefeito de Joinville, Luiz Henrique da Silveira, durante as comemorações dos 146 anos da cidade, em 1997: “Alemães, paulistas, noruegueses, gaúchos, suíços, paranaenses. Gente da Serra, do Alto Vale, do Sul. Gente de cá, gente de lá, de todo lugar. Isso é Joinville”.²

Desta forma, essa imagem de “Joinville de toda gente”, aos poucos vai se deixando mostrar, mesclando-se à história dos “fundadores”, principalmente nas datas das comemorações da cidade. Porém, essa nova imagem, possivelmente, não é compartilhada por todos os moradores. Alguns discursos trazem à tona um novo elemento para a história da cidade: “a alma” de Joinville. Segundo Adolfo Bernardo Schneider, descendente de imigrantes alemães, nascido em 1906³, em uma matéria publicada no jornal *A Notícia* em 1996, quando completava 90 anos de idade, “Joinville perdeu a alma”.⁴ Num tom envolto em “ressentimentos”⁵, Adolfo explicava ao jornalista por que se sentia como um estranho na cidade em que nasceu:

Eu me sinto como um estranho. Joinville não é mais minha terra. Joinville perdeu a alma. Quando se falava quase só em alemão, Joinville tinha alma, pois foram os alemães que criaram esse ambiente. A alma de Joinville era alemã. Quando se deixou de falar alemão, a cidade perdeu a alma e não formou mais uma nova.⁶

A narrativa de Adolfo pode ser percebida com um exemplo de como algumas pessoas, notadamente diretamente relacionadas às “origens étnicas” da cidade, posicionam-se frente a esta

² *Programação. Joinville 146 anos de vida.* AHJ.

³ E falecido em 2001.

⁴ *A Notícia*, Joinville, 17 jan. 1996. Anexo, p. 3. Destaca-se que o caderno Anexo da *A Notícia* dessa data faz referência também a Elly Kerkenhoff, que assim como Adolfo Bernardo Schneider, completava 90 anos.

⁵ Refiro-me a “ressentimentos” seguindo a trilha da perspectiva de Pierre Ansart, ou seja, como “sentimentos compartilhados de hostilidade”. Ainda, segundo este autor, “é preciso [...], atentar à diversidade das formas de ressentimento e falar de ressentimentos no plural e não de um ressentimento que tomaria as dimensões de uma essência universal”. ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Orgs.) *Memória e [re]sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: UNICAMP, 2001. p. 19-21.

⁶ *A Notícia*, Joinville, 17 jan. 1996. Anexo, p. 3.

‘nova Joinville de toda gente’. A fala de Adolfo expressa um ressentimento com um tempo pretérito. No trecho acima ele não menciona a Campanha de Nacionalização, mas, foi a partir dela que Joinville (re)significou algumas práticas e deixou de ‘falar quase só em alemão’. Possivelmente, o ressentimento de Adolfo não é só dele, mas de outros moradores de Joinville que têm saudades “daquele tempo” quando a “feição germânica” da cidade era predominante, pois, como sublinha Pierre Ansart, os ressentimentos “são um fator eminente de cumplicidade e solidariedade no interior de um grupo, e suas expressões, as manifestações [...] podem ser gratificantes. O ódio recalçado e depois manifestado cria uma solidariedade afetiva [...]”.⁷ Assim, pode-se fazer a seguinte leitura da narrativa de Adolfo (e quem sabe de tantos outros moradores da cidade): se não dá para mudar o curso da história e a solução é aceitar a imagem de “Joinville de toda gente”, resta o direito de “la stimar, de protestar e de reclamar”⁸ e, principalmente, manifestar outras interpretações para a história da cidade. Interpretações talvez compartilhadas no interior do grupo (de descendentes mais antigos de imigrantes que vivem na cidade), que permite os ressentimentos de Adolfo ao expressar a perda da “alma” de Joinville. Ou seja, Joinville tinha uma “alma alemã”, no período pós -nacionalização perdeu sua alma. E a alma é metafísica, portanto, não pode ser (re)significada pela história.

Mas, a idéia de Joinville ter (ou ter tido) uma “alma” pode ser perspectivada de uma outra forma. Outros grupos, inclusive pertencentes ao grupo étnico dos imigrantes ‘pioneiros’, possivelmente em consonância com os “hovos tempos da cidade” em que a diversidade étnica deve ser admitida, vêm também mencionando a “alma de Joinville”. Diferente de Adolfo Schneider, outras narrativas ainda inferem sobre essa alma, aliando-a à história desde o início da colonização. Em 9 de março de 2001, durante as comemorações do sesquicentenário da cidade, a indústria Döhler, em uma página inteira de jornal, que tinha ao fundo uma flor amoldada em tecido, publicava as seguintes frases: “TUDO QUE A GENTE FAZ TEM A ALMA DE

⁷ ANSART, P. Op. cit. p. 21-22.

⁸ Conforme as observações de Todorov ao problematizar as “memórias de vítimas”. TODOROV, Tzvetan. *Les abus de la mémoire*. Paris : Arléa, 1998.

JOINVILLE. Há 120 anos, a Döhler conquista o mundo a partir deste grande jardim em forma de cidade. Parabéns pelos 150 anos. A história provou que Joinville é mais do que uma cidade para nós. É pura inspiração”.⁹

A Döhler é uma empresa que tem a sua história ligada ao “tempo da colonização” da cidade. Durante o Desfile Alegórico do Centenário de Joinville, foi representada no carro “A Primeira Tecelagem”, por ter sido fundada em 1881, por Carl Gottlieb Döhler, um dos “pioneiros” da história da colonização.¹⁰ E, do Centenário para o Sesquicentenário vem potencializando o fato de ser uma empresa do “tempo dos pioneiros” para divulgar as suas atividades, notadamente, nas datas comemorativas. Mas, no presente, assim como Adolfo, potencializa em sua narração a alusão à “alma de Joinville”. Evidentemente não objetivo com essas discussões sobre “alma” entrar numa interpretação transcendental sobre o que isso pode significar, mas penso ser importante fazer essa referência pois nos últimos anos esta simbologia se faz presente em alguns discursos. Uma simbologia que possibilita outros significados para as mesmas histórias do “tempo da colonização”, um momento que foi amplamente comemorado durante as comemorações do Centenário em 1951.

Um “tempo de lembrar”, que como procurei demonstrar durante este trabalho, apresentou-se como um “espetáculo memorável” e visava uma “vida nova”, em que as diferenças vivenciadas naquele “tempo de esquecer” da Nacionalização pudessem ser “resolvidas”, assim como uma “ápoteose final” representada no bailado “A minha grandeza também é a do Brasil”, encenada em doze movimentos durante as comemorações do Centenário.¹¹

A partir do “tempo do Centenário”, desde 1946 com a criação da Sociedade Amigos de Joinville – SAJ, a memória da imigração vem sendo (re)significada e, no tempo presente, ao mesmo tempo que encontramos novas referências como “uma Joinville de toda gente” e os

⁹ A *Notícia*, Joinville, 09 mar. 2001. AN Especial, p. 25.

¹⁰ SOCIEDADE AMIGOS DE JOINVILLE (Org.). *1851 – 9 de Março – 1951. Relação dos Carros Alegóricos apresentados em 11-3-1951*. Livreto. Impresso. Caixa: Joinville – Centenário. AHJ.

¹¹ *1º Centenário de Joinville. Programa da “Noite de Arte”*. 1951. Impresso. Caixa n. 1a 54 – Reg. 737a – CCMNIC. AHJ.

discursos que inferem sobre “a alma de Joinville”, antigos monumentos do “tempo do Centenário” permanecem firmes. Não só porque foram construídos em bronze e granito, como o Monumento ao Imigrante, mas principalmente porque ainda hoje, apesar da polifonia que ecoa das histórias e das vivências dos novos moradores da cidade, a história do “tempo da imigração” é enfatizada. Um destaque que se dá, principalmente, a partir das narrativas veiculadas na imprensa joinvilense, por uma parcela da historiografia local e por meio das ações do poder público municipal, principalmente, na data de comemoração do aniversário da cidade. A todo 9 de Março, a “vida heróica dos desbravadores” é lembrada, costumeiramente realizam-se homenagens aos “pioneiros” no Cemitério do Imigrante e depositam -se flores no Monumento ao Imigrante, como que seguindo uma prescrição do “tempo do Centenário”. Naquele momento, as imagens das filmagens das comemorações revelam, no último dia do evento, crianças colocando flores no Monumento e, ao mesmo tempo, como já mencionei neste trabalho, o narrador ia inscrevendo uma mensagem:

demonstração de respeito e gratidão das novas gerações as quais iniciam uma outra etapa empenhada em construir uma Joinville maior para as festas de um Segundo Centenário, com a mesma determinação como os pioneiros seus antepassados lançaram, há cem anos, os fundamentos da Joinville de hoje.¹²

Do Segundo Centenário ainda estamos um pouco distantes, mas, no Sesquicentenário, algumas das “prescrições” daquele “tempo de lembrar” foram seguidas. Em março de 2001, com uma extensa programação, novamente, o local do Monumento foi palco de um exercício de lembrar. E do mesmo modo os “pioneiros” foram homenageados:

¹² *Centenário de Joinville*. 1951. 1.20'00". Filme, fita n. 06. AHJ.



Fig. 33 – *Monumento ao Imigrante.*

Homenagem aos imigrantes durante as comemorações do sesquicentenário de Joinville. 09/03/2001.

Fonte: Acervo de Arselle de Andrade da Fontoura.



Fig. 34 – *Monumento ao Imigrante.*

Homenagem aos imigrantes durante as comemorações do sesquicentenário de Joinville. 09/03/2001.

Fonte: Acervo de Arselle de Andrade da Fontoura.

No vaivém do dia-a-dia, possivelmente, a maioria das pessoas que passam próximo ao Monumento ao Imigrante - porque caminhando cortam a cartografia da cidade ou porque se dirigem ao terminal central, que fica ao lado do monumento, para pegar um ônibus - desconhecem a história deste símbolo como um importante “lugar de memória” de Joinville. E os lugares de memória, conforme Pierre Nora, “nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea [...] Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria. [...] Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco a necessidade de construí-los”.¹³ Assim, numa constante “vigilância” os “pioneiros” são lembrados. O Monumento, um dos principais símbolos do “tempo de lembrar do Centenário”, construído num momento em que a memória dos imigrantes poderia estar ameaçada, pois, a Nacionalização tinha sido dura e o devir ainda estava por acontecer, ainda vivencia uma “vigilância comemorativa”.

Por fim, ao que tudo indica, das histórias do Centenário, da Campanha de Nacionalização e de tantas outras sobre os “tempos da cidade”, brotam outras histórias, como as que no presente emergem das narrativas sobre a “alma de Joinville”.

¹³ NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. Tradução Yara Aun Houry. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, dez. 1993. p. 13.

ACERVOS E FONTES

ACERVOS PRIVADOS:

Fotografias do Monumento ao Imigrante. Joinville, 09/03/2001. Acervo de Arselle de Andrade da Fontoura.

GERKEN, Otto. *Documento intitulado "Propaganda do NSDAP nas colônias alemãs de Santa Catarina", escrito pelo Cônsul da Alemanha em Joinville*. Joinville, 08/10/1933. Arquivo do Ministério das Relações Exteriores de Berlim – Alemanha. Pasta R 79001. Tradução: Méri Frotscher. Acervo de Méri Frotscher.

KÖHN, Regina. *Entrevista concedida a Priscila Ferreira Perazzo*. Joinville, 17 ago. 2001. Acervo de Priscila Ferreira Perazzo.

SOECHTING, W. *Carta do Diretor da Escola Alemã de Joinville para o Instituto Alemão para o Exterior*. Joinville, 22/01/1934. Arquivo Nacional de Koblenz – Alemanha. Pasta R 57/Neu 1193. Tradução: Lourival Rech Junior. Acervo de Méri Frotscher.

ARQUIVO HISTÓRICO DE JOINVILLE:

* Entrevistas:

BARTH, Helga. *Entrevista concedida a Maria Judite Pavesi, Edgar Schatzmann e Dietlinde Clara Rothert*. Joinville, 11 ago. 2001.

BÖBEL, Maria Thereza Elisa. *Entrevista concedida a Arselle de Andrade da Fontoura*. Joinville, 23 e 24 ago. 1997.

CERCAL, Manoel de Oliveira; MEYER, Maria de Lourdes Cercal; ARAÚJO, Maria Luíza Cercal de; e, CERCAL, Flávio Lúcio de Oliveira. *Entrevista concedida a Janine Gomes da Silva e Jeisa Rech*. Joinville, 10 set. 2002.

COLIN, Inge. *Entrevista concedida a Eneida Raquel S. Thiago*. Joinville, 18 maio 1989.

EBEHARDT, Aldo. *Entrevista concedida a Maria Judite Pavesi e Edgar Schatzmann*. Joinville, 29 ago. 2000.

GANZEMULLER, Elly. *Entrevista concedida a Irene Sprung*. Joinville, 02 out. 1998.

HAGEMANN, Gerda. *Entrevista concedida a Eneida Raquel S. Thiago*. Joinville, 29 e 30 mar. 1989.

HERKENHOFF, Elly. *Entrevista concedida a Eneida Raquel S. Thiago*. Joinville, 12 nov. 1987.

HÜBENER, Anita. *Entrevista concedida a Irene Sprung*. Joinville, 07 out. 1998.

KORTMANN, Margarida. *Entrevista concedida a Irene Sprung*. Joinville, 07 out. 1998.

LENSCHEL, Maria Ramos; LENSCHER, Emílio. *Entrevista concedida a Maria Judite Pavesi*. Joinville, 30 maio 2000.

MERKLE, Osvaldo. *Entrevista concedida a Maria Judite Pavesi, Edgar Schatzmann e Dietlinde Clara Rothert*. Joinville, 26 set. 2000.

OLIVEIRA, Carlos Gomes de. *Entrevista concedida a Eneida Raquel S. Thiago*. Barra Velha, 24 jul. 1978.

RICHLIN, Helena. *Entrevista concedida a Maria Judite Pavesi*. Joinville, 17 jun. 1998.

RUBIM, Ema Augusta; RUBIM, Rute. *Entrevista concedida a Maria Judite Pavesi, Edgar Schatzmann e Dietlinde Clara Rothert*. Joinville, 28 ago. 2001.

TRAPP, Herta. *Entrevista concedida a Irene Sprung*. Joinville, 02 out. 1998.

TIMM, Alvino; TIMM, Alida. *Entrevista concedida a Maria Judite Pavesi*. Joinville, 12 maio 1998.

VOOS, Herbert; VOSS, Elly. *Entrevista concedida a Maria Judite Pavesi, Dietlinde Clara Rothert e Dilney Fermino Cunha*. Joinville, 27 nov. e 04 dez. 1997.

WENCK, Margrit. *Entrevista concedida a Dilney Fermino Cunha e Milton Benkendorf*. Joinville, 10 abr. 2001.

WITT, Paulo. *Entrevista concedida a Maria Judite Pavesi*. Joinville, 05 maio 2000.

* **Fotografias:**

Álbum de fotografias do Desfile do Centenário de Joinville. 1951.

Aniversário de 75 anos de Joinville – Pacote 110.

Centenário de Joinville – Pacotes 35, 35a e 35b.

Centenário de Joinville – Foto 1048 (115)

Centenário de Joinville – Caixa n. 34.07 e 36.04 – CCMNIC.

Comemoração do fim da 2ª Guerra Mundial em Joinville – Pacote 213.

* **Periódicos:**

A Notícia, Joinville, 1940 a 1942; 1946 a 1951.

A Notícia, Joinville, 17 jan. 1996. Anexo, p. 3.

A Notícia, Joinville, 09 mar. 2001. AN Especial.

Suíços comemoram data. *A Notícia*, Joinville, 02 ago. 1997, p. D6.

Novos imigrantes lembram Finados em antigo Cemitério. *A Notícia*, Joinville, 04 nov. 1997, p. E8.

Joinville de todas as raças. *A Notícia*, Joinville, 09 mar. 1999. Caderno Especial.
Sociedade Cultural Alemã quer unir etnias. *A Notícia*, Joinville, 01 jul. 2000, p. D6.

A Noite Ilustrada. Rio de Janeiro, n. 1.163, 12 jun. 1951.

Boletim do Arquivo Histórico, Joinville, n. 14, jan./jun. 1996.

Joinville em Cartaz, Joinville, ano I, n. 2, dez. 1999.

Joinville ontem e hoje, Joinville, n. 1, mar. 2003.

Jornal de Joinville, 1930 a 1935; 1937 a 1940; 1942; 1951.

Vida Nova. Revista Mensal Ilustrada. Joinville, 1948 a 1951.

* **Outras fontes:**

1º Centenário de Joinville – Programa das festividades. (9 a 18 de Março de 1951). Folheto. Impresso. 1951. Caixa: Joinville – Centenário.

1º Centenário de Joinville. Concerto em homenagem aos seus fundadores. Folheto. Impresso. 1951. Caixa: Joinville – Centenário.

1º Centenário de Joinville. Programa da “Noite de Arte”. 1951. Impresso. Caixa n. 1a 54 – Reg. 737a – CCMNIC.

ALVES, Pedro Leonardo. Homenagem a memoria dos bravos colonisadores de Joinville. 1851-9 de Março – 1951. *1º Centenário de Joinville*. Impresso, 1951. Caixa: Joinville – Centenário.

Apêlo ao Joinvilense. Folheto. Impresso. 1950. Caixa: Joinville – Centenário.

Calendário. Homenagem ao Centenário de Joinville da Cia Fiat-Lux de Fósforos de Segurança. Impresso, 1951. Caixa n. 1a 53 – Reg. 738g – CCMNIC.

Canção do Centenário de Joinville. Letra de Orsi Expedito Pimenta – Música de Manoel A. dos Santos. Caixa: Joinville – Centenário.

Cartaz-Propaganda alusiva ao 1º Centenário de Joinville. Impresso. Caixa: Joinville – Centenário.

Cartão Postal comemorativo ao Centenário de Joinville – Carlos Hoepcke S/A. Pacote 35b.

Cartão Postal comemorativo ao Centenário de Joinville – Empresa Jorge Mayerle S/A. Pacote 35.

Cartões Postais comemorativos ao Centenário de Joinville. 1951. Pacotes 35, 35a e 35b.

Centenário de Joinville. 1951. 1.20'00". Filme, fita n. 06.

Convite para Baile de Gala da Harmonia Lira. Homenagem ao Centenário de Joinville. Caixa n. 1a.54 – Reg. 737. CCMNIC.

CORDEIRO, Olivio B. (Org.) *Anuário de Joinville: 1ª Edição – 1951 – Ano do 1º Centenário de Joinville.* Joinville: Gráfica do Laboratório Catarinense, 1951.

Correspondência do Dr. Albrecht Andriessen para o Sr. Marechal de Campo. São Paulo, 05/03/1939. Arquivo Político do Ministério do Exterior em Bonn – Alemanha. Rolo de Microfilme n. 29(?). Tradução: Maria Thereza Böbel.

Denominação das ruas da antiga Joinville e suas alterações. Pesquisa: Hilda Ana Krisch; Margarida Schultz. s/d. Impresso.

Diário de Alfons Lepper. Manuscrito, alemão. Tradução Maria Thereza Böbel.

Drogaria e Farmácia Catarinense S/A. Referente Centenário de Joinville. Caixa n. 27.13 – Reg. 97d – CCMNIC.

Famílias brasileiras de origem germânica. São Paulo: Instituto Hans Staden, 1975.

Folha comemorativa 3ª Exposição Filatélica Municipal de Joinville. 1951. Impresso. Caixa n. 1a 53 – Reg. 738b – CCMNIC.

FUNDAÇÃO CULTURAL DE JOINVILLE. *Dia da Suíça. Os suíços em Joinville.* Folder, 1997. Impresso.

Imprensa Legislativa. Caderno da Edição Especial, abr. 1951. Caixa: Joinville – Centenário.

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE JOINVILLE. *Joinville – Cidade em dados.* Joinville: Prefeitura Municipal, 2001.

KRISCH, Hilda Anna. *História do cemitério dos imigrantes e da casa da memória do imigrante.* Joinville: 1991.

Lembranças de Joinville no seu Centenário – 1851/1951. Joinville: Ipiranga, 1951.

Leque/Propaganda comemorativo ao 1º Centenário de Joinville. Caixa n. 1a.53 – Reg. 7381. CCMNIC.

Lista dos alemães presos na Colônia Penal “Cândido Mendes, na “Ilha Grande”. Rio de Janeiro, 15/09/1943. Arquivo Político do Ministério do Exterior em Bonn – Alemanha. Rolo de Microfilme n. 29(?). Tradução: Maria Thereza Böbel.

Palestra proferida ao microfone da Rádio Difusora de Joinville em 15/03/1951, na ocasião do Centenário de Joinville, pela professora Elly Herkenhoff. Coleção Elly Herkenhoff – Pasta 16 – Doc. 1.

Papel de bala. Balas Centenário 1851/1951 – Germano Stein S/A. Comércio e Indústria. 1951. Impresso. Caixa n. 1a.53 – Reg. 738d – CCMNIC.

Passagem n. 999 para o Bonde Centenário. 1951. Caixa n. 1a 53 – Reg. 738i – CCMNIC.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE. *Decrétos-leis, decretos, resoluções e portarias do ano de 1938*. Joinville/SC, 1938.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE. *Decrétos-leis, decretos, resoluções e portarias do ano de 1939*. Joinville/SC, 1939.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE. *Decrétos-leis, decretos, resoluções e portarias do ano de 1940*. Joinville/SC, 1940.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE. *Decrétos-leis, decretos, resoluções e portarias*. Joinville/SC, 1942.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE. *Lei n. 294 – Orçamento para o Exercício de 1952 e Coleção de leis e decretos do ano de 1951*. Joinville/SC, 1952.

Programação. Joinville 146 anos de vida.

Programa das Festas Comemorativas ao 75 aniversário da fundação de Joinville. Caixa n. 21.12 – Reg. 97b – CCMNIC.

Relação dos Prefeitos de Joinville. Núcleo de Arquivística – AHJ.

Relação dos presos alemães no “Oskar Schneider”, Joinville. Arquivo Político do Ministério do Exterior em Bonn – Alemanha. Rolo de Microfilme n. 29(?). Tradução: Maria Thereza Böbel.

Relatório de viagem do Embaixador da República Alemã aos estados do Paraná e Santa Catarina. 1952. Arquivo Político do Ministério do Exterior em Bonn – Alemanha. Rolo de Microfilme n. 23. Tradução: Maria Thereza Böbel.

SCHNEIDER, Adolfo Bernardo. O Carnaval antigo. O limão de cheiro. O entrudo. *Joinville ontem e hoje*, Joinville, n. 1, p. 11-19, mar. 2003.

Scripts lidos no programa “Beleza, arte e elegância”, nos dias 13/05/1950 e 20/05/1950, na Rádio Difusora de Joinville. Coleção Elly Herkenhoff – Pasta 15 – Doc. 1.

Selos comemorativos ao Centenário. Caixa n. 1a.53 – Reg. 738e. CCMNIC.

Situação dos alemães no estado de Santa Catarina. Arquivo Político do Ministério do Exterior em Bonn – Alemanha. Rolo de Microfilme n. 29(?). Tradução: Maria Thereza Böbel.

SOCIEDADE AMIGOS DE JOINVILLE (Org.) *Álbum histórico do centenário de Joinville. 1851-1951*. Curitiba: Gráfica Mundial, 1951.

SOCIEDADE AMIGOS DE JOINVILLE (Org.). *1851 – 9 de Março – 1951. Relação dos Carros Alegóricos apresentados em 11-3-1951*. Livreto. Impresso. Caixa: Joinville – Centenário.

SOCIEDADE AMIGOS DE JOINVILLE. *Estatutos*. Joinville: Eberhardt, 1946.

Sociedade Ginástica de Joinville – 1858/1958. Joinville: Ipiranga, 1958.

SOCIEDADE GINÁSTICA DE JOINVILLE. *Estatutos*. Joinville, 1940.

SOCIEDADE HARMONIA LIRA. *Estatutos*. Joinville, 1938.

SOCIEDADE HARMONIA LIRA. *Estatutos*. Aprovados pela Assembléia Geral Extraordinária de 21 de dezembro de 1942. Joinville, 1943.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA:

Coleção de Decretos, Decretos-lei, Resoluções e Portarias – Legislação Estadual. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, jan./jun. 1940.

Coleção de Decretos-leis de 1938. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1938.

BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA:

RIBAS, Antonio de Lara. *O punhal nazista no coração do Brasil*. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1943.

BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA:

Diário Oficial do Estado, Florianópolis, 1942.

BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA – UNIVILLE:

Guia do Estado de Santa Catarina. 3. ed. Florianópolis: Central, 1940.

JAMUNDÁ, Theobaldo Costa. *Nereu Ramos: o da hora da reconstrução nacional*. Florianópolis: Ed. do Autor, 1968.

LEX. Coletânea de Legislação. Legislação Federal e Marginália. São Paulo: LEX, ano II a VI, 1938 A 1942.

TODOROV, Tzvetan. A lancheira e o bombardeiro. *Folha de São Paulo*, 17 ago. 2003. Folha Mais.

VARGAS, Getúlio. *As diretrizes da nova política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA:

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Recenseamento de 1940*. Dados fornecidos pelo IBGE – Agência Florianópolis.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Resultados da amostra do Censo Demográfico 2000*. Dados fornecidos pelo IBGE – Agência Joinville.

LABORATÓRIO DE HISTÓRIA ORAL – UNIVILLE:*** Entrevistas:**

BERGMANN, Eugênio. *Entrevista concedida a Jeisa Rech*. Joinville, 11 ago. 2003.

BOEHM, Eugênio. *Entrevista concedida a Dúnia de Freitas*. Joinville, 11 jun. 1984.

BUSCHLE, Baltasar. *Entrevista concedida a Dúnia de Freitas*. Joinville, 09 maio 1996.

FALLGATTER, Helmut. *Entrevista concedida a Dúnia de Freitas*. Joinville, 24 set. 1984.

KOENIG, América Colombiana de Carvalho. *Entrevista concedida a Eneida Raquel S. Thiago*. Florianópolis, 27 set. 1980.

LARGURA, Aristides. *Entrevista concedida a Dúnia de Freitas*. Balneário Camboriú/SC, 05 e 06 mar. 1982.

SAAD, Maria Corrêa. *Entrevista concedida a Dúnia de Freitas*. Garuva, 30 ago. 1983.

SHÜTZLER, Norma. *Entrevista concedida a Jeisa Rech*. Joinville, 21 out. 2003.

SOARES, Vicente. *Entrevista concedida a Jeisa Rech*. Joinville, 04 jul. 2003.

WETZEL, Geraldo. *Entrevista concedida a Dunia de Freitas*. Joinville, 25 maio 1982.

MUSEU CASA FRITZ ALT:

Fotografias do Monumento ao Imigrante – Negativo: 004 – Fotos: 02, 03, 07, 09, 11, 12 e 16.

MUSEU NACIONAL DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO:

Dígrafos expostos na Nova Museografia.

Retrato de uma cultura. Museu Nacional de Imigração e Colonização. Folder, s/d.

Texto da exposição do Museu Nacional de Imigração e Colonização.

DOCUMENTÁRIO CITADO:

Terras de Joinville. Programa exibido pela RBS TV. 2002.

SITE CONSULTADO:

Histórico do Circolo Italiano. Disponível em: <<http://www.circolo.com.br>>. Acesso em: 24 ago. 2003.

DEPOIMENTOS E ENTREVISTAS:*

BLEY, Maria da Luz Maia. *Entrevista concedida à autora*. Joinville, 04abr. 2000.

BÖBEL, Maria Thereza. *Depoimento concedido à autora*. Joinville, 10 set. 2003.

BUSCHLE, Baltasar. *Depoimento concedido à autora*. Joinville, 02 jun. 2003.

CUNHA, Jutta Hagemann da. *Entrevista concedida à autora*. Joinville, 17 abr. 2002.

FANGHAENEL, Maria Lepper. *Entrevista concedida à autora*. Joinville, 04 fev. 1997.

GOMES, Lilian Rachel Colin. *Entrevista concedida à autora*. Joinville, 16 maio 2003.

MACHADO, Leonora Busch. *Entrevista concedida à autora*. Joinville, 04 dez. 2001.

MOKROSS, Anneliese Ilse. *Entrevista concedida à autora*. Joinville, 22 nov. 2000.

PIAZERA, Walta. *Entrevista concedida à autora*. Joinville, 14 ago. e 12 set. 2000.

PRUNER, Gerda. *Entrevista concedida à autora*. Joinville, 10 out. 1998.

RICHLIN, Helena R. E. G. *Depoimento concedido à autora*. Joinville, 08 set. 2003.

RICHLIN, Helena R. E. G. *Entrevista concedida à autora*. Joinville, 10 maio 2002.

RICHTER, Irma. *Entrevista concedida à autora*. Joinville, 11 out. 1998.

ROSSI, Annemarie Brosig. *Entrevista concedida à autora*. Joinville, 11 out. 1998.

SCHATZMANN, Edgard. *Entrevista concedida à autora*. Joinville, 29 abr. 2003.

SCHNEIDER, Adolfo Bernardo. *Entrevista concedida à autora*. Joinville, 29 abr. 1996.

* Todas as entrevistas gravadas serão doadas para os acervos do AHJ e/ou LHO.

SCHULTZE, Hildegard. *Entrevista concedida à autora*. Joinville, 11 out. 2000.

SILVA, Andreina Gomes da. *Entrevista concedida à autora*. Rio Negro/PR, 19 fev. 1999.

TOMASELLI, Dolores Carolina. *Depoimento concedido à autora*. Joinville, 24 abr. 2003.

WOLTER, Elvira Hildegard. *Entrevista concedida à autora*. Joinville, 29 nov. 2000.

BIBLIOGRAFIA

ACHARD, Pierre et al. *Papel da memória*. Tradução e introdução José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 1999.

ALVES, Paulo. O poder judiciário no Estado Novo (1937-1945). *História*, São Paulo, v. 12, p. 253-271, 1993.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

ARANTES, Antonio A. *Paisagens paulistanas: transformações do espaço público*. Campinas, SP: UNICAMP; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.

_____. Paisagem de história: a Devoração dos 500 anos. *Projeto História*, São Paulo, n. 20, p. 63-96, abr. 2000.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional e Casa da Moeda, 1984. Vol. 1 (Memória – História). p. 296-332.

BAILLARGEON, Denyse. *Ménagères au temps de la crise*. Montreal-Québec: Éditions du remue-ménage, 1993.

_____. Histoire orale et histoire des femmes: itinéraires et points de recontre. *Recherches féministes*, Québec, v. 6, n. 1, p. 53-68, 1993.

BARTHES, Roland. *Aula*. Tradução Leyla Perrone-Moisés. 6. ed. São Paulo: Cultrix, s/d.

BASSANEZI, Carla. Mulheres dos anos dourados. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997. p. 607-639.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. Tradução Paulo Sérgio Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras escolhidas, v. 1).

BESSE, Susan K. *Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940*. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: EDUSP, 1999.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Tradução Myriam Ávila; Eliana Lourenço de Lima Reis; Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

BITENCOURT, João Batista. *Estado Novo, cidade velha: o governo ditatorial de Vargas desde Laguna*. Porto Alegre, 2002. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

_____. Cidades em movimento. In: BRANCHER, Ana (Org.) *História de Santa Catarina: estudos contemporâneos*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999. p. 26-40.

BOSI, Alfredo. O tempo e os tempos. In: NOVAES, Adauto (Org.) *Tempo e história*. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal da Cultura, 1992. p. 19-32.

BÖBEL, Maria Thereza; THIAGO, Raquel S. *Joinville – os pioneiros: documento e história: v. I – 1851 a 1866*. Joinville: UNIVILLE, 2001.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

BOTTOMORE, Tom (Ed.) *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

BRESCIANNI, Maria Stella M. História e historiografia das cidades, um percurso. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.) *Historiografia brasileira em perspectiva*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998. p. 237-258.

_____; NAXARA, Márcia (Orgs.) *Memória e [re]sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: UNICAMP, 2001.

BRUHNS, Katianne. *Espaços de sociabilidade e o idioma. (A Campanha de Nacionalização em Joinville)*. Florianópolis, 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina.

CAMPOS, Cynthia Machado. *A política da língua na era Vargas: proibição do falar alemão e resistências no sul do Brasil*. Campinas, 1998. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas.

_____. *Controle e Normatização de condutas em Santa Catarina (1930-1945)*. São Paulo, 1992. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

CALVINO, Italo. *O caminho de San Giovanni*. Tradução Roberta Barni. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

CAPELATO, Maria Helena R. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas: Papyrus, 1998.

_____. *Os arautos do liberalismo: imprensa paulista 1920-1945*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CARONE, Edgard. *O Estado Novo (1937-1945)*. Rio de Janeiro: Difel, 1976.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CAVALETT, Laucí Aparecida. *O integralismo e o teuto-brasileiro (1930-1938)*. Florianópolis, 1998. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Tradução Maria de Lourdes Menezes. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

_____. *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*. Tradução Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: DIFEL, 1990.

_____. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 97-113, 1994.

CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

_____. O que comemorar? *Projeto História*, São Paulo, n. 20, p. 35-62, abr. 2000.

CHAUVEAU, Agnès ; TÉTART, Philipp (Orgs.). *Questões para a história do presente*. Tradução Ilka Stern Coehn. Bauru, SP : EDUSC, 1999.

COELHO, Ilanil. É proibido ser alemão: é tempo de abraçar-se. In: GUEDES, Sandra P. L. de Camargo (Org.) *Histórias de (I)Migrantes: o cotidiano de uma cidade*. Joinville: Univille, 2000. cap. 5, p. 162-195.

_____. *Joinville e a Campanha de Nacionalização*. São Carlos, 1993. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos.

CORBIN, Alain. O segredo do indivíduo. In: PERROT, Michelle (Org.) *História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. Tradução Denise Bottmann; Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. v. 4. p. 419-501.

CORRÊA, Roseana Maria; ROSA, Terezinha Fernandes da (Orgs.) *História dos bairros de Joinville*. Joinville: Arquivo Histórico de Joinville, 1992.

COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Org.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

COSTA, Iara Andrade. A cidade da ordem: Joinville 1917-1943. In: GUEDES, Sandra P. L. de Camargo (Org.) *Histórias de (I)Migrantes: o cotidiano de uma cidade*. Joinville: Univille, 2000. cap. 4, p. 105-161.

CRISTOFOLINI, Nilton José. *Nacionalização do ensino: estratégia para a construção da nacionalidade e sua contextualização em Joinville*. Florianópolis, 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina.

CUNHA, Dilney. *Suíços em Joinville: o duplo desterro*. Joinville: Letradágua, 2003.

CUNHA, Maria Teresa Santos. *Armadilhas da sedução: os romances de M. Delly*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

CYTRYNOWICZ, Roney. *Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Geração Editorial; EDUSP, 2000.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Tradução Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

DEVEGILLI, Maria Terezinha Niedziewski. *A nacionalização da “loura” Joinville – 1937/1942*. Joinville, 1989. Monografia (Especialização em História da América) – Fundação Educacional da Região de Joinville/Universidade Federal do Paraná.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Teoria e método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 39-53.

DUTRA, Eliana. *O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30*. Rio de Janeiro: UFRJ/Belo Horizonte: UFMG, 1997.

ELIAS, Norbert. *Sobre o tempo*. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

FALCÃO, Luiz Felipe. *Entre ontem e amanhã: diferença cultural, tensões sociais e separatismo em Santa Catarina no século XX*. Itajaí: UNIVALI: 2000.

FARGE, Arlette. *Des lieux pour l’histoire*. Paris : Seuil, 1997.

FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III – O Brasil republicano. 2. ed. São Paulo: DIFEL, 1983.

FÁVERI, Marlene de. *Memórias de uma (outra) guerra*. Cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina. Florianópolis, 2002. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina.

FELDMAN-BIANCO, Bela; LEITE, Miriam L. Moreira (Orgs.). *Desafios da imagem: fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais*. Campinas, SP: Papyrus, 1998.

FERREIRA, Cristina. A festa do Centenário de Blumenau: símbolos e representações sociais. *Esboços*, Florianópolis, n. 3, p. 11-21, 1996.

FICKER, Carlos. *História de Joinville: subsídios para a crônica da Colônia Dona Francisca*. Joinville: Ipiranga, 1965.

FIORI, Neide Almeida. *Aspectos da evolução do ensino público: ensino público e política de assimilação cultural no Estado de Santa Catarina nos períodos imperial e republicano*. Florianópolis: Secretaria da Educação, 1975.

FLORES, Maria Bernardete Ramos. *A Farra do boi: palavras, sentidos, ficções*. Florianópolis: UFSC, 1997.

_____. Entre a casa e a rua... memória feminina das festas açorianas no sul do Brasil. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 4, p. 117-142, 1995.

FONTOURA, Arselle de Andrade da. Aqui “jaz” um hospital... In: GUEDES, Sandra P. L. de Camargo (Org.) *Histórias de (I)Migrantes: o cotidiano de uma cidade*. Joinville: Univille, 2000. cap. 3, p. 77-104.

FORGES, Jean-François. Des commémorations sélectives... *Mémoires*, Paris, n. 54, p. 166-171, jan. 1999. (Collection Mémoires – n. 54 – Travail de mémoire 1914-1998 : une nécessité dans un siècle de violence).

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FRASER, Nancy. Que é crítico na teoria crítica? O argumento de Habermas e gênero. In: BENHABIB, Seyla; CORNELL, Drucilla. (Coord.) *Feminismo como crítica da modernidade: releitura dos pensadores contemporâneos do ponto de vista da mulher*. Tradução Nathanael da Costa Caixeiro. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987.

FROTSCHER, Méri. *Da celebração da etnicidade teuto-brasileira à afirmação da brasilidade: ações e discursos das elites locais na esfera pública de Blumenau (1929-1950)*. Florianópolis, 2003. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina.

_____. Mãos que esculpem a memória no espaço urbano: investimentos em monumentos em Blumenau na primeira metade do século XX. In: RAMPINELLI, Waldir José (Org.) *História e poder: a reprodução das elites em Santa Catarina*. Florianópolis: Insular, 2003. p. 105-130.

_____. A cultura alemã como “ameaça” à cultura brasileira: nacionalização e conflitos culturais em Santa Catarina. In: RAMOS, Maria Bernardete; SERPA, Élio; PAULO, Heloisa (Orgs.) *O beijo através do Atlântico: o lugar do Brasil no Panlusitanismo*. Chapecó: Argos, 2001. p. 423-479.

GAY, Peter. *A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud: a educação dos sentidos*. Tradução Per Salter. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

GERTZ, René. A construção de uma nova cidadania. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira. (Orgs.) *Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade, história*. Canoas: ULBRA, 1994. p. 29-40.

_____. *O perigo alemão*. Porto Alegre: UFRGS, 1991.

_____. *O fascismo no sul do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

GOMES, Angela de Castro. *História e historiadores: a política cultural do Estado Novo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

_____. *A invenção do trabalhismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

GOULART, Silvana. *Sob a verdade oficial: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*. São Paulo: Marco Zero, 1990.

GRANET-ABISSET, Anne Marie. O historiador e a fotografia. Tradução Yara Aun Khoury. *Projeto História*, São Paulo, n. 24, p. 9-26, jun. 2002.

GROSSI, Miriam; HEILBORN, Maria Luiza; RIAL, Carmen. Entrevista com Joan Wallach Scott. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 114-124, 1998.

GRUNER, Clóvis. *Leituras matutinas: utopias e heterotopias da modernidade na imprensa joinvilense (1951-1980)*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2003.

GUEDES, Sandra P. L. de Camargo. *Instituição e sociedade: a trajetória do Hospital Municipal São José de Joinville 1852-1971*. Joinville: Movimento & Arte, 1996.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Tradução Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva; Guacira Lopes Louro. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

_____. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 103-133.

_____. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. *Educação e realidade*, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 15-46, jul./dez. 1997.

HEINZELMANN, Silvia. *Fritz Alt*. Joinville: Fundação Cultural, 1991.

HERKENHOFF, Elly. *Era uma vez um simples caminho...* Fragmentos da história de Joinville. Joinville: Fundação Cultural, 1987.

_____. *Joinville nosso teatro amador (1858-1938)*. Joinville: AHJ, 1989.

HOBSBAWM, Eric. *Sobre História*. Tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____; RANGER, Terence (Orgs.). *A invenção das tradições*. Tradução Celina Cardim Cavalcante. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HORTA, José Silvério Baía. *O hino, o sermão e a ordem do dia: regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

HUNT, Lynn. (Org.). *A nova história cultural*. Tradução Jefferson Luís Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

INSTITUT D'HISTOIRE DU TEMPS PRÉSENT. *Écrire l'histoire du temps présent*. En hommage à François Bédarida. Paris : CNRS, 1992.

KERBER, Linda K. Separate Spheres, female worlds, woman's place: the rethoric of women's history. *The journal of American history*, v. 75, n. 1, jun. 1988.

KNAUSS, Paulo. O Descobrimento do Brasil em escultura: imagens do civismo. *Projeto História*, São Paulo, n. 20, p. 175-192, abr. 2000.

KOFES, Suely; PISCITELLI, Adriana. Memória de “histórias femininas, memórias e experiências”. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 8/9, p. 343-354, 1997.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução Bernardo Leitão et al. 3. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 1994.

LEITE, Miriam L. Moreira. Texto visual e texto verbal. *Revista Catarinense de História*, Florianópolis, n. 5, p. 67-85, 1998.

LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. Campinas: Papyrus, 1986.

LOFEGO, Silvio Luiz. 1954 – A cidade aniversariante e a memória coletiva: o IV Centenário da cidade de São Paulo. *Projeto História*, São Paulo, n. 20, p. 301-314, abr. 2000.

LUCENA, Célia Toledo. *Artes de lembrar e de inventar: (re)lembranças de migrantes*. São Paulo: Arte & Ciência, 1999.

MAGALHÃES, Marionilde D. B. de. *Alemanha, mãe-pátria distante; utopia pangermanista no sul do Brasil*. Campinas, 1993. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas.

MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira. (Orgs.) *Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade, história*. Canoas: ULBRA, 1994.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. (Org.) *(Re)Introduzindo a história oral no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1996.

MEURER, Bellini. *Entre flores e manguezais: a construção do real em Joinville*. São Paulo, 1993. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

NIEHUES, Valdete Daufemback. *De agricultor a operário: lembranças de Migrantes*. Florianópolis, 2000. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina.

NODARI, Eunice Sueli. *A renegociação da etnicidade no Oeste de Santa Catarina (1917-1954)*. Porto Alegre, 1999. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. Tradução Yara Aun Khoury. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

OLIVEIRA NETO, Wilson de; GUEDES, Sandra P. L. C. Medo e desconfiança na “Alemanha brasileira” (1939-1945). *Cadernos de iniciação à pesquisa*, Joinville, v. 4, p. 145-151, nov. 2002.

_____. “Aberto pela censura”! A censura postal em Joinville entre 1938 e 1945. *Cadernos de iniciação à pesquisa*, Joinville, v. 3, p. 34-37, nov. 2001.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 1999.

_____. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

_____. (Org.). *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas, SP: Pontes, 1993.

OZOUF, Mona. A Festa. Sob a Revolução Francesa. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novos objetos*. Tradução Terezinha Marinho. 4. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995. p. 216-232.

PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero na pesquisa histórica. *Revista Catarinense de História*, Florianópolis, n. 2, p. 35-44, 1994.

_____. *Nas tramas entre o público e o privado: a imprensa de Desterro no século XIX*. Florianópolis: UFSC, 1995.

_____.; GROSSI, Miriam Pillar (Orgs.). *Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade*. Florianópolis: Mulheres, 1998.

PERAZZO, Priscila Ferreira. *Prisioneiros de guerra: os cidadãos do Eixo nos campos de concentração brasileiros (1942-1945)*. São Paulo, 2002. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo.

_____. *O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1999.

PERROT, Michelle. *Mulheres públicas*. Tradução Roberto Leal Ferreira. São Paulo: UNESP, 1998.

_____. *Les femmes ou les silences de l'histoire*. Paris : Flammarion, 1998.

_____. Práticas da Memória Feminina. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 9, n. 18, p. 9-18, ago./set. 1989.

_____. (Org.) *Une histoire des femmes est-elle possible ?* Paris : Rivages, 1984.

PIAZZA, Walter F. (Org.) *Dicionário político catarinense*. Florianópolis: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1985.

PIRES, José Henrique Nunes. *Cinema e história: José Julianelli e Alfredo Baumgarten, pioneiros do cinema catarinense*. Blumenau: EDIFURB/Cultura em Movimento, 2000.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

_____. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORTELLI, Alessandro. História oral como gênero. Tradução Maria Therezinha Janine Ribeiro. *Projeto História*, São Paulo, n. 22, p. 9-36, jun. 2001.

_____. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 103-130.

_____. O que faz a história oral diferente. Tradução Maria Therezinha Janine Ribeiro. *Projeto História*, São Paulo, n. 14, p. 25-39, fev. 1997.

_____. A filosofia e os fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 59-72, 1996.

RÉCHIA, Karen Christine. *Lembranças íntimas de minha avó: partos, parteiras e outras histórias em Treze de Maio – SC*. Florianópolis, 1998. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina.

REVEL, Jacques. *A invenção da sociedade*. Tradução Vanda Anastácio. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

ROCHA, Balbino Simor; CARESIA, Roberto Marcelo. Discurso e poder em Blumenau (1940-1950). *Dynamis*, Blumenau, v. 9, n. 35, p. 110-117, abr./jun. 2001.

ROCHA, Isa de Oliveira. *Industrialização de Joinville – SC: da gênese às exportações*. Florianópolis: Imprensa Universitária, 1997.

RODOWICZ-OSWIECIMSKY, Theodor. *A Colônia Dona Francisca no Sul do Brasil*. Tradução Júlio Chella. Florianópolis: UFSC/FCC; Joinville: FCJ, 1992.

SAMUEL, Raphael. Teatros de memória. Tradução Maria Therezinha Janine Ribeiro; Vera Helena Prada Maluf. *Projeto História*, São Paulo, n. 14, p. 41-81, fev. 1997.

SCHNEIDER, Adolfo Bernardo. *Nossa boa terra: contos e crônicas da terra dos príncipes*. Joinville: Meyer, 1984.

SCHPUN, Mônica Raisa (Org.). *Gênero sem fronteiras: oito olhares sobre mulheres e relações de gênero*. Florianópolis: Mulheres, 1997.

_____. *Beleza em jogo: cultura física e comportamento em São Paulo nos anos 20*. São Paulo: Boitempo; SENAC, 1999.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. (Org.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea* (v. 4). São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCOTT, Joan W. A invisibilidade da experiência. Tradução Lúcia Haddad. *Projeto História*, São Paulo, n. 16, p. 297-325, fev. 1998.

_____. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

SEYFERTH, Giralda. *Nacionalismo e identidade étnica: a ideologia germanista e o grupo étnico teuto-brasileiro numa comunidade do Vale do Itajaí*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981.

SILVA, Janine Gomes da. Sobre a “aventura intelectual da história das mulheres”: entrevista com Françoise Thébaud. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 195-216, jan./jun. 2003.

_____. *Tensões, trabalho e sociabilidades: histórias de mulheres em Joinville no século XIX*. Florianópolis, 1997. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina.

_____. A CELESC e a energia elétrica em Joinville. *Esboços*, Florianópolis, n. 3, p. 35-42, 1996.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: _____ (Org.) *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 73-102.

SINGER, Paul. *O capitalismo: sua evolução, sua lógica e sua dinâmica*. São Paulo: Moderna, 1987.

SOUZA, Pedro de. Da primeira vez o sexo que se conta é texto. *Revista de Ciências da Saúde*, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 113-123, jan./jun. 1998.

TAMANINI, Elizabete. *Vidas transplantadas: museu, educação e a cultura material na (re)construção do passado*. Campinas, 2000. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas.

TERNES, Apolinário. *A economia de Joinville no século XX*. Joinville: Letradágua, 2002.

_____. (Org.). *Joinville 150 anos*. Joinville: Letradágua, 2001.

_____. *Joinville, a construção da cidade*. São Bernardo do Campo: Bartira, 1993.

_____. *História econômica de Joinville*. Joinville: Meyer, 1986.

_____. *Colégio Bom Jesus: 60 anos de ensino*. Joinville: Meyer, 1986.

THÉBAUD, Françoise. *Écrire l'histoire de femmes*. 2. ed. Fontenay-aux-Roses: ENS, 1998.

THIAGO, Raquel S. *Coronelismo urbano em Joinville: o caso de Abdon Batista*. Florianópolis: Governo do Estado de Santa Catarina, 1988.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMSON, Alistair. Quando a memória é um campo de batalha: envolvimento pessoais e políticos com o passado do Exército Nacional. Tradução Simoni Geraldés. *Projeto História*, São Paulo, n. 16, p. 277-296, fev. 1998.

_____. *Recompondo a memória: questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias*. *Projeto História*, São Paulo, n. 15, p. 51-84, abr. 1997.

TODOROV, Tzvetan. *Les abus de la mémoire*. Paris : Arléa, 1998.

VALENTIN, Lairton. *Joinville, seus médicos e sua história*. Florianópolis: UFSC, 1997.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Linguagens visuais e comemoração. *Projeto História*, São Paulo, n. 20, p. 125-127, abr. 2000.

WOLFF, Cristina Scheibe; FLORES, Maria Bernardete Ramos. A Oktoberfest de Blumenau: turismo e identidade étnica na invenção de uma tradição. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira. (Orgs.) *Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade, história*. Canoas: ULBRA, 1994. p. 209-220.

ANEXOS

ANEXO I

Relação dos componentes das comissões dos festejos do Centenário

- Comissão de Exposição:** Presidente Helmut Fallgatter
Encarregados especiais:
- a) Exp. Industrial: Wigand Schmidt
Julius Manteufel
Carlos Voekl
 - b) Agro-Pecuária: Harry Schmalz
Willy Fissmer
Virgilio Böhm
Hans Crusius
 - c) Arte domiciliar: Sra. Otto Colin e Sta. Marieta Stock
 - d) Filatelia e Numismática: Werner Wiese
Alberto Bornschein
Adolfo Herkenhoff
Olívio Cordeiro
 - e) Objetos e Fotografias antigas de Joinville: Gerhardt Doehller
Werner Wiese
Ingwald Marquardt
 - f) Fotografias: Egon Schulz
Frank Fleischfresser
Alfredo Briese
- Comissão de Festejos:** Presidente Adolfo Trinks
Encarregados especiais:
- Ornamentação: EFA
 - Iluminação: Amandus Ravache
 - Préstito: Carlos Walter
 - Bailados: Liselotte Niemeyer
 - Boites e Bailes: Curt Freissler
 - Atos Religiosos: D. Inácio de Ribeirão Preto
P. Frits Wuestner
 - Desfile de Bicicletas: Kuno Frank, Ten. João dos Santos Neves
e Lucindo Baumer
- Comissão de Construção:** Presidente Hans Lange
Encarregados especiais: Arnoldo Wetzl e André Beck

- Comissão de Finanças:** Presidente Baltasar Buschle
Encarregados especiais: Eugenio Schmidt
Edgar Klein
Rudolfo Rechenberg
Gustavo Grossenbacher
- Comissão de Propaganda:** Presidente Wolfgang Brosig
Encarregados especiais: Diretores da VIDA NOVA, da A NOTÍCIA ,
do JORNAL DE JOINVILLE.
- Comissão de Alojamentos:** Presidente Osvaldo Schlemm
Encarregados especiais: Helmuth von Gehlen e Angelo Storrer
- Comissão de Recepção e Banquetes:**
Presidente Dr. Albano Schulz (Presidente da SAJ)
Prefeito e Autoridades Locais
- Comissão de Esportes:** Presidente Werner Manteufel
Encarregados especiais:
José Gonçalves - Presidente da ACEJ
Ivo Varella - Presidente da LJD
René Rolin - Presidente da LANC

Fonte: *Vida Nova*, Joinville, n. 31/33, jun. 1951. AHJ.

ANEXO II

1º CENTENÁRIO DE JOINVILLE PROGRAMA DAS FESTIVIDADES (9 a 18 de Março de 1951)

DIA 9 DE MARÇO – SEXTA FEIRA

Hora	LOCAL	CERIMÔNIA OU FESTA	PORMENORES
00:00	Porto Velho (Rua 9 de Março)	Chegada do Fogo Simbólico	Deslocará em marcha “aux flambeaux” até o Jardim Lauro Mueller, onde permanecerá no pedestal do Monumento da Princesa Dona Francisca.
06:00	Jardim L.Mueller	Alvorada	Tocada pela Banda de Clarins do 13º B. C.
07:30	Jardim L.Mueller - Cem. Protestante	Missa Campal - Culto Evangélico	
09:00	Praça da Bandeira	Hino Nacional e Hasteamento da Bandeira	Acompanhamento pela Banda do 13º B. C.
09:10	Praça da Bandeira	Transferência do Fogo Simbólico	Do Jardim L. Mueller para a Praça da Bandeira
09:25	Praça da Bandeira	Inauguração do Monumento ao Colono e sancionamento da Lei Mudando o nome da Praça para “Praça do Centenário”.	Nesta ocasião far-se-ão ouvir representantes das classes civil, militar e eclesiástica.
10:30	Praça do Centenário	Inauguração das Exposições Industrial e Comercial e de Selos, Numismática, Fotografias e Pintura.	Pela maior autoridade presente a convite do Sr. Prefeito Municipal.
11:30	Rua Saguassú - Carlos Hoepke SA Secção Auto-Shell - Palácio dos Príncipes	Inauguração da Exposição Agro-Pecuária Inauguração da Exposição de Arte Domiciliar - Inauguração da Exposição Histórica	Pela maior autoridade presente. - Idem, idem. - Idem, idem.
12:30	Diversos	Abertura das Exposições à visitação pública	Nos locais: Praça do Centenário, Palácio dos Príncipes, R. Saguassú e C.Hoepcke S.A.
13:00	Harmonia-Lira	Banquete Oficial	Banquete público com os convites dirigidos às autoridades.
15:30	Prefeitura Municipal	Recepção oficial às autoridades pela Câmara Municipal	Saudação de recepção às mesas pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal.
17:00	Rua do Príncipe (PraçaNereuRamos)	Parada Militar	Desfile Militar com a participação do Exército, Marinha e Aeronáutica.

21:00	Harmonia-Lira - Diversos	Bailados - Bailes Comemorativos	Tema: "A grandeza do Brasil é também a minha", dizeres do escudo de Joinville. - Nas diversas sociedades locais.
-------	--------------------------------	---------------------------------------	--

DIA 10 DE MARÇO - SÁBADO			
Hora	LOCAL	CERIMÔNIA OU FESTA	PORMENORES
09:00	Rua do Príncipe (PraçaNereuRamos)	Desfile de Bicicletas	Perto de 8.000 bicicletas ornamentadas em diversos grupos, precedidas de motocicletas
13:00	Pista do Moto Clube de Jlle	Corrida de Bicicletas e Motocicletas	Bicicletas: Grande Prova Palemiras. Motocicletas: Participação dos campeões brasileiros, paulista e outros.
15:00	Sociedade Ginástica de Jlle	Torneio Brasileiro de Punhobol	Participação de quadros do Rio e Estado de S.Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul e SC.
20:00	Sociedade Ginástica de Jlle	Demonstrações de Ginástica em Aparelho e Solo	Participação de ginastas do Rio e dos Estados de S. Paulo, Paraná, RS e SC e mais os campeões brasileiros de 1950.
21:00	Harmonia-Lira - Diversos	Grande Baile de Gala - Bailes - Lutas de Box e Catch	Organizado pela SAJ com o patrocínio da Prefeitura. - Comemorativos do Centenário. - Organizadas por Izquierdo.

DIA 11 DE MARÇO - DOMINGO			
Hora	LOCAL	CERIMÔNIA OU FESTA	PORMENORES
09:00	Rua do Príncipe (PraçaNereuRamos)	Desfile Alegórico	Carros históricos em alegoria à Colonização de Joinville.
15:00	Sociedade Ginástica de Jlle	Torneio Brasileiro de Punhobol Ginástica em Aparelhos - Jogos de Voleibol	Continuação - Equipes femininas do Ginástico e SOGIPA, campeões gaúchos.
16:30	Campo do América F. C.	Grande Jogo Interestadual de Futebol	Participação do Clube de Futebol e Regatas Vasco da Gama.
21:00	Harmonia-Lira - Diversos	Concerto Sinfônico - Bailes - Lutas de Box e Catch	Orquestra Sinfônica da Harmonia-Lira com 45 figuras. - Comemorativos do Centenário. - Organizadas por Izquierdo.

DIA 12 DE MARÇO - SEGUNDA-FEIRA			
Hora	LOCAL	CERIMÔNIA OU FESTA	PORMENORES
20:00	Liga de Sociedades - Séde Social do Caxias F.C.	Torneio Aberto de Ping-Pong - Torneio Relâmpago de Xadrez	Torneio Individual -

21:00	Harmonia-Lira - Diversos	Concerto Sinfônico - Bailes - Lutas de Box e Catch	Orquestra Sinfônica da Harmonia-Lira com 45 figuras. - Comemorativos do Centenário. - Organizadas por Izquierdo
-------	--------------------------------	--	--

DIA 13 DE MARÇO – TERÇA-FEIRA

Hora	LOCAL	CERIMÔNIA OU FESTA	PORMENORES
20:00	Liga de Sociedades	Jogos de Basquetebol - Jogos de Voleibol	Campeões Estaduais de S.Paulo, Paraná e SC. - Masculino.Diversos Clubes.

DIA 14 DE MARÇO – QUARTA-FEIRA

Hora	LOCAL	CERIMÔNIA OU FESTA	PORMENORES
20:00	Liga de Sociedades	Jogos de Basquetebol e Voleibol	Continuação dos jogos interestaduais
21:00	Harmonia-Lira - Diversos	Bailados - Bailes	Tema: “A grandeza do Brasil é também a minha.” -

DIA 15 DE MARÇO – QUINTA-FEIRA

Hora	LOCAL	CERIMÔNIA OU FESTA	PORMENORES
14:00	Estádio do 13º B.C.	Competições Atléticas	Provas de pista e de campo, corridas de revezamento (masculino e feminino)
20:00	Liga de Sociedades	Jogos de Basquetebol e Voleibol	Finais dos jogos interestaduais
21:00	Harmonia-Lira - Salão São José - Diversos	Conferência Pública - Noite de Arte - Bailes Sociais	A cargo da Comissão de Cultura - A cargo do Colégio S. Vicente de Paula - Diversos Clubes

DIA 16 DE MARÇO – SEXTA-FEIRA

Hora	LOCAL	CERIMÔNIA OU FESTA	PORMENORES
20:00	Sociedade Ginástica de Ille - Canchas de Bolão	Tiro ao Alvo à Flexa e Calibre ‘22’ - Jogos de Bolão	Entre as Sociedades de Tiro ao Alvo do Município de Ille - Participação dos Clubes de São Paulo, Curitiba, São Bento, S. Francisco, Jaraguá e Ille.
21:00	Harmonia-Lira	Conferência Pública	A cargo da Comissão de Cultura

DIA 17 DE MARÇO - SÁBADO			
Hora	LOCAL	CERIMÔNIA OU FESTA	PORMENORES
15:00	Sociedade Esportiva e Recreativa União - Canchas de Bolão	Tiro ao Alvo à Flexa e Calibre "22" - Jogos de Bolão	Competição entre as Sociedades de Tiro ao Alvo do Município de Jlle - Finais
20:00	Salão São José	Noite de Arte	A cargo do Colégio S. Vicente de Paula.
21:00	Diversos	Bailes	De encerramento.

DIA 18 DE MARÇO - DOMINGO			
Hora	LOCAL	CERIMÔNIA OU FESTA	PORMENORES
09:00	Rua do Príncipe (Praça Nereu Ramos)	Desfile Escolar e Desportivo	Participação as Escolas e Clubes Esportivos da cidade.
16:30	Campo do Caxias	Jogo de Futebol	
21:00	Diversos	Festa Pirotécnica	Encerramento dos Festejos do Centenário.

NOTA: Este programa está sujeito a pequenas alterações.

Fonte: 1º Centenário de Joinville – Programa das festividades. (9 a 18 de Março de 1951). Folheto. Impresso. 1951. Caixa: Joinville – Centenário. AHJ.

ANEXO III

Programa da “Noite de Arte”



1ª PARTE

Canto Snra. Maria Emilia Telles Bauer

Programa:

Schubert Queixume de menina
E. Nevin O Rosario
A. Percival O Pinhal
V. Henrique Uirapuru
A. Costa Canto da Saudade
Acompanhamento ao piano
Sta. Helga Paul

IIª PARTE
BAILADO
MEA AUTEM BRASILIAE MAGNITUDO
(A minha grandeza também é a do Brasil)

Bailado inspirado na vida dos primeiros imigrantes, executado em 12 movimentos.
Musica de Gottschalk, Grieg, músicas folclóricas antigas.
Coreografia Cenário Vestuário Snra. Liselott Niemeyer
Bailado executado por: 80 figuras.

DEDICATÓRIA

HOMENAGEM DE GRATIDÃO

á memória desses, que iniciaram o nosso caminho; homens impulsionados por grandes ideais que procuravam uma nova pátria onde encontrassem liberdade!

Iº Movimento
(A CONSAGRAÇÃO)

Que traduz a ardente e sagrada chama interior, que impulsiona os homens a grandes empreendimentos e realizações.

(Música: Grande fantasia triunfal do hino nacional brasileiro de Gottschalk)

IIº Movimento
(A MÃE E SEUS FILHOS)

Apresentando a mãe imigrante que guarda como lembrança um pouco de terra de sua pátria, chorando de saudade, oferecendo a nova pátria o seu maior tesouro: os filhos!

(Música: uma canção folclórica antiga)

IIIº Movimento
(O BRASILEIRO E O IMIGRANTE)

Traduzindo o primeiro momento de confraternização em que o nativo oferece ao imigrante sua terra generosa e farta!

(Música: Grande fantasia triunfal do hino nacional brasileiro de Gottschalk)

IVº - Vº e VIº Movimento
(OS IMIGRANTES)

Os representantes das três nacionalidades de imigrantes noruegueses, suíços e saxões, em trajes típicos, executam danças folclóricas com musicas características!

(Música de Grieg, melodias folclóricas, antigas originais da Noruega, Saxônia e Suíça)

VIIº Movimento
(A MORTE)

A coreografia fatal da morte, na sua sinistra e farta colheita entre os primeiros imigrantes.

(Música: Grande fantasia triunfal de Gottschalk)

VIIIº Movimento
(O SOLDADO)

Bailado heróico, interpretando o momento da integração plena do imigrante, no sentimento de sua nova pátria, defendendo sua bandeira gloriosa.

(Música: Grande fantasia triunfal do hino nacional brasileiro de Gottschalk)

IXº Movimento
(OS COLONOS)

Apresentando os primeiros colonos, suas lutas contra a natureza pela conquista da vida: a batalha do homem pelo pão de cada dia!

(Música: Grande fantasia triunfal de Gottschalk)

Xº Movimento
(A ARTE)

Simbolizando a arte alegre ou triste, que nos eleva e atinge o lado belo da nossa alma!

(Musica: Grieg)

XIº Movimento
(GLORIA E GRATIDÃO)

Bailado apoteótico, interpretando a vitória das aspirações e ideais de nossos ancestrais.

O intelectual que criou na nova pátria sua arte e cultura, e o agricultor colhendo da terra boa e fértil o fruto rico de seu trabalho, o pão de cada dia, as flores, todas as riquezas e todas as belezas com que o brindou a nova pátria, imensa, fecunda e maternal.

XIIº Movimento

Agradecimento e prece ao símbolo da pátria e bandeira auriverde.

Fonte: *1º Centenário de Joinville. Programa da “Noite de Arte”*. 1951. Impresso. Caixa n. 1a 54 – Reg. 737a – CCMNIC. AHJ.

ANEXO IV

Regulamento do concurso para "Rainha do Centenário"

Bases para o Concurso

1. — A votação será feita em cupon individual, adquirido na Radiofusora Joinville, em a redação da **Vida Nova**, destacado desta Revista, e em outros locais, que serão previamente anunciados.

2. — Uma comissão constituída de pessoas de relevo social desta cidade fará a apuração dos votos recebidos, de quinze em quinze dias, de modo a quo o resultado conhecido seja publicado em cada numero mensal desta Revista. Para cada apuração será escolhida uma comissão diferente, cujos nomes serão mencionados na publicação do referido resultado.

3. — Em cada numero de **Vida Nova**, após cada uma das apurações feitas, serão publicados os nomes das dez senhoritas mais votadas.

4. — A senhorita vitoriosa, afinal, receberá o título em solenidade incluída nos festejos comemorativos do Primeiro Centenario de Joinville, com todas as pompas merecidas pelo título conquistado.

5. — Fica reservado à Comissão Apuradora o direito de anular todo voto que julgar inconveniente à lisura do mencionado Concurso.

6. — Na apuração final serão eleitas, também, com o título de **Princesas**, as senhoritas colocadas em segundo e terceiro lugares.

Em outro local publicamos os cupons para votação.

ANEXO V

Modelo do cupom pra votação da "Rainha do Centenário"

Rainha do Centenario de Joinville**As primeiras candidatas**

Quando lançamos, em o numero anterior de VIDA NOVA, o concurso para eleição da Rainha do Centenario de Joinville, tínhamos, de antemão, a certeza de que nossa ideia seria bem acolhida no seio da sociedade joinvilense.

E felizmente assim foi. Já podemos dar, agora, os primeiros votos recebidos, pelos quais se pôde apreciar que, pelas primeiras candidatas, os nossos leitores e ouvintes da Radiofusora Joinville, estão escolhendo nomes que representam, efetivamente, o que temos de melhor na vida social de nossa terra.

Outros virão, sem duvida, no proseguimento da campanha, e a nenhum faltarão os requisitos indispensáveis que se exige para a escolha definitiva, isto é, uma vencedora que ahe, no conjunto de belas qualidades, todas as exigidas para a significativa altura do honroso titulo.

Portanto, sigamos em votação renhida para a vitória final dessa causa, que de início já vem revestida do consenso publico, mesmo porque se trata de uma honraria nunca registrada nesta cidade o que terá o selo da historia aureolado pelo seu triunfo e pela sua beleza.

Damos, abaixo, a primeira apuração feita, em local reservado da sede da Radiofusora Joinville, por uma comissão especialmente convidada, composta dos srs. capitão Domingos da Costa Lino, Rodrigo Lebe, tabelião de notas, e Eugeniu Bockm, comerciante que apurou o seguinte resultado:

CRISTA KELLER	75	votos
MARILU LOIOLA	55	"
JUTA GUETSCHOW	46	"
NILZA TILP	28	"
CARMEN BOBHM	26	"
MAGALI DIPPE	23	"
LEDA SILVEIRA	17	"
RUTH COSTA	12	"

PARA RAINHA DO CENTENARIO DE JOINVILLE	
Voto na Senhorita.....
Residente a rua.....
(Assinatura do votante)	

PARA RAINHA DO CENTENARIO DE JOINVILLE	
Voto na Senhorita.....
Residente a rua.....
(Assinatura do votante)	

ANEXO VI

Capa da revista *Vida Nova*
Retrato da ‘Princesa de Joinville’

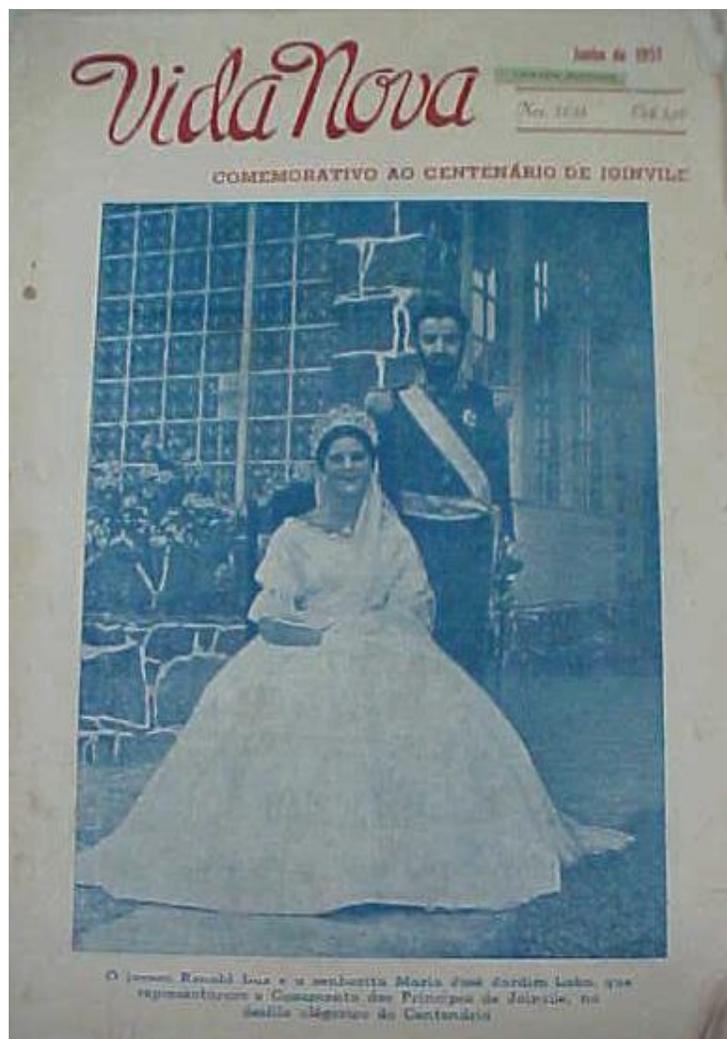


Fonte: *Vida Nova*, Joinville, n. 28/30, 9 de Março, 1951. AHJ.

ANEXO VII

Capa da revista *Vida Nova*

Fotografia de Ronald Luz e Maria José Jardim Lobo, que representaram o “Casamento dos Príncipes”, no De sfile Alegórico do Centenário



Fonte: *Vida Nova*, Joinville, n. 31/33, jun. 1951. AHJ.